

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**OS EXÉRCITOS DE MASSENA E WELLINGTON NO
CONCELHO DE SANTARÉM (1810-1811)**

Reflexos no Quotidiano Social, Político, Económico e Castrense

Fernando Manuel da Silva Rita

MESTRADO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL
Percurso em História e Territórios Identitários

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**OS EXÉRCITOS DE MASSENA E WELLINGTON NO
CONCELHO DE SANTARÉM (1810-1811)**

Reflexos no Quotidiano Social, Político, Económico e Castrense

Orientador: Professor Doutor António Ventura

Co-orientador: Professor Doutor Leonel Fadigas

Aluno: Fernando Manuel da Silva Rita

MESTRADO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL
Percurso em História e Territórios Identitários

2010

RESUMO

A presente investigação tem como objectivo analisar a presença dos exércitos de Massena e Wellington no concelho de Santarém, entre Outubro de 1810 e Março de 1811, destacando três momentos essenciais desta ocupação. O primeiro, durante o mês de Outubro de 1810, correspondeu ao início das movimentações dos exércitos no concelho, coincidente com a saída em massa dos seus habitantes para regiões mais seguras. O segundo período, entre Novembro de 1810 e Março de 1811, abordou a ocupação do concelho de Santarém pelos exércitos em confronto. Por último, foi estudado o regresso das populações às terras de origem, a partir de Março de 1811, apoiadas pelas providências estatais e donativo britânico.

Tendo o concelho de Santarém sido um dos mais atingidos pela presença destes exércitos, procurámos com a nossa investigação estudar os impactos sofridos pela população no seu quotidiano, social, político, económico e castrense, entre o ano de 1810 e 1811.

Assim, este estudo foi organizado em três partes. Na primeira, caracterizámos o concelho de Santarém da época, através do seu enquadramento geográfico e histórico. Na segunda parte, foram estudados os reflexos da ocupação militar no quotidiano social e político do concelho, com a análise dos índices de mortalidade e sentido dos deslocamentos da população civil durante a ocupação. Foram ainda investigadas, as consequências da presença militar, nas deliberações da Câmara de Santarém. Na terceira parte deste trabalho, abordamos os efeitos da política da terra queimada aliada e do saque francês, na agricultura e indústria do município. Nesta parte, foram ainda estudadas as unidades portuguesas, empenhadas em operações militares no concelho de Santarém. Nesse âmbito, foram investigados o seu posicionamento e acções em combate no espaço concelhio, e a forma como se processou o respectivo apoio logístico durante a campanha de Santarém.

Palavras-chave: Exércitos, Ocupação, Impactos, Efeitos, Campanha.

ABSTRACT

This study aims to analyze the presence of the armies of Wellington and Massena in the municipality of Santarém, between October 1810 and March 1811, highlighting three essential moments of this occupation. The first period, during the month of October 1810, corresponded to the beginning of the movements of armies in the municipality, coinciding with the mass exodus of its inhabitants to safer areas. The second period, between November 1810 and March 1811 took up the occupation of the municipality of Santarém in the armies clash. Finally, we studied the returning of populations to places of origin, as from March 1811, supported by state action and British donations.

The municipality of Santarém was one of the most affected by the presence of Wellington and Massena's armies, we tried to study the social, political, economical and military impacts suffered by the population in their daily lives between the years 1810 and 1811.

This study is organized in three parts. In the first part, we characterized the municipality of Santarém at the time, regarding its geography and history; In the second part, we looked at the consequences of military occupation concerning the social and political development of the municipality, by analysing the mortality and sense of displacement of civilians during the occupation. We also investigated the consequences of military presence in the deliberations of the Council of Santarém. In the third part of this study, we approached the effects of the policy of scorched land and French plundering, in agriculture and industry of the municipality. In this last part, the Portuguese units engaged in military operations in the district of Santarém were also taken into account. In this context, we examined the position and actions in combat in the municipal context, and the way their logistical support during the campaign of Santarém was conducted.

Key Words: Hosts, Occupation, Impact, Effects, Campaign.

DEDICATÓRIA

À Elsa e Filipa, por tudo.

AGRADECIMENTOS

À Elsa e Filipa, pelo tempo que não lhes dediquei, nas minhas intermináveis e solitárias viagens ao passado.

À minha família, que sempre incentivou os meus estudos, e aos verdadeiros amigos, pela amizade e apoio.

Ao Professor Doutor António Ventura, meu orientador, e ao Professor Doutor Leonel Fadigas, co-orientador, pelo apoio, confiança, e disponibilidade com que sempre acompanharam o desenvolvimento do presente estudo.

Por fim um agradecimento a todos os que me auxiliaram nas longas horas de pesquisa arquivística, em particular, os funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, Direcção de Infra-Estruturas do Exército, Biblioteca Nacional de Portugal e Biblioteca Municipal de Santarém.

ÍNDICE

RESUMO	I
ABSTRACT	II
DEDICATÓRIA	III
AGRADECIMENTOS	IV
ÍNDICE DE FIGURAS	VII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	VIII
ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS	XI
SIGLAS, ABREVIATURAS E SIMBOLOS	XII
INTRODUÇÃO	1
PARTE I - O ENQUADRAMENTO GEOHISTÓRICO DO CONCELHO	7
1. O CONTEXTO GEOGRÁFICO	8
1.1. O ESPAÇO FÍSICO	8
1.1.1. <i>O terreno</i>	8
1.1.2. <i>As condições meteorológicas</i>	15
1.2. O ESPAÇO ADMINISTRATIVO	18
1.3. O ESPAÇO ESTRATÉGICO: O VALOR MILITAR DO CONCELHO	21
2. O CONTEXTO HISTÓRICO: A OCUPAÇÃO MILITAR DO CONCELHO	28
2.1. A RETIRADA DO EXÉRCITO DE MASSENA DAS LINHAS DE TORRES PARA O CONCELHO	28
2.2. POSICIONAMENTO DO EXÉRCITO DE WELLINGTON NO CONCELHO APÓS A RETIRADA DE MASSENA	34
PARTE II - IMPACTOS DA OCUPAÇÃO MILITAR NA VIDA SOCIAL E POLÍTICA DO CONCELHO	41
1. IMPACTOS SOCIAIS: FUGA E MORTALIDADE DA POPULAÇÃO CIVIL DO CONCELHO ..	42
1.1. AS INFORMAÇÕES DOS REGISTOS PAROQUIAIS	42
1.2. A FUGA DAS POPULAÇÕES E DESORGANIZAÇÃO DA VIDA PAROQUIAL	44
1.3. OS REFUGIADOS: A GEOGRAFIA DOS DESLOCAMENTOS	49
1.4. A GEOGRAFIA DOS ÓBITOS: O POSICIONAMENTO DOS EXÉRCITOS NA INCIDÊNCIA DA MORTALIDADE	54
1.5. AS CAUSAS DA MORTALIDADE: OS ACTOS DE GUERRA, DOENÇAS E FOME	58
1.5.1. <i>Os actos de guerra</i>	59
1.5.2. <i>As doenças</i>	63
1.5.1. <i>A fome</i>	66
2. IMPACTOS POLÍTICOS E PATRIMONIAIS: CONSEQUÊNCIAS DA OCUPAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E ARQUITECTURA DO CONCELHO	68
2.1. IMPACTOS POLÍTICOS	68
2.2. IMPACTOS PATRIMONIAIS	71
PARTE III - OS EFEITOS DA OCUPAÇÃO MILITAR NA VIDA ECONÓMICA E CASTRENSE DO CONCELHO	80
1. IMPACTOS ECONÓMICOS DA OCUPAÇÃO MILITAR: CAUSAS E EFEITOS	81

1.1. AS CAUSAS: O SAQUE FRANCÊS E A POLÍTICA DA TERRA QUEIMADA ALIADA	81
1.2. OS EFEITOS: NA AGRICULTURA E INDÚSTRIA DO CONCELHO	89
2. O DONATIVO BRITÂNICO E AS PROVIDÊNCIAS REAIS: O SEU EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO NO CONCELHO	98
2.1. O DONATIVO BRITÂNICO.....	98
2.2 AS PROVIDÊNCIAS REAIS.....	104
3. AS UNIDADES DO EXÉRCITO PORTUGUÊS EMPENHADAS NO CONCELHO DURANTE A CAMPANHA MILITAR: O QUOTIDIANO CASTRENSE	110
3.1. ORGANIZAÇÃO MILITAR	110
3.2. O POSICIONAMENTO E AS ACÇÕES EM COMBATE	113
3.3. O APOIO LOGÍSTICO NA CAMPANHA MILITAR DE SANTARÉM	120
3.3.1 <i>O reabastecimento e alimentação das tropas</i>	121
3.3.2 <i>Os transportes na campanha</i>	126
3.3.3 <i>O serviço de saúde e outros serviços de campanha</i>	129
CONCLUSÃO	132
FONTES E BIBLIOGRAFIA	138
ANEXO 1 - FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS	158
<i>Doc. 1: Breve memória sobre a invasão do exército inimigo comandado por Massena no lugar do Cartaxo em Outubro de 1810, pelo pároco António Teixeira leitão.....</i>	<i>159</i>
<i>Doc. 2: Fundo dos registos paroquiais, Vale da Pinta, Óbitos (1811).....</i>	<i>160</i>
<i>Doc. 3: Mapa geral dos estragos; (ms. 54 – XI – 23); nº 153.</i>	<i>161</i>
<i>Doc. 4: Acta da Câmara Municipal de Santarém, com a distribuição das sementes, compradas com o dinheiro do donativo inglês, no concelho. (fólio 26 v.).....</i>	<i>162</i>
<i>Doc. 5: Quadro das batalhas e acções de uma força do exército português, durante a campanha de Santarém. (AHM).....</i>	<i>163</i>
<i>Doc. 6: Mapa com o posicionamento, de uma força do exército português, durante a campanha de Santarém. (AHM).....</i>	<i>164</i>
<i>Doc. 7: Extracto de uma carta de S. Exa. o Marechal Beresford dirigido ao Exmo Sr. D. Miguel Pereira Forjaz. (AHM)</i>	<i>165</i>
<i>Doc 8: Capa das ordens do dia de S. Exa. o Marechal Beresford, de 1811.....</i>	<i>166</i>
<i>Doc. 9: Extracto de um ofício de S. Exa. o Marechal General Wellington dirigido ao Exmo Sr. D. Miguel Pereira Forjaz, in Gazeta de Lisboa nº 36.</i>	<i>167</i>
<i>Doc. 10: Extracto em inglês da conta publicada pela comissão encarregada de dirigir a distribuição do donativo, votado pelo parlamento do Reino-Unido, da Grã-Bretanha e Irlanda.....</i>	<i>168</i>
<i>Doc. 11: Extracto das memórias, das principais providências dadas em auxílio dos povos, pela invasão dos franceses nas províncias da Beira e Estremadura.</i>	<i>169</i>
ANEXO 2 – FIGURAS.....	170
ANEXO 3 - GRÁFICOS	176
ANEXO 4 - QUADROS E TABELAS	224

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – CARTA DO REINO DE ESPANHA E PORTUGAL COM A DIVISÃO POR PROVÍNCIAS	19
FIGURA 2 – CARTA TOPOGRÁFICA DA PROVÍNCIA DA ESTREMADURA	19
FIGURA 3 – CONCELHO DE SANTARÉM EM 1810/1811	20
FIGURA 4 – CONCELHO DE SANTARÉM NA ACTUALIDADE	20
FIGURA 5 – LINHA DE SANTARÉM – RIO MAIOR E LINHAS DE TORRES VEDRAS	24
FIGURA 6 – EIXOS DE APROXIMAÇÃO E PONTOS IMPORTANTES NA PROVÍNCIA DA ESTREMADURA	24
FIGURA 7 – POSIÇÕES DO EXÉRCITO DE MASSENA	33
FIGURA 8 – POSIÇÕES DO 2º CORPO DO EXÉRCITO DE MASSENA, NO CONCELHO DE SANTARÉM	33
FIGURA 9 – POSIÇÕES DO EXÉRCITO DE WELLINGTON	36
FIGURA 10 – SECTOR ESTE DA LINHA DE SANTARÉM – RIO MAIOR	39
FIGURA 11 – SECTOR CENTRAL DA LINHA DE SANTARÉM – RIO MAIOR	40
FIGURA 12 – SECTOR OESTE DA LINHA DE SANTARÉM – RIO MAIOR	40
FIGURA 13 – POSIÇÕES DAS UNIDADES PORTUGUEAS NOS ARREDORES DE SANTARÉM	117
FIGURA 14 – MARECHAL MASSENA	171
FIGURA 15 – DUQUE DE WELLINGTON	171
FIGURA 16 – MARECHAL BERESFORD	171
FIGURA 17 – GENERAL JUNOT	171
FIGURA 18 – D. MIGUEL PEREIRA FORJAZ COUTINHO	172
FIGURA 19 – MARECHAL NEY	172
FIGURA 20 – INVASÃO DE PORTUGAL PELOS FRANCESES	172
FIGURA 21 – ALDEÕES FUGINDO DO EXÉRCITO INVASOR	172
FIGURA 22 – GRAVURA DAS TROPAS ATRAVESSANDO O RIO TEJO, EM BARCOS.	173
FIGURA 23 – GRAVURA DE SOLDADOS DESCANSANDO NUM VALE, COM CARROS DE BOIS	173
FIGURA 24 – MAPA COM EFECTIVOS INGLESES DURANTE A GUERRA PENINSULAR; (1811)	173
FIGURA 25 – CARTA DE SANTARÉM E ARREDORES PRÓXIMOS; (1801)	173
FIGURA 26 – MAPA DO CONCELHO DE ALCANEDE EM 1810/1811	174
FIGURA 27 – MAPA DO CONCELHO DE PERNES EM 1810/1811	174
FIGURA 28 – VISTA PANORÂMICA DA VILA DE SANTARÉM	175
FIGURA 29 – MAPA TOPOGRÁFICO DA PARTE DO TEJO, COM A VILA DE ABRANTES, ONDE ESTÁ LANÇADA UMA PONTE DE BARCAS; (1797)	175

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ÓBITOS DO HOSPITAL REAL E POR MARGENS NO CONCELHO DE SANTARÉM	52
GRÁFICO 2 – ÓBITOS NO CONCELHO DE SANTARÉM EM 1810/1811	54
GRÁFICO 3 – ÓBITOS NO CONCELHO DE ALCANEDE NO PERÍODO DE 1810 A 1811	177
GRÁFICO 4 – ÓBITOS NO CONCELHO DE PERNES NO PERÍODO DE 1810 A 1811	177
GRÁFICO 5 – ÓBITOS NO HOSPITAL REAL DE SANTARÉM NO PERÍODO DE 1810 A 1811	178
GRÁFICO 6 – ÓBITOS PROVOCADOS PELA MOLÉSTIA NO CONCELHO, NO PERÍODO DE 1810 A 1811	178
GRÁFICO 7 – Nº TOTAL DE ÓBITOS POR FREGUESIA, DO TERMO DA VILA.	179
GRÁFICO 8 – Nº TOTAL DE ÓBITOS POR FREGUESIA, DA VILA.	179
GRÁFICO 9 – REPARTIÇÃO DOS ÓBITOS NO CONCELHO DE SANTARÉM.	180
GRÁFICO 10 – EDIFÍCIOS QUEIMADOS E SAQUEADOS POR FREGUESIA COM VALOR SUPERIOR A 100 000 000 RÉIS.	180
GRÁFICO 11 – IMPORTÂNCIA DE EDIFÍCIOS QUEIMADOS, ARRASADOS E SAQUEADOS NO CONCELHO.	181
GRÁFICO 12 – TEMPLOS QUEIMADOS E SAQUEADAS NAS FREGUESIAS RURAIS COM VALOR SUPERIOR A 5 000 000 RÉIS	181
GRÁFICO 13 – IMPORTÂNCIA DE TEMPLOS QUEIMADOS, ARRASADOS E SAQUEADOS NO CONCELHO	182
GRÁFICO 14 – PÉS DE OLIVEIRA ESTRAGADOS NAS FREGUESIAS DO TERMO DE SANTARÉM	182
GRÁFICO 15 – PÉS DE OLIVEIRA ESTRAGADOS NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	183
GRÁFICO 16 – REPARTIÇÃO DE PÉS DE OLIVEIRA ESTRAGADOS NO CONCELHO	183
GRÁFICO 17 – PÉS DE CASTANHEIRO E PINHEIRO ESTRAGADOS NAS FREGUESIAS DO TERMO DE SANTARÉM	184
GRÁFICO 18 – PÉS DE CASTANHEIRO E PINHEIRO ESTRAGADOS NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	184
GRÁFICO 19 – REPARTIÇÃO DE PÉS DE CASTANHEIRO E PINHEIRO ESTRAGADOS NO CONCELHO	185
GRÁFICO 20 – LAGARES DESTRUÍDOS NAS FREGUESIAS DO TERMO DE SANTARÉM	185
GRÁFICO 21 – LAGARES DESTRUÍDOS NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	186
GRÁFICO 22 – REPARTIÇÃO DOS LAGARES DESTRUÍDOS NO CONCELHO	186
GRÁFICO 23 – VALOR DAS VINHAS DESTRUÍDAS, NAS FREGUESIAS DO TERMO DE SANTARÉM	187
GRÁFICO 24 – VALOR DAS VINHAS DESTRUÍDAS, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	187
GRÁFICO 25 – REPARTIÇÃO DAS VINHAS DESTRUÍDAS NO CONCELHO	188
GRÁFICO 26 – MOINHOS DE ÁGUA DESTRUÍDOS NAS FREGUESIAS, DO TERMO DE SANTARÉM	188
GRÁFICO 27 – MOINHOS DE ÁGUA DESTRUÍDOS NAS FREGUESIAS, DA VILA DE SANTARÉM	189
GRÁFICO 28 – REPARTIÇÃO DOS MOINHOS DE ÁGUA DESTRUÍDOS NO CONCELHO	189
GRÁFICO 29 – MOINHOS DE VENTO DESTRUÍDOS NAS FREGUESIAS, DO TERMO DE SANTARÉM	190
GRÁFICO 30 – MOINHOS DE VENTO DESTRUÍDOS NAS FREGUESIAS, DA VILA DE SANTARÉM	190
GRÁFICO 31 – REPARTIÇÃO DOS MOINHOS DE VENTO DESTRUÍDOS NO CONCELHO	191
GRÁFICO 32 – ARADOS DESTRUÍDOS NAS FREGUESIAS, DO TERMO DE SANTARÉM	191
GRÁFICO 33 – ARADOS DESTRUÍDOS NAS FREGUESIAS, DA VILA DE SANTARÉM	192
GRÁFICO 34 – REPARTIÇÃO DOS ARADOS DESTRUÍDOS NO CONCELHO	192
GRÁFICO 35 – REPARTIÇÃO DAS FÁBRICAS DESTRUÍDAS NO CONCELHO SANTARÉM E PERNES	193
GRÁFICO 36 – BENS PRODUZIDOS PELAS FÁBRICAS DESTRUÍDAS	193
GRÁFICO 37 – REPARTIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO DONATIVO BRITÂNICO, NA COMARCA DE SANTARÉM	194
GRÁFICO 38 – REPARTIÇÃO DE DINHEIRO METÁLICO PARA COMPRA DE SEMENTES NA COMARCA DE SANTARÉM	194
GRÁFICO 39 – REPARTIÇÃO DO NÚMERO DE LAVRADORES BENEFICIADO NA COMARCA DE SANTARÉM	195
GRÁFICO 40 – REPARTIÇÃO DOS BOVINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	195
GRÁFICO 41 – REPARTIÇÃO DOS BOVINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	196
GRÁFICO 42 – REPARTIÇÃO DOS BOVINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES NO CONCELHO	196
GRÁFICO 43 – REPARTIÇÃO DOS EQUINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	197
GRÁFICO 44 – REPARTIÇÃO DOS EQUINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	197
GRÁFICO 45 – REPARTIÇÃO DOS EQUINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES NO CONCELHO	198
GRÁFICO 46 – REPARTIÇÃO DOS MUARES CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	198
GRÁFICO 47 – REPARTIÇÃO DOS MUARES CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	199
GRÁFICO 48 – REPARTIÇÃO DOS MUARES CONFISCADOS PELOS FRANCESES NO CONCELHO	199

GRÁFICO 49 – REPARTIÇÃO DOS ASININOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	200
GRÁFICO 50 – REPARTIÇÃO DOS ASININOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	200
GRÁFICO 51 – REPARTIÇÃO DOS ASININOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES NO CONCELHO	201
GRÁFICO 52 – REPARTIÇÃO DOS OVINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	201
GRÁFICO 53 – REPARTIÇÃO DOS OVINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	202
GRÁFICO 54 – REPARTIÇÃO DOS OVINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES NO CONCELHO	202
GRÁFICO 55 – REPARTIÇÃO DOS CAPRINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	203
GRÁFICO 56 – REPARTIÇÃO DOS CAPRINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	203
GRÁFICO 57 – REPARTIÇÃO DOS CAPRINOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES NO CONCELHO	204
GRÁFICO 58 – REPARTIÇÃO DOS SUÍNOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	204
GRÁFICO 59 – REPARTIÇÃO DOS SUÍNOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	205
GRÁFICO 60 – REPARTIÇÃO DOS SUÍNOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NO CONCELHO DE SANTARÉM	205
GRÁFICO 61 – REPARTIÇÃO DAS AVES CONFISCADAS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	206
GRÁFICO 62 – REPARTIÇÃO DAS AVES CONFISCADAS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	206
GRÁFICO 63 – REPARTIÇÃO DAS AVES CONFISCADAS PELOS FRANCESES, NO CONCELHO DE SANTARÉM	207
GRÁFICO 64 – REPARTIÇÃO DOS CARROS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	207
GRÁFICO 65 – REPARTIÇÃO DOS CARROS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	208
GRÁFICO 66 – REPARTIÇÃO DOS CARROS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NO CONCELHO DE SANTARÉM	208
GRÁFICO 67 – REPARTIÇÃO DOS BARCOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	209
GRÁFICO 68 – REPARTIÇÃO DOS BARCOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	209
GRÁFICO 69 – REPARTIÇÃO DOS BARCOS CONFISCADOS PELOS FRANCESES, NO CONCELHO DE SANTARÉM	210
GRÁFICO 70 – REPARTIÇÃO DOS CEREAIS CONSUMIDOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	210
GRÁFICO 71 – REPARTIÇÃO DOS CEREAIS CONSUMIDOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	211
GRÁFICO 72 – REPARTIÇÃO DOS CEREAIS CONSUMIDOS PELOS FRANCESES, NO CONCELHO DE SANTARÉM	211
GRÁFICO 73 – REPARTIÇÃO DO GRÃO, FEIJÃO E FAVA, CONSUMIDOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO	212
GRÁFICO 74 – REPARTIÇÃO DO GRÃO, FEIJÃO E FAVA, CONSUMIDOS PELOS FRANCESES, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	212
GRÁFICO 75 – REPARTIÇÃO DO GRÃO, FEIJÃO E FAVA, CONSUMIDOS PELOS FRANCESES, NO CONCELHO DE SANTARÉM	213
GRÁFICO 76 – PIPAS DE VINHO CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DO TERMO DA VILA ..	213
GRÁFICO 77 – PIPAS DE VINHO CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	214
GRÁFICO 78 – REPARTIÇÃO DAS PIPAS DE VINHO CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NO CONCELHO DE SANTARÉM	214
GRÁFICO 79 – ALMUDES DE VINHO CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DO TERMO DA VILA	215
GRÁFICO 80 – ALMUDES DE VINHO CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	215
GRÁFICO 81 – REPARTIÇÃO DOS ALMUDES DE VINHO CONSUMIDOS PELAS TROPAS FRANCESAS, NO CONCELHO DE SANTARÉM	216
GRÁFICO 82 – PIPAS DE AGUARDENTE CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DO TERMO DA VILA	216

GRÁFICO 83 – PIPAS DE AGUARDENTE CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	217
GRÁFICO 84 – REPARTIÇÃO DAS PIPAS DE AGUARDENTE CONSUMIDOS PELAS TROPAS FRANCESAS, NO CONCELHO DE SANTARÉM	217
GRÁFICO 85 – ALMUEDES DE AGUARDENTE CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DO TERMO DA VILA	218
GRÁFICO 86 – ALMUEDES DE AGUARDENTE CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	218
GRÁFICO 87 – REPARTIÇÃO DOS ALMUEDES DE AGUARDENTE CONSUMIDOS PELAS TROPAS FRANCESAS, NO CONCELHO DE SANTARÉM	219
GRÁFICO 88 – PIPAS DE AZEITE CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DO TERMO DA VILA	219
GRÁFICO 89 – PIPAS DE AZEITE CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	220
GRÁFICO 90 – REPARTIÇÃO DAS PIPAS DE AZEITE CONSUMIDOS PELAS TROPAS FRANCESAS, NO CONCELHO DE SANTARÉM	220
GRÁFICO 91 – CÂNTAROS DE AZEITE CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DO TERMO DA VILA.....	221
GRÁFICO 92 – CÂNTAROS DE AZEITE CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	221
GRÁFICO 93 – REPARTIÇÃO DOS CÂNTAROS DE AZEITE CONSUMIDOS PELAS TROPAS FRANCESAS, NO CONCELHO DE SANTARÉM	222
GRÁFICO 94 – TONÉIS DE AZEITE CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DO TERMO DA VILA	222
GRÁFICO 95 – TONÉIS DE AZEITE CONSUMIDAS PELAS TROPAS FRANCESAS, NAS FREGUESIAS DA VILA DE SANTARÉM	223
GRÁFICO 96 – REPARTIÇÃO DOS TONÉIS DE AZEITE CONSUMIDOS PELAS TROPAS FRANCESAS, NO CONCELHO DE SANTARÉM	223

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1 – CONSTITUIÇÃO DO CONCELHO DE SANTARÉM NOS SÉCULOS XIX E XXI.	225
TABELA 2 – ÓBITOS NO CONCELHO DE SANTARÉM NO PERÍODO DE 1810 A 1811.	226
TABELA 3 – ÓBITOS NO CONCELHO DE ALCANEDE NO PERÍODO DE 1810 A 1811.	227
TABELA 4 – ÓBITOS NO CONCELHO DE PERNES NO PERÍODO DE 1810 A 1811.	227
TABELA 5 – ÓBITOS NO HOSPITAL REAL DE SANTARÉM NO PERÍODO DE 1810 A 1811.	227
TABELA 6 – REPARTIÇÃO DOS ÓBITOS POR MARGENS NO CONCELHO DE SANTARÉM EM 1810 E 1811.	228
TABELA 7 – IMPACTOS NO SECTOR PRIMÁRIO PROVOCADOS PELA INVASÃO FRANCESA., NO CONCELHO DE SANTARÉM	229

SIGLAS, ABREVIATURAS e SIMBOLOS

AM / Academia Militar

ADS / Arquivo Distrital de Santarém

AHM / Arquivo Histórico Militar

AHPL / Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

ANTT / Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ASCMS / Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém

BA / Biblioteca da Ajuda

BAC / Biblioteca da Academia de Ciências

BNP / Biblioteca Nacional de Portugal

BMS / Biblioteca Municipal de Santarém

CID / Comando da Instrução e Doutrina

CI / Comando da Logística

CMS / Câmara Municipal de Santarém

CPHM / Comissão Portuguesa de História Militar

DIE / Direcção de Infra Estruturas

EME / Estado-Maior do Exército

EP / Exército Português

EPE / Escola Prática de Engenharia

EPI / Escola Prática de Infantaria

FLUL / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

GCS / Governo Civil de Santarém

IGeoE / Instituto Geográfico do Exército

INE / Instituto Nacional de Estatística

IAEM / Instituto de Altos Estudos Militares

JRDS / Junta Regional do Distrito de Santarém

SCMS / Santa Casa da Misericórdia de Santarém

AA.VV./ Autores Vários

A / Armário

AH / Armário Horizontal

AP / Armário Prateleira

AV / Armário Vertical

cap. / Capítulo

Cf. / Conferir

cód. / Códice

Cx. / Caixa

Div / Divisão

Doc. / Documento

ed. / Edição

f. / Fólio

fls. / Fólios

gv. / Gaveta

liv. / Livro

mç. / Maço

MD / Média

ms. / Manuscrito

mss. / Manuscritos

P / Prateleira

p. / Página

pp. / Páginas

PQ / Pequena

S.M. / Sua Majestade

Sec. / Secção

s.d. / Sem data

s.l. / Sem local

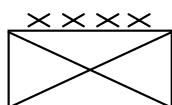
V.A.R. / Vossa Alteza Real

v. / Verso

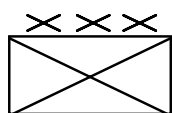
vd. / Ver (Vidé)

vol. / Volume

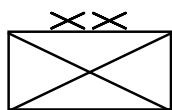
tom. / Tomo



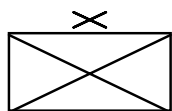
Exército



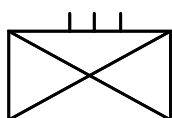
Corpo de Exército



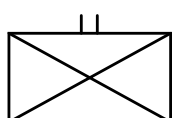
Divisão de Infantaria



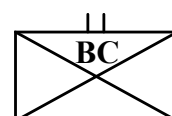
Brigada de Infantaria



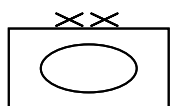
Regimento de Infantaria



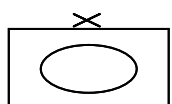
Batalhão de Infantaria



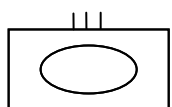
Batalhão de Caçadores



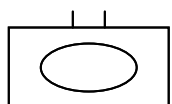
Divisão de Cavalaria



Brigada de Cavalaria



Regimento de Cavalaria



Grupo de Cavalaria

(. 104) **Ponte de Cota, com a altitude de 104 m**

(Δ 115) **Vértice Geodésico, com a altitude de 115 m**

INTRODUÇÃO

A temática por nós investigada adquire um renovado interesse quando se aproxima a data em que se comemoram duzentos anos sobre os acontecimentos que decorreram no concelho de Santarém, durante a terceira invasão francesa. Neste contexto e até por sermos naturais da região de Santarém, assumimos um grande interesse sobre este assunto. Alicerçados na curiosidade pela história local e conhecimento do concelho nesta época tão particular, criaram-se condições para optar pela escolha deste tema. Entendemos que a presente investigação contribui para a compreensão e conhecimento deste período da história, manifestamente importante para a identidade local, regional e mesmo nacional.

Pelas razões enunciadas, tivemos como objectivo analisar a presença dos exércitos de Massena e Wellington no concelho de Santarém, entre Outubro de 1810 e Março de 1811, destacando três momentos essenciais desta ocupação. O primeiro, durante o mês de Outubro de 1810, correspondeu ao início das movimentações dos exércitos no concelho, com o posicionamento do apoio logístico de campanha francês, às linhas de Torres Vedras. Neste mesmo período, ocorreu a saída em massa das populações locais para regiões mais seguras, fugindo da guerra. O segundo momento, entre Novembro de 1810 e Março de 1811, abordou a ocupação do concelho de Santarém pelos exércitos em confronto. Por último, foi estudado o regresso das populações às terras de origem, a partir de Março de 1811, apoiadas pelas providências estatais e donativo britânico, distribuídos às populações mais atingidas.

O concelho de Santarém foi um dos mais atingidos pela presença destes exércitos. Por essa razão, procurámos com a nossa investigação, estudar os choques sofridos pela população no seu quotidiano. Para tal, levantámos a seguinte pergunta de partida: *“Quais foram os impactos na vida social, económica, política e castrense, provocados pelos exércitos de Massena e de Wellington no concelho de Santarém, entre Outubro de 1810 e Março de 1811?”*

Para a reconstrução dos diferentes impactos, provocados pela ocupação militar no concelho, houve ainda necessidade de elaborar mais algumas questões que derivaram na sua generalidade da pergunta de partida. Assim, a mortalidade e a fuga em massa das populações, nas diferentes províncias assoladas pela terceira invasão francesa, devido à destruição e saque dos meios de subsistência, levaram à formulação das seguintes questões derivadas: *“Houve um aumento da mortalidade da população civil no concelho de Santarém, devido à ocupação dos exércitos?”* E como segunda questão: *“Qual foi o rumo do deslocamento em massa, das populações mais atingidas do concelho?”*

Por sua vez, a estratégia de Wellington de queimar e destruir todos os meios de subsistência e materiais que podiam ser aproveitados pelo invasor, juntamente com o saque realizado pelas tropas francesas em várias regiões do país, levantou também a seguinte interrogação: *“Quais foram os resultados do saque francês e da política da terra queimada aliada, na vida económica do concelho?”*

No âmbito da vida política local, objectivámos a seguinte questão: *“Quais foram os efeitos da ocupação militar, na administração municipal do concelho?”*

Por fim, tendo em consideração que o exército aliado era constituído por forças britânicas e por unidades do exército português, foi levantada uma questão sobre o papel das forças portuguesas, na campanha militar de Santarém. Com o intuito de averiguar o quotidiano castrense dessas forças no concelho, articulamos a seguinte pergunta: *“Qual foi o posicionamento e as acções de combate das unidades militares portuguesas, empenhadas no concelho de Santarém, durante a campanha militar?”*.

No passo seguinte da metodologia para edificação do nosso trabalho de investigação, elaborámos diferentes hipóteses, que permitissem traçar um caminho na construção da dissertação, dando resposta às questões por nós levantadas. Foram assim levantadas as seguintes hipóteses:

- *“Houve um aumento acentuado da mortalidade da população civil no concelho, devido à presença dos exércitos”*;
- *“Aconteceu um deslocamento forçado de muitos habitantes, para as freguesias do concelho situadas na margem esquerda do rio Tejo”*;
- *“Houve um grande declínio da vida económica do concelho, devido à destruição e necessidade de recursos por parte dos exércitos, durante a campanha militar”*;
- *“Existiu por parte do senado da câmara de Santarém, prioridade nas medidas para recuperação do património local, após a ocupação militar”*;
- *“Foram ocupadas várias posições e realizadas diferentes acções de combate, por unidades do exército português no concelho Santarém, durante a campanha militar”*.

Para respondermos às questões levantadas e verificar a validade das hipóteses formuladas, procedemos à recolha de informações em vários arquivos e bibliotecas, tendo sido pesquisadas diferentes fontes documentais e bibliográficas. Compilámos dados a partir de fontes primárias manuscritas e impressas, que não hesitámos em integrar na redacção do nosso texto, assim como de várias fontes secundárias assentes num manancial de obras de

diferentes quadrantes, importantes para a investigação, que constituíram assim uma base de trabalho extensa e diversificada.

Das várias fontes importantes para a história regional e local, foram analisadas descrições geográficas e memórias, onde destacamos algumas corografias e as memórias paroquiais das diferentes freguesias do concelho de Santarém. Por sua vez, nas fontes ligadas à administração periférica da coroa, foram analisados os livros da chancelaria de D. João VI e da Intendência Geral da Polícia, assim como alguns maços de documentos do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Desembargo do Paço, da Provedoria das Lezírias, e ainda os livros de contas das providências reais e do donativo britânico.

Já nas fontes de carácter administrativo municipal, consultámos os livros das vereações da câmara entre 1810 e 1813 e o levantamento descriminado no mapa geral de estragos, feito pelo exército francês no concelho de Santarém.

Nas fontes ligadas à administração militar, foi consultada a colecção das ordens do dia do marechal Beresford, comandante em chefe do exército português, do ano de 1810 e 1811, os maços de documentos do Concelho de Guerra, a par da imensa e variada documentação sobre a guerra peninsular, existente no Arquivo Histórico Militar.

Ao consultarmos todos os registos paroquiais existentes nas diferentes freguesias do concelho de Santarém no século XIX e alguns requerimentos do expediente do patriarcado de Lisboa, completámos a nossa pesquisa no que diz respeito às fontes ligadas à administração religiosa. Fontes literárias periódicas, como a Gazeta de Lisboa, que constituía a informação oficial do governo, foram também alvo de uma extensa pesquisa, que incidiu sobre os números publicados nos anos de 1810 e 1811. As fontes iconográficas também não foram esquecidas, tendo sido aproveitados vários mapas da época e gravuras, para ilustrar as diferentes partes do trabalho.

Na selecção dos métodos de análise de informações, privilegiámos a análise de conteúdo das diferentes fontes documentais, tendo sido elaborada uma base de dados para melhorar a leitura da informação recolhida junto dos registos paroquiais e do mapa geral de estragos feito pelo exército francês, nas diferentes povoações do concelho de Santarém. Nessa base de dados, inserimos todos os óbitos das freguesias que tinham averbamentos, e os valores quantitativos dos diferentes prejuízos por localidade, extraídos do mapa geral de

estragos.¹ Procurando facilitar a representação dos dados recolhidos, foram ainda construídos vários gráficos e tabelas, surgindo alguns no corpo do trabalho e outros em anexo, para uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Organizámos, este estudo em três partes. Na primeira, caracterizámos o concelho de Santarém na época, através do seu enquadramento geográfico e histórico. O espaço concelhio do século XIX começou por ser descrito na sua vertente geomorfológica, com a caracterização do relevo através das formas do terreno e das características das bacias hidrográficas. Descrevemos ainda o concelho quanto ao clima, o tipo de vegetação e solos da região. Procurámos, com a análise das características do terreno e das condições meteorológicas, determinar os seus efeitos na manobra dos exércitos de Massena e Wellington, que escolheram a região de Santarém como área de operações durante a terceira invasão francesa, incrementando assim o estudo da história militar do concelho. Para este fim, realizámos uma análise comparativa entre os cadastros² actuais da cartografia militar do concelho e os mapas da época, aos quais juntamos alguns relatos de protagonistas desse período, com o intuito de averiguar a forma como o terreno e as condições atmosféricas influenciaram a mobilidade, protecção e operacionalidade das unidades militares que actuaram no concelho.

Para melhor compreensão do espaço em estudo, identificámos igualmente o espaço administrativo do município, nomeadamente a sua composição, dimensões e demografia, no início do século XIX, através de uma analogia com as suas características e extensão actuais.

Para finalizar, ainda no âmbito da história militar, averiguámos o valor defensivo do concelho, analisando a sua importância estratégica no contexto nacional, tendo em conta as suas características geográficas. Foi assim destacado neste ponto, o valor militar da região de Santarém, durante as primeiras campanhas da guerra peninsular em Portugal e avançadas algumas razões que justificaram a escolha do concelho como um dos palcos das operações militares e do apoio de serviços de retaguarda, durante a terceira invasão francesa.

Quanto ao enquadramento histórico, enunciámos os acontecimentos que estiveram na génese e levaram à retirada do exército de Massena das Linhas de Torres para o concelho de

¹ Universidade do Minho, *Sistemas informáticos para a análise de dados demográficos*, 2001, p. 12 e Maria Norberta Amorim, *Demografia histórica*, 1995, pp. 13 e 14.

² Os *cadastros militares* são processos que reúnem um conjunto de dados recolhidos no campo, ou junto de entidades competentes, que visam enriquecer a informação cartográfica da carta militar de Portugal na escala 1/25 000. Para cada carta militar é constituído um processo, onde se compilam os elementos de ordem económica, social e referentes ao meio físico, que possam complementar a informação contida na carta. Instituto Geográfico do Exército, *Cadastro militar, da carta militar de Portugal 1.25 000*, 1996, p. 1.

Santarém, realçando também a perseguição movida pelo exército de Wellington até à mesma região. Este enquadramento permitiu compreender melhor a escolha de Santarém como centro de operações do exército de Massena, após o insucesso francês perante as linhas de Torres. Com base na cartografia militar actual do concelho e os mapas e crónicas da época, avançamos ainda neste ponto com o posicionamento das unidades militares francesas e aliadas que operaram na região, durante a campanha de Santarém.

Na segunda parte, foram estudados os reflexos da ocupação militar no quotidiano social e político do concelho. Foram analisados no âmbito da história social do concelho, os índices de mortalidade da população civil durante a presença dos exércitos de Massena e Wellington. Nesse estudo, procurámos averiguar se houve influência do posicionamento dos exércitos na incidência da mortalidade dentro do concelho e quais as causas dessa mortalidade. Devido aos movimentos populacionais e desorganização da vida paroquial provocados por esta presença, foi também estudado o sentido dos deslocamentos da população civil para regiões mais seguras, dentro e fora do concelho. Por sua vez, no campo da história política do município, analisámos os efeitos da ocupação do concelho na administração municipal e nas deliberações das vereações da Câmara de Santarém no que diz respeito aos impactos patrimoniais.

No espaço da história económica do concelho, analisámos, na terceira parte deste trabalho, a política da terra queimada aliada, o saque francês e os respectivos efeitos na agricultura e indústria do município. Foram também abordados os apoios económicos e sociais prestados ao município após a retirada do exército de Massena, com a análise do emprego e distribuição no concelho das providências reais e do donativo britânico.

Pelo facto de terem havido várias forças do exército português a actuar na região, que em conjunto com forças do exército britânico, faziam parte do exército aliado chefiado por Wellington, estudámos ainda nesta parte, as unidades militares portuguesas empenhadas em operações militares, no concelho de Santarém. No domínio da história militar, foi assim analisada a organização dessas unidades, o seu posicionamento e acções em combate no espaço concelhio e a forma como se processou o seu apoio logístico durante a campanha de Santarém.

Finalizámos a dissertação com a verificação das hipóteses levantadas e respectiva justificação, algumas recomendações, limitações da investigação e sugestões para pesquisas futuras, concluindo o trabalho com as indispensáveis reflexões finais.

PARTE I - O ENQUADRAMENTO GEOHISTÓRICO DO CONCELHO

1. O Contexto geográfico

1.1. O espaço físico

1.1.1. O terreno

No século XIX, o concelho de Santarém com maiores dimensões e diferentes limites administrativos, apresentava em quase toda a sua extensão, uma configuração ondulada de baixas altitudes, quase sempre inferiores aos 100 m. Já, na região do vale do Tejo e seus afluentes, era praticamente plano, não ultrapassando em média os 10 m de altitude. No entanto, próximo do lugar de Rio Maior, o mesmo alcançava maiores níveis altimétricos, atingindo um valor máximo de 327 m.³

Podemos então considerar que o antigo *termo*⁴ da vila de Santarém aparecia dividido em três zonas com características geográficas distintas: a Oeste, surgia o maciço orográfico da Serra dos Candeeiros, onde podíamos encontrar formações pertencentes à era secundária nos afloramentos rochosos de origem calcária. Na zona central e Norte apareciam os planaltos formados por terrenos do terciário que ocupavam grande parte do seu espaço. A Sul e a Nascente com origem mais recente na era quaternária,⁵ surgia o vale do Tejo com as suas vastas áreas planas de areias e aluviões, na margem direita e esquerda do rio.

Já a vila de Santarém, sede de concelho e cabeça de comarca na época, foi descrita neste período por Guingret,⁶ como uma bela e antiga vila situada a catorze *léguas*⁷ de Lisboa, em cima de uma montanha, que dominava o Tejo. Acrescentava ainda na sua relação histórica, que a mesma era cortada a pique do lado do rio, que banhava assim a sua base, sendo as terras

³ António Pena, *Santarém; Um roteiro natural do Concelho*, Santarém, António Pena – Consultoria e divulgação de recursos naturais, Lda, 1996, p. 10 e INE, *Anuário estatístico da região do Alentejo*, Lisboa, INE, 2007, p. 32.

⁴ O *termo*, pode ser de um lugar, de uma vila ou cidade, pois todas elas podiam possuir termo. A existência de um termo era independente da autonomia local ou administrativa, que no caso de existir fazia designar sobre si o respectivo termo. Os termos segundo o direito antigo português, eram considerados como propriedade da coroa e não municipal, ficando o rei com possibilidades de ceder lugares de um certo termo a qualquer fidalgo ou eclesiástico, ou de os passar ao termo de outro município, in AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1967, vol. 31, p. 380.

⁵ Os terrenos no concelho de Santarém assentavam em formações geológicas, que pertenciam a várias eras geológicas: desde a *era Secundária* (períodos Jurássico e Cretácico), passando para *era Terciária* (períodos Miocénico e Pliocénico) e ainda terrenos mais recentes da *era Quaternária* (períodos Plistocénico e Holocénico). Francisco Luís Pereira de Sousa, *O terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal, Distritos de Santarém e Portalegre*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1919, vol. II, p. 452 e 453.

⁶ *Guingret* era um oficial francês, que participou como comandante de batalhão na terceira invasão francesa e consequentemente nas operações que decorreram no concelho de Santarém.

⁷ A *légua* era uma medida linear antiga, que corresponde nas medidas lineares actuais à distância de 5 km. Mário F. Bento Ripado, *Calendário rural. Medidas antigas: algumas conversões e equivalências*, Lisboa, Litexa Editora, Lda, 1991, p. 238.

à sua volta muito ricas em vinha, olival e trigo, que segundo ele se colhia dois meses após ter sido semeado.⁸

Relativamente à rede hidrográfica, o concelho tinha nesse tempo no rio Tejo, o seu principal representante. Com uma largura que alternava entre os 400 e os 600 m, a par de uma profundidade média de 6 m, atingia o seu ponto mais largo na foz do rio Alviela. O rio apresentava então, uma velocidade de corrente considerada forte e de regime caudaloso, num leito arenoso⁹ e com margens densamente arborizadas com salgueiros e freixos, constituindo-se na altura como um obstáculo¹⁰ de valor para as forças militares, que desejassem atravessar o seu curso. Podemos constatar esse facto nas memórias de Massena,¹¹ revendo as dificuldades que em 19 de Fevereiro de 1811 experimentou na travessia do rio, o capitão Parmentier, que se deixou levar “`a deriva com a sua pequena flotilha e entrou no Tejo sem ser visto [...] A viagem foi depois frequentemente dificultada pelos baixios; as barcas encalharam várias vezes, e às três e meia da manhã estava ainda na foz do Almonda. A barca condutora, em que ele ia, esteve a ponto de se afundar: encalhou num tronco de árvore ou num rochedo submerso, adornou e encheu-se de água; a corrente era forte, mas um dos

⁸ M. Guingret, *Relation historique et militaire de la Campagne de Portugal sous le maréchal Masséna, prince d'Essling: contenant les opérations militaires qui se rapportent à l'expédition de Masséna, et les divers faits de l'armée de Portugal, jusqu'à la fin de la guerre d'Espagne*, Limoges, chez Bargeas, imprimeur-libraire, 1817, pp. 122 e 123.

Uns anos antes, no século XVIII, D. Luiz Caetano de Lima, já tinha acrescentado na sua geografia histórica, que Santarém estava “edificada a quatorze léguas de Lisboa para o Oriente Septentrional, em uma fermosa planície, que serve de coroa a diferentes montes, divididos uns dos outros por alguns valles, [tinha] a figura de meya lua, cujas pontas Olhão para o Levante, e ficão ambas pendentes sobre o Tejo”; D. Luiz Caetano de Lima, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, vol. II., p. 204.

⁹ Cf. *Cadastro Militar das folhas nº341 e 353*, da carta militar de Portugal, série M 888, escala 1:25 000, Lisboa, IGeoE, 2004.

¹⁰ *Obstáculo* é um acidente de terreno natural ou resultante da acção do homem, que detêm, restringe ou canaliza os movimentos das forças militares. Os grandes rios não vadiáveis são excelentes obstáculos pois a travessia exige a utilização de meios importantes (pontes, barcos, etc.) O grau de dificuldade da travessia é determinado pela largura, profundidade, velocidade da corrente, características das margens e do fundo e pela capacidade de colocação rápida de pontes tácticas para a sua transposição. Um rio com mais de 150 metros de largura e mais de 1,5 metros de profundidade é considerado um obstáculo de grande importância. O seu valor pode ser aumentado destruindo pontes e colocando obstáculos nas margens; Escola Prática de Infantaria., *Preparação do campo de batalha pelas informações*, Mafra, EPI., 2005., p. 13 e Escola Prática de Engenharia., *Manual de Fortificação de Campanha*, Tancos, EPE., 2006, Cap. 10, p. 2.

¹¹ *Massena* (vd. figura nº 14) foi nomeado por Napoleão em 17 de Abril de 1810, comandante do exército que entrou em Portugal durante a terceira invasão francesa. O marechal francês entrou em Portugal forçando a capitulação de Almeida em 28 de Agosto de 1810, tendo sido derrotado pelo exército de Wellington na batalha do Bussaco em 27 de Setembro. Posteriormente foi detido nas Linhas de Torres até 14 de Novembro de 1810, tendo retirado a partir desta data para a região de Santarém, onde permaneceu até 5 de Março de 1811; António Ventura, *Introdução: O filho querido da vitória*, in General Koch, *Memórias de Massena*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 14.

marinheiros lançou-se ao Tejo e libertou a embarcação com uma alavanca. Às cinco e meia, a flotilha, excepto uma barca que seguiu viagem para Santarém, entrou, enfim, no Alviela.”¹²

Santarém,¹³ hoje situada na secção do rio Tejo conhecida por médio Tejo, com uma extensão de 68 km desde a Azambuja até Tancos,¹⁴ apresentava no século XIX uma importante carreira de transportes fluviais. Essa forma de ligação para barcos de médio e longo curso ou de carreira, utilizados no transporte de mercadorias entre os portos do Tejo e a zona costeira, tinha igualmente embarcações usadas no transporte de pessoas, conhecidos como barcas de passagem e levadouras.¹⁵ Mas a importância do rio como via de comunicação, utilizada também para fins militares, mostrou-se evidente numa descrição feita por Sir Richard D. Henegan,¹⁶ que em 1808, relatou as peripécias de um transporte de munições em quinze barcos de quarenta toneladas até Santarém, para guarnecer um exército inglês, que seguia em operações para Espanha.¹⁷

A vila de Santarém assumia-se nesse tempo, como um importante centro de trocas comerciais e militares, com as povoações da costa. Só em Santarém havia dois portos fluviais, um em Sta. Iria e outro em S. João Evangelista de Alfange, dois dos seus subúrbios mais importantes, ambos situados na margem direita do rio.¹⁸ No concelho havia ainda mais três portos, na margem direita do Tejo: o porto da Azinhaga, o porto de Muge em frente à povoação de Muge e o de Valada, onde a divisão do General Hill por ordem de Wellington¹⁹

¹² General Koch, *Idem*, 2007, p. 169.

¹³ Ver figura nº 28, anexo de figuras, p. 175.

¹⁴ De acordo com a classificação proposta pela comissão nomeada em 2 de Novembro de 1880, para apresentar o plano geral das obras a realizar no regime do rio e dos principais afluentes, o rio Tejo aparecia ainda dividido em mais três secções, o *Tejo marítimo ou baixo Tejo* com 65 km desde a foz até à Azambuja, o *alto Tejo* com cerca de 75 km de Tancos até Vila Velha de Ródão e o *Tejo superior* numa extensão de 7km em território nacional de Vila Velha de Ródão até à fronteira espanhola; Cf. Júlio Francisco José de Sousa, *A Bacia Hidrográfica do Tejo*, pp. 70 e 71 in Congresso Ribatejano. *Santarém, 1923*. Lisboa, Casa Progresso, 1924.

¹⁵ Martinho Vicente Rodrigues, *A vila de Santarém, (1640-1706); Instituições e Administração Local*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2004, pp. 661 e 667.

¹⁶ *Sir Richard D. Henegan* foi um civil com várias experiências militares nas campanhas da península, na qualidade de chefe de departamento do Field Train, do exército, onde garantia que a artilharia e as munições, estavam preparadas para serem utilizadas em combate; Cf. Maria Leonor Machado de Sousa, *A guerra Peninsular em Portugal; Relatos Britânicos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 277

¹⁷ Maria Leonor Machado de Sousa, *idem*, p. 287.

¹⁸ Martinho Vicente Rodrigues, *op.cit.*, p. 657.

¹⁹ O visconde de Wellington (vd. gravura nº 15) foi o comandante do exército aliado na campanha de 1810 e 1811. Além de derrotar como vimos, Massena, na batalha do Bussaco, destacou-se na campanha por ter conseguido estacar o exército francês nas Linhas de Torres, construídas por sua iniciativa. Pelo seu desempenho, recebeu o título em 1811, de conde do Vimieiro e as insígnias de grande cavaleiro da torre e espada, tendo-se tornado em 1812, marquês de Torres Vedras, conde e marquês de Wellington e duque de Vitória; Cf. AA.VV., *Dicionário enciclopédico da história de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, vol 2, p. 350.

atravessou o rio em barcos para a margem esquerda.²⁰ Na margem esquerda do Tejo, surgiam também em terrenos do concelho, mais dois portos: o de Santa Marta (Benfica do Ribatejo) e do Pinheiro (Pinheiro Grande).²¹

No século XIX, o Tejo desempenhava então, um importante papel na ligação entre as povoações ribeirinhas, constituindo-se também como um elemento fundamental para a actividade económica do concelho. A actividade agrícola também dependia dele, para a irrigação das suas culturas e fertilização dos solos, que ocorria durante o período das cheias, como aconteceu em Novembro de 1810, quando Montbrun, comandante da divisão de cavalaria francesa, ficou retido nos dias 16 e 17 em Santarém, por causa de uma inundação do Tejo, que cobrira os campos e tinha deixado os caminhos impraticáveis.²² Também em Abril de 1811, há registo de uma cheia na região de Santarém, de acordo com um averbamento, nos livros da Intendência Geral da Polícia, em que “*notícias do Ribatejo, anuncia  o que uma cheia cobrira os campos*”²³

Por sua vez, o rio Alviela surgia como um dos principais afluentes do rio Tejo no concelho de Santarém, atingindo o seu ponto mais largo perto da freguesia de Vale de Figueira, na zona da foz com o Tejo, apresentando nesse lugar uma largura de cerca de 100m. No entanto, o rio que na maior parte da sua extensão tem uma largura que varia entre os 20 e os 30 m²⁴ e uma corrente fraca e pouco caudalosa, não causava restrições de maior nos movimentos de tropas em caso de travessia; o que foi constatado em 20 de Fevereiro de 1811, pelo capitão Parmentier, quando referiu no seu relatório “*que era possível conduzir barcas para o Alviela sem riscos excessivos*”.²⁵ Foi também no espaço entre este rio e o Tejo, que o reabastecimento de víveres do 8   corpo de exército francês se efectuou durante a ocupa  o militar de Santarém. Neste rio desenvolveu-se como no Tejo, um serviço de transportes fluviais através dos denominados barcos do Alviela,²⁶ quer no transporte de pessoas, quer no de mercadorias.

²⁰ Com essa passagem foi assegurado por Wellington, a defesa dessa região desde a vila de Abrantes até Muge, que ficava na direc  o do Cartaxo, onde estava sedado o seu quartel-general; Cf. Marquez de S   da Bandeira, *Memória sobre as fortifica  es de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, p. 102.

²¹ Padre João Bautista de Castro Vasconcellos, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762, tom.I, p. 35.

²² BNL, Reservados, *Relation de quelques   v  nements remarquables de la campagne de Masséna en Portugal, par un officier qui accompagna l’arm   française*, Colec  o Pombalina, ms. 747, fl. 7.

²³ ANTT, Intendência Geral da Polícia, Contas para as diferentes secretarias de estado, desde 18 de Março de 1811 até 5 de Agosto de 1811, liv. 12, p. 65.

²⁴ Cf. *Cadastro Militar da folha n  341*, da carta militar 1:25 000, série M 888.

²⁵ General Koch, *op.cit.*, 2007, p. 169

²⁶ Martinho Vicente Rodrigues, *op.cit.*, p. 657.

O rio Maior era outro afluente do Tejo com alguma importância na região. Este rio que nascia na Serra dos Candeeiros, atravessava depois o lugar com o mesmo nome e passava a denominar-se de vala da Asseca a partir da confluência com a ribeira de Alcobertas. Desaguava finalmente na margem direita do rio Tejo, perto da vila da Azambuja, já com o nome de vala real da Azambuja. Com uma largura que variava entre os 10 e os 20 m e uma profundidade de 2 a 3 m, era considerado impeditivo,²⁷ uma vez que o terreno à sua volta se tornava pantanoso com as chuvas, na região do paul da Anana, “*que durante os meses de Inverno, não é possível transpor*”, como confirmou em 18 de Novembro de 1811, Jonathan Leach,²⁸ nas suas recordações da guerra peninsular.²⁹

O rio Almonda, afigurava-se já como um afluente do Tejo que corria no limite do termo de Santarém com o da vila da Golegã, nascendo na Serra de Aire, atravessava a vila de Torres Novas e desaguava na margem direita do rio Tejo junto ao lugar da Azinhaga. Com uma largura que oscilava entre os 20 e os 30 m e uma fundura de 2 a 3 m, constituía-se também como um obstáculo de valor, nas zonas de terreno pantanoso ou inundado da região do Paul do Boquilobo,³⁰ onde o piso podia afectar o deslocamento de unidades militares, principalmente no Inverno. Também a ponte sobre o Almonda junto à Quinta do Paul, era considerada um ponto importante³¹ no rio, porque se constituía como um dos centros nevrálgicos das comunicações do exército francês dentro da sua área de operações³² na região de Santarém, tendo sido destacadas para a sua protecção tropas do general Loison, que patrulhavam toda a zona desde a ponte até ao rio Tejo.³³

A vala de Alpiarça, por seu lado, era o único afluente do Tejo que desaguava na margem esquerda do termo, perto da localidade de Sta. Marta de Monção de Benfica (Benfica do

²⁷ *Terreno impeditivo* é aquele que impede ou dificulta quase completamente os movimentos de forças em formações de combate, a não ser que um elevado esforço seja efectuado, por meios de engenharia, para melhorar a mobilidade; EPI., *op.cit.* pp. 23 e 26 e Cf. *Cadastro Militar da folha nº352*, da carta militar 1/25 000, série M 888.

²⁸ Jonathan Leach, foi um oficial inglês que participou na campanha da terceira invasão francesa, estando directamente envolvido nas operações que decorreram na região de Santarém, como comandante de uma companhia, que pertencia à divisão ligeira de Craufurd; Cf. Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, p. 229.

²⁹ Maria Leonor Machado de Sousa, *idem*, p. 234.

³⁰ Cf. *Cadastro Militar da folha nº341*, da carta militar 1:25 000, série M 888.

³¹ *Ponto importante* é o local, ou área cuja conquista ou manutenção da posse significa uma nítida vantagem para qualquer dos comandantes contendores; Exército Português/ Comando da Instrução e Doutrina, *Regulamento de campanha; operações / Anexo B: Glossário de termos*, CID, 2005, p. B10.

³² *Área de operações* é toda a área delimitada necessária para conduzir as operações militares e a respectiva administração dessas mesmas operações; EP/CID, *idem*, p. B2.

³³ Victoriano José César, *Invasões Francesas em Portugal: Invasão francesa de 1810*, Lisboa, Typografia da Cooperativa Militar, 3ª parte, 1910, p. 178.

Ribatejo).³⁴ Com uma largura média entre os 10 e os 20 m e uma profundidade de cerca de 2 m, podia assumir-se como um obstáculo de alguma importância, aquando da sua passagem por forças militares em partes do seu percurso, devido ao seu caudal que “*de Inverno corre arrebatado*”.³⁵ Nascia perto da vila de Ulme, com a designação de ribeira de Ulme, devido ao facto de atravessar esta vila, passando a denominar-se vala de Alpiarça a partir da freguesia que lhe dava o nome.

Podemos então afirmar que a geomorfologia³⁶ do concelho de Santarém apresentava, à excepção do maciço da Serra dos Candeeiros, dobras de terreno pouco significativas que não dificultavam a observação a longas distâncias e eram facilmente contornáveis por movimentos de tropas apeadas. Estas características, conjugadas com a hidrografia, incrementavam a importância do concelho na época em estudo, como possível área de operações, uma vez que as características da rede hidrográfica criavam nele um espaço com excelentes vias de comunicação para transporte de militares e abastecimentos,³⁷ que se podiam constituir como obstáculos em determinadas circunstâncias, como foi observado.

A superfície do concelho manifestava também, de acordo com a análise da cartografia, uma compartimentação transversal³⁸ em relação ao rio Tejo, que percorre o município segundo a direcção Nordeste-Sudoeste. Esta compartimentação do terreno, era então definida pela região situada entre dois dos seus principais afluentes, o rio Maior e o rio Alviela, que circulam no sentido Noroeste-Sudeste em direcção ao Tejo. Nesta região, que tinha início na passagem de Rio Maior junto ao maciço orográfico da Serra dos Candeeiros e se prolongava até ao rio Tejo nas proximidades da vila de Santarém, tínhamos um corredor de mobilidade,³⁹ que se transformou numa das áreas mais importantes para o deslocamento de forças militares no espaço concelhio do século XIX.

³⁴ Cf. *Cadastro Militar da folha nº353*, da carta militar 1:25 000, série M 888.

³⁵ Padre João Bautista de Castro Vasconcellos, *op.cit.*, 1762, p. 105.

³⁶ A *geomorfologia* do concelho assenta no estudo das formas de relevo, que a superfície do concelho apresenta; Cf. AA.VV., *Dicionário de língua portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2004, p. 827.

³⁷ Os *Abastecimentos* incluem víveres para homens e animais, fardamento, armamento e outros artigos necessários para equipar, manter e fazer actuar as tropas; Tenente-coronel Torres Afonso, *Cadeira M-151; Logística*, 2007, p.82.

³⁸ Um *compartimento de terreno* é toda a zona limitada, pelo menos lateralmente, por acidentes (elevações, zonas arborizadas, povoações e extensos lençóis de água) que impedem a observação e execução de fogos directos para o seu interior, a partir de posições no exterior. Sendo assim, a *compartimentação transversal* do concelho, é conseguida á custa de um compartimento perpendicular à direcção do rio Tejo; Instituto de Altos Estudos Militares, *Dicionário de termos militares*, Lisboa, IAEM, 1977, p. 32.

³⁹ Um *corredor de mobilidade* constitui uma área aberta através da qual uma unidade militar de determinado escalão e tipo, pode manobrar de acordo com a sua doutrina táctica; EPI., *op.cit.*, p. 13.

No que diz respeito aos solos do concelho, a sua diversidade, constituição e fertilidade, tiveram reflexo directo, no aproveitamento que o Homem fez dos mesmos ao longo das várias centúrias. Na planície aluvial das lezírias do Tejo e seus afluentes, as *terras de campo* assim designadas pelo povo, surgiam os solos de aluvião que eram palco de uma utilização agrícola intensa e produtiva, através da cultura de vários cereais. Nos solos mais pobres para a agricultura, designados de litólicos não húmicos e podzóis, popularmente conhecidos por região da *charneca*,⁴⁰ optava-se por um aproveitamento florestal, assente essencialmente no cultivo do sobreiro, azinheira, pinheiro e castanheiro, criando uma mancha verde que poderá ter condicionado a mobilidade dos exércitos que percorreram esta região, facultando no entanto a sua cobertura.⁴¹ Por último, nos solos calcários pardos e vermelhos,⁴² conhecidos por *terras de bairro* e que eram maioritários no concelho, predominavam as culturas da vinha, da oliveira e os pomares, agricultura de sequeiro tipicamente mediterrânica.

Pelo que foi referido, podemos considerar o concelho de Santarém da época, como um território muito fértil, caracterizado por uma agricultura bastante produtiva, que oferecia grandes recursos, facilitando o reabastecimento de víveres⁴³ dos exércitos, que ocupassem a região. Em 30 de Outubro de 1808, Adam Neale,⁴⁴ numa visita á vila de Santarém, confirmava esta prosperidade, descrevendo a vista sobre o Tejo e a região circundante, da seguinte forma: “*O Tejo, nesta altura um curso de água pouco profundo, serpenteia lá em baixo por entre margens de areia dourada, na margem mais distante espraia-se uma região muito fértil, bem coberta de árvores [...] Ao olhar para o rio ao lado esquerdo, o olhar abrange um panorama igualmente imponente e magnífico*”.⁴⁵

⁴⁰ Aristides de Amorim Girão, “*O Ribatejo*” in Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém, Santarém, JGDS, 1933, p. 14.

⁴¹ *Cobertura* é a protecção da observação, podendo ser fornecida por bosques, florestas, arbustos, neve, erva alta ou culturas; EPI, *op.cit.*, p. 12.

⁴² Joaquim M. C. Cerqueira, *Agricultura, Solos e Clima*, Lisboa, Colecção Agros, 1978, pp. 65 a 70.

⁴³ Os víveres são provisões de boca ou mantimentos para alimentar as tropas e animais em campanha; AA.VV., *Dicionário de língua portuguesa*, Porto Editora, 2004, p. 1731.

⁴⁴ Adam Neale, foi um médico que serviu no exército britânico, durante a primeira invasão francesa. Nas suas viagens atravessou a zona de Santarém, tendo-nos deixado uma descrição única da natureza e sociedade do início do século XIX, dessa região; Cf. Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, pp. 153 e 154.

⁴⁵ Maria Leonor Machado de Sousa, *idem*, p. 163.

1.1.2. As condições meteorológicas

Durante a ocupação militar de Santarém, a precipitação própria dessa época do ano⁴⁶ poderá ter afectado seriamente a transitabilidade⁴⁷ dos exércitos que actuaram no concelho, prejudicando assim a mobilidade⁴⁸ do pessoal e material. Em 9 de Outubro de 1810, o barão de Marbot⁴⁹ nas suas memórias, comprovava esta realidade, quando descreveu que “*Depois de ter gozado, até aí, de um tempo magnífico, fomos surpreendidos por chuvas de Outono, como se vêem nos trópicos e na costa sul da Península. Isto cansou muito as tropas dos dois exércitos.*” Na mesma obra refere ainda que “*O tempo estava horrível, os caminhos transformados em torrente, o que aumentava a dificuldade de ir longe para buscar víveres e, sobretudo, forragem*”⁵⁰ Sobre as mesmas chuvas que se faziam sentir nesse período, Wellington, acrescentou num dos seus ofícios, que em 8 de Outubro de 1810, “*principiarão as chuvas, que usualmente caem nesta parte da estação do anno no reino de Portugal, e hão continuado desde então em grande abundância, o que há provavelmente aumentado as dificuldades do inimigo, e demorado os seus progressos*”.⁵¹

Mas não foi só o exército francês a sofrer o rigor das chuvadas, no Inverno de 1810. Jonathan Leach no seu diário afirmava que desde a chegada dos ingleses às linhas de Torres Vedras, até à retirada dos franceses para Santarém, “*as chuvas nunca deixaram de cair, e depressa abriram caminho através das tendas, de modo que raramente estávamos secos*”. Ainda perto de Santarém, na perseguição ao exército de Massena, as tropas da sua divisão, no dia 19 de Outubro de 1810, pernoitaram num bosque para ficarem “*tão confortáveis quanto possível, mas no qual [passaram] uma noite tão desagradável, quanto um dilúvio ininterrupto de chuva poderia produzir*”.⁵² Também o coronel Orwey, comandante de uma brigada de

⁴⁶ A ocupação militar decorreu no Outono e Inverno dos anos de 1810 e 1811, estações do ano onde ocorre maior precipitação, que no concelho aumentava gradualmente da zona junto ao rio Tejo de altitudes mais baixas, em direcção às zonas mais altas; António Pena, *op.cit.*, p. 11.

⁴⁷ *Transitabilidade* é a característica de uma zona ou área de terreno, que incorporando o tipo e número de estradas existentes na mesma e ainda os obstáculos, permite avaliar a facilidade com que uma força militar nela se desloca; EPI, *op.cit.*, pp. 23 e 26.

⁴⁸ A *Mobilidade* prende-se com a capacidade de manobra de uma unidade militar numa determinada área; EPI, *op.cit.*, p. 13.

⁴⁹ O Barão de Marbot foi um oficial francês, que serviu no estado-maior de Massena durante a terceira invasão francesa, onde foi ferido duas vezes. No segundo volume das suas memórias, dedica vários capítulos a esta campanha, fazendo justiça ao comportamento dos militares portugueses em combate; António Ventura, *Introdução: O Barão de Marbot e as suas Memórias*, pp. VII a XII, in General Barão de Marbot, *Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa*, Lisboa, Caleidoscópio, 2006.

⁵⁰ General Barão de Marbot, *Memórias sobre a 3ª invasão francesa*, 2006, pp. 75 e 88.

⁵¹ *Gazeta de Lisboa*, 15 de Outubro de 1810, nº 247.

⁵² Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, pp. 231 e 235.

cavalaria, posicionada na margem esquerda do Tejo, confirmava numa carta para o coronel D'Urban,⁵³ em 4 de Fevereiro de 1811, as adversidades que ainda se viviam com as chuvas. Segundo ele, havia dificuldades em alimentar os cavalos da sua unidade, porque “*as agoas, impedem o transporte das palhas, a algumas das quintas*”⁵⁴ onde se encontravam os regimentos que constituíam a sua brigada.

No que diz respeito à humidade, ela é elevada em todo o concelho. Assim, deve ter sido frequente no período da ocupação, os nevoeiros ou neblinas matinais nas zonas mais baixas, o que diminuía a visibilidade das forças militares. Esta condição atmosférica facilitava no entanto as operações ofensivas e retrógradas dos exércitos, aumentando a sua ocultação⁵⁵ e a possibilidade de conseguir o efeito surpresa, como se verificou na retirada⁵⁶ de Massena das linhas de Torres Vedras para Santarém. No entanto, a baixa visibilidade dificulta as operações defensivas, porque não auxiliava o comando, controle e coesão de uma força que ocupasse uma determinada posição, complicando desta forma os seus reconhecimentos, vigilância e a aquisição de objectivos, como se verificou com as forças aliadas de Wellington, durante a retirada francesa.

Também os ventos que são frequentes no concelho, com origem no quadrante Noroeste e em períodos de temporal no do Sul, poderão ter reduzido em determinadas situações, devido à sua velocidade, a eficiência para combate de forças que actuaram contra o vento durante o período em análise, por acção do levantamento de poeiras e areias. Mas segundo as observações médicas feitas em Santarém, a propósito da portaria de 24 de Outubro de 1812, realizadas pelo médico Luiz Gonzaga da Silva, os ventos constituíram também um factor importante na propagação de epidemias. Ele mesmo confirmou, que os ventos que sopravam de Noroeste na vila contribuíam para a disseminação de doenças, porque traziam os maus “*vapores do paul e vala da Asseca*” provocados pelas estagnações de água.⁵⁷ A presença de

⁵³ O coronel Benjamin D'Urban, desempenhava neste período no estado-maior do exército português, as funções de Quartel-Mestre-General; Cf. João Centeno, *O Exército Português na Guerra Peninsular: Do Rossilhão ao fim da segunda Invasão Francesa* (1807-1810), Lisboa, Prefácio, 2008, p. 219.

⁵⁴ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ cx. 22/ doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre forragens*, datada de 4 de Fevereiro de 1811.

⁵⁵ *Ocultação* consiste no aproveitamento das condições atmosféricas, dos acidentes naturais do terreno e de outros meios que nele existem, com o intuito de evitar a observação de uma força; IAEM., *op.cit.*, p. 26.

⁵⁶ A *Retirada* é um tipo de operação retrógrada, pela qual uma força que não está em contacto, se afasta do inimigo para evitar o combate. Sendo uma *Operação retrógrada* qualquer movimento táctico organizado, que uma unidade executa para a retaguarda ou para se afastar do inimigo; Exército Português/ Estado-Maior do Exército, *RC 130-1, Operações*, EME, 1987, cap. 9, p. 39.

⁵⁷ Luiz Gonzaga da Silva, *Introdução Histórico-Médica para as observações médicas em a villa de Santarém, exigidas pela portaria de 24 d'Outubro de 1812*, in *Jornal de Coimbra*, vol. IV, nº XIX, Julho de 1813, pp.139 e 141.

tropas aliadas e francesas, colocadas em posições defensivas nas imediações desta vala durante a ocupação do concelho, poderá explicar em parte, as febres tifóides comuns entre os militares neste período, principalmente junto dos franceses, que ocuparam a vila. Muitos destes militares contribuíram depois, para a propagação da doença junto da população civil.

Por último, a temperatura que no concelho se manifesta em duas zonas bem definidas, uma de menores dimensões, mais fresca, na franja Oeste junto à Serra dos Candeeiros e outra mais quente que engloba praticamente toda a área concelhia, pode ter afectado em situações extremas as possibilidades do combatente, equipamento e respectivos recursos.

Luiz Gonzaga da Silva, acrescentava ainda no seu relatório médico, que os calores ardentíssimos contribuíam igualmente para a propagação de doenças, referindo que na vala da Asseca, a acção do sol ardente sobre as águas estagnadas, levava à exalação de “*miasmas podres, que apodrecião a atmosphaera, [dando] ao ar visinho hum fétido insupportavel*”,⁵⁸ que afectavam com febres os habitantes da proximidade. O mesmo poderá ter sucedido em dias mais quentes, com as populações desta região, que durante a primavera de 1811, regressaram em massa às suas casas.

Já o frio, afectou bastante os militares, que participaram na campanha de Santarém, durante o rigor do Inverno. Em 20 de Janeiro de 1811, Beresford,⁵⁹ confirmava esta realidade, solicitando a possibilidade do Arsenal Real do Exército, fornecer “*mantas portuguesas*”,⁶⁰ a diferentes unidades do exército português.

Mas esta situação, também afectou os vários habitantes do concelho, que abandonaram as suas casas, e se refugiaram em regiões mais seguras. Estando expatriados devido á invasão, houve “*famílias que se virão em consequência dela, reduzidas a hum estado de pobreza*” enorme, vivendo em “*jornadas feitas em huma estação chuvosa*”⁶¹ e fria, onde muitas vezes

⁵⁸ Luiz Gonzaga da Silva, *Idem*, pp.139 e 142.

⁵⁹ Dada a desorganização do exército português em consequência da primeira invasão francesa, Beresford (vd. figura 16), foi escolhido para proceder à sua urgente reorganização, sendo nomeado em 1809, marechal comandante em chefe do exército português. Homem de extrema severidade em termos disciplinares, levou a cabo a sua missão logo no ano de 1809, ao participar na expulsão de Soult durante a segunda invasão francesa. Mas é com a terceira invasão em 1810 e 1811, que a sua acção se torna mais evidente, ao substituir o general Hill, no comando das forças que estavam posicionadas no lado esquerdo do Tejo, durante a campanha de Santarém; Cf. AA.VV., *Dicionário enciclopédico da história de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, vol 1, 1985, pp.68 e 69.

⁶⁰ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ cx. 22/ doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre equipamento*, datada de 20 de Janeiro de 1811.

⁶¹ ANTT, Intendência geral da policia, *Contas para as diferentes secretarias de estado desde 18 de Março de 1811 até 5 de Agosto de 1811*, Livro 12, 30 de Março de 1811, pp. 17 e 18 v.

não tinham qualquer tipo de abrigo, sofrendo assim com as adversidades do clima⁶² característico desta região.

1. 2. O espaço administrativo

O concelho de Santarém pertencia no início do século XIX, à antiga província da Estremadura, representada nos mapas seguintes, e tinha na sua constituição um grande número de freguesias. Era nesse período, considerado um município de grandes dimensões, quando comparado com as suas dimensões actuais.⁶³ Ocupava então terrenos da margem esquerda do rio Tejo, fazendo parte da sua organização, seis freguesias desse lado do rio. Era o caso de Alpiarça, hoje sede de concelho, as freguesias do Pinheiro Grande, Chouto e Vale de Cavalos, inseridas presentemente no concelho da Chamusca e ainda as freguesias de Sta. Marta de Monção de Benfica⁶⁴ e da Raposa, actualmente na dependência do concelho de Almeirim.

Na margem direita do Tejo, surgiam também várias povoações, hoje pertencentes aos concelhos do Cartaxo e Rio Maior. Tínhamos então dentro do espaço concelhio de Santarém, na centúria de oitocentos, freguesias como o Cartaxo, Valada, Vale da Pinta, Ereira-Lapa e Pontével, do município do Cartaxo e as paróquias de Arruda dos Pisões, Outeiro da Cortiçada, Rio Maior e S. João da Ribeira, do concelho de Rio Maior. A população da Azinhaga também pertenceu a Santarém até 1895, data em que se transferiu para o município da Golegã.

No entanto, algumas povoações sempre pertenceram ao termo de Santarém até aos dias de hoje. Nesta situação estão as freguesias rurais de Abitureiras, Achete, Alcanhões, Almoester, Azóia de Baixo, Azóia de Cima, Casével, Pombal, Póvoa da Isenta, Póvoa de Galegos, Romeira, S. Vicente do Paúl, Tremês, Vale de Figueira, Vale, Vaqueiros e Várzea.

⁶² O concelho ocupava um espaço em que o clima se situa entre o marítimo de transição, devido à penetração de algum ar atlântico através do sistema orográfico de Aire e Candeeiros e o continental atenuado. Carlos Alberto Medeiros, *op.cit.*, p.98.

⁶³ O concelho de Santarém faz hoje parte da unidade territorial Lezíria do Tejo, com uma superfície de 560 km² apresenta hoje um comprimento máximo de 35 km na direcção Norte/Sul desde o Covão dos Porcos no Maciço de Porto de Mós até à foz da vala travessa no rio Tejo. A sua parte mais larga surge segundo a orientação Oeste/Este, entre a Gançaria e Vila Nova com 31 km⁶³ de extensão, pelo que é considerado um concelho de média dimensão a nível nacional in António Pena, *op.cit.*, 1996, p.10.

⁶⁴ Conhecida actualmente por Benfica do Ribatejo. Governo Civil de Santarém, *Sistema de informação geográfica de emergência de Santarém*, Santarém, GCS, 2008, Mapa do concelho de Almeirim.



Figura 1 – Carta do reino de Espanha e Portugal com a divisão por províncias

Fonte: Didier Robert de Vaugondy; 1780; EP/CL/DIE.

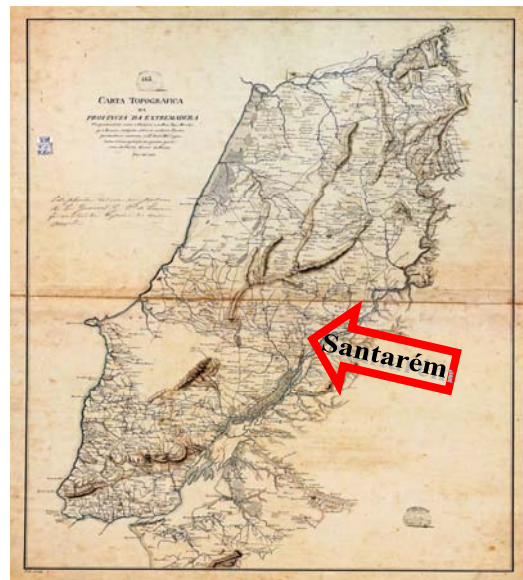


Figura 2 – Carta topográfica da província da Estremadura

Fonte: Arquivo Militar; 1829; EP/CL/DIE.

Algumas destas localidades, sofreram relativamente à época em estudo, algumas alterações na sua designação, é o caso da freguesia do Pombal, que passou a designar-se por Pombalinho, para se diferenciar de outros lugares com o mesmo nome. Já a povoação do Vale, mudou o nome para Vale de Santarém e a Póvoa de Galegos em 1925, por vontade do povo, ficou conhecida por Póvoa de Santarém.⁶⁵ Em relação às freguesias urbanas que pertenciam ao concelho em 1810-1811, eram treze as paróquias que constituíam burgo urbano de Santarém na época. Paróquias como Sta. Maria de Alcáçova, S. Martinho, N. Sra. de Marvila, Salvador, S. Nicolau, Smo. Milagre, S. Julião, S. Lourenço, S. João Evangelista de Alfange, Sta. Iria, Sta. Cruz, S. Mateus e S. Tiago,⁶⁶ constituem nos dias de hoje, as freguesias de Marvila, Salvador, S. Nicolau e Sta. Iria da Ribeira de Santarém.

⁶⁵ Albertino Henriques Barata, *O termo de Santarém através dos tempos*, in *Correio do Ribatejo* de 28 de Janeiro de 1977, Santarém, CMS, Cadernos culturais, 1992, pp.15 e 16.

⁶⁶ FCG, Centro Cultural Português, *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão*, Paris, FCG, 1970, p. 6. Ver tabela 1, anexo de quadros e tabelas, p.224.

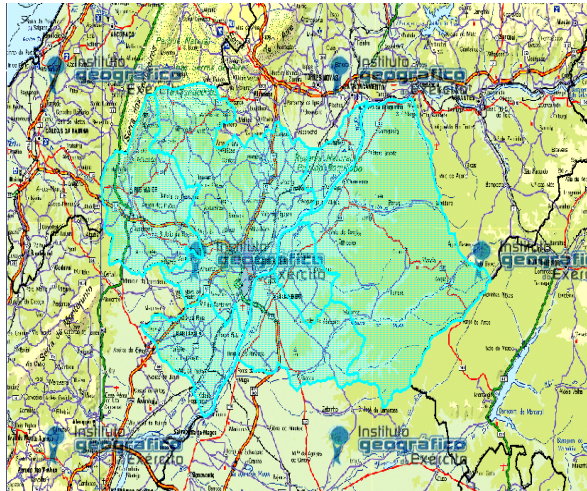


Figura 3 – Concelho de Santarém em 1810/1811

Fonte: Sistema de informação geográfica; IGeoE

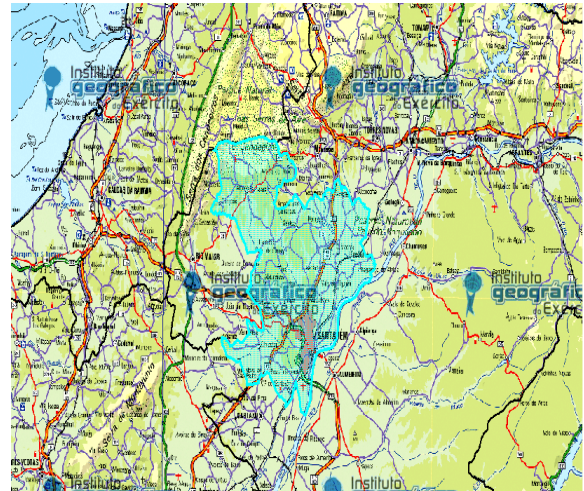


Figura 4 – Concelho de Santarém na actualidade

Fonte: Sistema de informação geográfica; IGeoE.

Em 1810 e 1811, freguesias como Alcanede e Pernes,⁶⁷ hoje pertencentes ao município de Santarém, eram antigas sedes de concelho da comarca de Santarém, tendo sido extintas com a reforma de 1855. Iremos referir estes dois municípios, em algumas partes da investigação, pela importância histórica e geográfica que tiveram, durante a ocupação e posicionamento dos exércitos na região. Procurámos assim, completar da melhor forma, o quadro dos impactos a analisar na zona de Santarém, no âmbito da vida social, política, económica e castrense da época.

Em relação à demografia do concelho, são claras as diferenças entre a população do século XIX e a actualidade. O município hoje com um total de 63.563 habitantes distribuídos por uma área de 560 km² apresenta uma densidade populacional de 114 hab/km².⁶⁸ Já no início do século XIX (1801),⁶⁹ data do último censo oficial anterior ao período em estudo, por força das suas maiores dimensões, com cerca de 1.500 km² e de uma população que na época

⁶⁷O antigo concelho de *Pernes* tinha na sua constituição, a própria vila de Pernes e as freguesias do Arneiro das Milhاريças, Louriceira e Malhou. Após a extinção do município, Pernes e Arneiro das Milhاريças passaram para Santarém e Louriceira e Malhou, para Alcanena, concelho criado em 1914. Já o antigo concelho de Alcanede, era constituído pela vila de Alcanede e as localidades de Abrã, Alcobertas e Fráguas, tendo as duas primeiras passado em 1855, para o município de Santarém e as restantes para o de Rio Maior. O concelho de Pernes, de pequenas dimensões, ostentava no período em estudo, uma densidade populacional de 48 hab/km², o que correspondia a uma população de 2 743 habitantes distribuídos por apenas 57 km². O concelho de Alcanede, que tinha uma área de cerca de 180 km², com uma população de 4 609 habitantes, apresentava uma densidade idêntica à de Santarém, com 25 hab/ km². FCG, Centro Cultural Português, *idem*, p. 8. / Ver figuras 26 e 27, anexo de figuras, p.173.

⁶⁸ Instituto Nacional de Estatística, *Recenseamento da população e da habitação (Alentejo) / Censos 2001*, Lisboa, INE, p. 8, e INE, *op.cit.*, 2007, pp. 32, 68.

⁶⁹ Instituto Nacional de Estatística, *O recenseamento da população Portuguesa de 1801 e 1849, edição crítica*, 2001, Lisboa, INE, vol. I, coordenador: Luís Espinha, pp.189,190 e 191.

não ultrapassava os 36.922 habitantes, o concelho de Santarém tinha uma densidade de cerca de 25 hab/ km².

1.3. O espaço estratégico: O valor militar do concelho

Em termos militares, o concelho de Santarém no século XIX implantava-se num espaço, que podemos considerar como determinante para a conduta da guerra nesse período. Estávamos assim perante o teatro de operações,⁷⁰ da antiga província da Estremadura, que nunca foi uma região de passagem nem de ligação entre outras, mas sim, uma zona com uma posição geoestratégica⁷¹ de protecção directa e imediata ao principal e decisivo objectivo português, a cidade de Lisboa. Podemos então assumir, que o espaço ocupado pelo concelho de Santarém fazia parte do último reduto que contribuía para a defesa do país.

Esse estatuto do teatro estremenho devia-se essencialmente à sua geomorfologia, que lhe garantia duas das melhores linhas de defesa do país, na direcção Oeste – Este entre o mar e o rio: as linhas Santarém – Rio Maior – Óbidos e as linhas de Torres Vedras. Possuía também vários pontos importantes,⁷² onde se incluía a vila de Abrantes e Santarém e que podiam ser aproveitados pelos exércitos que o penetrassem.⁷³ Com duas áreas distintas, uma de características fluviais e outra marítima, divididas pela Cordilheira Central, que em Portugal tem início na Serra da Estrela, oferecia dois corredores de mobilidade bem definidos até Lisboa, onde o maciço central lhes conferia protecção lateral contra ataques do inimigo. Estes corredores, regiões abertas à manobra táctica de forças de vários escalões, tinham a sua origem a norte da Serra do Sicó, na região de Miranda do Corvo – Condeixa – Serra do Rabaçal – Penela, permitindo ao invasor optar pela área de operações que segundo ele, lhe permitia alcançar maior sucesso.⁷⁴

No que diz respeito ao relevo do teatro, é sem duvida no Maciço Calcário Estremenho, constituído pela Serras dos Candeeiros, Aire, Porto de Mós e Mendiga, na sequência da

⁷⁰ *Teatro de operações* é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate, sendo o *Teatro de guerra* o espaço terrestre e marítimo, que está ou pode vir a estar directamente envolvido na conduta de guerra. EP / CID, *op.cit.*, 2005, p. B10.

⁷¹ A geoestratégia constitui-se como “o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem, que ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica”. Carlos Manuel Mendes Dias, *Geopolítica*, Coleção Estratégia e Política Externa, Lisboa, Prefácio, 2005, p.64

⁷² *Ponto importante* é o local, ou área cuja conquista ou manutenção da posse significa uma nítida vantagem para qualquer dos comandantes contendores. Exército Português, *op. Cit.*, p. B10.

⁷³ Ver figura nº5 e nº6, p. 24, onde estão representadas as linhas de defesa e os pontos importantes mencionados.

⁷⁴ Coronel Miranda Cabral, *Conferências sobre Estratégia; Estudo geo-estratégico dos teatros de operações nacionais*, Lisboa, Topografia Mauricio & Monteiro, 1932, p.176 e ver figura nº 6, p. 24.

cordilheira central para Sudoeste,⁷⁵ que temos o acidente orográfico de maior importância estratégica. Parte deste obstáculo encaixa na antiga área do concelho de Santarém, estando profundamente ligado à linha de defesa Santarém – Rio Maior – Óbidos.

Em relação à hidrografia, exceptuando o rio Tejo, não existia mais nenhuma linha de água no teatro que alcançasse grande importância estratégica, quer como obstáculo, suportando uma linha de defesa, ou então como corredor de mobilidade através do seu vale. No entanto, na área do concelho de Santarém do século XIX, o rio Alviela, o rio Maior (vala da Asseca), o rio Almonda e a vala de Alpiarça, poderiam obter alguma importância táctica nas operações realizadas na sua proximidade.

Já a vegetação, com manchas de arvoredos pouco significativas, permitia uma maior liberdade de movimentos na zona sul do teatro, onde se incluía a região de Santarém, em relação à zona Norte. Nessa região era possível a livre circulação de unidades de determinado escalão e tipo em direcção a Lisboa, mesmo por fora dos itinerários de Marcha.⁷⁶

A superfície então correspondente ao concelho de Santarém, situava-se na área de operações do teatro designada por fluvial, podendo ser abordada pelo Alentejo⁷⁷ através da margem esquerda do rio Tejo, caso o inimigo se encaminhasse segundo o eixo de aproximação⁷⁸ Marvão – Castelo de Vide – Gavião – Abrantes – Santarém. Esta faixa de terreno proporcionava a uma força atacante de determinado escalão e tipo, um espaço relativamente adequado e fácil para atingir os objectivos⁷⁹ secundários Abrantes e Santarém, alcançando assim o objectivo principal Lisboa. Foi por esta razão que Wellington em 1810, apesar de considerar secundária uma invasão pelo Alentejo devido às dificuldades de transposição do rio Tejo a partir de Outubro,⁸⁰ ordenou nos preparativos da defesa contra a invasão de Massena, o posicionamento da divisão de Hill na área do teatro de operações

⁷⁵ Carlos Alberto Medeiros, *op.cit.*, p. 64.

⁷⁶ Coronel Miranda Cabral, *op.cit.*, p. 176.

⁷⁷ Ver figura nº 6, p. 24.

⁷⁸ *Eixo de aproximação* é uma faixa de terreno que proporciona a uma força atacante de determinado escalão e tipo, um itinerário relativamente fácil e adequado para atingir um objectivo ou um ponto importante. EPI, *op.cit.*, p. 21.

⁷⁹ *Objectivos* são localizações no terreno utilizadas para orientar e fasear operações, facilitando mudanças de direcção e garantindo unidade de esforços. Sendo o *Objectivo Principal* ou *decisivo* o mais importante para o cumprimento da missão, atribuído à unidade encarregada do ataque principal e o *Objectivo Intermédio* ou *secundário* aquele cujo controle ou neutralização é essencial para o cumprimento da mesma missão. EP / CID, *op.cit.*, Glossário / IAEM, *op.cit.*, 1977, p. 76.

⁸⁰ O Tejo constituía um obstáculo de grande importância no Inverno a este eixo, mas com pouco valor em alguns dos seus troços no verão, principalmente a norte de Santarém, entre a região de Abrantes e Vila Velha de Ródão, facilitando assim a passagem do invasor através do rio e aumentando a necessidade de vigilância e defesa na margem direita do rio. Coronel Miranda Cabral, *op.cit.*, p. 172.

alentejano.⁸¹ Actuando na região de Portalegre, esta força fiscalizava os movimentos do 2º corpo do exército francês, comandado por Reynier, que vinha a operar na região de Alcântara na Estremadura espanhola, vigiando da mesma maneira o vale do Tejo e os movimentos dos ingleses.

Penetrando o invasor a nordeste do concelho, proveniente da Beira Baixa,⁸² o seu eixo de aproximação seria Segura ou Salvaterra do Extremo – Castelo Branco – Sobreira Formosa (perto de Proença-a-Nova) – Abrantes – Santarém, mantendo Abrantes e Santarém como objectivos intermédios, determinantes para a conquista de Lisboa. Wellington também contemplou esta possibilidade ao enviar as forças de Beresford, para guarnecer as praças de Abrantes e Tomar. Estas tropas constituíam-se como uma importante reserva, que ao passar o rio Tejo em Abrantes podia apoiar a divisão de Hill nas operações do Alentejo ou nas passagens da Serra do Muradal,⁸³ caso Reynier se movimentasse sobre a região de Castelo Branco.⁸⁴

Se a invasão se realizasse pela região da Beira Alta,⁸⁵ o inimigo poderia percorrer como principal eixo de aproximação, a direcção Miranda do Corvo – Espinhal – Tomar – Torres Novas – Pernes – Santarém, penetrando no concelho através do seu limite norte, até controlar Santarém. A este eixo correspondia uma antiga estrada militar, que foi percorrida por várias forças militares durante o período em estudo. Algumas das unidades que utilizaram a estrada militar foram a 5ª divisão do general Leight posicionada na região de Tomar e a 2ª divisão do general Hill em Sarzedas, próximo de Castelo Branco. Estas forças por ordem de Wellington, em Setembro de 1810, percorreram este itinerário para ocupar novas posições no rio Alva, reforçando assim as forças que operavam na Beira Alta.

Após a batalha do Buçaco, o exército de Wellington, executou uma acção retardadora⁸⁶ de Coimbra para as linhas de Torres, fazendo deslocar novamente a divisão de Hill através da mesma estrada militar em direcção a Santarém,⁸⁷ para ocupar a sua posição no flanco direito

⁸¹ Victoriano José César, *op.cit.*, p. 41.

⁸² Ver figura nº 6, p. 24.

⁸³ Serra situada entre Castelo Branco e Proença Nova. IgeoE, Sistema de Informação Geográfica, 2006.

⁸⁴ Victoriano José César, *op.cit.*, p.41.

⁸⁵ Ver figura nº 6, p. 24.

⁸⁶ A *acção retardadora* é um tipo de operação retrógrada, pela qual uma unidade sob pressão do inimigo troca o mínimo de espaço pelo máximo de tempo, infligindo ao inimigo o máximo de danos sem, contudo, se deixar empenhar decisivamente em combate. Sendo uma *Operação retrógrada* qualquer movimento táctico organizado, que uma unidade executa para a retaguarda ou para se afastar do inimigo. EP, EME, *op.cit.*, 1987, Cap. 9, p. 39.

⁸⁷ O restante grosso do exército de Wellington marchou numa só coluna, de acordo com o eixo mais importante da área de operações marítima, Condeixa – Pombal – Leiria – Batalha, continuando a partir da Batalha com a 3ª divisão do general Picton segundo a direcção Alcobaça – Óbidos – Torres Vedras, ocupando a região de Torres e do baixo Sizandro. No entanto as demais divisões e brigadas a partir da Batalha, seguiram pelo eixo Batalha –

das linhas de Torres em Alhandra. Por último, com a retirada definitiva de Massena do território nacional, em Março de 1811, serviu a mesma estrada militar de suporte a essa manobra e á perseguição⁸⁸ movida pelo exército anglo-luso.

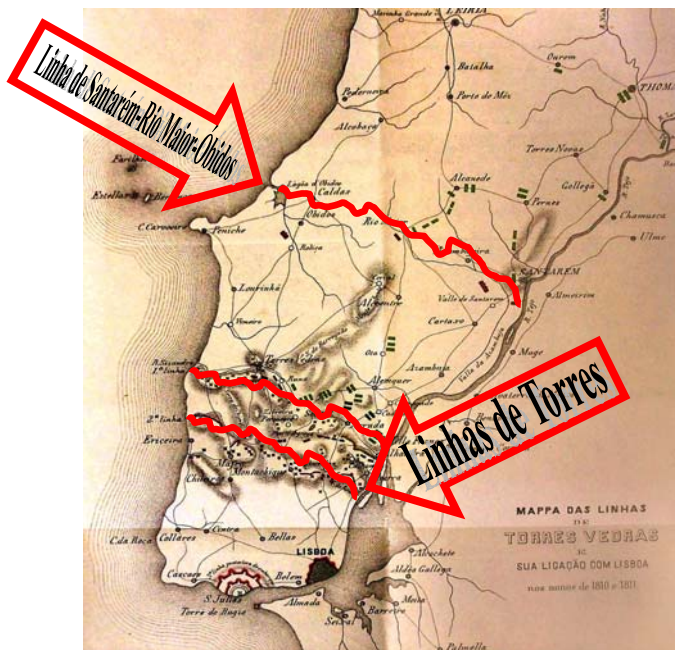


Figura 5 – Linha de Santarém – Rio Maior e Linhas de Torres Vedras

Fonte: Luz Soriano, 1884, tom. III, Mapa das Linhas de Torres, p. 232.



Figura 6 – Eixos de aproximação e pontos importantes na província da Estremadura

Fonte: AHM, 1810, Mapa com o itinerário de entrada e retirada de Massena.

No teatro de operações estremenho, o objectivo principal no século XIX, era como vimos a capital, Lisboa, existindo vários objectivos secundários ou intermédios, entre os quais, a vila de Santarém e o lugar de Rio Maior, povoações inseridas no concelho em estudo, além de Óbidos, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Sobral e Alhandra.

Rio Maior era considerado um objectivo intermédio, porque nele existia um importante nó de comunicações do teatro, situado junto à passagem da Cordilheira Central. Esta região servia de ligação entre as áreas de operações marítima e fluvial, constituindo-se como

Molianos – Rio Maior, fazendo aqui a transição para área de operações fluvial, continuando a percorrer esta região na direcção Rio Maior – Alcoentre, até ocuparem posições nas linhas de Torres. Cf. Victoriano José César, *op.cit.*, pp. 124 e 125, e *Gazeta de Lisboa*, 8 de Outubro de 1810.

⁸⁸ A Perseguição segue-se normalmente a uma exploração do sucesso, quando a força inimiga está desmoralizada e as suas unidades começam a desintegrar-se face a uma pressão continua, pode ocorrer também em qualquer operação que o inimigo tenha perdido a capacidade para actuar eficazmente e tente escapar-se. EP / EME, *op.cit.*, 1987, Cap. 8, p. 76.

fundamental o seu controle pelos exércitos, pois possibilitava balançar forças e manobrar por linhas interiores das duas áreas de operações referidas.⁸⁹

Esta situação aconteceu com Massena, que fez passar por Rio Maior na sua marcha para o contacto,⁹⁰ a guarda avançada ou vanguarda, o grosso do exército e as guardas de retaguarda e flanco, depois de terem percorrido a área de operações marítima segundo a direcção Coimbra – Condeixa – Pombal – Leiria – Batalha – Molianos – Rio Maior, transitando para a zona fluvial neste ponto, em direcção às linhas de Torres.

Sobre este movimento e a importância de Santarém, escreveu o seguinte nas suas memórias, o General Barão de Marbot: “*no dia 9 de Outubro, a nossa vanguarda chegou, finalmente, às margens do Tejo e ocupou Santarém, cidade importante pelo comércio. Lá encontramos muitas provisões, e de todo o tipo*”,⁹¹ também a perspectiva inglesa através dos relatos de Jonathan Leach referem esta operação, quando no dia 5 de Outubro “*a nossa cavalaria de retaguarda [guarda de retaguarda do exército anglo-português] teve um confronto com a guarda avançada do inimigo*” e já perto de Alcoentre “*a nossa rectaguarda foi novamente atacada no dia 8 e rechaçou os franceses com perdas*”⁹²

Pela sua localização geográfica num planalto, Santarém, além de controlar o principal nó rodoviário da área de operações fluvial, a estrada Lisboa – Porto, via Cartaxo, permitia a vigilância do rio Tejo e o domínio dos pontos essenciais entre a Serra de Aire e o rio Tejo, controlando desta forma todas as passagens ao longo da zona de operações fluvial. Como tal, a sua conquista e posse trazia grandes vantagens a uma força que a ocupasse, o que aconteceu com Massena após a retirada das linhas de Torres Vedras.

Sobre a posição de Santarém, também Fririon, o chefe de estado-maior de Massena, nas suas crónicas afirmava que a mesma era muito forte, ao ponto do exército aliado, não ter tentado sequer atacar os franceses nessa posição, preferindo aguardar pacientemente.⁹³ Pela mesma razão, Wellington, no seu relato de campanha de 1810,⁹⁴ ao tomar conhecimento que o exército francês se encontrava no concelho de Santarém, abandonou a intenção de atacá-lo

⁸⁹ Coronel Miranda Cabral, *op.cit.*, 1932, p. 230.

⁹⁰ A *Marcha para o contacto* é uma operação ofensiva destinada a estabelecer o contacto com o inimigo ou a restabelecer o contacto perdido, nas condições mais favoráveis para a força principal. A articulação de uma força na marcha para o contacto compreende as *forças de cobertura* e *guarda avançada (vanguarda)*, *grosso*, *guardas de flanco* e *guarda de retaguarda*. Exército Português, *op.cit.*, Cap.8, pp. 52 e 53.

⁹¹ General Barão de Marbot, *op.cit.*, 2006, p.75.

⁹² Jonathan leach in Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, pp.227 e 228.

⁹³ Cf.Barão Fririon, *Journal historique de la campagne de Portugal entreprise par les Francais sous les ordres du Marechal Massena*, 1841, p.115.

⁹⁴ *Gazeta de Lisboa*, 23 de Novembro de 1810, nº 281.

devido não só ao estado dos caminhos e dos cursos de água, mas por ser claro para ele, que os franceses tinham reunido o seu exército numa das posições mais fortes do país.

Também o historiador inglês Napier, caracterizou a posição de Santarém e apontou as dificuldades que o exército anglo-luso teria em atacá-la, apoiada como estava na esquerda por um paul até ao rio Tejo e na direita pelos terrenos pantanosos do Rio Maior, ambos de difícil transposição. Tinha ainda um único itinerário de marcha para o exército aliado que era muito estreito e estava obstruído por abatises,⁹⁵ constituindo a própria cidade com as suas fortificações outro ponto de defesa.⁹⁶

Pelo que foi exposto, podemos afirmar que a linha Santarém – Rio Maior se podia constituir como uma importante linha geral de defesa das nossas forças no concelho de Santarém, caso o invasor abordasse Lisboa pelo teatro de operações do Alentejo, da Beira Baixa ou então a partir do Beira Alta como aconteceu em 1810.

Mas não é só durante a 3ª invasão Francesa, que a importância estratégica do concelho de Santarém é reconhecida. Logo em 1808, durante a 1ª invasão Francesa, Junot evidenciou preocupações estratégicas em relação ao concelho de Santarém. Nele executou vários abastecimentos, porque se constituía como um ponto importante, que permitia a vinda dos géneros do interior do país usando o Tejo como via de comunicação e ao mesmo tempo constituía a base para uma possível retirada através de Elvas ou Almeida conforme a situação.⁹⁷

Também em 1808, o coronel Vincent, com o corpo de engenheiros que comandava, apresentava um estudo geoestratégico sobre a região de Lisboa, compreendida entre o Tejo e o mar e os ataques mais prováveis a temer pela cidade.⁹⁸ Nesse estudo concluiu que Lisboa é protegida por duas linhas naturais de defesa: a linha do Tejo desde a barra até Santarém, que podia ser facilmente assegurada e a linha de montanhas quase intransponíveis, que se estendiam desde o Cercal até ao Cabo da Roca, passando por Montejunto.

Sobre Santarém, acrescentava numa memória sobre diversos lugares de Portugal, que a vila estava muito bem localizada, para apoiar o flanco direito de uma linha que defendesse Lisboa. Na sua perspectiva, deveriam estabelecer-se algumas defesas em Santarém, uma vez

⁹⁵ *Abatis* é um obstáculo de natureza militar, utilizado para bloquear uma estrada ou um desfiladeiro, pode usar-se na sua construção árvores derrubadas. EPE, *Manual de Fortificação de Campanha*, Cap. 12, p. 11.

⁹⁶ William Napier, *History of the war in the peninsula and the south of France, from the year 1807 to the year 1814*, Vol III, 1862, pp. 61 e 62.

⁹⁷ José Acursio das Neves, *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, 1811, pp.80 e 81.

⁹⁸ António Pedro Vicente, *Para a história da engenharia francesa em Portugal: aspectos da actuação do coronel Vincent. 1807/1808*, 1972, p. 662.

que este local se constituía como um importante ponto de passagem para o interior do reino, opondo-se também à passagem de forças militares através do rio Tejo.⁹⁹ Como tal, o exército que defendesse Lisboa teria de tomar, como primeira posição defensiva, a margem direita do Tejo nos seus pontos mais relevantes: a linha de alturas de Vila Franca e Castanheira e o planalto de Santarém, que quando ocupados permitiriam não só defender a linha do Tejo, como atacarem o inimigo pela retaguarda e de lado, quando este passasse por Montejunto.¹⁰⁰

Sobre o maciço orográfico de Montejunto, o Major do Real Corpo de Engenheiros, José Maria das Neves Costa, no seu estudo sobre o valor militar das linhas de Torres Vedras, destaca nas diferentes considerações militares, a importância da serra de Montejunto. Segundo ele, o inimigo que se aproximasse de Lisboa, encontraria a cerca de doze léguas esta serra, que separava as operações ofensivas contra a capital. Assim, o inimigo poderia dirigir o seu ataque principal, entre a dita serra e o mar, opção tomada por Wellington em 1808, quando fez o seu ataque aos franceses, que estavam posicionados na região de Lisboa. A outra possibilidade seria entre a serra e o rio Tejo, como aconteceu em 1810 com o exército de Massena, onde as posições da região de Santarém se mostraram essenciais para a condução das operações.¹⁰¹

Também, por outras razões tácticas, Wellesley, futuro Duque de Wellington, em 1808 durante a 1ª invasão Francesa, previa no seu plano de campanha¹⁰² à frente do exército anglo-luso, ocupar *Santarém* com a força do general John Moore, que lhe seria atribuída de reforço. O objectivo dessa ocupação permitiria ao general Moore apoiar as acções desencadeadas por Wellesley na faixa atlântica, obrigando os franceses a destacar forças para esta zona do rio Tejo, impossibilitando ao mesmo tempo a sua possível retirada através de Elvas ou de Almeida.¹⁰³

Em 1809, já durante a 2ª invasão Francesa, as operações que decorreram essencialmente no Norte do país, não retiraram protagonismo a Santarém, que acabou por desempenhar um papel importante como depósito de víveres e munições no apoio à campanha.

⁹⁹ Cf. *Memoire sur plusieurs places, et postes du Portugal par Colonel du génie Vicent* in António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo histórico de Vincennes*, p. 103.

¹⁰⁰ Cf. *Reconnaissance d'une portion de terrain en avant de Lisbonne comprise entre le Tage et la mer, et considérations sur les attaques de terre à redouter pour la ville par Colonel du génie Vicent* in António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo histórico de Vincennes*, p. 151.

¹⁰¹ ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, *Memória de José Maria das Neves Costa, de 24 de Maio de 1809, com aditamento de 1814*. mç 190, doc nº 4.

¹⁰² *Campanha* constitui uma série de operações militares planeadas e conduzidas para atingir um objectivo estratégico numa determinada área e tempo, envolvendo várias forças. EP / CID, *op.cit.*, p.B3.

¹⁰³ José Acursio das Neves, *op.cit.*, pp.129 e 130.

Também nos preparativos realizados pelos franceses para a 3ª invasão, Thiébault antigo chefe de estado-maior de Junot, no seu plano de campanha em 1810, apontava Lisboa como objectivo principal da conquista do país, aludindo a hipótese da defesa reunir as suas forças na posição de Santarém para proteger a passagem do vale do Tejo e cobrir a capital, numa linha de defesa constituída por Santarém – Rio Maior – Óbidos – Peniche, atrás da qual surgia uma segunda linha que passava por Montachique e uma terceira linha entre Sacavém -Sintra.¹⁰⁴ Thiébault acrescentava também, que muito mal passaria o exército que entrasse em Portugal sem vir bem abastecido de mantimentos. Mesmo bem organizado e em estação favorável, arriscava-se a inumeráveis desastres e mesmo à total aniquilação.

2. O contexto histórico: A ocupação militar do concelho

2.1. A retirada do exército de Massena das linhas de Torres para o concelho

No dia 15 de Novembro de 1810, “quando o dia raiou completamente, descobrimos que aqueles velhacos astuciosos nos tinham aplicado um velho truque seu, colocando figuras de palha na vertical, com um boné de soldado em cada uma e um pau ao lado a simular um mosquete. O exército inteiro tinha efectuado a sua retirada durante a noite, na direcção de Santarém; e nós fomos enviados em sua perseguição algumas horas depois”¹⁰⁵ Este acontecimento narrado por Jonathan Leach nas suas memórias, marca um acontecimento determinante da 3ª invasão francesa, a retirada de Massena das linhas de Torres e o início dum período de operações militares que ficaram relacionadas com a ocupação “da posição de Santarém, da qual Massena queria fazer a base das suas próximas operações.”¹⁰⁶

No momento em que decidiu iniciar a operação retrógrada das linhas de Torres Vedras para Santarém, Massena entregou ao seu chefe de estado-maior, general Fririon, um plano de retirada do exército com os itinerários de marcha dos três corpos e as posições atribuídas que deviam ocupar. Sendo assim, o 2º corpo devia ocupar Santarém, o 8º corpo instalar-se-ia na região de Torres Novas e Pernes e o 6º corpo posicionava-se em Tomar.¹⁰⁷ Antes, nos

¹⁰⁴ Cf. Général Thiébault, *Plan d'une nouvelle campagne en Portugal* in António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo histórico de Vincennes*, pp. 241 a 246.

¹⁰⁵ Jonathan Leach in Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, p. 232.

¹⁰⁶ General Koch, *op.cit.*, p. 141.

¹⁰⁷ BNL, Reservados, *Relation de quelques évènements remarquables de la campagne de Masséna en Portugal, par un officier qui accompagna l'armée française*, Coleção Pombalina, ms. 747, fl. 9 e M. Guingret, *op.cit.*, p. 118.

preparativos da retirada, já tinham sido transportados de Alenquer para Santarém, nos dias 11 e 12 de Novembro, os doentes e feridos e também no dia 13 de Novembro os parques da reserva a partir do Cartaxo. A retirada segundo o plano elaborado devia ter início às 8 horas da noite do dia 14 de Novembro, duma forma silenciosa.¹⁰⁸

A 2ª divisão Mermet, única do 6º corpo que estava perto das linhas de Torres, na Labrugeira, foi a primeira a iniciar o movimento na direcção da estrada de Alcoentre – Rio Maior – Alcanede – Torres Novas e Tomar,¹⁰⁹ com o objectivo de se juntar à 1ª divisão Marchand do mesmo corpo, que já operava por ordem de Massena na região. Assim, logo ao anoitecer do dia 14, o regimento nº 25 da brigada Bardet, dessa divisão, iniciou a retirada sobre Alcoentre, para onde já se tinha dirigido o general Mermet, comandante da divisão. O marechal Ney,¹¹⁰ comandante do 6º corpo, que estava na Azambuja com o seu quartel-general, e o regimento nº 59 da brigada Labasset, juntou-se ao seu comandante de divisão em Alcoentre.

Assim e seguindo a ordem de retirada, o 8º corpo, iniciou a sua deslocação segundo o itinerário Alenquer – Aveiras de Cima – Cartaxo e Santarém,¹¹¹ onde se dividiu, com a 1ª divisão Clausel a dirigir-se para a Golegã e a 2ª divisão Solignac e a respectiva cavalaria para Torres Novas. A brigada Ferrey, da 3ª divisão Loison, pertencente ao 6º corpo, constituiria a vanguarda ao 8º corpo na retirada até Santarém, marchando à frente da divisão Clausel até à Golegã, para se juntar à sua divisão posicionada em Punhete.¹¹²

A retirada do 8º corpo teve início às 8 horas da noite do dia 14 de Novembro. O chefe de estado-maior do exército francês, general Fririon, foi assistir à retirada deste corpo, por ser a mais crítica, estando algumas das suas forças em contacto com o inimigo. Sendo assim e à mesma hora, a 1ª divisão Clausel retirou as suas posições mais avançadas, reunindo toda a divisão no Sobral de Monte Agraço, avançando depois para Alenquer. A 2ª divisão Solignac seguiu na retaguarda da 1ª divisão. Para apoiar a retirada do 8º corpo, havia soldados da brigada de dragões, escalonados ao longo dos itinerários de marcha, para evitarem que qualquer das colunas do corpo se perdesse durante o deslocamento nocturno. Na manhã do dia 15 de Novembro, o 8º corpo chegou a Aveiras de Cima, onde se posicionou. Houve grandes

¹⁰⁸ Charles Oman, *A history of the Peninsula war*, 1908, p.465, Victoriano José César, *op.cit.*, pp.168 e 169 e Simão José da Luz Soriano, *História do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834*, Imprensa Nacional, tom.III, 1884, pp.261 e 262.

¹⁰⁹ Ver figura nº 5, p. 44.

¹¹⁰ Ver figura 19, anexo de figuras, p. 172.

¹¹¹ Ver figura nº 5, *idem*.

¹¹² Vila actualmente conhecida por Constância. GCS, *Sistema de informação geográfica de emergência de Santarém*, Santarém, 2008; Mapa do concelho de Constância.

dificuldades na marcha desde Alenquer até Aveiras de Cima, onde os últimos 15 km, de uma estrada quase impraticável, levaram 6 horas a percorrer.¹¹³

O 2º corpo assumindo a retaguarda do exército, seria a última força a retirar, segundo a direcção de Carregado – Vila Nova da Rainha – Azambuja – Cartaxo – Santarém,¹¹⁴ onde tomava posição. A retirada do 2º corpo, teve início com a 2ª divisão Heudelet, que iniciou o movimento em primeiro lugar, tendo como guia o major Pelet, ajudante de campo do marechal Massena. Estacionou na Azambuja, onde chegou às 8 horas da manhã. A divisão Merle, posicionada á retaguarda de Vila Nova da Rainha, acolheu as suas guardas mais avançados e só iniciou o seu movimento quando o 8º corpo saiu da região de Alenquer.

No dia 16 de Novembro, o exército francês continuou a retirada, transitando finalmente pelo concelho de Santarém com a brigada Ferrey, indo-se posicionar 2 km a Nordeste, junto à estrada que segue para a Golegã. A 1ª divisão Clausel do 8º corpo, que tinha seguido pela estrada de Aveiras – Cartaxo, passou por Santarém e foi estacionar nas elevações atrás da vila. A 2ª divisão Solignac posicionou-se nos montes a sul de Santarém, na direcção do Cartaxo. Por último a brigada de cavalaria de Sainte-Croix, pertencente ao 8º corpo, ocupou o Vale de Santarém, com o intuito de estabelecer a ligação do 8º com o 2º corpo, que se posicionou no Cartaxo.¹¹⁵ Já o 6º corpo percorreu o concelho através de Rio Maior passando por Abrã e Pernes em direcção a Tomar, tendo entrado a retaguarda da 2ª divisão Mermet em contacto com pequenas forças de reconhecimento do exército anglo-português, que seguiram o movimento.

Massena, depois de ter visto os movimentos da 1ª divisão Clausel do 8º corpo, saiu de Santarém no dia 16 de Novembro e foi ficar a Torres Novas, deixando ordens a Reynier, a quem confiou a protecção de Santarém. No entanto, foi só no dia 17 de Novembro que a vanguarda do 2º corpo invadiu Santarém, tendo o grosso do corpo se disposto em diferentes zonas da vila. Já a divisão de cavalaria do 2º corpo, como guarda da retaguarda, ocupou ainda o Vale de Santarém. No mesmo dia, a 1ª divisão Clausel do 8º corpo, posicionou-se no concelho de Pernes, onde ficou o quartel-general de Junot, tendo a 2ª divisão Solignac ocupado a região de Torres Novas e a brigada de cavalaria Lamotte do mesmo corpo, o concelho de Alcanede. Por último, a reserva do exército assegurada pela divisão de cavalaria de Montbrun, continuou a operar na região de Ourém, onde já se encontrava.¹¹⁶

¹¹³ Victoriano José César, *op.cit.*, pp. 169 e 170, e William Napier, *op.cit.*, p. 59.

¹¹⁴ Ver *figura nº 7*, p. 33.

¹¹⁵ General Koch, *op.cit.*, p. 140.

¹¹⁶ Victoriano José César, *op.cit.*, pp. 172 e 173.

O burgo de Santarém apresentava com base na análise da cartografia militar, várias linhas de alturas que irradiavam da sua parte central. A Norte irrompia o Cabeço do José Morto (Δ 115) e o monte de S. Bento (. 102); a Oeste, a Senhora do Monte (. 105) e o outeiro das Manteigas (Δ 100); a Leste, as Portas do Sol (. 108) e o Outeiro da Forca (. 103) e para Sul, despontava o alto do Fau (. 104).¹¹⁷ Ao exército francês, era assim permitida a possibilidade de bater a frente e o interior da posição defensiva anglo-portuguesa, situada ao longo da margem direita da vala da Asseca, cobrindo igualmente a estrada Lisboa – Porto, via Cartaxo, através da ponte da Asseca.

Na vila, ocupando a posição sobranceira á ponte da Asseca, o 2º corpo do exército posicionou a artilharia no seu máximo alcance eficaz,¹¹⁸ 1 200 m a Nordeste desta obra de arte, na região do Monte do Abade, cobrindo assim a estrada desde a ponte até Santarém. Foi constituída também uma patrulha permanente sobre a ponte, ficando as vedetas¹¹⁹ aproximadamente ao meio. Mais tarde os ingleses colocaram as suas vedetas a cerca de 10 m das francesas.

A 1ª divisão Merle do 2º corpo, ocupou os pontos altos na região situada ao longo da vala da Asseca, constituída pelo Monte do Abade (. 69), Grainho (. 63), Perofilho (. 61) e Carrascais (. 92). À frente e sensivelmente a meio desta linha, em posição de destaque, o alto de Manteigas (. 100), situado 3 500 m a Noroeste da ponte da Asseca, dominava completamente a vala e a ponte do Celeiro, onde passava a estrada Almoester – Santarém.¹²⁰

A 2ª divisão Heudelet posicionada nas alturas das Omnias, ligava-se à direita á divisão Merle, na região do Monte do Abade (. 69) e deveria continuar ao longo das posições do Fau (. 104), Outeiro da Forca (. 103) e Portas de Sol (. 108), possível limite esquerdo junto ao rio Tejo.¹²¹ A partir das Omnias, o terreno era relativamente baixo, tendo havido necessidade na altura, de criar linhas de abatises,¹²² para as quais foram derrubados pomares e muitos olivais

¹¹⁷ Ver figura 8, p. 33; Cf. Folhas nº 352, 353, da carta militar 1:25 000, série M 888;

¹¹⁸ O *alcance eficaz* corresponde à distância de maiores efeitos conseguidos pelas peças de artilharia em tiro indirecto, com inclinação da peça segundo um determinado grau. É menor que o *alcance máximo*. Tinha este alcance as peças de 12 lb utilizadas pela artilharia francesa. João Vieira Borges, *A Artilharia na Guerra Peninsular*, 2009, p. 14.

¹¹⁹ Os *Vedetas* eram soldados destacados para postos avançados de vigilância, com a missão de observar a aproximação do inimigo. Cf. *Dicionário de Língua Portuguesa*, 2004, Porto Editora, p.1703.

¹²⁰ Ver figura 8, p. 33; Cf. Folhas nº 364, 352, 353, da carta militar 1.25 000, série M 888.

¹²¹ Ver figura 8, p. 33; Cf. Folhas nº 364, 352, 353, da carta militar 1.25 000, série M 888.

¹²² Victoriano José César, *op.cit.*, pp. 172 e 173 e M. Guingret, *op.cit.*, 1817, pp. 99 e 100.

existentes no local, além da abertura de um grande fosso¹²³ em frente à povoação com ligação ao rio Tejo.

No princípio de Dezembro e sem grandes alterações até à sua retirada, o exército francês ocupava as seguintes posições no concelho de Santarém: o 2º corpo continuava com a 1ª divisão Merle em Santarém, com dois regimentos na região de Perofilho e um ao longo da vala da Asseca nas imediações da ponte. A 2ª divisão Heudelet tinha três regimentos na vila e um próximo de Rio Maior. A reserva com o seu parque e o quartel-general de Reynier estavam em Santarém.

O 8.º corpo através da 1ª divisão Clausel tinha quatro batalhões na Atalaia e Santos, lugares pertencentes à paróquia de Tremês. Ainda no concelho de Santarém, três batalhões nas freguesias de Azóia de Cima e de Tremês. No concelho de Alcanede esta divisão posicionava um regimento a quatro batalhões em Alcanede, Aldeia da Ribeira e Abrã. Com a 2ª divisão Solignac, o 8º corpo mantinha dois batalhões em Torres Novas e um regimento na Atalaia, freguesia situada a este de Torres Novas. O seu dispositivo estendia-se ainda ao concelho de Pernes, onde tinha dois regimentos, um localizado na freguesia do Arneiro das Milhariças e outro na vila de Pernes. A brigada de cavalaria, que tinha sido comandada pelo general Sainte-Croix, operava no concelho de Alcanede através dos lugares de Aldeia de Além, Alqueidão do Mato, Mosteiros e na própria vila de Alcanede, fazendo a cobertura da estrada Rio Maior- Pernes.

Por último, o 6º corpo que se posicionava todo fora do concelho de Santarém,¹²⁴ com o grosso das suas forças ao longo da região de Tomar, tinha a 3ª divisão a operar no concelho da Golegã. No entanto, a mesma tinha cem atiradores da legião Hanoveriana a patrulhar terrenos desde a ponte do Almonda, onde estava o parque da artilharia, até ao Tejo.¹²⁵ Estes posicionamentos na região limítrofe da Azinhaga, ocupavam terrenos ainda pertencentes ao

¹²³Um *fosso* é um obstáculo de natureza militar, caracterizado pelo atraso que impõem à progressão das unidades militares, contribuindo ao mesmo tempo para a aquisição de alvos pelas armas ligeiras e pesadas. Sempre que possível os fossos deverão ser inundados, porque a lama também dificulta a mobilidade. EPE, *op.cit.*, Cap.12, p.3.

¹²⁴O 6º corpo com o general Lamotte, comandante da brigada de cavalaria, estava posicionado no lugar de Cabaços, perto de Alvaiázere, com o regimento de cavalaria nº15, o regimento de linha nº 39 e mais 3 peças de artilharia. A 2ª divisão Mermet, o parque de artilharia e o quartel-general do corpo de exército, ocuparam a vila de Tomar. Por sua vez a 3ª divisão, com a legião hanoveriana, estava posicionada na Golegã como foi referido. No entanto sob o comando do general Ferey, a 3ª divisão com o regimento nº 26 posicionado em Martinchel, o nº 66 de linha em Montalvo, o 82 em Punhete, reforçados com nº 3 de dragões, 2 esquadrões do regimento nº 11 e 2 companhias de artilharia, formavam uma linha de observação sobre a posição de Abrantes, em frente do rio Zêzere. A reserva, constituída por uma divisão de cavalaria, comandada pelo general Montbrun, tinha o seu dispositivo a operar na região de Ourém e Chão de Maças. Cf.Barão Fririon, *op.cit.*, pp. 120 e 121.

¹²⁵Barão Fririon, *Idem.*, p. 118. Apesar destas circunstâncias e da vizinhança com o concelho de Santarém, o município da Golegã não é objecto de estudo deste trabalho.

concelho de Santarém. Atestámos assim, que a permanência do exército de Massena na região de Santarém, lhe conferia em termos defensivos vantagem sobre o opositor, permitindo-lhe aguardar por reforços para passar novamente à ofensiva ou então retirar como se verificou, caso os mesmos não chegassem.



Figura 7 – Posições do exército de Massena

Fonte: *Luz Soriano, 1884, tom. III, mapa n°8, p.232*

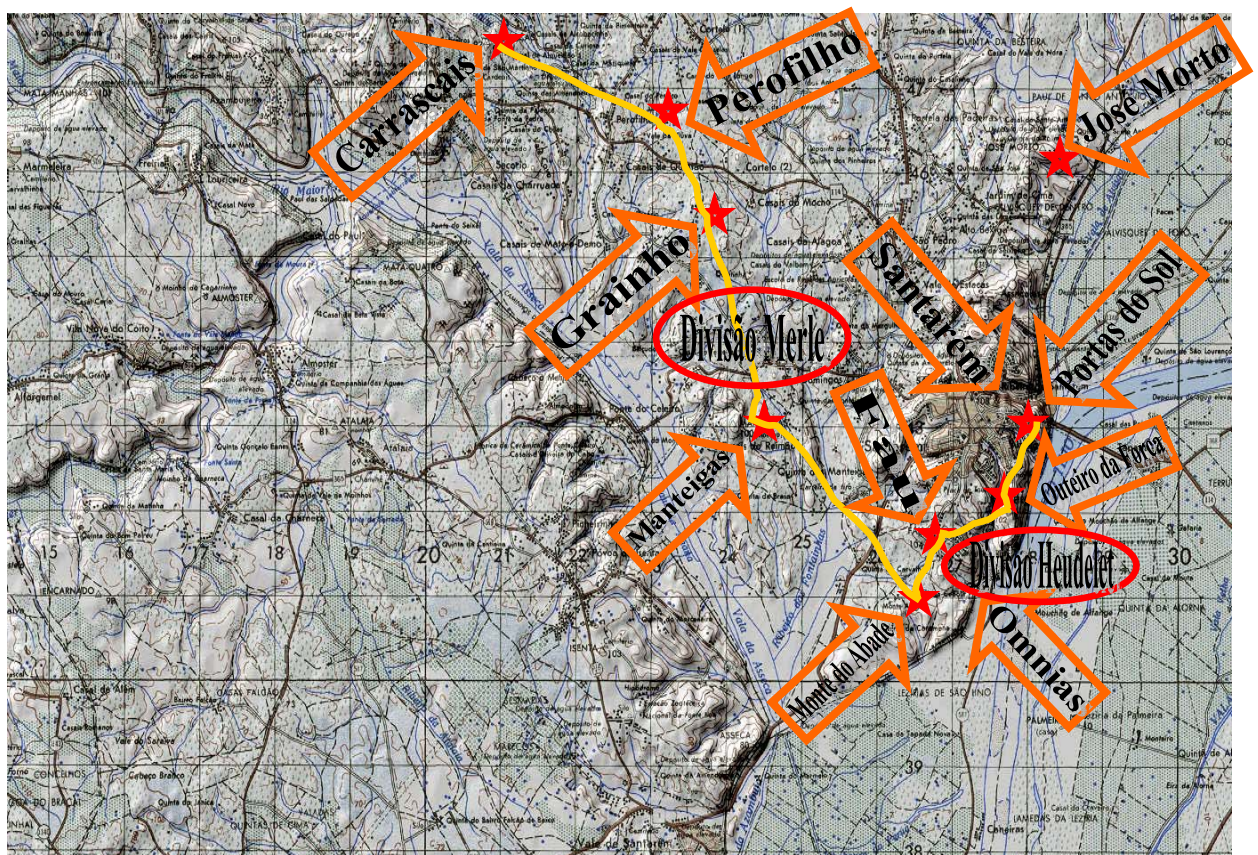


Figura 8 – Posições do 2º corpo do exército de Massena, no concelho de Santarém

Fonte: IGeogE, *Carta militar de Portugal, série M 783, escala 1: 50 000, folha 31-4, 2007*

2.2. Posicionamento do exército de Wellington no concelho após a retirada de Massena

A retirada do exército francês efectuou-se “*por falta de viveres, no dia 14 de Novembro [quando Massena fez] recuar dez léguas o seu exército, para uma região rica em cereais e que oferecia ao mesmo tempo posições passíveis de defesa. Escolheu para isso o espaço entre Rio Maior, o Tejo, o Zêzere e as cidades de Santarém, de Ourém e de Leiria.*”¹²⁶

Sem que o exército anglo-português tomasse conta da ocorrência, o movimento chegou ao conhecimento dos aliados apenas por volta do meio-dia, não só porque o mesmo se efectuou durante a noite, mas porque ainda na manhã do dia 15 de Novembro de 1810, havia um espesso nevoeiro que ocultava os locais dos acampamentos franceses. Wellington porém ao ser informado da retirada, pensou que Massena, encaminhando-se por Rio Maior, poderia tomar a estrada das Caldas para Torres Vedras ou contornar Montejunto, atacando as linhas de Torres e operando assim na faixa marítima.

Desconhecendo a intenção de Massena, optou então por não sair das linhas com todas as suas forças, tendo em conta estas possíveis manobras do exército francês. Assim, só no dia 15 de Novembro, fez avançar a 2ª divisão de infantaria do tenente-general Hill até Vila Nova da Rainha e a divisão ligeira de infantaria do major-general Craufurd com a cavalaria inglesa até Alenquer, tendo a 5ª divisão de infantaria do major-general Leith se limitado a ocupar a povoação de Sobral de Monte Agraço.¹²⁷

Entretanto, Wellington foi informado de que Massena iria eventualmente receber reforços, o que o levou a pensar que o movimento retrógrado do exército francês, poderia ter como objectivo a junção com essas forças. Um possível ataque á praça de Abrantes era também uma possibilidade por parte de Massena, porque facilitaria as manobras na margem esquerda do Tejo e o acesso aos recursos da província Alentejana. Sendo assim, o major-general Fane que comandava a cavalaria portuguesa, a operar na margem esquerda do Tejo em frente a Santarém com a missão de destruir com artilharia os barcos que os franceses estavam a construir nesta vila, recebeu ordens para se aproximar de Abrantes e se opor ao lançamento de qualquer ponte na zona.

Mas logo que Wellington percebeu que Massena não tinha intenção de lançar qualquer ataque contra as Linhas de Torres, decidiu empenhar o maior número de forças na perseguição ao exército francês. No dia 16 de Novembro a 1ª divisão de infantaria do tenente-

¹²⁶General barão de Marbot, *op.cit.*, p. 83

¹²⁷General Koch, *op.cit.*, p. 140.

general Spencer deslocou-se para Alenquer. A divisão ligeira de Crauford e a cavalaria que se encontravam nesse local avançaram em direcção a Vila Nova da Rainha e Azambuja, entrando em contacto com o 2º corpo de Reynier.¹²⁸ O próprio quartel-general de Wellington mudou-se para Alenquer na noite de 15 para 16 de Novembro.

Por ordem de Wellington, foi estabelecido o contacto com a retaguarda do 2º corpo francês, através dum regimento de cavalaria inglês e dum batalhão da brigada de infantaria portuguesa Pack, que entretanto foram reforçadas por seis esquadrões de cavalaria e oito batalhões de infantaria da divisão de Spencer, entre o caminho de Alcoentre e a estrada Cartaxo – Santarém. Perante este cenário, Reynier, julgou-se em frente de todo o exército anglo-português, retirando a sua retaguarda do Vale de Santarém. Colocou então todas as suas forças na margem esquerda da vala da Asseca, tomando medidas para a defesa das pontes sobre a vala.¹²⁹ Por esta razão, Wellington, reagiu dando indicações para o desenvolvimento de alguns batalhões na encosta que desce para a vala da Asseca, dispondo a cavalaria na planície entre a vala e o rio Tejo. Já com o seu quartel-general estabelecido no Cartaxo, ordenou ainda ao general Hill no dia 18 de Novembro, para efectuar a passagem da sua divisão para a margem esquerda do Tejo, ocupando aquela divisão a povoação de Muge¹³⁰ no dia seguinte.

Verificando depois que o exército francês estava solidamente organizado em Santarém, Wellington, distribuiu algumas das suas forças no concelho, da seguinte forma. Nas linhas de altura perto do Vale, colocou a 1ª divisão ligeira de Crauford, com o apoio da brigada de cavalaria inglesa, Slade. Constituíam desta forma, o flanco direito do dispositivo de Wellington, vigiando todo o terreno entre o rio Tejo e ponte do Celeiro, incluindo a ligação a Santarém através da ponte da Asseca.

Por sua vez, a brigada portuguesa Pack controlava a zona central do dispositivo, que incluía a restante região contígua à vala da Asseca, entre a ponte do Celeiro e Freiria. No flanco esquerdo do dispositivo, guarnecido por forças de duas brigadas, existia um piquete no planalto do Malaqueijo, que vigiava a passagem na ponte do Calhariz, sobre a ribeira das

¹²⁸ *Gazeta de Lisboa*, 23 de Novembro de 1810, nº 281.

¹²⁹ Charles Oman, *op.cit.*, 1908, pp. 472 e 473, e Victoriano José César, *op.cit.*, pp. 172, 173 e 174.

¹³⁰ Vila e sede de concelho da comarca de Santarém, situada na margem esquerda do Tejo. *O recenseamento da população Portuguesa de 1801 e 1849, edição crítica*, 2001, Lisboa, Vol. I, coordenador: Luís Espinha, p. 190. Wellington decidiu como vimos, reforçar a cavalaria portuguesa comandada pelo general Fane no dia 18 de Novembro, com a divisão de Hill, que acabou por ser substituído no comando pelo Marechal Beresford, devido a doença. Para executar esta manobra foi ordenado então ao almirante Berkley que enviasse todas as embarcações disponíveis da armada, para executar a passagem deste corpo para a margem esquerda, no porto de Valada. Victoriano José César, *op.cit.*, pp. 171 e 186, e *Gazeta de Lisboa*, 23 de Novembro de 1810, nº 281.

Pelo que foi exposto, podemos afirmar que a linha Santarém – Rio Maior, já referida por nós, evidencia aqui a sua verdadeira importância em termos táticos.¹³² Totalmente inserida nas imediações do concelho, foi durante o período em estudo uma importante linha geral de defesa das forças anglo-portuguesas. Ao conjunto de alturas que formavam a linha, juntavam-se também no dispositivo de Wellington, os terrenos planos da lezíria, de cotas inferiores aos 10 m, entre a ponte da Asseca e o rio Tejo, ocupados como vimos pelas tropas de Craufurd e Slade. Com esta postura defensiva, Wellington adoptou então no concelho de Santarém um dispositivo característico de uma operação de defesa,¹³³ desde o rio Tejo nas imediações da vila até à região de Rio Maior.

Para melhor análise das posições ocupadas, na nossa investigação dividimos a linha Santarém – Rio Maior em três sectores.¹³⁴ O primeiro sector começava no rio Tejo, passava pela posição da Asseca (Δ 80) junto à estrada Cartaxo – Santarém, prolongando-se pelas posições da Quinta do Marceneiro (. 92), Ponte do Celeiro (. 92) Casais de Almodolim (. 92), Mata Quatro (Δ 96), Casal do Paul (. 86) e Freiria (. 85).¹³⁵ Todos estes pontos altos ficam na margem direita da Vala da Asseca, troço do Rio Maior, com esta designação a partir da confluência das Ribeiras de Alcobertas e de Almoester, na zona conhecida por Boca das Três Entradas, entre o Casal do Paul e a Azambujeira.¹³⁶

Este sector Este da linha defensiva constituía o flanco direito e central do dispositivo aliado e parte dele ficava na orla Nordeste do planalto da Atalaia, descendo acentuadamente sobre a ribeira da Asseca. Era atravessado por dois importantes itinerários, a estrada Lisboa – Porto via Cartaxo, através da ponte da Asseca e a estrada Santarém – Cartaxo por Almoester através da ponte do celeiro. Foi então ocupado pelas forças da divisão ligeira de Craufurd em conjunto com a brigada de cavalaria de Slade, desde o Tejo até à ponte do celeiro e dessa ligação até Freiria por forças da 1ª brigada portuguesa Pack.

A partir de Freiria (. 85), a linha defensiva continuava no planalto Azambujeira (. 89), Alfouves (. 113) passando depois para o planalto do Malaqueijo (. 135), separados um do outro por uma ravina onde passa o Regato do Carvalhal, terminando por fim no Engarnal

¹³² A *táctica* é um ramo do conhecimento militar que estuda o emprego dos meios à disposição de um chefe militar, desde pessoal, armamento, meios de transporte e de transmissões, para num determinado terreno, atingir os objectivos estratégicos fixados por uma entidade política superior. IAEM, *op.cit.*, p. 104.

¹³³ Nas *Operações de defesa* há um esforço coordenado para enfrentar o atacante, destruindo-o ou impedindo-o de progredir e alcançar os seus objectivos. EP / EME, *op.cit.*, Cap. 9, p. 2.

¹³⁴ O *Sector* é uma zona à responsabilidade de uma unidade numa operação de defesa, definida por limites laterais mais ou menos perpendiculares à linha de defesa. IAEM, *op.cit.*, p. 101.

¹³⁵ Ver figura 10, p. 39; Cf. Folhas nº 364, 352, da carta militar 1:25 000, série M 888.

¹³⁶ Coronel Miranda Cabral, *op.cit.*, p. 238

(Δ152).¹³⁷ Esta secção da Azambujeira ao Engarnal, sector central da linha, assumia-se num declive acentuado sobre Arruda dos Pisões e a baixa da Ponte do Calhariz, nele funcionava um piquete operado por forças da brigada portuguesa Pack e da brigada de cavalaria inglesa Anson, constituindo o flanco esquerdo do dispositivo.

Por último, o sector Oeste da linha defensiva, que começava no Engarnal (Δ 152), passava pelo alto da Senhora da Escusa (. 113), Cabeço Redondo (Δ 123), Joguinho (Δ 172), Redes (Δ 161), inflectindo depois abertamente para Poente, por Cidral (. 111) e Bulheiras (Δ234), atingindo a crista da Serra dos Candeeiros na povoação do Alto da Serra (. 212) e terminando no alto do Conde (Δ 326),¹³⁸ na região de Rio Maior.

Nesta linha estavam posicionadas forças à esquerda e à retaguarda do piquete do Malaqueijo, com a missão de vigiar as estradas de Rio Maior para Santarém e de Rio Maior para Alcanede e Pernes. Fizeram parte deste dispositivo de vigilância, protecção e cobertura¹³⁹ a brigada de cavalaria inglesa Anson, reforçada em Dezembro pela brigada de infantaria portuguesa, Campbell.

Há várias diferenças tácticas entre estes três sectores: o primeiro sector entre a Ponte da Asseca e Freiria tinha características defensivas – passivas e esteve durante a ocupação de Santarém, como vimos na posse dos aliados. Com o armamento usado pela infantaria e artilharia das tropas anglo-lusas na época, era considerado como um sector muito forte, em que a defesa se podia fazer com grande eficácia.

À frente e do lado direito deste sector existia a mesa orográfica onde se levantava a vila de Santarém, que dominava completamente a margem direita da vala da Asseca. Na posse do 2º corpo francês, do general Reynier, constituía apesar das vantagens das posições aliadas, uma ameaça constante ao dispositivo de Wellington.

O segundo sector, considerado central, também na posse do exército anglo-português durante a campanha de Santarém, de Azambujeira ao Alto do Engarnal, era também defensivo – passivo, com um fosso a nascente criado pela ribeira de Alcobertas e a norte pela ribeira dos Pisões.

O terceiro sector, secção de Rio Maior, já era um sector defensivo-ofensivo que pertencia também a área ocupada pelas forças anglo-lusas, tinha como fosso a ribeira dos

¹³⁷ Ver figura 10, p. 39; Cf. Folhas nº352,340, da carta militar 1:25 000, série M 888.

¹³⁸ Ver figura 11, p. 39; Cf. Folhas nº340,339, da carta militar 1:25 000, série M 888.

¹³⁹ *Cobertura* é uma missão dada a uma força militar, com a intenção de proteger e vigiar pontos críticos, importantes para o cumprimento da missão, neste caso a finalidade era garantir a possibilidade de utilização de determinados itinerários. IAEM, *op.cit.*, p. 92.

Pisões, permitindo movimentos ofensivos na direcção de Fráguas – Alcanede e ainda sobre Arruda dos Pisões e a ribeira de Alcobertas, no caso do invasor atacar os outros sectores. Esta área oferecia também cobertura táctica ao nó de comunicações de Rio Maior.¹⁴⁰

Dos três sectores, os de maior importância táctica eram sem dúvida os sectores situados nas extremidades da linha, pelas características apontadas e o valor dos itinerários que os percorriam, daí o posicionamento assumido por Wellington.

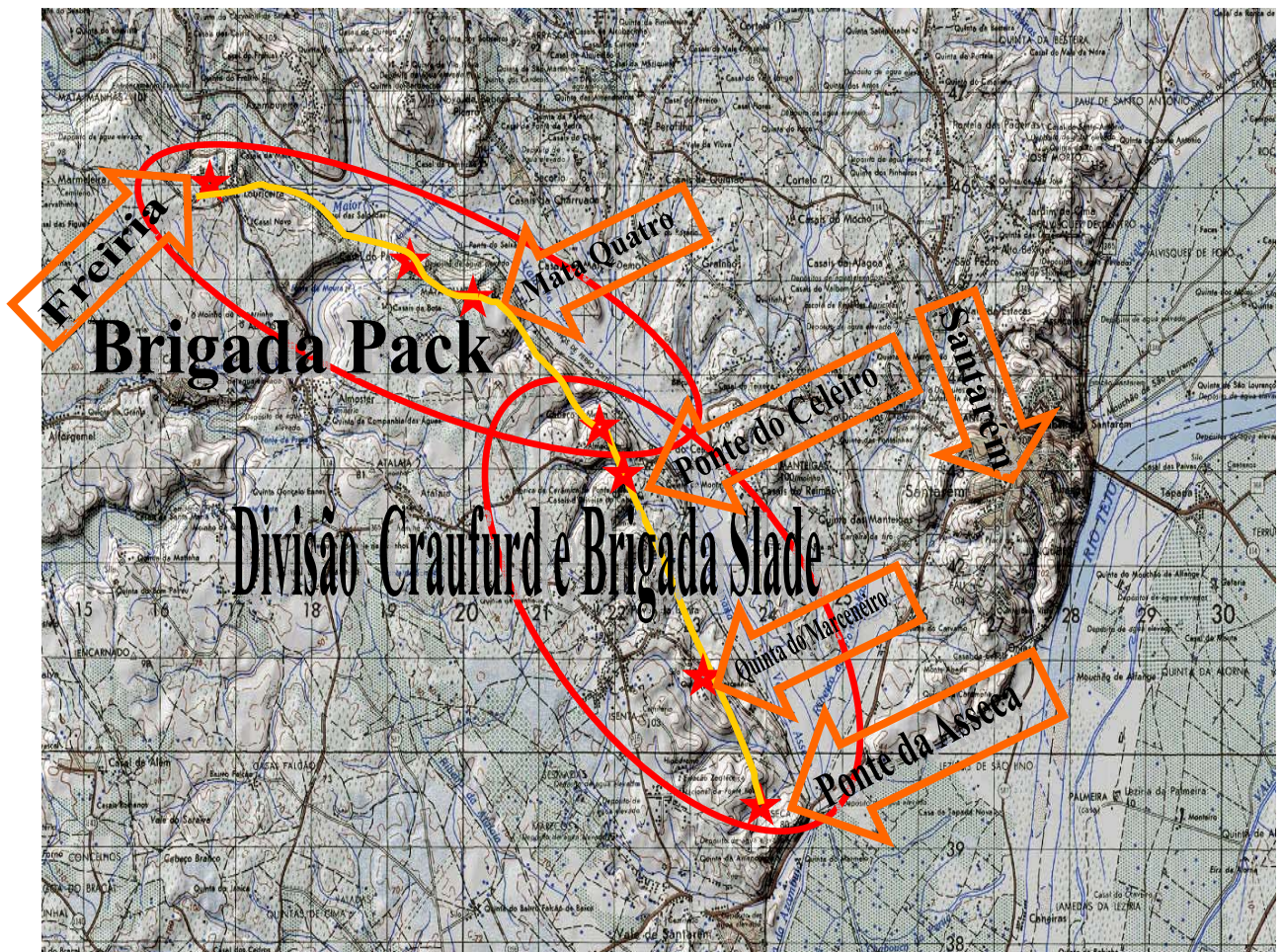


Figura 10 – Sector Este da linha de Santarém – Rio Maior
Fonte: IGeogE, Carta militar de Portugal, série M 783, escala 1: 50 000, folha 31-4, 2007

¹⁴⁰ Coronel Miranda Cabral, *op.cit.*, pp. 242 a 246.

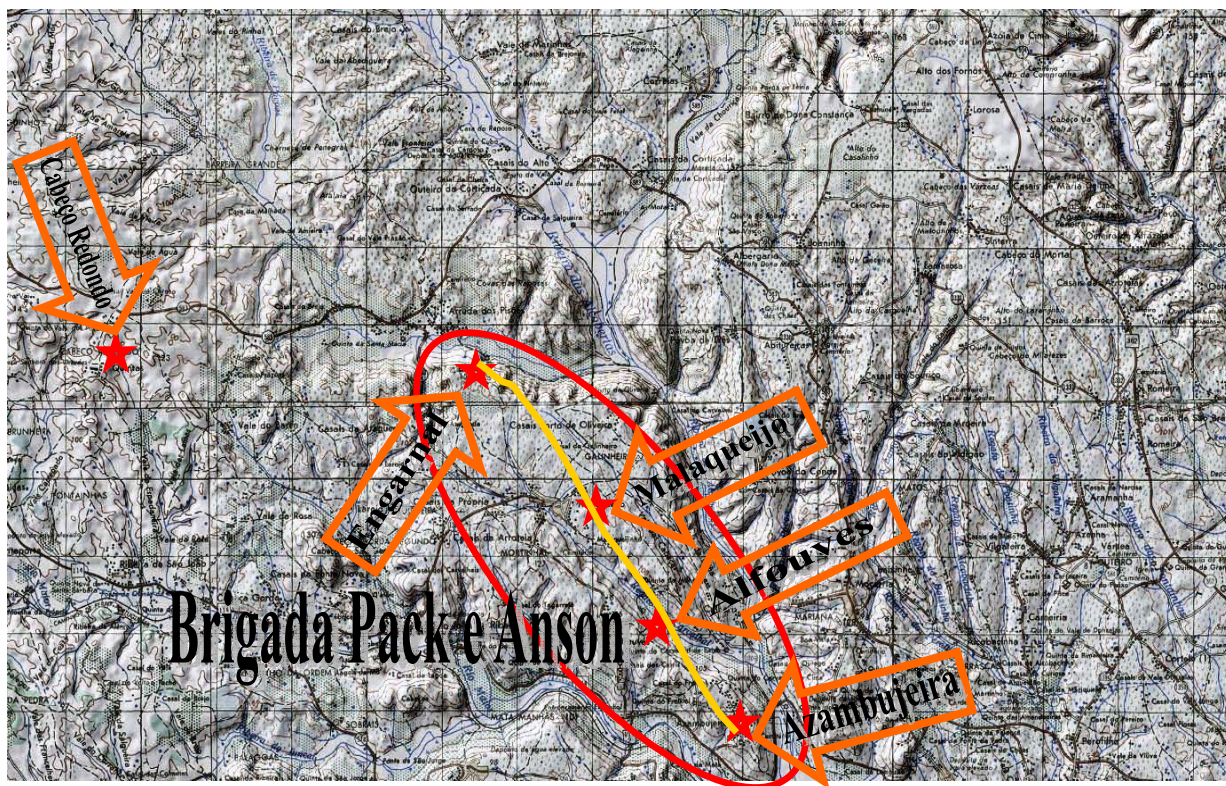


Figura 11 – Sector Central da linha de Santarém – Rio Maior
Fonte: IGeogE, Carta militar de Portugal, série M 783, escala 1: 50 000, folha 31-4, 2007

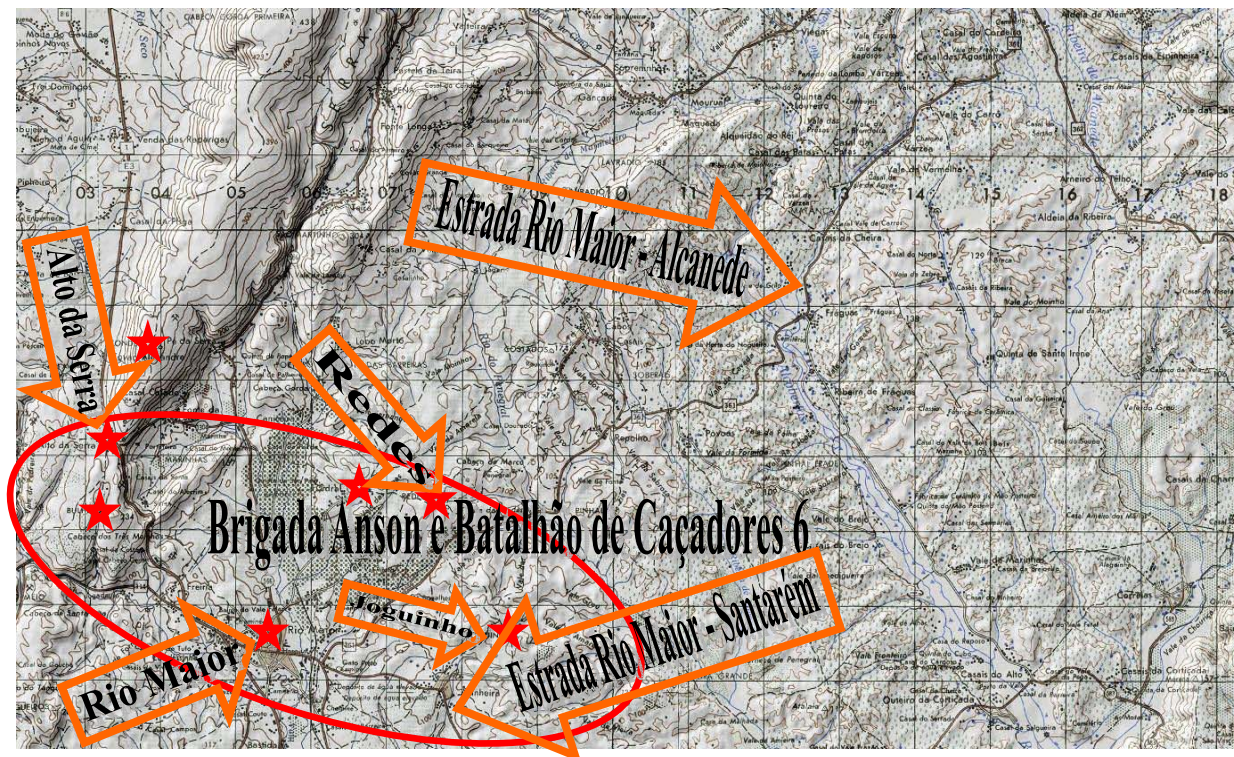


Figura 12 – Sector Oeste da linha de Santarém – Rio Maior
Fonte: IGeogE, Carta militar de Portugal, série M 783, escala 1: 50 000, folha 31-4, 2007

***PARTE II - IMPACTOS DA OCUPAÇÃO MILITAR NA VIDA SOCIAL E POLÍTICA DO
CONCELHO***

1. Impactos Sociais: Fuga e mortalidade da população civil do concelho

1.1. As informações dos registos paroquiais

Quando se iniciou a investigação dos possíveis efeitos da ocupação dos exércitos de Massena e Wellington na evasão e mortalidade da população civil do concelho, tivemos como fonte primária essencial os assentos paroquiais, por serem uma base documental manuscrita que permite reconstituir a vida das populações, organizadas em função de uma paróquia. Nesses registos paroquiais, o padre fazia o averbamento dos ritos de passagem da vida da comunidade, os baptismos, os casamentos, os óbitos e outros cerimoniais que assinalavam o dia-a-dia das gentes.¹⁴¹ Como tal, a nossa recolha de informação assentou essencialmente na pesquisa dos livros de óbitos do antigo concelho de Santarém (século XIX), porque se apresentavam como a fonte clássica, que permitia uma leitura da mortalidade do passado. Surgiram assim na nossa pesquisa, como o meio que permitia apurar, o impacto da ocupação militar de Outubro de 1810 a Março de 1811, nos óbitos da população civil do concelho, através da observação dos livros das várias freguesias.

Como estes livros não apresentavam um formulário fixo para cada registo, o cura tinha ainda a possibilidade de acrescentar a um averbamento considerado normal, outros pormenores que julgasse pertinentes para a caracterização desse assento. Foi através dessa actuação que nós recolhemos alguma informação suplementar, útil para o estudo das pessoas, lugares e dos acontecimentos que marcaram as comunidades do concelho na época observada.¹⁴² No entanto, o facto de algumas paróquias não possuírem registos do período em estudo (1810-1811), pela circunstância de terem sido extraviados ou destruídos, a recolha de informação ficou nesse caso condicionada apenas aos registos existentes, tendo sido feita a análise das localidades possíveis.

Freguesias rurais como Arruda dos Pisões, Azóia de Cima, Ereira-Lapa, Rio Maior, Romeira, S. João da Ribeira, Tremês, Vaqueiros, Vale de Figueira, e ainda as freguesias urbanas de S. Julião, S. Mateus e S. Tiago, das quais não se encontraram registos de óbitos dos anos em observação, foi realizada uma observação de outros averbamentos como os livros de

¹⁴¹ Maria Norberta Amorim, *Demografia Histórica*, 1995, pp.23 a 26 e Instituto Nacional de Estatística, *A freguesia de S. Martinho da Arrifana de Sousa de (1700-1729)*, 1979, p.13.

¹⁴² Maria Norberta Amorim, *Informatização normalizada de arquivos, reconstituição de paróquias e história das populações*, 1995, pp.35,36 e Mário Leston, *Demografia – objecto, teorias e métodos*, 2004, pp.102 a 105.

baptismo, casamentos e mistos, na tentativa de encontrar alguma informação que pudesse caracterizar as respectivas freguesias na temática em estudo.

Para o desaparecimento e deterioração destes livros de registo, contribuiu sem dúvida a presença do exército de Massena no concelho durante os cinco meses referidos, levando mesmo o cura de Achete, no início de 1811, a redigir um novo “*livro para se lançarem os Assentos Reformados dos Baptizados, com que se suprem os respectivos livros e assentos que os inimigos franceses destruíram pela invasão e guerra de 1810, por ordem superior, segundo as instruções do Rmo. Senhor Vigário Geral Domingos Ferreira*”.¹⁴³

Também o reverendo frade José da Silva, presbítero de Alcanede, numa declaração feita em Março de 1811 e por si assinada, repetiu os assentos dos óbitos devido ao facto do antigo livro “*se achar deteriorado, como todos os mais consumidos, pertencentes ao arquivo desta freguesia, pelos inimigos franceses*”.¹⁴⁴ No mesmo contexto, o vigário frade Severino José Pinhão da paróquia de S. Tiago, no livro de registos mistos, com baptizados, casamentos e óbitos desta freguesia urbana da vila de Santarém, reformou dezassete baptismos a pedido dos interessados durante o primeiro quartel do século XIX, por terem sido “*extraviados os livros dos assentos dos baptizados, pela invasão dos franceses nesta terra em mil oitocentos e dez*”.¹⁴⁵

Já na igreja de Santo Estêvão do Milagre, é num registo do livro de óbitos, a propósito da visita às igrejas invadidas do Arcediado¹⁴⁶ de Santarém, que o secretário dessa visita nos refere que a mesma “*perdeu quasi todos os livros de assentos, e o reverendo encomendado ficou advertido de começar desde logo a assentar todas as informações possíveis, para restituir os assentos perdidos*”.¹⁴⁷ Também no Cartaxo, numa memória coeva, o padre António Teixeira Leitão descreveu que em Outubro de 1810, entre as várias casas incendiadas e destruídas na povoação, a sua residência ardeu completamente e com ela “*todo o archivo da igreja*”.¹⁴⁸

¹⁴³ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Achete, óbitos (1811-1829).

¹⁴⁴ ADSTR, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Alcanede, óbitos (1811-1858).

¹⁴⁵ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, S. Tiago, Mistos (1793-1844).

¹⁴⁶ *Arcediado* é o território de jurisdição espiritual de um Arcediago. Sendo o *Arcediago* um dignitário eclesiástico investido pelo bispo de certos poderes e acção, especialmente do direito de visita junto dos párocos, priores, curas e abades. Grande Enciclopédia portuguesa e brasileira, Vol.3, 1940, p.128.

¹⁴⁷ ADSTR, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Santo Estêvão do Milagre, óbitos (1802-1854).

¹⁴⁸ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. nº 286/ Doc. nº 26, Pároco António Teixeira Leitão, *Breve memória sobre a invasão do exército inimigo comandado por Massena no lugar do Cartaxo em Outubro de 1810*, folha 4.

1.2. A fuga das populações e desorganização da vida paroquial

As fugas das populações,¹⁴⁹ em que os habitantes das várias freguesias do concelho “desampararam as suas habitações, para se subtrahirem á barbaridade do inimigo”,¹⁵⁰ provocaram a desorganização da vida paroquial, afectando igualmente a administração eclesiástica. Em várias petições de Outubro de 1811, do Almojarifado da Jugada¹⁵¹ de Santarém, são vários as declarações dos habitantes do concelho, que referem nos seus pedidos de apoio às autoridades, os estragos que lhe foram feitos pelo exército francês. Numa dessas petições, o requerente Jacinto Monteiro expunha, “*que no dia 8 de Outubro do anno próximo e passado de 1810, em que o inimigo comum francês invadio esta terra com o seu exército, o suplicante rapidamente se auzentou, buscando lugar seguro para se livrar da sua cruel tirania e procedimento, obedecendo às ordens que para tal fim se publicarão nesta vila*”¹⁵² Também o suplicante José Joaquim Coelho, referia que “*em observância de ordens superiores, abandonou a sua casa e bens, que tudo lhe foi roubado pelos ditos franceses, e se retirou à cidade de Lisboa com a sua família, onde persistiu até aos fins do mez de Abril do referido anno*”¹⁵³

Com o êxodo das populações, verificou-se então a desordem na maior parte das localidades por onde passava ou estava previsto passar o exército francês, havendo mesmo situações extremas, em que o saque e a violência, foram realizados pelas tropas aliadas¹⁵⁴ ou por habitantes das povoações que nelas permaneciam, “*alguns deles de propósito, afim de servirem os franceses; outros para o fim de roubarem as casas desamparadas pelos seus donos*”.¹⁵⁵ Nos registos da intendência geral da Polícia, é possível descortinar esta realidade, no concelho de Santarém. Assim no dia 13 de Abril de 1811, são retratados os casos de António Gonçalves, Almocreve, e Justino da Silva Barreiro, do lugar de Vaqueiros, mandados

¹⁴⁹ Ver figura 21, anexo de figuras, p. 172.

¹⁵⁰ *Gazeta de Lisboa*, Suplemento á gazeta nº 247, 17 Outubro de 1810.

¹⁵¹ O Almojarifado constituía a área de jurisdição do Almojarife, que era um administrador ou feitor das propriedades da casa real. O Almojarifado da Jugada de Santarém era constituído pelas terras lavradas da casa real, na região de Santarém, que pagavam tributo em cereal, ao Almojarife dessa jurisdição. Dicionários Editora, *op.cit.*, pp. 72, 981.

¹⁵² ANTT, Provedoria das Lezírias, *Petição de 11 de Outubro de 1811 de Jacinto Monteiro, do Almojarifado da jugada de Santarém*; mç 18 (1811-1813)

¹⁵³ ANTT, Provedoria das Lezírias, *Petição de 8 de Outubro de 1811 de José Joaquim Coelho, do Almojarifado da jugada de Santarém*; mç 18 (1811-1813)

¹⁵⁴ Segundo *Victoriano César*, Wellington para combater esta situação mandou enforcar em Leiria, um soldado inglês e um Português apanhados a roubar, para servir de exemplo. *Victoriano José César, op.cit.*, p.124.

¹⁵⁵ ANTT, Arquivo da Intendência geral da policia, *Contas para as secretarias desde 13 de Dezembro de 1809 até 18 de Março de 1811*, Livro 11, 22 de Novembro de 1810, pp. 226v,227.

prender no dia 29 de Março, “por serem denunciados de se terem deixado ficar na dita [freguesia], e nella terem empregado, os seus serviços em benefício do inimigo, vindo comprar tabaco e chicolate para lhe vender, roubando as casas dos que patrioticamente se ausentaram para fugir aos estragos da invasão e à barbaridade dos franceses.”¹⁵⁶

Este panorama, também é confirmado junto dos militares, quando na ordem do dia de 27 de Novembro do exército, o marechal Beresford determinava, que “as tropas portuguesas deviam cooperar para a conservação das habitações e mais propriedades dos seus compatriotas”.¹⁵⁷ Acrescentava também, que os comandantes e oficiais dos corpos eram responsáveis por todos os soldados que fossem apanhados a fazer estragos e a roubar, devendo ser severamente punidos, todos aqueles que cometiam semelhantes delitos. Igualmente, num ofício de 7 de Janeiro de 1811, informava D. Miguel Pereira de Forjaz,¹⁵⁸ das providências que tinha tomado, junto dos mesmos chefes, para combater os “vexames e violências, praticadas por partidas soltas e mal intencionadas do nosso exército”¹⁵⁹ Também Wellington, confessou com vergonha, “que as tropas britânicas tem a este respeito, em muitas ocasiões, causado mais prejuízo a este país do que o inimigo” ao arrancarem e queimarem as portas, as janelas, os móveis e mais pertences das casas.¹⁶⁰

Perante este cenário, ao qual os padres não se mostraram indiferentes, verificou-se a fuga de alguns religiosos, havendo mesmo apontamentos como o do frade Vicente de Santa Rita de Cassia, vigário encomendado de Almoester, que “desde o dia 11 de Outubro de 1810 até ao dia 24 de Fevereiro de 1811, não [redigiu] acentos dos mortos, por causa da nação francesa que se achava nesta freguesia”.¹⁶¹ No mesmo contexto, párocos como o do Cartaxo e Vale da Pinta, duas das primeiras povoações a sofrerem as consequências da presença francesa no concelho, relatam de uma forma realista e intensa todos os acontecimentos que envolveram a sua fuga e das populações. É numa breve memória, onde enunciou a “bárbara

¹⁵⁶ ANTT, *op.cit.*, Livro 12, p. 43.

¹⁵⁷ Cf. *Colecção das Ordens do Dia do Marechal Beresford*, Ordem do Dia de 27 de Novembro de 1810, pp. 204,205.

¹⁵⁸ D. Miguel Pereira Forjaz, (vd. figura 18) era o ministro e secretário de estado dos negócios da guerra durante a terceira invasão francesa, recebeu o título de Conde da Feira de D. João VI e foi sem dúvida nestas funções, o grande obreiro da defesa de Portugal contra o invasor francês. As medidas que aprovou, possibilitaram a Beresford a reorganização do exército português, permitindo-lhe que fosse integrado nas unidades do exército inglês, comandadas por Wellington. Seria assim constituído o exército Anglo-Português, que se empenhou na tarefa de derrotar as forças napoleónicas em Portugal, em Espanha e finalmente em França. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, *Nova História Militar de Portugal*, Vol 3, p.144.

¹⁵⁹ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre desordens do pessoal*, datada de 7 de Janeiro de 1811.

¹⁶⁰ Cf. *Colecção das Ordens do Dia do Marechal Beresford*, Ordem do Dia de 13 de Dezembro de 1810, pp. 212,213.

¹⁶¹ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Almoester, óbitos (1680-1850).

conduta e inauditas atrocidades cometidas pelo exército francês” na povoação do Cartaxo “*na fatal invasão do mês de Outubro de 1810*”,¹⁶² que o pároco António Teixeira Leitão, escreveu a forma como os moradores deste lugar começaram a abandonar as casas e tudo o que possuíam dentro e fora delas, a partir do dia 5 de Outubro de 1810 e dias seguintes, à medida que o inimigo se aproximava.

Segundo ele, a maior parte dos habitantes dirigiram-se para a capital, outros para a margem esquerda do Tejo e alguns distribuíram-se por montes e quintas da região. No entanto, alguns deixaram-se ficar de propósito, porque numa forma errada acharam que a sua permanência salvaria as suas casas ou então porque simplesmente não arranjaram transporte para si e para os seus bens. Finalmente no dia 10 de Outubro de 1810, o exército francês entrava no Cartaxo, ocupando as terras da direita do Tejo.¹⁶³

Jonh T. Jones, oficial inglês, acrescenta a este panorama o facto de haver populações inteiras que fugiram com o exército aliado que se encontrava em retirada, contabilizando assim 50.000 refugiados na região de Lisboa e o mesmo número na margem esquerda do Tejo. Nas suas palavras, Portugal permaneceu durante cinco meses, com cerca de 2.000 milhas quadradas do seu território praticamente inabitadas, tendo sido saqueadas pelo inimigo todos as reservas de alimentos que existiam nesse espaço.¹⁶⁴

Também em Vale da Pinta, numa curta memória de pouco mais de uma página, o padre encomendado Feliciano José Alves Ferreira, interrompe o livro de óbitos para descrever o fim do culto na freguesia a partir do dia 7 de Outubro de 1810, onde se realizou a última missa perante os clamores, lágrimas, prantos e aflição de todo o povo. Nela refere que consumiu o Santíssimo Sacramento e logo apressadamente fugiu “*na companhia de cinquenta e duas pessoas desta paróquia, e as mais ficaram por não poderem sair*”, conseguiu ainda salvar alguns livros da paróquia e os vasos sagrados existentes na igreja, da “*bárbara invasão dos malvados franceses, que aqui entrarão no dia nove do mez d’Outubro*”¹⁶⁵

Esta evasão das populações constituía assim um efeito não só da presença das tropas francesas, como vimos, mas também das ordens de fuga dadas às populações, durante a implementação da política da terra queimada pela regência, aquando da invasão francesa.

São ilustração desses factos no concelho de Santarém alguns registos de óbitos, como foi o caso de um dos assentos da freguesia urbana do Smo. Milagre, onde o pároco

¹⁶² AHM Pároco António Teixeira Leitão, *op.cit*, folha 1.

¹⁶³ AHM, Pároco António Teixeira Leitão, *Idem*, folha 2.

¹⁶⁴ Jonh T. Jones, *Account of the war in Spain and Portugal and in the south of France*, 1818, p.133 e 134.

¹⁶⁵ ANTT, *Fundo de registos paroquiais do Cartaxo*, Vale da Pinta, Óbitos (1803-1824).

encomendado Jerónimo Joaquim Ribeiro registou apenas em Agosto de 1811, a morte de uma sua paroquiana ocorrida em Fevereiro de 1811, data em que foi “*sepultada no pátio da ermida do Casal do Leite da borda de além do Tejo, [casal na margem esquerda do Tejo], distrito da freguesia de S.Nicolau, onde se achava refugiada da invasão dos inimigos franceses*”.¹⁶⁶ Também em Pombal é evidente o deslocamento populacional dos seus habitantes para lugares mais seguros, como atesta o cura Manuel Alves dos Reis em alguns registos de óbitos, onde refere que alguns falecidos estavam emigrados “*pela fuga aos invasores franceses*”.¹⁶⁷

A presença francesa não contribuiu só para a evasão dos eclesiásticos e consequentes falhas nos registos de óbitos, repercutiu-se também na carência dos meios necessários para os rituais fúnebres ou na falta de tempo para a realização dos mesmos. Em 21 de Março de 1811, pouco depois da retirada dos franceses, o vigário encomendado de Achete, Manoel Reis Santos Monteiro não administrou por falta de condições num dos óbitos “*os sacramentos do sagrado viático, por não haver o necessário para a administracam, nem [...] o da extrema unção por não haver ainda o santo óleo*”.¹⁶⁸

Já o pároco Alexandre Ferreira, de Póvoa de Galegos, referiu vários defuntos da sua paróquia que não receberam “*sacramento algum, por não haver ocasião [...] no tempo da invasão dos inimigos*” ou então receberam apenas “*o sacramento da penitência, por não se lhe poder administrar os mais, porquanto estavam os inimigos no país*”.¹⁶⁹ O mesmo aconteceu em Vale da Pinta, onde o reverendo encomendado, refere que num enterro no adro da igreja em Fevereiro de 1811, o falecido “*não recebeu os sacramentos, por não haver quem lhos administrasse, na ausência do parócho e de sacerdote, que estavam refugiados pela barbara invasão e vizinhança dos inimigos franceses na vila de Santarém*”.¹⁷⁰

Os rituais funéreos aligeirados são ainda mais evidentes nas freguesias da vila, devido à presença em força das tropas do 2º corpo do exército francês, tendo em S. Nicolau, o padre coadjutor Joaquim António da Silveira Fragoso, elaborado vários assentos de óbitos, onde mencionou que os falecidos recebiam apenas “*os sacramentos da confissão e extrema unção somente, porque a invasão dos franceses não dava lugar para o sacramento da sagrada*

¹⁶⁶ ADSTR, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Santo Estêvão do Milagre, óbitos (1802-1854).

¹⁶⁷ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Pombal, óbitos (1729-1851).

¹⁶⁸ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Achete, óbitos (1811-1829).

¹⁶⁹ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Póvoa de Galegos, óbitos (1679-1831).

¹⁷⁰ ANTT, *Fundo de registos paroquiais do Cartaxo*, Vale da Pinta, Óbitos (1803-1824).

eucharistia”.¹⁷¹ No entanto em Santa Cruz, freguesia da Vila de Santarém, nos registos do beneficiado coadjutor Francisco Rodrigues que têm início em 1 de Abril de 1811, as razões de ser administrado a vários defuntos, apenas o sacramento da penitência, prendeu-se com o facto da igreja paroquial ter sido profanada, o que teve como consequência, a falta de materiais para o adjudicatório religioso.

Mas estas dificuldades de apoio aos cerimoniais fúnebres, prolongaram-se em algumas paróquias para lá do período da ocupação militar, havendo mesmo freguesias como Póvoa de Galegos, onde vários óbitos registados no mês de Abril continuaram a receber “*só o sacramento da penitência, por não haver os meios de receber os mais, [por terem acontecido], logo depois da evacuação dos inimigos neste lugar*”.¹⁷² Também em S.Nicolau este fenómeno se verificou, havendo o registo de um individuo que “*faleceu da vida presente sem sacramentos, por falta de quem lhos administrasse, por ser immediato à invasão dos franceses*”.¹⁷³

Verificou-se também, devido à ocupação militar, o fenómeno dos registos de óbitos tardios, pela falta de eclesiásticos ou devido à fuga das populações. O cura Feliciano José de Abreu da freguesia do Vale, em Agosto de 1824, declarou que “*no ano de mil oitocentos e dez para mil oitocentos e onze [quando] este lugar do Valle se viu obrigado com todos os seus habitantes a deixarem as próprias habitações e tudo quanto possuíam, morrêo Joaquim Rodrigues, [...] jurão as testemunhas que falecêra no lugar do Escaropim [povoação na margem esquerda do Tejo, para onde fugira] e que ali próximo fora enterrado*”¹⁷⁴. Também em Janeiro de 1826, o mesmo padre registou os óbitos de um casal ocorridos em Dezembro de 1810, juntamente com a assinatura de duas testemunhas que presenciaram o enterro no adro da igreja nesse período conturbado.

No mesmo contexto surgiram também situações de registos incompletos. Foi o caso de alguns óbitos da freguesia urbana de S. Lourenço, em que o prior Manuel José Esteves de Campos elaborou em Agosto de 1811, alguns assentos de paroquianos ocorridos em Dezembro de 1810, onde não registou o dia em que morreram “*por ser no tempo que os franceses ocupavão esta villa*”¹⁷⁵

¹⁷¹ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, S.Nicolau, óbitos (1810-1819).

¹⁷² ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Póvoa de Galegos, óbitos (1679-1831).

¹⁷³ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém, op.cit.*, S.Nicolau, óbitos (1810-1819).

¹⁷⁴ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Vale de Santarém, Mistos (1810-1828).

¹⁷⁵ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, S. Lourenço, óbitos (1804-1852).

Próprio de um período de guerra, foi usual como vimos, a falta de assistência religiosa, banalizando-se os cultos funerários, quer pela falta dos santos óleos, quer pela falta de outros objectos sacros. Estes acontecimentos, em conjunto com a fuga dos párocos e o registo tardio dos óbitos após a ocupação, instituíram-se como sinais evidentes da desorganização da vida paroquial, tendo como principais causas a presença das tropas francesas e a política de terra queimada.

1.3. Os refugiados: A geografia dos deslocamentos

Sendo uma realidade estes deslocamentos das pessoas, surgem então portarias como a de 8 de Outubro de 1810 na Gazeta de Lisboa, que revelam uma preocupação oficial em termos legislativos de apoio a esta circulação anormal dos habitantes das regiões invadidas para as menos afectadas. Era dada assim ordem ao Intendente Geral da Policia, para permitir a transição para a margem esquerda do Tejo do maior número de pessoas que o desejassem, por terem desse lado maiores possibilidades de subsistência, evitando desta forma o sobrepovoamento da região de Lisboa e o pesado consumo de viveres que começavam a faltar atrás das linhas de Torres.¹⁷⁶

Esta orientação foi seguida na sua generalidade pelos habitantes do concelho de Santarém durante os seus deslocamentos, que desde o dia 3 de Outubro se iniciaram, havendo já poucas pessoas na vila no dia 7 de Outubro de 1810. Na verdade, a recepção da noticia no dia 3 de Outubro de 1810 em Santarém, sobre a entrada dos franceses na cidade de Coimbra e o que nela tinham feito no dia 1 de Outubro de 1810, atemorizou a população e despoletou a evacuação dos seus habitantes, ao ponto de na tarde do dia 7, já não tocarem os sinos e estarem fechadas todas as igrejas, com excepção da igreja do santíssimo milagre.¹⁷⁷

Uma figura notável de Santarém na sua época, José de Freitas Amorim Barbosa nascido em Santarém em 1799, atesta bem nas suas memórias esta realidade. Relatou então, que o carácter hostil da invasão de Massena em 1810, levou as populações da província da

¹⁷⁶ *Gazeta de Lisboa*, Suplemento à gazeta nº247, 17 Outubro de 1810.

¹⁷⁷ Frei Cláudio da Conceição, *Memória do que aconteceu ao santo milagre de Santarém pela invasão dos franceses naquela vila em o mez de Outubro de 1810*, 1811, p.16.

Ainda Segundo o cônego Joaquim Maria Duarte Dias, nos seus *Fastos de Escalabis*, escritos em 1853, era uma realidade que Santarém desde o dia 3 de Outubro, estava em sobressalto com a notícia da entrada do inimigo em Coimbra no dia 1 de Outubro de 1810. Mas foi através da chegada do seu conterrâneo, Manuel Gonçalves Pollucia, que a vila soube que os franceses a caminho de Lisboa, se aproximavam efectivamente de Santarém. Foi o mesmo preso, pelas autoridades da vila, como um amotinador, mas pouco tempo depois solto, quando foi conhecida a veracidade da sua informação, p.315.

Estremadura, com base no seu instinto da sobrevivência a obedecer às ordens da regência. Migraram assim em massa, procurando segurança dentro das linhas de Torres, que se estendiam desde Alhandra até ao mar, concentrando-se a sua maioria na região de Lisboa.

Ele mesmo fez parte deste grupo de deslocados, tendo com 11 anos fugido com a família para Lisboa, onde o pai arranhou emprego na secretaria de um Hospital militar, instalado na cordoaria da Junqueira. Narrando essa experiência, acrescentou que antes dos franceses entrarem em Santarém, teve uma permanência de algumas semanas com os pais e os irmãos na margem sul ou esquerda do Tejo, antes de chegar à capital. Seguiu então como vimos, o rumo da maioria dos habitantes de Santarém.¹⁷⁸

Também o frei Cláudio da Conceição ao relatar na sua obra a fuga do padre Francisco de Paula Baptista de Santarém com o santíssimo milagre, descreve que no dia 11 de Outubro de 1810 em Valada, este padre se juntou aos habitantes que tinham permanecido em Santarém até esta data, mas que agora fugiam das hostilidades provocadas pelos franceses na vila. Acompanhado pelo inumerável povo “*correo logo á borda do Tejo três légoas e meia, até onde chamão o Alqueidão*” onde passou no dia 12 de Outubro para a outra margem do Tejo. Depois de permanecer alguns dias em Salvaterra de Magos, para maior segurança da relíquia encaminhou-se para Lisboa, onde chegou no dia 21, tendo sido a mesma entregue ao cuidado do reverendíssimo patriarca eleito.¹⁷⁹

Podemos atestar também esta realidade, com a análise dos registos de óbitos das freguesias do concelho situadas na margem esquerda ou Sul do Tejo.¹⁸⁰ Como exemplos ilustrativos dessa situação, temos os óbitos elaborados pelo cura José Joaquim Marques de Vale de Cavalos, uma dessas povoações. Nesses óbitos descreve a morte de uma mulher viúva que morava em S. Vicente do Paul, freguesia da margem direita do Tejo, enterrada na igreja paroquial Vale de Cavalos, porque estava a viver na região “*para onde veio refugiada do inimigo francês*”.¹⁸¹ Nos mesmos registos surge o caso de uma mulher da freguesia do Lourçal, bispado de Coimbra, “*emigrante nesta freguesia de Vale de Cavalos vindo fugitiva*

¹⁷⁸ José de Freitas Amorim Barbosa, *A minha vida e aventuras escritas em Outubro de 1876*, 1990, pp.5, 20. Este advogado, lavrador e escritor conhecido do seu tempo, com algumas intromissões na política era considerado um notável de Santarém, terra onde nasceu em 2 de Abril de 1799. Com cerca de 12 anos regressa à sua terra natal na companhia do pai onde assistiu e relatou mais tarde o que aqui transcrevemos; participou ainda nas contendas civis pela facção liberal, tendo-se alistado como praça em 1833 no batalhão móvel do Ribatejo, sendo promovido depois ao posto de tenente. Foi preso duas vezes pelo regime Miguelista, tendo sido agraciado com a ordem de Cristo. Em 1834 serviu ainda como ajudante do governador militar do Cartaxo.

¹⁷⁹ Frei Cláudio da Conceição, *Memória do que aconteceu ao santo milagre de Santarém pela invasão dos franceses naquela vila em o mez de Outubro de 1810*, 1811, pp.18, 19,20.

¹⁸⁰ Ver tabela 6, anexo de quadros e tabelas, p. 227.

¹⁸¹ ANTT, *Fundo de registos paroquiais*, Chamusca, Vale de Cavalos, Óbitos (1790-1837).

do inimigo francês”,¹⁸² o que prova que o fenómeno dos deslocamentos para esta margem do Tejo, mais segura e acolhedora, era transversal a várias regiões do país.

Vale de Cavalos apresentava realmente uma afluência de evadidos fora do normal, sendo um dos locais de refúgio preferido, pelas várias povoações ribeirinhas da margem direita do Tejo. O registo dos óbitos de Vale de Cavalos revela efectivamente um acréscimo de registos, de Outubro de 1810 a Abril de 1811, período que coincide praticamente com a ocupação militar do concelho.

Nesse registo destacam-se Pombal e Azinhaga, freguesias do concelho da outra margem do Tejo com maior proximidade em relação a Vale de Cavalos, onde 45 óbitos são de Pombal e 20 da Azinhaga, surgindo depois S. Vicente do Paúl com 11 e Marvila com 1. Do concelho de Pernes, surgia a freguesia da Louriceira e Amiais de Baixo, lugar que pertencia a Malhou na época em estudo, com 1 óbito. Registam-se ainda óbitos de freguesias de outros municípios como a Golegã com 8, Torres Novas com 7 e ainda Alcanena, Tancos e Tomar com 1 falecimento cada. Estes assentos constituíam 59% do total de óbitos da freguesia no período referido, o que atesta a importância de Vale de Cavalos no fluxo dos refugiados.¹⁸³

Apesar de ter poucos registos, a freguesia da Raposa apresenta vários assentos de indivíduos que aí se encontravam refugiados no período da ocupação, como foi o caso de três habitantes de Santarém e dois da Ribeira de Santarém e Azinhaga, povoações todas situadas do outro lado do rio¹⁸⁴

Outra povoação da margem esquerda com foragidos, mas com um quadro de óbitos ligeiramente diferente, é a freguesia de Pinheiro Grande, onde 15% do total de óbitos durante a ocupação militar corresponde a refugiados da Golegã, Barquinha, Atalaia e Asseiceira. Estas freguesias da margem direita estavam todas fora do concelho de Santarém, mas nas imediações da povoação referida.

Num cenário em que são mais os óbitos dos refugiados que os dos habitantes das povoações de refúgio, surge à cabeça desta realidade a freguesia de Alpiarça com 61% do total dos óbitos a pertencer à população expatriada no período observado. São as povoações ribeirinhas da margem direita nas suas imediações, que apresentam maior número de falecimentos. Destaca-se S. Vicente do Paúl com 71 óbitos, Vale de Figueira com 50, Azinhaga com 45 e Alcanhões com 40. Ainda dentro do concelho de Santarém, surgem as

¹⁸² ANTT, *idem*, Vale de Cavalos, Óbitos (1790-1837).

¹⁸³ ANTT, *op.cit.*, Vale de Cavalos, Óbitos (1790-1837).

¹⁸⁴ ANTT, *Fundo de registos paroquiais*, Almeirim, Raposa, Óbitos (1741-1844).

freguesias urbanas da vila com 9, Pombal com 18, Achete com 14 e finalmente Casével com 5 e Azóia de Cima com 3. Dentro desta contabilidade temos ainda o concelho de Pernes com 24 mortos e outros municípios que em conjunto, somam 50 óbitos entre os seus refugiados.

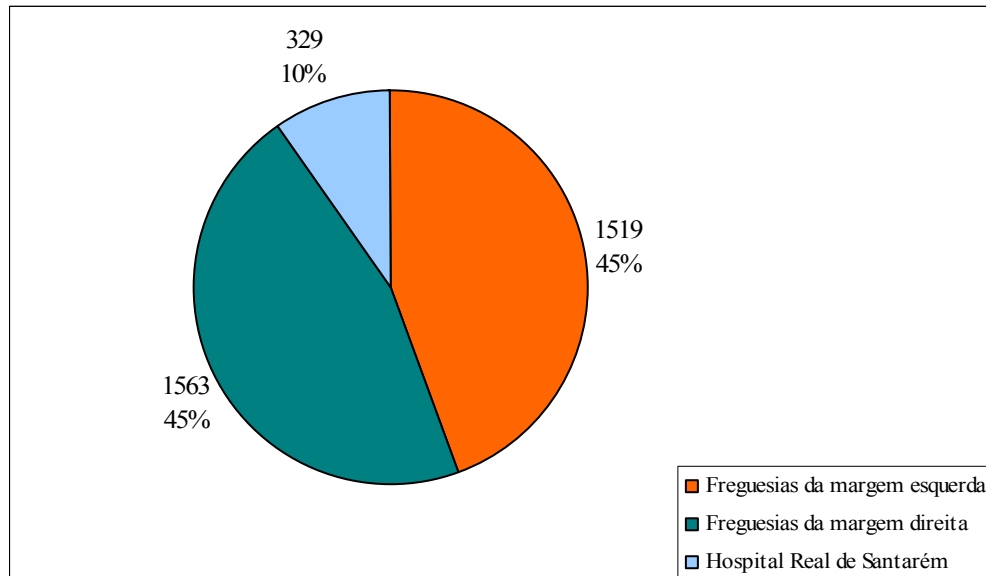


Gráfico 1 – Óbitos do Hospital Real e por margens no concelho de Santarém

Fonte: ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, óbitos de várias freguesias do concelho da margem direita e esquerda do Tejo, nos anos de 1810 e 1811

Da observação do *Gráfico 1*, constata-se que as freguesias da margem esquerda do antigo concelho de Santarém, que eram apenas seis, apresentam 1.519 óbitos, cerca de 45% do total dos registos do município, número pouco inferior aos 1.562 das 41 freguesias da margem direita. O Hospital Real com 10% dos óbitos, reúne falecimentos de paroquianos de todas as freguesias do concelho, razão pelo qual foi tratado à parte. Este facto é confirmado nas observações médicas realizadas na vila de Santarém pelo médico Luiz Gonzaga da Silva, na época, o Hospital Real também conhecido por Hospital de Jesus Cristo, era segundo ele, o local onde se recebiam e tratavam “*os doentes pobres de toda a villa, de todos os lugares visinhos, depois da última invasão dos franceses, até à distância de 12 légoas*”¹⁸⁵

Estes números atestam bem o sentido dos deslocamentos dentro do concelho, com um grande número de pessoas a morrerem nos seus locais de refúgio, como já foi referido. Num universo de apenas seis freguesias do concelho situadas na margem esquerda, temos como vimos praticamente os mesmos óbitos das 41 freguesias da outra margem, números que atestam bem a procura de refúgio nessa margem do Tejo, como preconizava a portaria referida por nós.

¹⁸⁵ Luiz Gonzaga da Silva, *Introdução Histórico-Médica para as observações médicas em a villa de Santarém, exigidas pela portaria de 24 d’Outubro de 1812*, p.141.

Num contexto de mobilidade permanente, imposto quer pela política da terra queimada, quer pela presença dos franceses, surgem durante a ocupação militar do concelho registos de óbitos nas freguesias de refúgio, que reflectem o fenómeno da desorganização social crescente, quase caótica, neste período. São muitos os registos de indivíduos dados como desconhecidos, que vão sendo averbados pelos sacerdotes das paróquias de refúgio. Este facto acontece com muita frequência na freguesia de Alpiarça, onde o vigário Clemente Xavier Mateus descreve o óbito de várias pessoas que aparecem mortas em palheiros, onde buscavam abrigo, como foi o caso de um homem que faleceu “*nos palheiros do senhor Francisco Raimundo e não se sabe o nome, em fé de que fiz este acento que assinei*”.¹⁸⁶

Também na freguesia do Pinheiro Grande o vigário frade Manoel Vicente Ferreira descreve um óbito de uma mulher encontrada num palheiro, de uma viúva do lugar. Com cerca de dezoito anos, a rapariga que era solteira, era uma desconhecida na região, ignorando-se a sua naturalidade, tendo sido encontrada morta nestas circunstâncias, segundo ele, porque se encontrava emigrada. Casos como estes multiplicam-se devido á falta de condições destes lugares de acolhimento para suportarem tantos refugiados, tendo que alimentar não só as suas populações, mas o exército que com a divisão de Hill e a divisão de cavalaria portuguesa Fane, se encontravam na região, tendo prioridade no acesso aos mantimentos.

Sendo assim, muitos dos refugiados deram origem a um grupo vasto de indigentes, mendigos e desconhecidos que vagueavam pela região em condições miseráveis, não sobrevivendo muitos deles à fome, frio e doença. Como aconteceu com “*hum mendigo que se achou morto na Ramada do Pinheiro, que dizem ser de Vale de Figueira*”¹⁸⁷ e um homem que faleceu “*nas arribanas*”¹⁸⁸ *de Domingos da Costa Durão, mendigo e não se sabe de onde hera*”.¹⁸⁹ Também no chouto, o número de indigentes mortos era uma realidade crescente, comprovada nos assentos de óbitos, onde “*hum homem mendicante que vinha quaçando pelo Gorjão, se achou morto no Val dos Oleiros*”.¹⁹⁰ Esta mesma condição, estendeu-se em casos extremos na região, aos militares do exército, como se pode comprovar pelo caso de “*Manoel Vicente, soldado do regimento de Lippe, andando mendigando, foi sepultado na adro desta igreja*”¹⁹¹ No entanto, verifica-se que a situação vai piorando ao longo dos meses da

¹⁸⁶ Cf. ANTT, *Fundo de registos paroquiais*, Alpiarça, Óbitos (1810-1812).

¹⁸⁷ ANTT, *Idem*, Alpiarça, (1810-1812).

¹⁸⁸ Cabana coberta de colmo para recolher o gado; curral. Cf. *Dicionário de Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2004, p.152.

¹⁸⁹ ANTT, *op.cit.*, Alpiarça, (1810-1812).

¹⁹⁰ Cf. ANTT, *Fundo de registos paroquiais*, Chamusca, Óbitos (1803-1834).

¹⁹¹ ANTT, *Idem*, Chamusca, Óbitos (1803-1834).

ocupação. No mês de Fevereiro são já vários os mortos desconhecidos deixados simplesmente à porta da igreja, dos quais o vigário faz um registo aligeirado devido ao grande número de ocorrências. Neste tipo de óbitos que atingem o pique no mês de Março, surgem homens e mulheres adultos, que são colocados à porta da igreja e mesmo junto aos altares, assim como alguns inocentes, como foi o caso de “*huma criança vestida de encarnado*”¹⁹² depositada junto à igreja.

1.4. A geografia dos óbitos: O posicionamento dos exércitos na incidência da mortalidade

Observando o *Gráfico 2*,¹⁹³ que apresenta os óbitos do concelho de Santarém nos anos de 1810 e 1811, verifica-se que entre os meses de Março e Junho de 1811 se registou um acréscimo anormal de óbitos no concelho. O mês de Abril constituiu o pique deste acontecimento, em relação aos outros meses, atingindo aqui o seu valor máximo de óbitos.

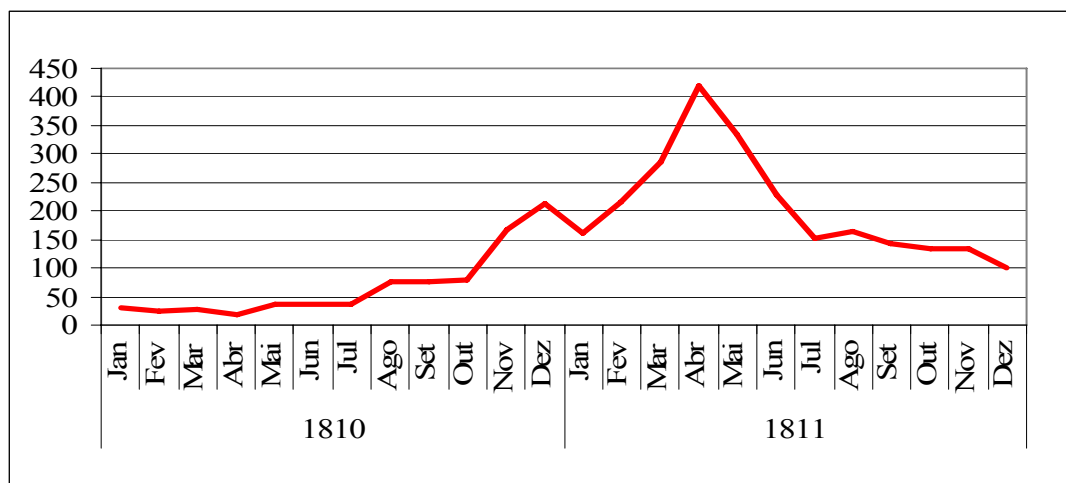


Gráfico 2 – Óbitos no concelho de Santarém em 1810/1811

Fonte: ANTT, *Fundo dos registos paroquiais*, das freguesias do antigo concelho de Santarém.

Decorreu assim um aumento da mortalidade no concelho a partir do mês de Março com um total de 287 óbitos, atingindo o mês de Abril um número recorde de 439 óbitos. Os meses de Maio com 350 averbamentos e Junho com 240 comprovam também o que já foi referido por nós sobre as condições da primavera do ano de 1811. No entanto, a partir do último

¹⁹² ANTT, *op.cit.*, Alpiarça, (1810-1812).

¹⁹³ Ver tabela 2, anexo de quadros e tabelas, p. 225; tabela com os valores dos óbitos apurados, nas freguesias do antigo concelho de Santarém, com base nos registos dos anos de 1810 e 1811.

semestre, os valores tendem a normalizar-se, num período em que os franceses já tinham saído do país.¹⁹⁴

Num tempo, onde eram comuns as pilhagens, destruição e incêndios de culturas juntamente com a inviabilidade de qualquer tipo de sementeira, despontou com a chegada da primavera após a retirada dos exércitos, situações de grande carência alimentar. Também a saúde pública piorou, surgindo situações de maior facilidade de contágio perante doenças e epidemias, devido ao característico calor húmido primaveril,¹⁹⁵ o que justifica este incremento de mortalidade no concelho. Mas a evasão das populações¹⁹⁶ e dos párocos, outro dos efeitos da ocupação militar, contribuiu também para esta realidade. Muitos dos registos de óbitos são tardios, como já afirmamos, assinalados com maior frequência a partir de meados de Março, com a sua maior incidência a acontecer em Abril, mês de regresso em massa das populações às suas paróquias, após a retirada do inimigo.

A par de vectores como a fome e a doença, esta mortandade deve também o seu desenvolvimento, ao conjunto de atrocidades e excessos cometidos sobre a população civil, pelo exército inimigo e em algumas circunstâncias pelo exército aliado, levando as populações a situações de absoluta miséria, no limiar da sobrevivência.

Como pudemos observar, o concelho de Santarém repercute todas estas razões, nos seus indicadores de mortalidade, tendo sido a presença francesa na região no seu caso, materializada pelas forças do 2º e 8º corpos do exército francês. Assim no período da ocupação militar, a 1ª divisão Merle do 2º corpo, estava na zona de Santarém, com dois regimentos na área de Perofilho e um ao longo da vala da Asseca nas imediações da ponte. Já a 2ª divisão Heudelet do mesmo corpo tinha três regimentos na vila e um na área de Rio Maior. A reserva com o seu parque e o quartel-general de Reynier também estavam na vila de Santarém. Os 221 óbitos registados entre Março e Junho, apenas nas freguesias do burgo de Santarém e no Hospital Real, atestam bem as sequelas desta presença na vila.¹⁹⁷

¹⁹⁴ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, óbitos de várias freguesias rurais e urbanas do concelho de Santarém, nos anos de 1810 e 1811.

¹⁹⁵ Maria Irene Pereira de Almeida, *O concelho de Santarém no século XIX: Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, 1998, p. 145.

¹⁹⁶ Segundo o Marquês Sá da Bandeira, com a aproximação do exército de Massena, no mês de Outubro de 1810, a maior parte da população de Santarém e das freguesias rurais abandonou as suas casas, migrando para a margem esquerda do Tejo, outros para a capital ou então para as serranias da região. Sendo contemporâneo destes acontecimentos, afirma que muitos habitantes do concelho faleceram por falta de alimentos e devido ao rigor do Inverno in *Memória sobre as fortificações de Lisboa* pelo General de divisão Marquês de Sá da Bandeira, pp.101 a 109.

¹⁹⁷ Ver gráfico 5 e tabela 2 e 5, anexo de gráficos e tabelas, pp. 176, 225 e 226. Gráfico e tabelas com os valores dos óbitos do Hospital Real de Santarém e das freguesias com registos no concelho de Santarém, durante os anos de 1810 e 1811.

Mas além das forças do 2º corpo, estavam também presentes no município forças do 8º corpo, através da 1ª divisão Clausel, que colocava três batalhões nas freguesias de Azóia de Cima e de Tremês e quatro batalhões na Atalaia e Santos, lugares pertencentes a Tremês. O facto de não haver registos de óbitos em tremês e Azóia de Cima, constitui mais um indicador forte da permanência do exército de Massena nesta região, tendo em conta os muitos casos de registos paroquiais, que desapareceram ou se deterioraram durante esse período no concelho, por acção da sua presença.

Mas o dispositivo aliado, através das suas movimentações e posicionamento no concelho, também contribuiu de alguma forma para este cenário de desordem social e económica. A prioridade no acesso ao reabastecimento de víveres do exército em detrimento da população civil e os actos menos dignos de alguns militares, agravaram também a situação dos habitantes da região, incrementando assim a sua mortalidade.

Na ordem do dia de 18 de Janeiro de 1811 assinada pelo Ajudante-General Mosinho,¹⁹⁸ era ordenado pelo Marechal Beresford o julgamento em concelho de guerra capital, de vários soldados portugueses e um comissário que tinham cometido indecorosos roubos junto da população civil da região, tendo saído dos “*seus acantonamentos a tirar gado aqueles habitantes*”. Ainda por ordem do seu comissário recolheram várias contribuições “*dos desgraçados, que fugindo do inimigo, trazem consigo o pouco que podem, embargando-lhes tudo, para depois lho entregarem a troco de dinheiro*”.¹⁹⁹

Wellington tinha então várias forças dispostas no concelho, a brigada portuguesa Pack no planalto da Azambujeira – Alfouves e nas linhas de alturas entre Ponte do Celeiro e Freiria e a divisão ligeira de Craufurd nos terrenos pantanosos entre o rio Tejo e a Ponte do Celeiro.

Por sua vez a brigada de cavalaria inglesa do general Anson, movimentava-se na zona de Rio Maior enquanto a 2ª divisão de Hill juntamente com a cavalaria portuguesa sob o comando de Fane, operavam em território do concelho na margem esquerda do rio. Mas além deste dispositivo, ainda tínhamos na área do concelho outras forças pertencentes ao exército de Wellington.

Posicionadas à retaguarda das linhas referidas, surgiam várias unidades militares aliadas, que actuavam na região do Vale e do Cartaxo, onde estava o quartel-general de

¹⁹⁸ O brigadeiro Manoel de Brito Mouzinho, na qualidade de *ajudante-general*, era o oficial do estado-maior do exército português, responsável por todos os assuntos relativos à administração dos recursos humanos, das diferentes forças que o compunham. João Centeno, *op.cit.*, p.219.

¹⁹⁹ Cf. *Colecção das Ordens do Dia do Marechal Beresford*, Ordem do Dia de 18 de Janeiro de 1811, p.10

Wellington. Os 165 óbitos registados no Cartaxo²⁰⁰ entre Março e Julho constituem igualmente um reflexo dessa presença e da passagem do exército francês pela área destas freguesias, porque “*todas as casas, em todas as vilas e aldeias que ficavam na sua linha de retirada foram completamente saqueadas.*” A devastação eram então uma marca da sua passagem, de acordo com o diário de Jonathan Leach, tendo a vila do Cartaxo partilhado “*do mesmo destino de todas as outras pelas quais nós tínhamos passado.*”²⁰¹

Também no concelho de Alcanede estavam posicionadas várias forças, que continuavam o dispositivo do 8º corpo do exército de Massena. Tínhamos então neste município durante a campanha, quatro batalhões da 1ª divisão Clausel dispostos entre Alcanede, Abrã e o lugar da Aldeia Ribeira. Na mesma região operava também a brigada de cavalaria do 8º corpo, que tinha sido comandada pelo general Sainte-Croix, entre os lugares de Aldeia de Além, Alqueidão do Mato, Mosteiros e na própria vila de Alcanede, assegurando assim a vigilância²⁰² do itinerário Rio Maior-Pernes.

A presença destas unidades a par das barbaridades e destruição por si cometidas, deverá ter contribuído para os consequentes óbitos observados no *gráfico 3*.²⁰³ Na leitura do gráfico verifica-se que entre os meses de Março e Junho se registou um acréscimo, anormal de óbitos no concelho de Alcanede, em tudo idêntico ao que se passou no concelho de Santarém; constituindo o mês de Abril o ponto máximo dessas ocorrências. Uma razão segura coincide com os registos tardios, devido à ocupação francesa na região como já foi observado. Esta realidade foi constatada por nós, durante a análise dos livros de óbitos das freguesias de Alcanede e Alcobertas, as únicas do concelho com registos no período em estudo.

Como resultado dessa presença, o frade José da Silva sacerdote de Alcanede, só em Março de 1811, averbou 17 óbitos dos seus paroquianos, que faleceram no período da ocupação e que não foram registados antes devido à destruição dos livros de assentos às mãos dos

²⁰⁰ ANTT, *Fundo de registos paroquiais do Cartaxo*, S. João Baptista, óbitos (1811-1849)

²⁰¹ Relato de Jonathan Leach in Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, p.233. É de realçar que a presença do exército francês no Cartaxo iniciou-se logo em meados do mês de Outubro, com forças da cavalaria da reserva francesa a operar no Cartaxo. Também antes da retirada das linhas de Torres, Massena ordenou ao 2º corpo que fizesse seguir para o Cartaxo os seus parques de animais, armazéns e bagagens para não estorvarem a operação retrógrada que iria ser realizada, o que reforçou a presença francesa na região, in Victoriano José César, *op.cit.*, pp.161 e 169.

²⁰² *Vigilância* é uma missão de uma força de segurança actuando na frente, num flanco ou na retaguarda de uma força superior com a intenção de manter o inimigo sob observação e obter informações sobre a sua natureza, meios e actividades. IAEM, *op.cit.*, p.106.

²⁰³ Ver gráfico 3 e tabela 3, anexo de gráficos e tabelas, pp. 176 e 226. Gráfico e tabela com os valores dos óbitos, das freguesias do antigo concelho de Alcanede, durante os anos de 1810 e 1811. O Marquez de Sá da Bandeira, na *memória sobre as fortificações de Lisboa*, ao relatar os factos ocorridos na vila de Santarém na época em estudo, generaliza a sua desolação, a todas as outras povoações ocupadas pelo inimigo, donde resultou a morte de muitos habitantes in *op.cit.*, p.102.

invasores franceses. Também em Alcobertas nas imediações de Alcanede, são registados pelo pároco só no mês de Abril 30 óbitos, 27 em Maio, 18 em Junho e 11 no mês de Março após a retirada do inimigo, números que atestam bem os impactos da sua presença na freguesia.²⁰⁴

O 8º corpo alargava ainda o seu dispositivo ao concelho de Pernes, onde tinha dois regimentos, um localizado na freguesia do Arneiro das Milhاريças e outro na vila de Pernes. Como se pode ver no *gráfico 4*,²⁰⁵ é evidente o desvio fora do normal no mês de Junho, o que se explica através dos registos de óbitos da freguesia do Arneiro das Milhاريças, a única que tem dados que espelham a presença do exército francês.

Não havendo registos na vila de Pernes e sendo os registos da freguesia do Malhou e Louriceira pouco significativos e intermitentes, estamos assim perante sinais da destruição causada pelo invasor neste período, junto dos acervos paroquiais. Resta-nos então as informações recolhidas junto do livro de óbitos do Arneiro das Milhاريças, que determinam praticamente a leitura do gráfico para o concelho de Pernes.

A forte presença francesa na povoação do Arneiro das Milhاريças levou a que o pároco lançasse no livro de óbitos, um número de falecimentos fora do normal, no mês de Junho. O registo total de 136 óbitos,²⁰⁶ dos quais não tem a certeza do mês e dia em que aconteceram, prova bem o impacto da permanência das forças francesas na freguesia. O padre limitou-se então a registar, apenas o nome dos paroquianos mortos de que ia tendo conhecimento, para a sua memória poder perdurar para o futuro.²⁰⁷

1.5. As causas da mortalidade: Os actos de guerra, doenças e fome

O confronto entre os exércitos, foi a principal causa da mortalidade entre os militares, durante a terceira invasão francesa, tendo em conta as várias batalhas, combates e pequenos confrontos ocorridos entre os exércitos de Massena e Wellington. Durante a ocupação de Santarém são vários os relatos de soldados mortos registados pelos padres nos livros de óbitos, o que prova a intensa actividade militar na região e respectivas consequências. No entanto, o morticínio provocada pela guerra, não passa apenas pelos soldados mortos em combate ou falecidos nos hospitais de campanha devido aos ferimentos, contabiliza também

²⁰⁴ ADSTR, *Fundo dos registos paroquiais de Santarém*, Alcanede, Óbitos (1811-1858) e ANTT, *Fundo dos registos paroquiais de Rio Maior*, Alcobertas, Óbitos 1 (1790-1834).

²⁰⁵ Ver gráfico 4 e tabela 4, anexo de gráficos e tabelas, pp. 176 e 226. Gráfico com os valores dos óbitos das freguesias com registos do concelho de Pernes, durante os anos de 1810 e 1811.

²⁰⁶ ANTT, *Fundo dos registos paroquiais de Santarém*, Arneiro das Milhاريças, Óbitos (1811-1858)

²⁰⁷ ANTT, *Idem*, Arneiro das Milhاريças, Óbitos (1811-1858)

os civis, que num ambiente de desordem económica e social, são alvo das atrocidades próprias de um cenário de guerra.

1.5.1. Os actos de guerra

Foram então vários actos de guerra, que afectaram a população civil do concelho de Santarém, tendo em conta as crueldades infligidas pelos militares franceses aos habitantes no período em que decorreu a sua presença na região. Assim, os actos de guerra, constituíram uma das principais causas, que fundamentam os valores de mortalidade, analisados no ponto anterior. O próprio marquês de Sá da Bandeira na sua memória da ocupação, confirmou este cenário no mesmo dia em que o exército francês se retirou de Santarém. Segundo ele os poucos habitantes que tinham permanecido na vila encontravam-se num estado miserável, devido às indigências e atrocidades provocadas pelos franceses, causando assim “*a maior compaixão*”.²⁰⁸

A situação era tão grave, que o próprio Massena tentou combatê-la através de uma circular difundida em Outubro de 1811. Nela procurava controlar os excessos dos militares dos diferentes corpos do exército, reprimindo assim soldados e mesmo oficiais, que cometessem actos de violação e saque. Como tal ordenou a criação de uma comissão militar por cada um dos corpos de forma a actuarem sobre esta situação, controlando assim os efeitos destes comportamentos na moral do povo português.²⁰⁹

Foi neste contexto, que vários padres descreveram de uma forma muito realista, os violentos ataques dos soldados franceses à população civil, em diferentes freguesias do concelho, como aconteceu com o vigário encomendado de Achete, que descreveu a morte de um homem que não recebeu os sacramentos porque “*se achava impossível em consequência de muitas pancadas e maus tratamentos que lhe derão os inimigos*”.²¹⁰ Já na freguesia urbana de S. Nicolau, em 21 de Julho de 1811, o padre coadjutor por ordem do desembargador vigário da vila de Santarém, registava o óbito de um “*morador na Quinta da Formiga, limite desta freguesia, o qual falecera da vida presente, [devido] à violência dos inimigos franceses em o mês de Novembro de mil oitocentos e dez, e ficou sepultado na mesma quinta por não ser conduzido à dita sua freguesia, o que justificou com testemunhas a*

²⁰⁸ Marquês de Sá da Bandeira, *op.cit.*, p.103.

²⁰⁹ General Koch, *op.cit.*, pp.119, 120.

²¹⁰ ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Achete, óbitos (1811-1829).

viúva sua mulher”²¹¹ Em Vale da Pinta o reverendo encomendado Feliciano José Alves Ferreira, após uma ausência de cinco meses e três dias da paróquia, por ter estado refugiado, redigiu vários óbitos a partir do dia 10 de Março de 1811, ocorridos durante a presença dos franceses no lugar, no ano de 1810.

Esses assentos, com descrições factuais, evidenciavam os actos de guerra postos em prática pelas tropas franceses, sobre a população civil do lugar, como foi o caso de um paroquiano que “*faleceu entre Outubro e Novembro em consequência dos tormentos e barbaridades com que o tratarão os inimigos.*”²¹² Mais cruel foi o que se passou com a morte da sua mulher, que ocorreu logo após a sua “*entre Outubro e Novembro, pelos tormentos bárbaros, que lhe fizeram os inimigos [...] foi enterrada por alguns fieis no adro desta igreja paroquial de noite, e noutro dia desenterrada pelos malvados, julgando ser algum thezouro escondido pelos desgraçados portugueses: foi outra vez enterrada no mesmo sítio.*”²¹³ Os relatos com este tipo de descrição, foram vários, numa tentativa do reverendo assegurar o registo de todos os seus paroquianos, que neste período não se refugiaram, ou então não conseguiram fugir a tempo, como aconteceu com uma mulher que andou “*perseguida e errante pelos bosques e moitas por causa dos inimigos que ocupavam esta paróquia, foi enterrada em Vale de Pegas muitos dias depois de morta.*” O mesmo destino teve o seu marido que não conseguiu fugir, tendo sido enterrado em Dezembro no adro da igreja “*em consequência do miserável estado em que o deixarão os inimigos.*”²¹⁴ O pároco encomendado refere ainda o caso de uma paroquiana que morreu nos finais de Novembro “*no infame cativeiro dos inimigos*” tendo sido enterrada dias depois no quintal da casa da filha.

No mesmo contexto, o padre de Vale da Pinta, continua os relatos das mortes violentas, como a de um morador, que “*foi saqueado, e apunhalado cruel e barbaramente pelos inimigos franceses*” morrendo entre o dia 12 e 13 do mês de Outubro de 1810, na quinta de Francisco Pereira Oitaveiro, no Cartaxo, tendo ficado o “*cadáver por enterrar, mais de cincoenta dias, de maneira que depois da retirada dos inimigos, se deo à sepultura os restos informes na mesma quinta, de que me informei de diversos que virão isto*”.²¹⁵ Já uma habitante do lugar que faleceu no mesmo mês foi segundo o pároco enterrada num pinhal

²¹¹ ANTT, op.cit., S.Nicolau (1810-1819).

²¹² ANTT, *Fundo de registos paroquiais do Cartaxo*, Vale da Pinta, Óbitos (1803-1824).

²¹³ ANTT, *Idem*, Vale da Pinta, Óbitos (1803-1824).

²¹⁴ ANTT, *Idem, Idem*, Vale da Pinta, Óbitos (1803-1824).

²¹⁵ ANTT, *Idem*, Vale da Pinta, Óbitos (1803-1824).

perto do Casal do Desembargador, no mesmo sítio onde “*foi atrozmente morta pelos inimigos franceses.*”²¹⁶

Mas é na memória, sobre os acontecimentos ocorridos no Cartaxo durante o início da ocupação do concelho pelos franceses, que surgem um grande número de relatos sobre os “*assassínios, roubos, profanações, violações e crimes de toda a espécie, que estes homens ímpios e deshumanos cometerão só neste lugar do Cartaxo.*”²¹⁷ Surgem neste documento histórias de profanações, como a de uma defunta, que tinha morrido durante a sua fuga aos franceses, que não podendo ser enterrada no adro da igreja foi sepultada num terreno à saída da povoação. Os militares franceses ao verem a terra mexida, pensaram que estava ali algum tesouro escondido, e ao escavarem deram com o cadáver da mulher morta, que deixaram por enterrar.

Além de todos os males e perdas destas pessoas, o padre António Teixeira Leitão refere que algumas padeceram da maior de todas, a sua própria vida, contando cerca de doze habitantes do Cartaxo, brutalmente mortos a tiro ou pela ponta da espada. Destaca nestas mortes, a de uma criança de poucos meses, que após terem levado a mãe à força para poderem abusar dela, no regresso achou o filho no berço, com o nariz cortado e nadando em sangue. Na sua memória continua a referir que houve outros habitantes, homens e mulheres, que acabaram por morrer, em consequência das feridas, pancadas e maus-tratos que receberam dos franceses. Muitos destes infelizes levavam pancada até serem feridos gravemente, só porque não lhes apresentavam logo dinheiro ou outros objectos de valor, obrigando-os a indicar depois pessoas ricas “*ou onde estava dinheiro e mulheres escondidas.*”²¹⁸ Outros eram obrigados a despirem-se, andando nus e descalços a carregar quartas e odres de vinho, para motivo de troca. Neste cenário de temor, foi o sexo feminino, o que mais sofreu. Aconteceram violações brutais, por parte dos militares franceses, que não perdoavam as mulheres desde a “*mais tenra idade, nem as velhas de mais de setenta e oitenta anos. Algumas andavam mendigando pelas ruas, objectos em tudo dignos de compaixão e parece incrível que podem excitar appetites venéreos em quem as visse.*”²¹⁹ Num ambiente onde as violações faziam parte dos actos quotidianos praticados pelos franceses, mulheres gravemente doentes e mesmo entravadas, segundo o pároco do Cartaxo, não escapavam às violações.

²¹⁶ ANTT, *Idem, Idem*, Vale da Pinta, Óbitos (1803-1824).

²¹⁷ AHM, Pároco António Teixeira Leitão, *Breve memória sobre a invasão do exército inimigo comandado por Massena no lugar do Cartaxo em Outubro de 1810*, 3ª e 4ª folha.

²¹⁸ AHM, *Idem*, 5ª folha.

²¹⁹ AHM, *idem*, 6ª e 7ª folha.

Muitas delas tentaram suicidar-se ou então fugir a estas crueldades, como foi referindo na sua descrição dos acontecimentos, andando dias e noites envolvidas nos matos e ribeiros, sustentando-se de figos, bagos de uvas, não escapando muitas vezes à perseguição que lhes era encetada. O padre refere ainda, que era horrível ouvir contar, que muitos maridos, pais, mães e irmãos, tinham sido obrigados a ser, serenos e pacíficos espectadores, das violências e afrontas feitos às suas próprias mulheres, filhas e irmãs. Refere mesmo a história de quatro mulheres que foram obrigadas a seguir à força com as tropas francesas, tendo uma ido para Lisboa e sido encontrada pelo pai, nunca mais havendo notícia das outras raparigas. Na parte final da memória, o pároco, refere que quanto mais indagava, sobre o sucedido, maiores eram o número de relatos que recebia, sobre as atrocidades sofridas pela sua população, havendo muitas histórias que ficaram por contar, porque as pessoas que foram vítimas dessas situações, se envergonharam de as contar ou então já morreram.

Alguns oficiais franceses nos seus relatos também não ficaram indiferentes a este cenário. Gingret, na sua relação histórica sobre a campanha, referiu que pessoas de famílias importantes e padres que não tinham conseguido fugir, eram encontrados com famílias de camponeses em sítios quase inacessíveis, nunca ocupados antes da guerra. Viviam todos em cavernas julgando-se em segurança, mas estes locais muitas vezes não os livraram da voracidade dos soldados franceses, constituindo muitas vezes o seu próprio túmulo. Mulheres que eram encontradas nestes lugares selvagens, eram forçadas a satisfazer as paixões mais desregradas dos soldados para escaparem à morte, tendo sido muitas delas assassinadas após a bestialidade que acabavam de satisfazer.²²⁰

Os relatos dos oficiais ingleses, também não são indiferentes a esta realidade, como aconteceu com o extracto de uma carta sobre a conduta dos franceses em Portugal escrita por um oficial superior inglês, publicada na folha inglesa *Times*. Nela descreve as histórias de miséria provocadas pelo exército francês junto da população, quando relata a história de uma família inteira encontrada morta numa cabana, tendo um menino “*sobrevivido a esta scena de horror, apesar de estar coberto de bichos de três ou quatro polegadas de comprimento*”.²²¹

Estas diferentes narrações sobre a ocupação retratam numa forma completa, as acções bárbaras e desumanas cometidas pelo exército francês, junto das populações do concelho. Estes actos de guerra constituíram assim um motivo forte, que explica em parte, os elevados

²²⁰ M. Guingret, *op.cit.*, pp.122, 123.

²²¹ BNA, Extractos da folha inglesa *Times* desde 24 de Março a 19 de Abril de 1811, Ms.54-V-41, folha 100 v.

índices de mortalidade registados junto da população civil do município, durante a campanha militar de Santarém.

1.5.2. As doenças

Com a presença francesa e a política da terra queimada, degradaram-se as condições de vida das populações, fomentadas pela fome e miséria resultantes do cortejo de pilhagens e morte por parte do invasor,²²² e da destruição das culturas, abate do gado e abandono dos campos por acção da política da terra queimada aliada. Foi neste cenário de destruição generalizada do país, deslocamento e desalojamento das populações em consequência da guerra, que surgiram situações de grande carência alimentar e falta de higiene, que provocaram o caos junto da saúde pública.²²³ Criaram-se assim condições para a propagação de várias doenças e moléstias em Portugal e no concelho, entre 1810 e 1811, como atesta um registo da Intendência Geral da Polícia de 30 de Março de 1811, em que era assumido, que o grande número de “*moléstias que grassão, tem por data a invasão das províncias da Beira e Extremadura*” devido à “*falta de alimentos, falta de asseio, e por consequência, milhares de pessoas exprimentando todas as causas*”²²⁴ que produzem as diferentes doenças. Na mesma informação dirigida ao príncipe regente, com o conteúdo do relatório, do provedor mor de saúde, da corte e do reino, eram ainda avançadas mais explicações para as moléstias, deste período. Razões, como a falta de limpeza das ruas, maus alimentos como a vaca, que ultimamente era talhada no Carnaval, o contágio do ar, devido aos enterros em grande número e sepulturas aligeiradas, e ainda a presença do exército inimigo, foram motivos que permitiram segundo os médicos, o aumento do número de doentes e mortos.

No mesmo texto, sobre o estado de saúde pública na época, era referido também, que entre a população civil, o grupo mais atingido, era o dos refugiados, porque “*era impossível acautelar, que muitas pessoas reunidas, sem o costumado e necessário aseio, não comunicassem d’ humas a outras, o gérmen do mal*” que provocava “*febres, que tantos desgraçados tem devorado*”²²⁵ Também Beresford, num ofício datado de 25 de Fevereiro de 1811, verificava a mesma realidade entre os militares, na correspondência enviada sobre o exército português, para D. Miguel Pereira Forjaz, onde requeria mais recrutas para alimentar

²²² BNL, Reservados, *op.cit.*, Colecção Pombalina, ms. 747, fl. 9.

²²³ João Pedro Ferro, *A população portuguesa no final do antigo regime: 1750-1815*, p. 74.

²²⁴ ANTT, Intendência geral da polícia, *op.cit.*, Liv. 12, 30 de Março de 1811, pp. 17 e 18 v.

²²⁵ ANTT, *Idem, ibidem*, pp. 17 e 18 v.

um “*exército que todos os dias consideravelmente diminue em consequencia das moléstias, mortes e deserções*”²²⁶

Mas as dificuldades também atingiram o exército francês, que no início do Outono de 1810, durante o duro impasse das linhas de Torres, vivia entre os seus soldados situações de extrema angústia pela falta de víveres e higiene, na penosa invernia que se fazia sentir na região. Surgiram então razões, para o desenvolvimento da epidemia de tifo²²⁷ entre a tropa francesa, tendo sido a mesma propagada à população civil.²²⁸ Tendo o exército francês retirado em meados de Novembro para o concelho de Santarém, a mesma área não deixou de ser afectada por este surto e outras moléstias provocadas pela presença desse exército. Jonathan Leach nas suas memórias confirma esta situação, quando no deslocamento da sua divisão em direcção ao concelho de Santarém, passou “*por muitos soldados [franceses] que jaziam mortos à beira da estrada, cujo aspecto indicava que a doença e a fome os tinham dizimado*”²²⁹

Também na portaria de 24 de Novembro da Gazeta de Lisboa, é publicada uma redacção que atesta este cenário, onde eram dadas ordens para “*prevenir os funestos efeitos, que poderão resultar da infecção, em que os inimigos deixarão as diferentes terras, que tem ultimamente abandonado na província da Estremadura*”²³⁰ Sobre este assunto, na ordem do dia de 16 de Novembro do exército português, era publicada uma ordem de Wellington, que determinava que os oficiais, comandantes de regimento, deviam ter a maior cautela quando ocupavam quartéis onde os franceses estiveram aquartelados, determinando “*que os soldados, os limpem bem, antes de dormirem nelles, e que se for possível, acendam fogueiras dentro dos mesmos*”, devendo ter cuidado para não pegar fogo às casas. Pensava-se assim, que estes cuidados contribuíam muito para a conservação da saúde dos militares.²³¹ Esta situação prolongou-se durante todo o Inverno, período em que decorreu a ocupação de Santarém, como se pode constatar num artigo da *Gazeta de Lisboa*, onde em Fevereiro de 1811, um texto com

²²⁶ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre fardamento*, datada de 25 de Fevereiro de 1811.

²²⁷ O tifo no início da sua eclosão era conhecido por *febres malinas* ou então de acordo com Luiz Gonzaga da Silva nas suas observações médicas em Santarém, por *Febres typhoides* in Luiz Gonzaga da Silva, *op.cit.*, p. 147 e Maria João Guardado Moreira, *Vida e Morte no concelho de Idanha-a-Nova; Estudo de Demografia Histórica*, 1994, p. 45.

²²⁸ A proliferação da epidemia de tifo transmitida por um piolho deve ter atingindo o seu auge nos meses primaveris, altura em que já havia em Lisboa bairros inteiramente contagiados pela doença. Teresa Rodrigues, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*, 1995, pp. 246 a 248.

²²⁹ Maria Leonor Machado Sousa, *op. Cit.*, p.233.

²³⁰ *Gazeta de Lisboa*, nº282 de 25 de Novembro de 1810.

²³¹ Cf. *Colecção das Ordens do Dia do Marechal Beresford*, Ordem do Dia de 16 de Novembro de 1810, pp. 199 e 200.

notícias sobre o exército de Massena, referia “*que nos últimos três meses tem sempre tido, huma grande proporção de doentes, reina agora uma epidemia de diarrehas, de que morrem imensos.*”²³²

Após a retirada dos franceses no início de Março, a preocupação com as epidemias continuou ainda uma realidade. Nos registos da Intendência Geral da Polícia de 18 de Março de 1811, é relatado que o “*Inverno está próximo de acabar e o calor húmido da Primavera desenvolve com actividade, a putrefacção por toda a parte a que se estendeu a devastação da guerra, [sentindo-se desta forma] mais ou menos os princípios de uma epidemia.*”²³³ No mesmo texto é referido que só nas Caldas da Rainha morriam cerca de 30 a 40 pessoas por dia, como tinha dado conta o corregedor²³⁴ de Alcobaça. Esta situação estendeu-se ao concelho de Santarém, onde o maior número de óbitos ocorreu no período a seguir à retirada dos franceses. É precisamente nos meses de Março, Abril, Maio e Junho como já foi analisado por nós, que ocorre o maior número de óbitos não só pelos registos tardios mas também pelo estado em que ficou o concelho devido à destruição provocada pela ocupação dos exércitos.

Nestas condições os habitantes das regiões afectadas pela guerra “*sem aceio, sem alimentos e sem remédios, [não podiam contrariar os] progressos deste mal [epidemias e moléstias]*”²³⁵ que grassavam neste período. É por esta razão que o intendente geral da polícia, em observação da portaria do dia 11 de Março de 1811, dá ordens ao desembargador João Gaudêncio Torres e Jacinto Paes de Mendonça, para efectuarem diligências, que visassem “*a salubridade da athmosfera, por meio da limpeza das ruas, afim de evitar epidemias.*”²³⁶

Este cenário de catástrofe da saúde pública, desenvolveu-se na região de Santarém, segundo o médico Luiz Gonzaga da Silva, nas observações médicas feitas por si na vila, após a retirada das tropas francesas. No relatório que elaborou, refere que desde Junho até Novembro de 1811, período em que começou a praticar medicina em Santarém e seus arredores, “*grassou huma epidemia de febres typhoides, estando então os seus habitantes privados da maior parte das cousas necessárias á vida e reduzidos a grande miséria pela perda de seus bens e parentes.*”²³⁷

²³² *Gazeta de Lisboa*, nº39, de 14 de Fevereiro de 1811.

²³³ ANTT, Intendência Geral da Polícia, *Contas para as diferentes secretarias de estado, desde 18 de Março de 1811 até 5 de Agosto de 1811*, liv. 12, p. 2v.

²³⁴ Titulo do representante do rei, nas diferentes comarcas do país. Dicionários Editora, *Dicionário de língua portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2004, p.433.

²³⁵ ANTT, *idem*, *Ibidem*, liv.12, p.2v.

²³⁶ ANTT, Intendência Geral da Polícia, *op.cit.*, liv. 11, p. 276 v. e 277.

²³⁷ Luiz Gonzaga da Silva, *op.cit.*, p.147.

1.5.1. A fome

A fome constituiu sem dúvida mais um dos efeitos da presença francesa e da política da terra queimada. A destruição das culturas, a dizimação dos gados, o abandono dos campos, a requisição de géneros pelo exército anglo-luso e o saque do exército francês, são acontecimentos que daí resultaram e causaram situações extremas de carência alimentar e uma crise de subsistência generalizada no concelho. Também a generalizada subida de preços, devido aos consecutivos anos de escassez agrícola provocada pelas várias invasões francesas no país, degradou ainda mais a situação das populações, que viviam já no limiar da sobrevivência, em situações de verdadeira miséria, procurando “*alimentos pouco sãos, que a carestia dos bons, fazia comprar aos pobres habitantes, como mais baratos*”²³⁸ nas palavras do médico Luiz Gonzaga da Silva.

A fome, reflexo dessas condições, foi também uma realidade presente no concelho de Santarém, principalmente no período da ocupação militar do concelho. Não será difícil de concluir que nesse período de Novembro de 1810 até Março de 1811, as colheitas não devem ter existido, devido ao abandono dos campos ou à sua destruição pelas populações, por ordens do governo. Por outro lado, as reservas alimentares guardadas em celeiros e as culturas não destruídas, foram alvo da ânsia devoradora do exército francês que bateu toda a região com o intuito de recolher todos os recursos disponíveis.

Neste panorama de fome, Jonh T. Jones relatou que a situação pior foi a vivida pelos habitantes que não conseguiram fugir para as zonas seguras e ficaram nas regiões invadidas pelos franceses. Parte desses habitantes viveram segundo ele o Inverno em matas, subsistindo à custa de raízes e ervas. Com o regresso do exército aliado após a retirada dos franceses, voltavam às suas casas moribundos e abalados pelas situações de horror que tinham vivido. Muitas raparigas jovens de quinze ou dezasseis anos que tinham perdido a razão, aparentavam ter cinquenta anos e as crianças que tantos infortúnios tinham sofrido, estavam magras e apresentavam uma palidez aterradora. Arrastavam-se então pelos caminhos por onde passavam as tropas implorando a bondade dos militares. Junto destes apesar de haver muitos veteranos de guerra, havia alguns que afastavam a vista cheios de pena, repartindo com eles a ração de bolacha que tinham recebido.²³⁹

²³⁸ Luiz Gonzaga da Silva, *Idem.*, p.142.

²³⁹ Jonh T. Jones, *op.cit.*, pp.134, 135.

Guingret, oficial francês descreve da mesma forma este cenário de terror, acrescentando que nas buscas de mantimentos feitas pelos franceses nas regiões ocupadas, foi descoberto algum gado nos lugares mais inacessíveis, como bosques, serras e precipícios. Nestes lugares eram igualmente descobertos muitos fugitivos que pelo medo e isolamento, se tinham tornado meio selvagens. As barbas grandes, cabelos despenteados e caras enegrecidas pelo fogo, que só ousavam acender à noite, constituíam uma imagem de extremo sofrimento e fome, porque passavam.²⁴⁰

Também segundo Napier, após a retirada dos franceses, foram várias os habitantes descobertos na região ocupada, num estado de miséria profundo, vivendo em casas onde morriam de fome, coabitando com os mortos. Todas as povoações tinham casas incendiadas e muitas se achavam saqueadas e desertas e os poucos habitantes que iam ao encontro do exército aliado, apresentavam-se cobertos de farrapos e completamente famintos.²⁴¹ Jonathan Leach nas suas memórias atesta também estes acontecimentos, descrevendo o sofrimento das populações, que durante o Inverno acabaram por morrer de miséria, por falta de “*casa para os abrigar, ou comida para comer*”. Facilmente os soldados ingleses encontravam grupos de portugueses “*novos e velhos, homens e mulheres, em trapos, verdadeiras imagens de morte, sentados em desespero no chão molhado, à volta de uma miserável fogueira sobre a qual era colocada um recipiente de barro cheio das ervas que era possível apanhar nos campos e nas sebes. Milhares iam arrastando a sua existência miserável com este vil alimento*”.²⁴² Estes grupos de habitantes de várias regiões da Estremadura, que se afunilavam na região entre as linhas de Torres e Lisboa, teriam também habitantes do concelho de Santarém, que fugiram na direcção de Lisboa, como foi referido pelos padres de Vale da Pinta e do Cartaxo. Foi neste cenário de fome e penúria, que os militares britânicos procuravam ajudar os portugueses famintos da melhor forma, chegando mesmo a fazer sopa das cabeças e entranhas do gado morto, para alimentar as tropas, que era distribuída depois à população.

Neste cenário de fome, frio, medo e perseguição, nem as crianças escaparam, como aconteceu com um dos expostos da Santa Casa Pia da vila de Santarém, criado de leite por uma mulher de Vale da Pinta. Este bebé morreu em consequência da perseguição infligida pelos franceses à sua ama, que obrigada “*a andar errante e fugitiva pelos bosques e moitas sem alimento*” contribuiu desta forma para a morte da criança por necessidades e fome.²⁴³

²⁴⁰ M. Guingret, *op.cit.*, 1817, pp.122, 123.

²⁴¹ Simão José da Luz Soriano, *op.cit.*, tom. III, 1884, pp.353,354.

²⁴² Jonathan Leach in Maria Leonor Machado Sousa, *op. Cit.*, pp.230, 231.

²⁴³ ANTT, *op.cit.*, Vale da Pinta, Óbitos (1803-1824).

2. Impactos políticos e patrimoniais: Consequências da ocupação na administração municipal e arquitectura do concelho

2.1. Impactos políticos

No concelho de Santarém a ocupação exércitos não projectou apenas reflexos no seu quotidiano social e económico, transformou também o quotidiano político do município. Os impactos políticos locais não são desenvolvidos de forma detalhada neste trabalho, devido á inexistência de administração municipal no período crucial da ocupação, no entanto tornam-se evidentes, quando se analisa a gestão municipal e actuação da câmara perante o cenário de devastação, em que ficou o concelho após a invasão.

Na verdade, após a consulta das actas da câmara municipal que abarcam o período em estudo, constatamos que durante a ocupação do concelho de Santarém pelo exército francês, não houve funcionamento de vereações. Não foi então redigida qualquer acta da câmara desde 3 de Outubro de 1810, última reunião do senado antes da ocupação, até 29 de Abril de 1811, data da primeira vereação que se realizou mais de um mês após a retirada dos franceses.

Esta inexistência de vereações no período referido, explica-se pela ausência da classe politica local, que acompanhou também a classe religiosa e o povo da vila no seu deslocamento para regiões mais seguras, que como vimos teve o seu inicio em larga escala, a partir de 3 de Outubro de 1810. Na conta publicada pela comissão encarregada de dirigir a distribuição do donativo britânico é referido que os magistrados e escrivães foram também obrigados “*a evacuar as terras, e abandonar suas residências e casas ao inimigo, perderão os processos, os mapas e as contas, dos seus respectivos districtos.*”²⁴⁴

Sem vereadores e os respectivos oficiais da câmara, a mesma ficou sujeita ao mesmo destino de outros edificios civis públicos e das várias casas privadas abandonadas pelos moradores da vila. Terá sido então utilizada como outros edificios da vila, para diferentes fins militares durante a ocupação, não tendo escapado ao processo de ruína patrimonial posto em marcha pelos franceses.

Esta realidade é então atestada na acta da primeira vereação após a invasão, onde é escriturado a acção da câmara, perante os grandes reparos a executar no seu edificio devido ao

²⁴⁴ *Conta publicada pela comissão encarregada de dirigir a distribuição do donativo votado pelo parlamento do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda para socorro das terras de Portugal devastadas pelo inimigo em 1810. Edição bilingue, 1813, p.43.*

estado em que o mesmo ficou. Foi então decidido pelo senado, que não tendo a instituição meios financeiros para realizar essa recuperação, a mesma iria recorrer a um empréstimo junto dos mareantes donos de embarcações dos portos da vila e dos negociantes mais bem estabelecidos.²⁴⁵ Os esforços da câmara sobre a recuperação patrimonial dos seus edifícios não ficaram por aqui, na vereação de 3 de Abril de 1812,²⁴⁶ praticamente um ano depois, este assunto é novamente uma preocupação. O senado voltou então a deliberar sobre a reedificação das casas da câmara juntamente com a casa dos cofres públicos, que durante os cinco meses das invasões francesas em 1810, tinham ficado completamente arruinadas, sendo determinado nesta Vereação as modalidades de recuperação.

Mas as vereações também revelaram preocupações com a reabilitação e protecção do património privado dos habitantes da vila e subúrbios. Na reunião do senado de 21 de Agosto de 1811,²⁴⁷ ficou determinado que os moradores das casas arruinadas durante a ocupação francesa, na vila, em Alfange e na Ribeira, tinham oito dias para colocar portas nas casas voltadas para a rua, da forma que achassem mais oportuna. Tentava a câmara desta forma evitar mais roubos e incrementar a segurança dos imóveis. No entanto estes habitantes não deviam recorrer às portas das casas não habitadas, para resolução desta ordem, correndo o risco de as taparem á sua custa caso o fizessem.

Na reunião da câmara de 4 de Setembro de 1812, um ano depois da anterior vereação, ainda é visível a preocupação do senado com a protecção e manutenção dos imóveis degradados durante a ocupação. Decidiu então a vereação, mandar tapar as portas que se achavam abertas no prazo de oito dias na vila e fora dos muros dela, ao mesmo tempo que dava ordens para enterrar e queimar os cadáveres dos animais encontrados nos mesmos locais, a fim da sua putrefacção não dar origem a algum contágio, salvaguardando assim a saúde pública.²⁴⁸

Mas não foram só os estragos e a recuperação dos edifícios civis, a única preocupação patrimonial das vereações da câmara. Houve várias sessões em que a recuperação do património religioso, esteve em cima da mesa. De facto em 1812, com a guerra peninsular a decorrer no território espanhol, haviam várias instalações militares na vila, para apoio de

²⁴⁵ AHCMS, *Livro das actas da câmara municipal de Santarém*, Livro nº 1248 de 14 de Outubro de 1807 a 20 de Julho de 1811, *Acta de vereação de 29 de Abril de 1811*, p.168.

²⁴⁶ AHCMS, *Livro das actas da câmara municipal de Santarém*, Livro nº 1249 de 24 de Julho de 1811 a 23 de Junho de 1814, *Acta de vereação de 3 de Abril de 1812*, pp.41,41v.

²⁴⁷ AHCMS, *Idem*, *Acta de vereação de 21 de Agosto de 1811*, pp.7,7v.

²⁴⁸ AHCMS, *Livro das actas da câmara municipal de Santarém*, Livro nº 1249 de 24 de Julho de 1811 a 23 de Junho de 1814, *Acta de vereação de 4 de Setembro de 1812*, pp.73v,74.

retaguarda às operações do exército aliado. Como tal, foram vários os edifícios religiosos utilizados como aquartelamentos²⁴⁹ albergando tropas, ou então como hospitais militares para apoio à campanha.

Sendo assim na vereação 16 de Maio de 1812,²⁵⁰ foi analisado pelo senado uma requisição do Comandante Inglês W. Carr Raisk a propósito do Convento de S. Domingos e das cavalaria públicas. Tendo a vereação deliberado que se reparasse o Convento de S. Domingos naquilo que fosse necessário para o aquartelamento das tropas que aí se encontravam, e se restaurassem as cavalaria públicas, fazendo-se outras de novo. Mas em 25 de Julho de 1812,²⁵¹ o assunto volta a mesa do senado pela insistência do Comandante Inglês que reitera o pedido de conserto do Convento de S. Domingos, por ser determinante para o conforto dos doentes, feridos e outros soldados britânicos. Propões então serem pagos os trabalhadores pelo Governo Britânico, disponibilizando-se para levar o assunto à consideração do Conde de Wellington, desde que a Câmara cedesse os respectivos materiais. Foi então determinado pela Vereação que se fornecessem os materiais para os arranjos necessários na casa que serviu de noviciado do dito Convento, a fim de ter condições para alojar a tropa do depósito que ali se achava. Dentro das preocupações da câmara com a reparação dos edifícios religiosos da vila a serem usados para fins militares, foi também apreciada pela reunião do senado de 1 de Agosto de 1812,²⁵² a solicitação urgente de 28 de Julho sobre o Convento do Sítio, do Coronel João Brown, comandante do depósito aí existente. Determinou então o senado realizar as obras necessárias para reparar o dito convento, com o fim de aquartelar tropas.

Para finalizar e perceber a profundidade dos impactos da ocupação francesa, na administração municipal da vila e do seu termo, não será demais referirmos os apoios na reabilitação do património, da comissão encarregada da distribuição do donativo inglês. Assim, a mesma efectuou despesas com o corte e serragem de madeira, no valor de 4.544\$000 réis,²⁵³ só na província da Estremadura. Essa madeira foi utilizada nas várias cidades, vilas e

²⁴⁹ *Aquartelamento* é a acção ou efeito de alojar tropas num espaço concebido para quartel. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 2004, p.133.

²⁵⁰ AHCMS, *Livro das actas da câmara municipal de Santarém*, Livro nº 1249 de 24 de Julho de 1811 a 23 de Junho de 1814, *Acta de vereação de 16 de Maio de 1812*, pp.48,48v.

²⁵¹ AHCMS, *Livro das actas da câmara municipal de Santarém*, Livro nº 1249 de 24 de Julho de 1811 a 23 de Junho de 1814, *Acta de vereação de 25 de Julho de 1812*, pp.58, 58v.

²⁵² AHCMS, *Livro das actas da câmara municipal de Santarém*, Livro nº 1249 de 24 de Julho de 1811 a 23 de Junho de 1814, *Acta de vereação de 1 de Agosto de 1812*.p.61v.

²⁵³ *Mapa geral que mostra em resumo a distribuição que se fez dos artigos do donativo britânico, mapa nº13*, in *Conta publicada pela comissão encarregada de distribuir o donativo...*, *Idem*, pp.17, 39,51, 57, 81,117.

lugares das diferentes comarcas da província, que tinham casas incendiadas e arruinadas, devido á ocupação militar.

Também as providências estatais actuaram neste sentido em apoio das populações, ao fornecerem madeira à custa da Fazenda Real, tanto do pinhal da coroa, em Leiria, em conjunto com a comissão responsável pela distribuição do donativo, como dos pinhais perto das povoações afectadas.

2.2. Impactos patrimoniais

Além da administração municipal, os religiosos também mencionaram os efeitos invulgares da presença Francesa e a forma determinante como afectaram o parque patrimonial do concelho. Referindo-se a esse impacto, o religioso responsável pelas contas da real colegiada de Sta. Maria de Alcáçova lastimava-se de que no “*dia 11 de Outubro de 1810 invadirão os franceses esta vila da Santarém, deixando-a no último estrago de coisas, [destruíram] os meus moveis, depois de casas, estragando todos os meus livros e por consequência rasgaram quantos em meu poder tinha de contas*”.²⁵⁴ Também o padre visitador das igrejas invadidas do Arcediado de Santarém, nomeado pelo bispo patriarca eleito, para uma visita em 6 de Dezembro de 1811, à igreja paroquial de Santo Estêvão do Santíssimo Milagre, escreveu no seu relatório de visitaçào, sobre as “*grandes perdas e estragos, que pouco a pouco se vão reparando*”²⁵⁵ sofridos pela igreja. No entanto acrescentava que apesar de faltar um sacrário ordinário para o uso e participação dos fiéis, que comungavam nas missas de outras igrejas, o Santíssimo Milagre estava já a salvo no seu próprio sacrário.

Porque segundo o frade Cláudio da Conceição na sua memoria do que aconteceu ao Santíssimo Milagre de Santarém durante a Invasão de Massena, o padre Francisco de Paula Baptista, Beneficiado mais velho da Igreja de Santo Estêvão do Milagre, no dia 9 de Outubro de 1811, após autorização do Vigário-Geral, fugiu de Santarém levando consigo o Santíssimo Milagre, antes da entrada das tropas francesas na vila.²⁵⁶ O próprio pároco encomendado da igreja, Jerónimo Joaquim Ribeiro, ao referir no mês de Maio, alguns enterros dos seus fregueses efectuados na paroquial de S. Nicolau, comprovava as poucas condições da igreja para a realização de qualquer acto litúrgico.

²⁵⁴ ADSTR, *Livro dos Próprios de Santa Maria de Alcáçova*, (1810-1811), Cota: C/63.

²⁵⁵ Cf. ADSTR, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Santo Estêvão do Milagre, óbitos (1802-1854).

²⁵⁶ Frei Cláudio da Conceição, *op.cit.*, p.17.

Ainda em Almoester, o frade Vicente de Santa Rita de Cássia, declarou da mesma forma que “*a ermida de Santa Victoria foi destruída pelos franceses*”.²⁵⁷ Como resultado destes e mais danos infligidos ao património religioso, surge na altura na região, a figura de um inspector das igrejas invadidas. Este individuo da mesma forma que um visitador, procurava averiguar qual o estado dos diferentes edificios religiosos, tendo se verificado a sua presença na freguesia de S. João Baptista do lugar do Cartaxo, pela declaração que o mesmo fez e rubricou na abertura dos livros de óbitos da mesma paróquia.²⁵⁸ Também nos registos de óbitos de Santa Cruz, freguesia pertencente á vila de Santarém, surgem provas dos danos sofridos pela arquitectura religiosa do concelho, durante a ocupação militar. São vários os enterros efectuados entre Abril e Junho no adro da igreja paroquial, “*por não estar ainda a este tempo, a igreja reconciliada da profanação dos inimigos que invadirão este reino*”.²⁵⁹ A partir de Julho a situação normalizou-se, passando os paroquianos a ser sepultados dentro da igreja, como era hábito nesta paróquia.

Nas freguesias urbanas os impactos nos edificios religiosos são uma constante, multiplicando-se os relatos nos registos de óbitos, sobre o estado das igrejas das respectivas paróquias. Na real insigne colegiada de Santa Maria de Alcáçova, já referida, procederam-se a vários enterros dos seus fregueses em outras igrejas da vila, como S. Salvador e Nossa Senhora do Monte. Tal situação teve origem no facto, de haver impossibilidade de o fazer na igreja da real colegiada, “*pela profanação causada pela infernal invasão inimiga francesa*”.²⁶⁰ Já na freguesia S. Martinho, em Fevereiro de 1812, o prior Carlos da Silva Machado, refere que nesta paróquia foi restabelecido “*o culto pouco depois da retirada do exército francês, o que deu causa a sepultarem-se na mesma igreja algumas pessoas de outras freguesias, praticando esta acção de caridade o reverendo António da Costa Ramos, cura da mesma igreja*” na época, fazendo de seguida os assentos de que havia memória. Os vários defuntos falecidos em Abril de 1811, oriundos de outras freguesias urbanas como Marvila, Smo.Milagre e S.Nicolau, foram enterrados na paróquia de S. Martinho, porque nesse período as igrejas dessas freguesias, não estavam capazes de nelas se celebrarem o “*oficio da religião*”.²⁶¹ Em Vale da Pinta por sua vez, o padre refere uma mulher falecida em Abril de 1811, a que não recebeu os sacramentos, põe ele estar em serviço “*na diligência de*

²⁵⁷ Cf. ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Almoester, óbitos (1680-1850).

²⁵⁸ Cf. ANTT, *Fundo de registos paroquiais do Cartaxo*, S. João Baptista, óbitos (1811-1850).

²⁵⁹ Cf. ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Santa Cruz, óbitos (1811-1836).

²⁶⁰ ANTT, *Fundo de registos paroquiais*, Santarém, Alcáçova, óbitos (1811-1848).

²⁶¹ ANTT, *Fundo de registos paroquiais*, Santarém, S.Martinho, óbitos (1811-1849).

vestir a igreja nua pelas barbaras invasões, e não dar lugar para se chamar o sacerdote do Cartaxo, a quem entreguei o serviçado da parochia”²⁶² Também no livro de óbitos da freguesia de S. Lourenço, já referido, o seu prior Manuel José Esteves, em Agosto de 1811, relatou vários funerais realizados em Dezembro de 1810 na igreja de S. Nicolau, de paroquianos da sua freguesia, sugerindo desta forma que a igreja de S. Lourenço não estaria em condições de ser utilizada, para a realização de qualquer acto religioso.²⁶³ Como se pode então verificar pelas descrições, são evidentes os efeitos da ocupação dos exércitos de Massena e Wellington, quer na arquitectura religiosa, quer civil da vila e do seu termo. Sendo assim e com base no mapa de estragos feitos pelo exército francês,²⁶⁴ fizemos uma análise das importâncias nele referidas sobre os edifícios e templos queimados, arrasados e destruídos e das causas que contribuíram para esse cenário.

Em relação aos diferentes tipos de imóveis religiosos afectados, a situação foi particularmente grave nas freguesias que constituíam o burgo urbano da vila de Santarém. Esta situação justifica-se pela quantidade de capelas, igrejas, conventos, hospitais, hospícios e mercearias religiosas que existiam na vila. Segundo António de Oliveira Freire, enobrecia-se “*esta villa com treze conventos de diferentes religiões*”²⁶⁵ aos quais podíamos juntar, com base nos registos das memórias paroquiais de Santarém, 14 igrejas e 6 ermidas ou capelas. Ricas em património religioso, as várias freguesias do burgo urbano de Santarém, sofreram danos de cerca de 501 contos de reis. Esta quantia, quando comparada com o valor dos danos nas construções religiosas das freguesias rurais, que se cifrou nos 44 contos de reis, corresponde a 92 % do total dos estragos, como se pode averiguar no *gráfico 13*.²⁶⁶

Uma das razões que explica este cenário de destruição passava pela nova mentalidade dos militares franceses, que vivendo o ambiente da revolução francesa, viveram as mudanças, da relação do estado com a igreja. A progressiva laicização do estado trouxe assim um novo espírito anti-clerical, que praticava o desregramento dos costumes próprios do catolicismo, criando assim condições para a violação e saque das igrejas e mosteiros.²⁶⁷

²⁶² ANTT, *op.cit.*, *Vale da Pinta*, Óbitos (1803-1824).

²⁶³ ANTT, *Fundo de registos paroquiais Santarém*, S. Lourenço, óbitos (1804-1852).

²⁶⁴ BNA, Mapa geral dos estragos que fez o exército francês na vila de Santarém e nas freguesias e vintenas do seu termo sitas ao Norte do Rio Tejo; quando invadiu a província da Extremadura em Outubro de 1810.

²⁶⁵ Descrição corográfica do reyno de Portugal, António de Oliveira Freire, 1739, Lisboa Ocidental, oficina de Manoel Rodrigues.

²⁶⁶ Ver gráficos 12 e 13, anexo de gráficos, pp. 180 e 181. Gráficos com as importâncias dos templos queimados, arrasados e saqueados durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

²⁶⁷ François Furet e Mona Ozouf, *Dicionário crítico da revolução francesa*, 1989, pp. 537, 544 e Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, *Portugal e a instauração do Liberalismo* in *Nova história de Portugal*, 2002, p.173.

Por outro lado, durante a evasão das populações houve também a fuga do clero diocesano e regular, como observamos, com o respectivo abandono das igrejas e conventos, que ficaram assim sob o jugo francês. Perante este panorama de abandono de vários edifícios religiosos, os franceses acabaram por saquear os bens móveis de alguns, como foi o caso da igreja da Alcáçova, já referida por nós.

Nas memórias escritas em 1817, pelo sacerdote da Insigne e Real Colegiada de Santa Maria de Alcáçova, Luiz Duarte Vilela da Silva, é confirmado o estado em que ficaram as diferentes edificações religiosas da vila durante a ocupação de 1810. Foram então vários edifícios “saqueados, e em parte desmantelados,”²⁶⁸ transformando Santarém num amontoado de ruínas. Particularizando, referiu que a igreja da alcáçova, foi então despojada de tudo o que engrandecia o seu culto, tendo o seu arquivo sido arruinado, depois de vasculhado pelos franceses. Neste contexto, “forão desfeitas as estantes, arruinadas as paredes da casa, e o mesmo telhado desabando e cahindo totalmente afogou, e sepultou debaixo de suas ruínas tudo o que nela se guardava.”²⁶⁹

Os estragos provocados pela invasão francesa, nesta colegiada, foram de tal forma evidentes, que no ano de 1825, o desembargador, provedor da comarca,²⁷⁰ Dom Francisco Xavier, dava ainda um parecer, que acompanhava o requerimento do chantre²⁷¹ e cabido da insigne e real colegiada de Santa Maria de Alcáçova, onde imploravam a graça de sua majestade, “para terem em juízo toda a fé, os traslados, ou cópias legais que escaparão da invasão francesa e mesmo os assentos dos livros da fazenda da dita colegiada”.²⁷² Para ele era urgente a concessão da dita graça, para os recorrentes poderem firmar o direito à sua propriedade, e terem acesso aos privilégios, com que tinham sido enriquecidos pelos senhores reis deste reino. Toda esta situação prendia-se com o facto de terem desaparecido durante a invasão, do seu cartório, muitos títulos originais que fundamentavam o mesmo património.

²⁶⁸ Luís Duarte Vilela da Silva, *Memorias Históricas da insigne e Real Colegiada de Santa Maria de Alcáçova da vila de Santarém*, 1817, p.6.

²⁶⁹ A igreja da alcáçova, que não era dos maiores nem dos mais importantes exemplares da arquitectura religiosa da vila, mas era o mais antigo, remontando a sua história ao período da fundação in Luís Duarte Vilela da Silva, *idem, Idem*, p. 6, 7.

²⁷⁰ O Provedor da comarca, era um representante judicial da comarca, a quem os cidadãos podiam dirigir-se para defender os seus direitos e interesses legítimos. Neste caso, acumulava estas funções, com as de *Desembargador*, que no fundo era o juiz do tribunal da relação da mesma comarca. Dicionários Editora, *op.cit.*, pp. 506, 1361.

²⁷¹ Chantre era um alto dignitário eclesiástico no cabido de uma catedral ou colegiada. Dicionário de língua portuguesa, Porto Editora, 2004, p.341.

²⁷² ANTT, Desembargo do Paço, Repartição da corte, Estremadura e ilhas, Santarém; *Provisão, na forma da resposta do provedor da coroa, Lisboa, 22 de Agosto de 1825*; Mç. 411, Doc.8, Cx. 508

Também, nos livros da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, são referidas várias casas religiosas do burgo urbano, afectados no quadro da terceira invasão francesa. Na sessão de 19 de Fevereiro de 1817, foi tido em conta a ruína feita pelas tropas francesas na capela de João Afonso da igreja de S.Nicolau, deliberando a mesa administrativa que se procedesse à reedificação da mesma à custa das respectivas rendas.²⁷³

Por sua vez, a igreja da Santa Casa da Misericórdia sofreu um rude golpe por parte das tropas inimigas. De acordo com o termo de 16 de Julho de 1811, é referido o roubo da custódia e dos penhores que existiam no cofre, apesar de os mesmos terem sido escondidas na abóbada da Igreja, sitio que tinha sido utilizado para o mesmo efeito, durante a primeira invasão.²⁷⁴ A conjuntura era de tal maneira preocupante, que no dia 11 de Agosto de 1811, reuniu-se o definitório para fazer face à ruína e saque que sofreu a Igreja e Casa da Misericórdia durante a invasão, para tratar dos meios necessários para a reparação dos edificios.²⁷⁵ O próprio marquês de Sá da Bandeira descreve no seu testemunho, o que aconteceu a alguns edificios religiosos durante a ocupação de Santarém. Durante a sua visita à vila, após a retirada do exército francês, constatou que várias igrejas tinham servido de cavalariças ou matadouros nesse período, tendo mesmo a igreja de S. Martinho funcionado como teatro.²⁷⁶ Também nas memórias de Massena é referido que o general de divisão Lazowski, responsável pela engenharia francesa, com três companhias de sapadores, transformou quatro conventos da vila, três dos quais com dominância sobre os desfiladeiros vizinhos, em fortificações de campanha.²⁷⁷ Outros edificios religiosos deram ainda origem a hospitais de campanha durante a ocupação militar. Foi o caso do colégio da companhia de Jesus ou convento dos jesuítas, hoje seminário patriarcal e do convento da santíssima trindade. Houve ainda uma igreja que durante o restauro dos fornos da vila, foi transformada em manutenção para dar apoio a essas obras.²⁷⁸

Mas os danos também foram extensivos como vimos, às freguesias rurais do concelho de Santarém, aparecendo Tremês, Cartaxo e Azinhaga com valores acima dos 5 000 réis. Para esta situação não terá sido estranha a presença de unidades da divisão Clausel e Loison, em

²⁷³ AHSCMS, Livro nº 1226, fls. 34-37.

²⁷⁴ AHSCMS, Livro nº 1225, fl.5.

²⁷⁵ AHSCMS, Livro nº 1225, fls.10v,11.

²⁷⁶ Marquês Sá da Bandeira, *op.cit.*, p.103.

²⁷⁷ A *fortificação de campanha* é um tipo de fortificação que se realizada durante a guerra, no campo de batalha, para melhorar as condições de actuação das tropas, é de pequeno porte e tem características temporárias. E.P.E., *Manual de Fortificação de Campanha*, Cap.1, p.2.

²⁷⁸ General Koch, *op.cit.*, p.129. Houve mais edificios religiosos empregues noutros fins militares, tendo sido alguns transformados em cozinhas, arsenais, armazéns e depósitos da intendência geral.

Tremês e Azinhaga respectivamente, tendo sido Tremês a povoação mais afectada com cerca de 11 200 réis. Já o Cartaxo com danos na ordem dos 6 500 réis foi também dos lugares do termo de Santarém mais fustigados pela campanha, quer pela presença francesa no mês de Outubro, início da ocupação; quer mais tarde pela presença aliada, com o quartel-general de Wellington sediado nesta povoação.

O padre António Teixeira Leitão atestou esta realidade, na sua memória sobre o Cartaxo, descrevendo também o que aconteceu aos edifícios religiosos da povoação durante a invasão de Massena. Na sua composição, relatou que com a chegada das tropas francesas, foram arrombadas as igrejas e tudo o que nelas estava fechado, desde os altares até às imagens religiosas. Tendo sido arruinado no fundo, tudo o que havia de valor nas igrejas, com a utilização das mesmas para os fins mais profanos e indignos.

Na mesma região, na freguesia de Vale da Pinta o pároco Feliciano Ferreira vai mais longe na sua descrição, referindo que durante a ocupação francesa do concelho, não foi possível reviver o culto público da religião nesta igreja paroquial porque a mesma se encontrava completamente estragada e profanada. Segundo ele, foram várias as abominações realizadas pelas tropas francesas no edifício, pois além dos diferentes usos, *“fizeram da igreja curral para toda a qualidade de bestas do seo uso e açougue de que alcancei os vestígios, pois vi com horror, o lado da epistola do altar-mor banhado de sangue das rezes, que nelle matarão”*²⁷⁹.

No que diz respeito aos impactos da ocupação militar na arquitectura civil, o *gráfico 11*²⁸⁰ mostram-nos que as freguesias do termo da vila são as mais atingidas pelos estragos provocados pelo exército de Massena. Com uma percentagem de 55% no conjunto dos estragos, para um valor de 966 contos de réis, apresentam no entanto um valor pouco superior ao das freguesias urbanas, que atingem os 782 contos de réis, 45% do total dos prejuízos. Podemos no entanto considerar este valor como significativo, porque o número de freguesias urbanas existentes na vila correspondia apenas a metade das freguesias rurais consideradas no mapa geral dos estragos. Além deste facto, freguesias como S. Nicolau com 124 contos de réis, Marvila com 177 contos de réis e Salvador 199 contos de réis, estão entre as apresentam valores mais elevados para este tipo de prejuízos no concelho, sendo superadas apenas pela freguesia rural do Cartaxo com 202 contos de réis. Este lugar que já se tinha destacado pelo

²⁷⁹ ANTT, *op.cit.*, Vale da Pinta, Óbitos (1803-1824).

²⁸⁰ Ver gráficos 10 e 11, anexo de gráficos, pp. 179 e 180. Gráfico e tabelas com as importâncias dos edifícios civis queimados, arrasados e saqueados durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos nos edifícios civis privados e públicos.

impacto junto da construção religiosa surge aqui pelas mesmas razões, como o mais afectado do concelho em relação aos edifícios civis. Mais uma vez, segundo o pároco António Teixeira Leitão, as casas dos particulares no Cartaxo foram igualmente arruinadas e tudo o que nelas tinha ficado, saqueado ou destruído. Restaram apenas alguns móveis que se conservaram para os franceses se servirem das casas, ou porque os mesmos não tiveram tempo para os destruírem. Acrescentou ainda que a maior parte dos objectos que os desgraçados habitantes tinham ocultado com a maior cautela, foi por eles encontrado, “*porque a homens tão exercitados na arte da rapina, nada se podia ocultar.*”²⁸¹

Também na sua memória o padre de Vale da Pinta refere que o continuo trânsito dos exércitos na povoação, não permitiu o seu regresso de Lisboa onde estava refugiado, para acudir como desejava aos seus paroquianos. Apontando como uma das razões a ocupação das casas da população pelas tropas estacionadas na região, tendo servido a residência paroquial como habitação dos oficiais que as enquadravam.²⁸²

Por sua vez a vila de Santarém após a retirada de Massena e de acordo com o relato do marquês de Sá da Bandeira, ficou com as “*casas completamente saqueadas, [e] os móveis destruídos*”²⁸³ devido à pilhagem colectiva do exército francês. A intendência geral da polícia confirmava este cenário em 1 de Fevereiro de 1811. Quando no livro das secretarias, foi escriturado que os caçadores da tropa de Junot vagueavam por todas as terras entrando na maior parte das casas, dando-lhe assim noção “*das casas ricas das províncias para saciarem a sua rapina*”.²⁸⁴

Também José de Freitas Amorim Barbosa escreveu sobre o estado em que se encontrava Santarém nas suas memórias em 1876. Estando então refugiado com a família em Lisboa, regressou à sua terra natal em 1811, logo após a saída do exército francês. Nesta viagem deslocou-se com o pai, que tinha sido nomeado pela regência, como responsável pela comissão encarregada de estabelecer um hospital militar em Santarém, no convento da Trindade. No seu relato deparou-se com a vila deserta num cenário de completa desolação, narrando que “*as casas não tinham portas e muitas nem janelas tinham.*” Acrescentando

²⁸¹ AHM, Pároco António Teixeira Leitão, *op.cit.*, 2ª e 3ª folha.

²⁸² ANTT, *op.cit.*, Vale da Pinta, Óbitos (1803-1824).

²⁸³ Marquês de Sá da Bandeira, *op.cit.*, p.103.

²⁸⁴ ANTT, Fundo da Intendência Geral da Polícia, *Contas para as diferentes secretarias de estado, desde 13 de Dezembro de 1809 até 18 de Março de 1811*, liv. 11, pp. 242, 242 v. e 243.

ainda que “as ruas achavam-se cheias de ervas [sendo] habitação de ratos, que abundavam em todos os cantos!”.²⁸⁵

Acrescentou ainda em sentido oposto, a acção do vigário do Salvador na época, que ficando na vila contra as ordens dos seus superiores hierárquicos, permitiu que algum património religioso à sua responsabilidade fosse salvaguardado, num cenário de manifesta devastação. Este eclesiástico, Ex- jesuíta de grandes virtudes e ciência, foi respeitado de forma surpreendente pelos franceses, permitindo a protecção do templo à sua responsabilidade e o respectivo cartório, contra o que era comum neste período. Relatou ainda que a sua acção contribuiu para que ficassem intactos, a igreja e o edifício do colégio da companhia de Jesus, antigo convento dos jesuítas, juntamente com a integridade física de alguns moradores “que não emigraram, ou por falta de meios, ou por amor da propriedade de que viviam”.²⁸⁶

A situação do parque edificado do concelho era de tal forma caótica, que nos anos de 1811 e 1812, são vários os requerimentos de habitantes do município, assinados com o parecer do desembargador da comarca, a solicitar apoio em numerário ao procurador da coroa,²⁸⁷ no auxílio à reconstrução das várias casas que tinham sido “*arruinadas e estragadas pela invasão do inimigo.*”²⁸⁸ Também numa petição de 8 de Outubro de 1811, do Almojarifado da Jugada de Santarém, o requerente José Joaquim Coelho declarou, que estando o seu “*pão no seleiro, e sendo invadida esta vila pelos franceses nos principios do mez de Outubro do mesmo ano paçado, elles não só roubaram todo o referido pão, sem deixarem coisa alguma, mas athé arrasarão o próprio seleiro, deixando-o em huma total ruína*”²⁸⁹

Razões como o saque e o alojamento das tropas invasoras, explicam o estado ruinoso em que ficaram muitas das casas no concelho, mas as mesmas também foram alvo de outras utilizações, no apoio a diferentes actividades militares. Na realidade, “*foram demolidas casas para aproveitar os tijolos*” que foram utilizados na reparação dos fornos existentes na vila e na construção de mais seis equipamentos por ordem de Massena. O mesmo ao ordenar ainda o

²⁸⁵ José de Freitas Amorim Barbosa, *op.cit.*, 1990, p. 25.

²⁸⁶ José de Freitas Amorim Barbosa, *idem, Idem*, 1990, p.25.

²⁸⁷ Este *procurador* era um representante da coroa, com procuração do rei, para tratar dos negócios do reino. Dicionário de língua portuguesa, Porto Editora, 2004, p. 1349.

²⁸⁸ ANTT, Desembargo do Paço, Repartição da corte, Estremadura e ilhas, Santarém, *Provisão, na forma da resposta do procurador da coroa, Lisboa, 23 de Maio de 1812*; Mç.399, Doc.21, Cx. 495.

²⁸⁹ ANTT, Provedoria das Lezírias, *Petição de 8 de Outubro de 1811 de José Joaquim Coelho, do Almojarifado da jugada de Santarém*; mç 18 (1811-1813)

estabelecimento em Santarém de vários armazéns da intendência²⁹⁰ e de um estaleiro para a construção de uma ponte a utilizar na transposição do Tejo, induziu a utilização de mais materiais dessas casas como mão-de-obra. Nicolas Marcel, oficial francês, confirmou esta ordem, quando no seu relato de campanha falou da construção em Santarém de um “*estaleiro, onde todos os operários do exército se deslocaram para construir barcos*”.²⁹¹

A construção da ponte de barcas em Santarém,²⁹² foi da responsabilidade do general de divisão Eblé, comandante da Artilharia francesa, tendo o mesmo por falta de materiais, dado ordem para demolir algumas casas da vila que se encontravam abandonadas, pela evasão da população. A sua intenção foi recolher desta forma, a madeira, barrotes, ferro, dobradiças, fechaduras e pregos, necessários para a construção da ponte. Este processo de destruição da arquitectura civil da vila, caracterizou-se pela retirada dos telhados, onde estava concentrada maior quantidade de madeira e o desmantelamento dos interiores das casas, com aproveitamento das traves e da madeira das portas e janelas. Os trabalhos avançaram rapidamente, mas com um problema não considerado. As várias casas da vila “*eram de uma construção tão ligeira que poucas pranchas delas retiradas poderiam servir, e nem a demolição de toda a [vila] as fornecia em quantidade suficiente.*”²⁹³ Freguesias do burgo urbano da vila, como São Salvador com danos na ordem dos 199 contos de réis, Marvila com 177 contos de réis e São Nicolau com 124 contos de réis, aparecem entre as paróquias mais afectadas pela demolição e aproveitamento desses materiais das casas, na construção da ponte. Já freguesias ribeirinhas como Sta.Iria com 102 contos de réis e Sta.Cruz com 42 contos de réis foram essencialmente afectadas pela sua proximidade ao estaleiro.²⁹⁴

²⁹⁰ Os serviços de *intendência* materializavam o apoio logístico situado na retaguarda dos exércitos. No concelho, com incidência para a vila de Santarém estiveram localizados desde o início de Outubro até à data de ocupação do concelho em 14 de Novembro, os armazéns e depósitos da intendência, juntamente com os hospitais de campanha da retaguarda das forças francesas, quando as mesmas ainda ocupavam posição junto às Linhas de Torres. Após a retirada dos franceses instalaram-se no mesmo local os hospitais militares de campanha dos aliados, como apoio de retaguarda às operações militares que decorreram em Portugal até Abril e depois em Espanha, durante a perseguição que foi movida pelo exército aliado ao exército francês. General Koch, *Memórias de Massena*, 2007, pp. 127, 128,129 e José de Freitas Amorim Barbosa, *A minha vida e aventuras escritas em Outubro de 1876*, 1990, p.25

²⁹¹ Capitão Nicolas Marcel, *Campanhas em Espanha e Portugal, 1808-1814*, 2008, p.113

²⁹² Ver figura nº 29, anexo de figuras, p. 174. Nessa figura, estão representados os diferentes passos de construção de uma ponte de barcas.

²⁹³ General Koch, *op.cit.*, p.130 e Simão José da Luz Soriano, *op.cit.*, tom. III, 1884, p.276.

²⁹⁴ BNA, *Mapa geral dos estragos que fez o exército francês na vila de Santarém e nas freguesias e vintenas do seu termo sitas ao Norte do Rio Tejo; quando invadiu a província da Extremadura em Outubro de 1810.*

***PARTE III - OS EFEITOS DA OCUPAÇÃO MILITAR NA VIDA ECONÓMICA E
CASTRENSE DO CONCELHO***

1. Impactos económicos da ocupação militar: Causas e efeitos

1.1. As causas: O saque francês e a política da terra queimada aliada

Ao nível do reabastecimento ²⁹⁵ de víveres, os dois exércitos em confronto tinham métodos diferentes de procura e obtenção de provisões. O exército anglo-português, recebia grande parte dos mantimentos de Inglaterra, explorando ao mesmo tempo os recursos locais, que adquiria por compra junto de vários fornecedores ou através de ofertas da população. Numa carta de 10 de Janeiro de 1811, de Manoel Fernandes Thomaz, intendente de víveres do exército, para o marechal Beresford, são evidentes estas modalidades de aquisição de víveres. Nessa missiva é referida, a ordem para comprar gado na província do Alentejo, afim de suprir as faltas que os talhantes não satisfaziam, no fornecimento de carne fresca ao exército. O comissário enviado, avisava em Janeiro da vila de Sousel, “*ter arranjado 400 cabeças de gado vacum, entrando neste número 18, que foraõ offerecidas gratuitamente*”. ²⁹⁶

Por sua vez, o exército francês utilizava o saque, com base na máxima preconizada por Napoleão, em que a guerra alimentava a guerra. Um registo de 11 de Outubro de 1811, contido numa petição de um lavrador do Almoxarifado da Jugada de Santarém, retrata bem esta realidade, quando o mesmo refere, “*que logo os ditos inimigos comuns fizerão a sua entrada nesta terra, extraviarão e consumirão todo o pam que se achava nos indicados celeiros, sem que o supplicante podece obstar*”²⁹⁷

Wellington tomando conhecimento do método do seu inimigo, implementou no território português a política da terra queimada, onde movimentava as populações da linha de marcha francesa, destruindo os seus campos agrícolas, deixando assim as tropas inimigas à mercê da fome e da doença. Assim um dos grandes problemas de Massena durante a terceira invasão francesa passou essencialmente por arranjar mantimentos para o seu exército. Durante algum tempo ainda se acreditou na administração²⁹⁸ do seu exército, sob o comando do intendente geral Lambert, mas depressa se percebeu que a mesma não conseguia cumprir a sua missão, perdendo mesmo a confiança das tropas. Esta situação levou a que cada corpo de

²⁹⁵ Função logística que abrange todas as actividades, cujo objectivo é fornecer todos os artigos necessários para equipar, manter e fazer actuar as tropas. IAEM, *op.cit.*, p.94.

²⁹⁶ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimento e víveres*. Datada de 10 de Janeiro de 1811.

²⁹⁷ ANTT, Provedoria das Lezírias, *Petição de 11 de Outubro de 1811 de Jacinto Monteiro, do Almoxarifado da jugada de Santarém*; mç 18 (1811-1813)

²⁹⁸ Administração é a ciência e arte do emprego dos recursos humanos, materiais e financeiros, postos à disposição de um chefe militar, com vista ao cumprimento económico, efectivo e eficiente da missão. IAEM, *op.cit.*, p.15.

exército se tornasse auto-suficiente no reabastecimento dos seus próprios abastecimentos, ficando a intendência apenas limitada á administração do quartel-general e dos hospitais.

O saque era agora feito pelos três corpos de exército, mas com um problema por resolver, os recursos das regiões ocupadas pelos mesmos não eram todos iguais. Para evitar as rixas sangrentas entre os destacamentos de recolha de alimentos dos vários corpos, foram atribuídos territórios de abastecimento a cada um, sendo proibido os outros lá entrarem.²⁹⁹ Ao 2º corpo foi distribuída a região entre o rio Tejo e margem direita do rio Alviela, até aos montes localizados a Noroeste antes de Pernes, Tremês e Azóia de cima, posições ocupadas pelo 8º corpo. Sendo assim, a vila de Santarém e freguesias rurais do concelho, como Achete, Alcanhões, Azóia de Baixo, Póvoa de Galegos, Romeira, Vale de Figueira, Várzea estavam incluídas na área de depredação do 2º corpo. O 8º corpo nessa divisão ficou com todo o território compreendido entre o rio Alviela e o rio Almonda, até às elevações da Serra de Aire. Pilhava assim numa região que incluía várias povoações do concelho de Santarém, como as Abitureiras, Azinhaga, Azóia de Cima, Casével, Pombal, S. Vicente do Paúl, Tremês, Vaqueiros. Abarcava ainda todas as freguesias do extinto concelho de Pernes e também a vila de Alcanede e Abrã, povoações do antigo concelho de Alcanede. Por último ao 6º corpo³⁰⁰ foi atribuída a área entre o rio Almonda, o rio Tejo e o rio Zêzere até 10 Km a Norte de Tomar, explorando já uma zona situada fora do concelho de Santarém.

Ocupavam o 2º e o 8º corpo com as suas áreas de provisão todo o concelho de Santarém, gerando assim a devastação sistemática do mesmo. Ao ser percorrido e exaurido dos seus recursos durante mais de quatro meses, foram vários os impactos económicos que sofreu, com repercussões que duraram vários anos. Foram então destruídas as culturas de cereais e leguminosas, os pomares, vinhas e olivais arrancados e os equipamentos de transformação e produção agrícola, como lagares, moinhos e arados destruídos. Nestas condições a agricultura, principal actividade do concelho, sofreu um forte revés. Houve ainda outras actividades ligadas à agricultura, fortemente afectadas, o caso da silvicultura com o corte dos pinhais e soutos no âmbito das manobras militares francesas e a pecuária em que o gado constituía a principal fonte de subsistência e transporte das tropas.

Segundo o general Koch nas memórias de Massena, havia metade do exército numa correria para alimentar outra. Os regimentos tinham os seus próprios fornos, moinhos e

²⁹⁹ General Koch, *op.cit.*, pp.145 e 146.

³⁰⁰ Segundo Guingret, este corpo situado em 2ª linha, era o que ocupava a região menos devastada, com maior disponibilidade de víveres para alimentar as tropas, chegando mesmo a apoiar a subsistência de outros corpos que ocupavam regiões mais desfavorecidas. M. Guingret, *op.cit.*, 1817, p.118.

depósitos, a par dos destacamentos armados que batiam a área da sua responsabilidade até quatro dias de marcha. Esses grupos percorriam a região em todas as direcções “*e nada escapava às suas engenhosas e cruéis buscas*” que recolhiam todo o tipo de “*cereais, farinhas, fruta, carne e outros comestíveis, vinho, azeite e outros líquidos, gado lanígero, e cornígero, tudo era facilmente apanhado e extorquido sem piedade aos habitantes*”³⁰¹

No mapa onde surgem os estragos feitos pelo exército francês, durante o período de ocupação da vila de Santarém e das freguesias do seu termo situadas a Norte do rio Tejo³⁰² estão espelhados de forma evidente os resultados do saque francês. Neste levantamento de autor desconhecido, a força dos números permite-nos tirar conclusões sobre os impactos sofridos pela área de reabastecimento de víveres dos corpos de exército franceses, que como vimos incluía praticamente todas as freguesias do concelho, situadas a Norte do Tejo. Ainda sobre as mesmas buscas e saque, realizadas pelos franceses durante a ocupação militar de Santarém, Nicolas Marcel, que era subtenente do regimento nº 69 de linha, pertencente ao 6º corpo, referiu no seu diário de campanha, que as dificuldades das tropas francesas em subsistir, começaram a partir do ano de 1811. Como tal os grupos de saqueadores do seu corpo, tiveram que procurar víveres a mais de 40 léguas da sua área de reabastecimento, de forma a encontrar alguma coisa, segundo ele a situação era tão má, que “*as tropas mais avançadas comeram até burros*”.³⁰³ No seu relato acrescenta ainda que as dificuldades de aprovisionamento eram de tal forma grandes, que os chefes de destacamento de recolha de víveres, receberam ordem para prender e ameaçar, todos os camponeses que encontrassem. Com este procedimento tiveram acesso aos “*esconderijos das aldeias*”,³⁰⁴ onde encontraram provisões suficientes para um mês de subsistência, para todas as companhias.

São também vários os relatos de desertores franceses e portugueses aprisionados que descrevem efectivamente as grandes privações do exército francês. Narravam que os seus homens estavam reduzidos a quarta parte de ração de pão, comendo durante muitos dias apenas polenta,³⁰⁵ uma espécie de papas de farinha de milho, mas que ainda tinham carne de má qualidade que lhes causava muitas moléstias. Assim, essa carne era conseguida à custa do saque de algum gado como “*os bois [que] eram reservados para os estados-maiores e para*

³⁰¹ General Koch, *op.cit.*, p.146.

³⁰² BNA, *Mappa geral dos estragos, que fez o exército francês na vila de Santarém e nas freguesias e vintenas do seu termo sitas ao Norte do Rio Tejo; quando invadiu a província da Extremadura em Outubro de 1810*, ms.54-XI-23, N°153.

³⁰³ Capitão Nicolas Marcel, *op.cit.*, 2008, p.113.

³⁰⁴ Capitão Nicolas Marcel, *Idem*, 2008, p.114.

³⁰⁵ J.B. Delafosse, *Campagnes ou Souvenirs Militaires*, Havre, Imp. Alph. Lemale, 1850, p. 107 e J.J. Teixeira Botelho, *História popular da guerra da península*, Porto, Livraria Chardron, 1915, p. 419.

oficiais de alguma graduação, os soldados comiam carne de cabra e de ovelha, que sem sal e nos mezes de Janeiro e Fevereiro, quando estão paridas, he o alimento mais doentio que pode haver”,³⁰⁶ perante esta descrição concluímos que nas batidas realizadas pelos destacamentos franceses, o gado ovino e caprino existente em grande quantidade na região, constituiu uma das principais fontes de alimento das tropas, colmatando assim a falta de outros víveres.

No mapa geral dos estragos confirmamos esta tendência com 16.264 ovinos³⁰⁷ abatidos pelos franceses nas freguesias rurais, a que se juntam os 1.426 das freguesias da vila, que correspondem apenas a 8% do total dos ovinos abatidos. Nas freguesias rurais, Rio Maior com 2.356 cabeças e Vale de Figueira com 2.100, são as mais afectadas. Os caprinos, também foram abatidos em grande número no concelho com predomínio para as freguesias fora da vila, serviram assim de alimento às tropas francesas, 18.767 rezes.³⁰⁸ Rio Maior com 4.154 cabeças, surge novamente como a freguesia mais afectada, a que não deve ser estranha a presença de tropas aliadas na região a partir de 19 de Novembro de 1810, depois da ocupação de Santarém por Massena.³⁰⁹

Outro tipo de animais que contribuíram para a dieta alimentar dos franceses foi os suínos e as aves, tendo sido abatidos no total 10.257 suínos,³¹⁰ entre porcos grandes e leitões e 46.575 aves,³¹¹ contando com perus, patos e galinhas. Mais uma vez Rio Maior foi a freguesia mais atingida no abate de aves, tendo se destacado nos suínos o Cartaxo. Da mesma forma que Rio Maior, a vila do Cartaxo também ficou na mão dos aliados a partir de 18 de Novembro, tendo Wellington instalado nesse local, o seu quartel-general para a campanha de Santarém. Muitos dos víveres disponíveis teriam assim servido de apoio ao reabastecimento

³⁰⁶ *Gazeta de Lisboa*, nº63, de 14 de Março de 1811.

³⁰⁷ Ver gráfico 52, 53 e 54, anexo de gráficos, pp. 200 e 201. Gráficos com a importância dos ovinos (ovelhas + carneiros) abatidos nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

³⁰⁸ Ver gráfico 55, 56 e 57, anexo de gráficos, pp. 202 e 203. Gráficos com a importância dos caprinos (cabras + chibatos) abatidos nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

³⁰⁹ Vitoriano José César, *op.cit.*, pp.128,162,175. O mapa só refere os estragos do exército francês, a que não deve ser estranho a passagem do mesmo por Rio Maior antes de entrar nas Linhas de Torres e o facto de ter acampado neste lugar na tarde do dia 9 de Outubro. Ainda podemos juntar a estes factos a possibilidade da administração francesa ter recolhido na zona, víveres para os depósitos e armazéns instalados em Santarém, desde meados de Outubro. Mas a região a partir de 19 de Novembro passou a estar no controle dos aliados, cujas tropas poderão ter contribuído para estes valores de gado ovino e caprino abatido na freguesia, visto que o mesmo também servia de alimento complementar aos seus militares.

³¹⁰ Ver gráfico 58, 59 e 60, anexo de gráficos, pp. 203 e 204. Gráficos com a importância dos suínos abatidos nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

³¹¹ Ver gráfico 61, 62 e 63, anexo de gráficos, pp. 205 e 206. Gráficos com a importância das aves abatidas nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

das forças aliadas, em diferentes circunstâncias nesse período. No entanto, o lugar do Cartaxo foi decididamente uma das freguesias mais atingidas pela presença francesa, como relatou o padre António Teixeira Leitão na conclusão da sua memória, quando refere que apenas escreveu “*huma breve pintura do que aqueles monstros aqui fizeram; mas será bastante para se formar alguma ideia do que soffreo esta terra no espaço de mais de hum mês*”³¹² De facto com o dispositivo das Linhas de Torres, Massena colocava a divisão de cavalaria de Montbrun a patrulhar o Tejo entre o Porto de Mugem e Santarém com a brigada de Lorcet no Porto de Mugem e a do general Soult em Santarém, ficando a restante cavalaria de reserva, em Alcoentre e no Cartaxo. O pároco António Teixeira Leitão confirmou igualmente estas movimentações e a presença forte do exército francês no lugar, quando mencionou que “*no dia dez de Outubro e nos seguintes, he que os bárbaros inimigos começarão a entrar neste lugar atravessando da estrada de Rio Maior e espalhando-se pelas terras da direita do Tejo*”³¹³

Na *Gazeta de Lisboa*, num relato sobre o exército francês, feito por prisioneiros portugueses que foram trocados, os mesmos descreviam a situação desse exército no mês de Novembro de 1810. Referiam então que o exército nessa altura, tinha um efectivo que andaria entre os 40 e os 50 mil homens, incluindo os doentes, com uma grande quantidade de bagagens que ocupava quando organizado em coluna uma légua³¹⁴ de comprimento. Acrescentavam que essas não vinham “*em carros de que tem pouquíssimos puchados por bois, mas em carroças e outras espécies tirados por bestas. [...] tem-lhe morrido grandíssima quantidade das bestas de transporte, e as tem suprido muitas vezes com cavallos tirados aos soldados de cavallaria. As carroças estão pela maior parte em estado deplorável, estando quasi desconjuntadas entre si algumas peças de madeira, que as compõem*”.³¹⁵ Perante esta situação, os destacamentos franceses que faziam as batidas nas suas áreas de reabastecimento, procuraram igualmente exemplares de bovinos, equinos, muares e asininos, para assegurarem o transporte³¹⁶ no exército, que deles necessitava para substituir os muitos animais, que tinham morrido por falta de forragem. Numa época em que a tracção animal, era o único

³¹² AHM, Pároco António Teixeira Leitão, *op.cit.*, folha 9.

³¹³ AHM, Pároco António Teixeira Leitão, *Idem.*, folha 2 e3.

³¹⁴ Antiga unidade de medida itinerária que equivalia 5 Km. Porto Editora, *Dicionário da língua Portuguesa* 2004, p.1006.

³¹⁵ *Gazeta de Lisboa*, nº269, de 9 de Novembro de 1810

³¹⁶ Função logística que abrange o deslocamento do pessoal e do material. IAEM, *op.cit.*, p.106.

meio utilizado nos sistemas de transporte do exército, o gado habitualmente utilizado nos campos, era empregue também nos trens da artilharia e da administração.³¹⁷

Foram desta forma arrestados para os transportes do exército, 505 equinos, 313 muares, 2.862 asininos e 3.802 bovinos³¹⁸ que como vimos foram também utilizados na alimentação dos estados-maiores e dos oficiais de maior graduação, havendo mesmo situações em que os soldados franceses, perante a falta de outras rezes “*começavaõ já a comer carne de burro e de cavalo*”.³¹⁹ Nestes números, as freguesias do termo da vila foram sempre as mais prejudicadas e mais uma vez o lugar do Cartaxo destaca-se como a localidade mais atingida, à excepção de S. João da Ribeira no que diz respeito aos muares.

Ainda no apoio aos transportes, foram encontrados 659 carros³²⁰ no concelho, que foram utilizados para satisfazer as grandes necessidades em veículos de rodas dos trens do exército, só no Cartaxo encontraram 169 carros. Também os barcos foram procurados pelos franceses no concelho, para satisfazer as necessidades da construção de uma ponte de barcas em Santarém por ordem de Massena. Era responsável por essa tarefa o general Eblé, que mandou percorrer as margens do Tejo na tentativa de arranjar barcos. Em 24 de Outubro, ficou conhecida a tentativa dos franceses em apanhar 50 barcas observadas na chamusca, protegidas por uma partida de ordenanças portuguesas, que saiu frustrada quando os mesmos queimaram as embarcações.³²¹ Apesar desta contingência, foram encontrados 37 barcos nas freguesias ribeirinhas do concelho, com destaque para os portos fluviais situados na margem direita do Tejo. Foram assim encontradas 25 barcas em S. João Evangelista de Alfange, 3 em Sta. Iria, 7 em Valada e mais 2 embarcações na Azinhaga e S. Vicente do Paul.³²²

Na *Gazeta de Lisboa*, um conjunto de notas sobre a retirada do marechal Massena, publicado em 14 de Março de 1811, avança com uma referência acerca da situação alimentar do exército francês, no qual os militares “*estiverão por muito tempo sem vinho, nem agoardente, se comiam pão hum dia, passavaõ muitos sem o provar; comendo em seu lugar hum*

³¹⁷ Um *trem* é um conjunto de militares e viaturas que fornecem à unidade a que pertencem apoio de abastecimentos e evacuação de feridos. Porto Editora, *Dicionário da língua Portuguesa* 2004, p.1654.

³¹⁸ Ver gráficos de 40 a 51, anexo de gráficos, pp. 194 a 200. Gráficos com a importância dos Bovinos, Equinos, muares e asininos arrestados nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

³¹⁹ *Gazeta de Lisboa*, n°269, de 9 de Novembro de 1810

³²⁰ Ver gráfico 64, 65 e 66, anexo de gráficos, pp. 206 e 207. Gráficos com a importância dos carros encontrados nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

³²¹ General Koch, *op.cit.*, pp.128,129,130,132.

³²² Ver gráfico 67, 68 e 69, anexo de gráficos, pp. 208 e 209. Gráficos com a importância dos barcos encontrados nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

pouco de milho cozido sem sal, ou algum biscoito, que apenas chegava a meia ração".³²³

Esta situação das tropas teve como consequência, uma procura incessante nas suas áreas de abastecimento, de cereais e leguminosas escondidos em casas e depósitos, assim como de vinho, aguardente e azeite nos lagares, adegas e casas particulares.

Foram então encontrados no concelho de Santarém pelas tropas francesas 1.103.039 Alqueires³²⁴ de trigo, milho, cevada e centeio e 145.890 alqueires de feijão, fava e grão. As freguesias rurais foram as mais afectadas neste saque, destacando-se mais uma vez o Cartaxo com 138.678 alqueires de cereais e 23.027 de leguminosas.³²⁵

Em relação ao vinho foram consumidos pelas tropas francesas 18.123 pipas e 430 almudes,³²⁶ já a aguardente teve um gasto de 60 pipas e 393 almudes, no azeite perderam-se 8.955 tonéis, 2.943 pipas e 574 cântaros.³²⁷ Nestes consumos foram atingidas principalmente as freguesias rurais, como aconteceu com os cereais, destacando-se em todos estes produtos o Cartaxo como a freguesia mais atingida.

Também a política da terra queimada, estratégia aconselhada nesse tempo por Wellington e aprovada então pelas entidades oficiais, contribuiu com a presença francesa, para uma sequência de acontecimentos com efeitos devastadoras junto da agricultura e indústria nacional. Num registo da Intendência Geral da Polícia, Tendo sido imposta na altura ao povo e às autoridades locais, assentava no abandono sistemático das casas e das terras, procurando que o exército da Massena não encontrasse mantimentos.³²⁸

Com esta estratégia, atacava-se o exército francês no centro da sua sustentação logística, caminhando então por uma terra abandonada e destroçada, não vivendo desta forma à custa dos recursos do país invadido. Wellington pretendia assim tornar a vida do exército de

³²³ *Gazeta de Lisboa*, nº63, de 14 de Março de 1810. Também nas descrições dos prisioneiros portugueses, existe uma referência ao estado em que se encontravam outros víveres à disposição das tropas francesas. Um deles era o pão, que depois de pisado comiam cozido e o milho que ingeriam normalmente assado. Estes alimentos juntamente com a carne, não eram temperados há muito tempo com sal, que entretanto tinha acabado in *Gazeta de Lisboa*, nº269, de 9 de Novembro de 1810

³²⁴ O *Alqueire* é um recipiente cuja medida corresponde a 14 litros. Mário Bento Ripado, *Calendário rural. Medidas antigas: algumas conversões e equivalências*, 1991, p.238.

³²⁵ Ver gráficos de 70 a 75, anexo de gráficos, pp. 209 a 212. Gráficos com a importância dos cereais e leguminosas encontrados nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

³²⁶ A *Pipa* é um recipiente grande para líquidos, cuja medida de capacidade corresponde a 500 litros, correspondendo o *Almude* a cerca de 17 litros. Mário Bento Ripado, *op.cit.*, 1991, p.238.

³²⁷ Ver gráficos de 76 a 96, anexo de gráficos, pp. 212 a 222. Gráficos com a importância do vinho, aguardente e azeite consumidos nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos. O *cântaro* é um recipiente para líquidos, cuja medida de capacidade corresponde a meio almude, cerca de 8,5 litros in *Dicionário da língua Portuguesa*, Porto Editora, 2004, p.294. O *tonel* é um recipiente grande para líquidos, cuja medida de capacidade corresponde a 840 litros. Mário Bento Ripado, *op.cit.*, 1991, p.238.

³²⁸ David Buttery, *Wellington contra Massena, A terceira Invasão de Portugal (1810-1811)*, 2007, p.135 e Albert Silbert, *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*, 1970, p. 71.

Massena num autêntico suplício, em que a sobrevivência passava a ser uma preocupação essencial, relegando o combate para segundo plano. Segundo o registo de 22 de Novembro de 1810, do livro das contas para as secretarias da Intendência Geral da Policia, a evacuação das terras foi considerada das medidas mais eficazes para a defesa do reino, pois “*deste modo ficarão privados os inimigos de todos aqueles auxílios que podião encontrar nos habitantes, para a sua subsistência e marchas*”³²⁹

Progredindo então Massena numa terra deserta, era ainda atacado pelas milícias e ordenanças nos flancos e retaguarda, numa operação de contínuo desgaste, que dificultava o seu avanço, a par dos danos infligidos pela acção retardadora realizada por Wellington, que enfraqueceram de forma persistente o seu exército, até às linhas de Torres Vedras.³³⁰

Wellington no seu ofício de 5 de Outubro de 1810, descrevia que o adversário sofria os maiores transtornos porque “*os habitantes das vilas e lugares hão universalmente abandonado as suas moradas, levando consigo tudo quanto podem transportar, e que poderia ser útil para o inimigo; e por isso os mesmos hábitos e costumes de roubar, que há tanto tempo tem sido animados e promovidos nos exércitos do inimigo, são impedidos de derivarem vantagem alguma dos poucos recursos, que os habitantes do paiz possam ter-lhes deixado por motivo de os não poderem transportar.*”³³¹ Nestas acções foram então destruídas e incendiadas as culturas e os celeiros, os palheiros e estábulos desocupados e o gado abatido ou requisitado, tendo havido castigos exemplares para os habitantes considerados traidores, por não cumprirem ou mostrarem oposição a estas ordens, com recurso às penas de enforcamento e fuzilamento.³³²

Sobre estes acontecimentos, Wiliam Warre, oficial do Estado-Maior de Lord Wellington, descreveu nas suas cartas sobre a península como era consternador ver as pessoas a abandonarem as suas casas, fugindo dos soldados e levando consigo o pouco que podiam transportar. Seguidos pelos filhos, imploravam aos soldados que não lhes levassem o gado, caminhando de forma desgraçada sem saber onde encontrar um local acolhedor.³³³ Foi por esta razão, que um fluxo anormal de pessoas em trânsito condicionou o exército aliado na sua retirada entre Leiria e as linhas de Torres Vedras, após a batalha do Buçaco, procurando dessa

³²⁹ ANTT, Fundo da Intendência geral da policia, *op.cit.*, Liv. 11, pp.226v. e 227.

³³⁰ José Alberto Loureiro dos Santos, *Algumas lições de estratégia da guerra peninsular in Guerra Peninsular – novas interpretações*, 2005, pp. 335,336.

³³¹ Gazeta de Lisboa, nº241, 8 Outubro de 1810.

³³² Simão José da Luz Soriano, *História do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834*, Imprensa Nacional, tom. III, 1884, pp.119,131, 132 e 133.

³³³ David Buttery, *op.cit.*, p.135.

forma segurança atrás das linhas. No entanto muitos ficaram pelo caminho, tendo-se refugiado nas serras e matas, onde morriam de fome ou acabavam por ser encontrados pelas buscas das tropas francesas.³³⁴

Por estas razões, muitas das medidas empregues com a política da terra queimada de Wellington, na opinião de algumas autoridades nacionais não se justificavam, tendo sido algumas consideradas violentas e desastrosas para a vida social e económica do país.³³⁵ Ao Implementar a obrigatoriedade de os habitantes das comarcas e concelhos, abandonarem as suas casas e povoações, à qual se juntou a queima das culturas e o gado que era abatido à força por tropas portuguesas e inglesas, criou condições para a ocorrência de diferentes impactos, que se repercutiram na vida económica de todos os municípios.

Neste contexto, o concelho de Santarém viu agravada a sua situação económica, com a destruição de equipamentos de produção e transformação agrícola, como os moinhos e lagares e mesmo os arados, a par dos impactos na agricultura, pecuária e silvicultura. A indústria não se saiu melhor com esta política, tendo havido fábricas queimadas ou danificadas pelos ingleses, para não cair na mão dos franceses, o que contribuiu para que algumas fábricas no concelho fechassem durante a invasão e não voltassem a abrir mais.³³⁶

1.2. Os efeitos: Na agricultura e indústria do concelho

Segundo John T. Jones, nas descrições que faz deste período no seu livro, as vilas e cidades das regiões ocupadas estavam desertas, os moinhos tinham sido destruídos, o vinho corria pelas ruas e os campos de milho tinham sido incendiados. Acrescentava ainda que grande parte do mobiliário das casas nas diferentes povoações tinha sido destruído, não se conseguindo encontrar nem cavalos, nem mulas, nem burros, vacas ou barcos,³³⁷ para serem utilizados como meio de transporte ou mesmo como alimento.

O saque francês e a política da terra queimada tiveram assim várias implicações de carácter económico. Com a destruição das culturas, os prejuízos na cobertura vegetal e a dizimação dos gados, houve quebras invulgares na produção agrícola, pecuária e silvicultura, atingindo-se assim valores fora do normal em relação aos anos agrícolas comuns, cujos prejuízos dependiam apenas das condições climatéricas adversas. Mas os impactos na

³³⁴ Victoriano José César, *op.cit.*, p.124 e Simão José da Luz Soriano, *op.cit.*, tom. III, p.124.

³³⁵ Simão José da Luz Soriano, *Idem.*, tom. III, p.132.

³³⁶ Victoriano José César, *Idem.*, p.158.

³³⁷ John T. Jones, *op.cit.*, p.135.

agricultura não foram excepção, houve também neste período o desmantelamento de várias fábricas no concelho, por acção dos franceses e dos aliados através da política da terra queimada, comprometendo assim de forma decisiva o futuro da indústria nacional.³³⁸ Por sua vez o concelho que se tinha transformado num verdadeiro campo de batalha apresentava uma situação caótica nos transportes de mercadorias fluviais e terrestres, dentro do seu próprio espaço e no intercâmbio com outras regiões, prejudicando desta forma as actividades comerciais do concelho.³³⁹

Assim Santarém, que ao longo dos vários séculos da sua história, foi sempre descrita pela riqueza dos seus produtos agrícolas e solos muito férteis, num cenário de agricultura florescente que abastecia mercados locais, regionais e nacionais, sofreu neste período um forte revés. Adam Neale, em 1808, confirmava essa abundância, quando descreveu da seguinte forma a paisagem agrícola do concelho: “ [...] *encontrámo-nos numa espaçosa planície coberta por searas plantadas numa bela terra preta, o solo mais rico que encontrei em Portugal. Cerca de duas milhas adiante, chegámos a uma agradável alameda, ladeada por choupos que cercam óptimos vinhedos. No caminho para Ponte Almonda, passámos por uma pequena colina de areia, coberta de oliveiras, onde encontrámos camponeses a apanhar azeitonas maduras. [...] Ao descer estas colinas, que só de vez em quando cortam a planície, vimos diversas varas de porcos que comiam numa pastagem comum.* ” ³⁴⁰

Neste enquadramento será então importante observarmos, quais foram os impactos sofridos pela agricultura do concelho durante a ocupação dos exércitos, analisando igualmente as razões que os proporcionaram. Causas como a política da terra queimada aliada, a devastação em trânsito provocada pelos franceses e o uso do território como suporte das actividades militares, são acontecimentos que explicam esses efeitos. Sobre estes mesmos impactos e após a retirada do exército francês de Santarém, o marquês Sá da Bandeira numa crónica contemporânea, referiu que os “*olivais e pomares constituíam a principal riqueza d’aquela povoação*” tendo os franceses durante a ocupação da vila cortado “*as oliveiras e laranjeiras e outras árvores dos numerosos pomares suburbanos*”.³⁴¹

Com base nestes relatos e analisando o mapa geral dos estragos elaborado após a retirada dos franceses, verificamos nas informações sobre as culturas do concelho afectadas, que

³³⁸ Albert Sibert, *op.cit.*, p.71.

³³⁹ António Alves Caetano, *A economia portuguesa no tempo de Napoleão, constantes e linhas de força*, 2008, pp. 207,208.

³⁴⁰ Adam Neale in Maria Leonor Machado de Sousa, *A guerra peninsular em Portugal, relatos britânicos*, 2007, pp.166-167.

³⁴¹ Marquês de Sá da Bandeira, *op.cit.*, p.103.

foram arruinados 44 987 pés de oliveira na vila de Santarém, pelo exército francês, contra os 21 852 do restante termo. O burgo urbano apresentava desta forma uma percentagem de estragos muito maior, na ordem dos 67%, contra os 33% das várias freguesias do termo da vila.³⁴² Para este facto contribuiu uma “*fila dupla de formidáveis*” abatizes, construídas em menos de quarenta e oito horas segundo Jonathan Leach, à custa dos muitos olivais que revestiam as vertentes do planalto onde se situava a vila.³⁴³

Entre as freguesias urbanas, as mais atingidas foram as de S. Nicolau com 10 049 pés de oliveiras estragados, seguida pela N. Sra. de Marvila com 9 838 e a do Smo. Milagre com 8 722, contabilizando só estas três paróquias, cerca de 65% dos estragos nos olivais da vila. Entre as freguesias rurais, destaca-se a Várzea com 5 519 pés de oliveiras estragados, que terão sido utilizados para a construção das linhas de abatizes dos dois regimentos da 1ª divisão Merle do 2º corpo, que ocupavam posição na área de Perofilho, lugar próximo desta povoação. A presença de forças da 1ª divisão Clausel do 8.º corpo com três batalhões nas freguesias de Azóia de Cima e de Tremês e mais quatro batalhões nos lugares da Atalaia e Santos, pertencentes à paróquia de Tremês, justificam com as suas abatizes, os 3 056 e 1 052 pés de oliveira abatidos em tremês e Azóia de Cima, respectivamente. Já a presença de um regimento da 2ª divisão Heudelet, do 2º corpo, próximo de Rio Maior e da brigada de cavalaria que assegurava a cobertura da estrada Rio Maior-Pernes, explicam as 1 163 oliveiras cortadas na região de Rio Maior.

Mas a profusão arborescente do concelho não passava apenas pela oliveira, árvores como o pinheiro e o castanheiro, ocupavam também um papel importante na cobertura florestal da vila e do concelho, como foi exposto na primeira parte deste trabalho. Freguesias como o Vale com 12 009 pés de castanheiro e pinheiro cortados e o Cartaxo com 11 218 reflectem de forma evidente esta realidade. A este conjunto de estragos que são os mais elevados do concelho, temos ainda que juntar os 3 865 pés de oliveira destruídos no Vale e os 2 782 no Cartaxo. Estes números poderão ser reflexo da procura anormal de madeira pelos franceses, para alimentar a construção de uma ponte de barcas ou jangadas, num estaleiro montado para o efeito em Santarém, por ordem de Massena. A presença francesa na região, que se concretizou de forma precoce no dia 10 de Outubro de 1810, segundo o padre António

³⁴² Ver gráfico 14, 15 e 16, anexo de gráficos, pp. 181 e 182. Gráficos com a importância dos pés de oliveira estragados e cortados nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

³⁴³ Jonathan Leach in Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, p. 234 e M. Guingret, *op.cit.*, 1817, pp.99, 100.

Teixeira Leitão ³⁴⁴ e o abate de árvores numa floresta a 10 Km da vila de acordo com o general Koch, corroboram esta busca. De facto, forças da intendência e da reserva do exército francês, operavam entre Santarém e o Cartaxo desde o início da campanha das linhas de Torres, ³⁴⁵ tendo provocado assim muitos estragos nesta zona, até à sua retirada definitiva para Santarém. Sobre o assunto, Jonathan Leach afirma que todas as vilas e aldeias foram saqueadas e incendiadas pelos franceses na sua debandada, tendo o Cartaxo e o Vale partilhado do mesmo destino, num cenário de grande desolação. ³⁴⁶ Assim os fogos provocados pelo invasor na sua retirada para dificultar o avanço do exército luso-britânico, em conjunto com a política da terra queimada aliada, posta em prática antes da chegada dos franceses, constituem razões da destruição da floresta em determinadas zonas do concelho.

Na continuação da análise dos resultados observados, ³⁴⁷ no mapa geral dos estragos, verificamos também que os danos nos pés de castanheiro e pinheiro foram mais significativos junto das freguesias pertencentes ao termo da vila. Além do Vale e do Cartaxo, surge nas suas proximidades a povoação de Almoester com danos em 300 pés, á qual se juntam freguesias como a de S. João da Ribeira com 828, Rio Maior com 602 e a Várzea com 200 pés cortados. Além das causas já apontadas para este abate, a construção de abatizes por parte das forças francesas na região das últimas três freguesias, coloca os pinheiros e os castanheiros, a serem utilizadas com o mesmo fim das oliveiras.

Com uma percentagem de 81% em estragos, nos pinhais e soutos do concelho, as freguesias do termo da vila dependem essencialmente dos números apresentados por estas povoações, visto que a maioria das paróquias do termo não declararam qualquer árvore cortada. Já as freguesias da vila que contabilizam apenas danos na ordem dos 19%, apresentam duas paróquias com valores considerados significativos, o caso de S. Julião com 3 897 cortes e S. Nicolau com 1 325, o que espelha a abundância deste tipo de árvores, nas suas imediações.

Os pomares de frutas, constituíam também um elemento importante no coberto vegetal do concelho, tendo sido os mesmos contabilizados no mapa geral dos estragos em conjunto com as vinhas. A importância dos danos foi então traduzida pelos responsáveis em *réis* de acordo com as áreas afectadas no âmbito das duas culturas.

³⁴⁴ AHM, Pároco António Teixeira Leitão, *op.cit.*, folha 2.

³⁴⁵ General Koch, *op.cit.*, pp.127, 128,129.

³⁴⁶ Jonathan Leach in Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, p. 233.

³⁴⁷ Ver gráfico 17, 18 e 19, anexo de gráficos, pp. 183 e 184. Gráficos com a importância dos pés de castanheiro e pinheiro estragados e cortados nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

Segundo o Marquez de Sá da Bandeira, parte desses pomares foram utilizados pelos franceses em obras de engenharia militar, principalmente na fortificação de campanha das diferentes posições militares na vila, através da construção de abatizes. A vinha e de acordo com algumas notícias sobre o exército de Massena publicadas na gazeta de Lisboa, serviu a partir de determinada altura de alimento á cavalaria francesa, por falta de palhas ou fenos, tendo os soldados franceses cortado para o efeito as vides, à falta de melhor alimento.³⁴⁸

Esta situação teve os seus efeitos na produção vinícola e mais uma vez a região do Vale e do Cartaxo, apresentou-se como a mais afectada no termo da vila. Com 3 759 360 réis de prejuízos em vinhas e pomares no Vale e 2 281 400 réis no Cartaxo, o principal negócio das gentes do Cartaxo e do Vale que era o vinho, sofreu um gravíssimo prejuízo.³⁴⁹ No entanto é numa das freguesias do burgo urbano, que o valor dos prejuízos nas extensões de vinhas e pomares atinge a sua expressão mais elevada. Foi o caso da freguesia de S. Nicolau com 3 993 600 réis, seguida de S. Martinho com 1 411 800 réis e S. Salvador com 1 241 400 réis, somando estas três freguesias 82% do total dos estragos na vila.³⁵⁰ Para esta situação deve ter contribuído o grande número de pomares suburbanos de laranjeiras e outras árvores que envolviam Santarém, constituindo assim uma das riquezas da vila, nas palavras do marquês Sá da Bandeira.

Numa realidade em que a agricultura era a principal actividade económica, com a política da terra queimada foi ordenada a destruição das culturas e das várias alfaias agrícolas, que pudessem trazer benefícios aos franceses. Sendo assim o arado, utensílio agrícola indispensável neste meio, foi um dos objectos sujeitos a esta ocorrência.

Mas na região de Santarém, os resultados da política da terra queimada não tiveram os efeitos desejados por Wellington,³⁵¹ tendo ficado por iniciativa dos habitantes vários campos e instrumentos agrícolas por destruir, com o intuito de serem aproveitados no futuro. Sendo assim, foram 1686 os arados arruinados pelos franceses e empregues em fins essencialmente militares. Como foi o caso da construção de uma ponte e respectivas barcas no estaleiro de Santarém, para o qual havia grande necessidade de ferro e madeira. Dos arados encontrados e aproveitados pelos franceses, 1 352 pertenciam ás freguesias do termo da vila, áreas de

³⁴⁸ *Noticias acerca do exército de Massena* in *Gazeta de Lisboa*, nº 45, 21 de Fevereiro de 1811.

³⁴⁹ AHM, Pároco António Teixeira Leitão, *op.cit.*, folha 4 e 5.

³⁵⁰ Ver gráfico 23, 24 e 25, anexo de gráficos, pp. 186 e 187. Gráficos com a importância das vinhas e pomares destruídos, avaliados em réis nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

³⁵¹ General Koch, *op.cit.*, p.128.

maiores extensões agrícolas, em contrapartida com os 309 arados encontrados pelos franceses nas freguesias urbanas.³⁵²

No âmbito da política da terra queimada, não foram só as alfaias agrícolas que foram arruinadas pelos aliados, apetrechos ligados à produção de farinha e pão e à transformação de vinho e azeite, sofreram as mesmas consequências. Entre eles, os fornos, que não vêm contemplados no mapa geral de estragos, são referidos nas memórias de Massena como um equipamento fundamental para subsistência das tropas. Foi então prioridade do Marechal a sua reparação, para que os mesmos preparem-se cerca de 30 000 rações diárias para as tropas durante a ocupação. Ao serem encontrados apenas quatro fornos em Santarém, que asseguravam cerca de 16 000 rações por dia, houve então necessidade de construir mais seis destes equipamentos que asseguravam a cozedura das rações. Nas memórias é ainda relatado o estado em que os franceses encontraram os moinhos de água e vento no concelho, tendo sido os mesmos reparados com a maior brevidade possível, sob a supervisão do general Lazowski, de forma a apoiar da mesma forma o reabastecimento das tropas.³⁵³

O mapa geral dos estragos espelha no fundo esta realidade, de todos os estragos nele relacionados, é nos moinhos de água e de vento que surgem os valores mais baixos. Nos registos dos moinhos destruídos no concelho, surgem apenas 35 com características hidráulicas e 43 de origem eólica, que à partida não foram postos a trabalhar pelos franceses durante a ocupação da região. Na continuação da análise dos dados,³⁵⁴ constata-se ainda que é nas freguesias do termo, zona rural do concelho, que surge o maior número de moinhos de água e vento arruinados num total de 69, em oposição às freguesias da área urbana, com apenas 7 equipamentos danificados.

Os lagares são mais um dos equipamentos ligados à transformação de produtos agrícolas, referidos no mapa geral de estragos. No número de lagares destruídos, deverão surgir lagares relacionados com a produção de vinho e outros de azeite, duas das culturas mais abundantes do concelho, como foi já observado. Este cenário é confirmado pelo pároco António Teixeira Leitão, quando refere que os franceses no Cartaxo “*destruirão também a maior parte das*

³⁵² Ver gráfico 32, 33 e 34, anexo de gráficos, pp. 190 e 191. Gráficos com o número de arados destruídos pelo exército francês nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

³⁵³ General Koch, *op.cit.*, p.129.

³⁵⁴ Ver gráficos de 26 a 31, anexo de gráficos, pp. 187 a 190. Gráficos com o número de moinhos de água e vento destruídos pelo exército francês nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

adegas, toda a qualidade de vasilhas e até os próprios lagares”,³⁵⁵ sendo afectado o principal negócio do lugar, que era o vinho. Esta realidade é confirmada também pelos números, num total de 210 lagares destruídos no concelho de Santarém, só no Cartaxo foram destruídos 30, que a par do Vale também com 30 lagares arruinados, constituem as freguesias do termo da vila com o maior número de ocorrências. No burgo urbano o número de lagares é pouco superior ao total destas duas freguesias, com 66 ocorrências, representando apenas 32% do total dos estragos verificados no concelho, para este equipamento.³⁵⁶

A situação decorrente da ocupação dos exércitos na indústria e manufacturas do concelho, é evidente na descrição de José Acúrcio das Neves, quando o mesmo refere numa das suas obras, que o comércio parou e as fábricas fecharam a nível nacional. Segundo ele foram afastados todos os trabalhadores e empresários que as suportavam, tendo o país que se encontrava espoliado de diferentes formas, perdidas as suas comunicações com os estados ultramarinos e assim os principais mercados da indústria nacional. Referiu ainda que Portugal continuou muito tempo após o final das invasões francesas, sem solução para cuidar da sua recuperação.³⁵⁷ Este cenário é confirmado por uma das contas dos governadores do reino enviadas a D. João VI em 7 de Abril de 1818, onde elencavam as principais causas que justificavam a decadência das rendas do real erário público, que se aproximava na altura da bancarrota. Entre as várias razões eram apontadas a decadência generalizada da indústria nacional, do comércio e da marinha portuguesa.³⁵⁸

Adrien Balbi em 1822 reforça no seu livro a situação deplorável em que se encontrava o comércio marítimo em Portugal, durante o período das invasões francesas. Acrescentou que nessa época, o comércio marítimo português atrofiou, ao ponto de partir do porto de Lisboa para a região Asiática, apenas um vaso mercante em 1808 e 1809, em 1810 somente seis embarcações e em 1811 apenas quatro, numa média que se fixava em dez barcos por ano nos anos menos conturbados.³⁵⁹

³⁵⁵ AHM, Pároco António Teixeira Leitão, *op.cit.*, folha 4 e 5.

³⁵⁶ Ver gráfico 20, 21 e 22, anexo de gráficos, pp. 184 e 185. Gráficos com o número de lagares destruídos pelo exército francês nas freguesias do concelho, durante os anos de 1810 e 1811, com base no mapa geral de estragos.

³⁵⁷ José Acúrcio das Neves, *variedades sobre objectos relativos às artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da economia politica*, tom. I, 1814, pp.6, 7.

³⁵⁸ António Alves Caetano, *A economia portuguesa no tempo de Napoleão, constantes e linhas de força*, 2008, pp. 207 e 208.

³⁵⁹ Adrien Balbi, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux- arts parmi les portugais des deux hémisphères*, tom. primeiro, 1822, p. 416.

Com a 3ª invasão em 1810, o exército de Massena percorreu essencialmente a zona central do país, atravessando províncias como a Beira e a Estremadura. Neste corredor, onde se deu a contínua passagem de tropas inimigas e aliadas, concentravam-se as principais fábricas do país, que foram destruídas pelos muitos incêndios ateados nas povoações pelas tropas francesas e aliadas. Esta conjuntura onde se incluía o antigo concelho de Santarém foi ainda agravada pela reunião dos efeitos dos maus anos agrícolas, a par da epidemia de tifo que surgiu durante a invasão e se alastrou no País até 1812.³⁶⁰

Foi neste cenário de destruição vivido pela indústria portuguesa após o final da 3ª invasão francesa, que foi dada ordem pela real junta do comércio em 1813, para a elaboração de um mapa geral estatístico onde estavam representadas todas as fábricas do reino e o estado em que se encontravam nos primeiros tempos após esta última invasão. Foram então expedidas directivas aos corregedores das comarcas e ministros criminais dos bairros de Lisboa para enviarem mapas dos seus distritos com as declarações dos proprietários ou administradores das respectivas fábricas. Nestas informações estava enunciada a terra a que pertenciam as fábricas, o nome do proprietário, o ramo a que se dedicavam, as obras que faziam cada uma, o seu consumo e exportação e o estado em que se encontravam, que se classificava em progressivo, estacionário ou decadente.³⁶¹

As fábricas do concelho e o estado em que se encontravam, vêm referidos no mapa que agrega toda a indústria da comarca de Santarém, elaborado em 22 de Março de 1813 pelo seu corregedor, Manuel Gomes Correia Valente a propósito da provisão de 6 de Fevereiro de 1813 ordenada pela real junta do comércio.³⁶² Assim, do concelho foram registados nesse período pelo corregedor cinco estabelecimentos fabris, três localizados na própria vila e dois no lugar de Rio Maior.

As três manufacturas de Santarém eram então especializadas no curtimento de couros, como pôde confirmar o médico Luís Gonzaga da Silva nas observações médicas que realizou na Vila por exigência da portaria de 24 de Outubro de 1812. Nas suas descrições avança com a localização na vila de duas destas fábricas, uma a nascente da freguesia urbana de S. João

³⁶⁰ Lucília J. Caetano, *Repercussões da revolução francesa na industrialização de Portugal* in Revista Portuguesa de História, tom. XXIII, 1987, p.253.

³⁶¹ José Acúrsio das Neves, *op.cit.*, tom. I, 1814, pp.181-219.

³⁶² José Acúrsio das Neves, *Idem*, tom. I, 1814, pp.212-213.

Evangelista, conhecida por Alfange, no sopé do planalto de Santarém, junto ao rio Tejo e a outra na vila alta junto à prisão do burgo.³⁶³

Estas três fábricas foram classificadas no estado decadente aquando do levantamento, com a condição de destruídas, para a qual deve ter contribuído a presença do exército francês na vila, durante praticamente seis meses. Por sua vez as duas fábricas de Rio Maior também especializadas nos curtimentos de couros e solas apresentavam uma produção total de 240 couros, com o seu consumo na própria fábrica. Ambas se encontravam num estado progressivo, onde a implementação de várias melhorias visavam a sua recuperação.³⁶⁴

Será importante ainda referir pelas razões já apontadas, as fábricas do concelho de Pernes que vem elencadas no mapa. Pertencendo a uma região tremendamente afectada pela ocupação francesa, o concelho com quatro fábricas registadas, tem três completamente destruídas e apenas uma no estado de melhoria progressiva.

Na verdade só a fábrica de curtumes de couros e solas em Malhou, com uma produção na ordem das 200 arrobas de atanados,³⁶⁵ para consumo próprio, revela sinais de recuperação neste período. Já as duas fábricas de ferragens que se ocupavam da produção de verrumas,³⁶⁶ situadas em Pernes e no lugar dos Olhos de água, juntamente com a fábrica de curtumes deste mesmo lugar, encontravam-se em sentido oposto no caminho da decadência.

Sobre este assunto José Acúrsio das Neves em 1827, num dos seus livros que versava sobre as noções históricas, económicas e administrativas da produção e manufacturas das sedas em Portugal, descreve a prosperidade da fábrica de ferraria de Pernes até à passagem das invasões de 1807 e 1810 pela povoação. De acordo com o seu registo na primeira passagem das tropas francesas pela zona, foram vários os danos sofridos pela fábrica, tendo no entanto o seu material ficado intacto, mas em 1810 com a ocupação da região pelo exército francês “ *o edifício foi arrasado, a maior parte das máquinas e utensílios foi destruída, os*

³⁶³ Luís Gonzaga da Silva, *Introdução histórica – médica para as observações médicas em a vila de Santarém, exigidas pela portaria de 24 de Outubro de 1812* in *Jornal de Coimbra*, Vol III, número XIV, Fevereiro de 1813, pp.139 e 141.

³⁶⁴ Os dados que foram retirados do *mapa que relaciona todas as fábricas da comarca de Santarém, elaborado em 22 de Março de 1813*, faz referência também aos proprietários das fábricas de curtumes de couro e sola de Santarém, que são no caso o doutor José António Martins e os Senhores Francisco Pinto Bastos e José António Dias e nas manufacturas de Rio Maior, Dona Maria Teodora e João Luís.

³⁶⁵ *Arroba de Atanados* era uma medida antiga de 14,68 Kg de casca de carvalho e outras plantas, que depois de trituradas permitiam extracção de uma substância designada tanino que era empregue no curtume de peles designadas por *couros* em termos industriais. *Dicionário de Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2004, p.169 e Mário Bento Ripado, *op.cit.*, 1991, p.237.

³⁶⁶ *Verrumas* eram pequenos instrumentos em forma de parafuso e de ponta aguda, destinados a abrir furos na madeira, produzidas em *ferrarias ou fábricas de ferragens*, especializadas na produção de peças de ferro ou de outro metal, normalmente utilizadas em moveis ou obras com intuito decorativo ou funcional. *Dicionário de Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2004, pp. 745,1713.

*oficiais dispersaram-se e os proprietários que eram já os filhos de Pedro schiapa, ficarão arruinados.”*³⁶⁷

2. O donativo britânico e as providências reais: O seu emprego e distribuição no concelho

2.1. O donativo britânico

*“Depois da cruel invasão de Massena”*³⁶⁸ nas palavras do prior Francisco de Sousa Raposo de Pontével, foram vários os apoios postos em marcha, com o objectivo urgente de auxiliar as terras devassadas pelo inimigo. Assim pela acção da coroa nacional surgiram as providencias dadas pelo governo do reino em auxilio dos povos das províncias da Beira e Estremadura, que pela invasão dos franceses, se refugiaram em Lisboa e outras regiões do país, no ano de 1810. Mas o apoio não foi apenas nacional, tendo o governo britânico auxiliado a nação portuguesa, com um donativo de cem mil libras esterlinas, votado pelas duas câmaras do parlamento do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

Por trás destes apoios, estava a penosa situação das províncias invadidas, onde se verificava toda a espécie de miséria e desgraça, necessitando com premência de auxílio, para aliviar a catástrofe que viviam. A crueldade dos franceses a par da política da terra queimada tinha reduzido muitas das comarcas invadidas a um estado de extrema ruína, pensando-se que qualquer apoio apesar de generoso, podia não ser suficiente. Havia mesmo a opinião de que muitos povos e vilas, nunca recuperariam do estado a que foram reduzidos. Assim nas várias comarcas e concelhos invadidos, as casas estavam incendiadas e as suas terras devastadas tendo sido os seus habitantes obrigados a abandonarem as suas moradas. Desta forma, tinha sido retirada às populações das comarcas, o meio de restabelecerem os seus antigos modos de vida e a possibilidade de tornarem habitável o que restava das suas propriedades.³⁶⁹

Perante este cenário reconheceu Wellington a necessidade de enviar uma carta ao conde de Liverpool, ministro e secretário de estado dos negócios da guerra britânico, em Outubro de 1810, solicitando o generoso auxílio do seu parlamento em benefício das terras invadidas. O pedido acabou por ser correspondido, após a retirada do exército francês destas terras em

³⁶⁷ José Acúrsio das Neves, *Noções históricas, económicas e administrativas da produção e manufacturas das sedas em Portugal e particularmente sobre a real fábrica do subúrbio do Rato e suas anexas*, 1827, pp.235,236.

³⁶⁸ ANTT, Fundo de registos paroquiais, Cartaxo, Pontével, óbitos (1811-1846).

³⁶⁹ BN, *Conta publicada pela comissão encarregada de dirigir a distribuição do donativo votado pelo parlamento do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda para socorro das terras de Portugal devastadas pelo inimigo em 1810*. Edição bilingue, 1813, pp.23, 41,53,63,89.

Março de 1811, tendo o príncipe regente da Grã-Bretanha e Irlanda em 8 de Abril de 1811 dirigido uma mensagem ao parlamento do Reino-Unido, onde manifestou a sua intenção de ajudar o mais rapidamente possível aos súbditos do príncipe regente de Portugal, bom e fiel aliado da Grã-Bretanha. Perante esta solicitação responderam a câmara dos lordes e dos comuns, votando as duas a favor de angariar os meios necessários para auxiliar a nação portuguesa, disponibilizando para o efeito uma quantia que não fosse superior às cem mil libras esterlinas já referidas.³⁷⁰

Para a distribuição deste donativo foi autorizado pelo governo britânico, que o ministro plenipotenciário em Portugal, o cavalheiro Carlos Stuart, nomeasse uma comissão da qual fazia parte e para a qual escolheu o governador do reino, Ricardo Raimundo Nogueira, João Bell e Henrique Teixeira Sampaio. Esta comissão reuniu pela primeira vez em 26 de Agosto de 1811, definindo as bases gerais do plano de distribuição do donativo, de forma a que o mesmo servisse para reabilitar, dentro do possível o desenvolvimento público, não sendo um simples auxílio para acudir ao momento que se atravessava. Na sessão de 31 de Agosto foi então aprovado o plano que seguia estes preceitos, sendo determinados os fins em que seria empregue a importância do donativo, que ao valor do câmbio da época correspondia a 342.416\$897 réis.³⁷¹

Foram também nomeados na mesma sessão para elementos da comissão, o desembargador João Gaudêncio Torres e o membro da legação de Sua Majestade Britânica, João Croft, para percorrerem as terras devastadas a fim de distribuírem os vários socorros à população, em coordenação permanente com o desembargador Intendente Geral da Policia.

Um dos fins principais deste donativo passava por suspender o progresso da fome nas zonas afectadas, reactivando a agricultura das comarcas. Evitava-se assim com a distribuição das sementes e dos gados, o pousio das terras e a sua futura ruína. Na mesma linha, a distribuição de vasilhas para vinho e azeite apoiava actividades como a vitivinicultura e olivicultura, ao mesmo tempo que a aquisição de ferro e madeira permitia o incremento dos transportes e alfaías agrícolas. A este cenário de recuperação agrícola das comarcas e concelhos atingidos, juntava-se o apoio sanitário às populações com a distribuição de roupas e quina, evitando-se desta forma a morte de muitos doentes. Ainda em termos sociais, houve a

³⁷⁰ BN, *Idem*, pp.5,7.

³⁷¹ Esta quantia, de acordo com o quadro do orçamento para a aplicação e despesa das 100.000£esterlinas, votadas pelo parlamento britânico para socorro dos habitantes dos distritos de Portugal invadidos pelo inimigo, ficou reduzido a 300.001\$625 réis em metal, após o rebate sobre a ½ em papel a 25% no valor de 42.857\$375. BN, *Ibidem*, pp.7,69.

preocupação de distribuir parte do donativo aos órfãos, evitando que estes caíssem em situações de miséria e fome, permitindo assim a integração deste grupo na sociedade.

Sobre os fins e os procedimentos a tomar na partição da dádiva do governo britânico, houve segundo a conta dos encarregados da distribuição do donativo, a preocupação de realizar visitas personalizadas às terras invadidas, “*por um paiz falto de tudo e fazendo a distribuição com a maior justiça e igualdade.*”³⁷² Nesta necessidade da comissão em informar as autoridades e a população dos locais devastados, a mesma mandou fixar os editais impressos e realizou várias sessões de esclarecimento com as individualidades mais importantes das regiões afectadas. Trocou ainda correspondência com pessoas de várias classes, realizou ajuntamentos com os corpos de milícias e alertou os coronéis dos regimentos da zona atingida, para informarem as suas tropas sobre o donativo. Durante essas visitas onde houve ainda convocação das câmaras, para a comissão explicar aos seus magistrados os moldes em que iria decorrer a distribuição.

A divisão do donativo pelas diferentes vilas das comarcas afectadas aparece então registado nos livros de actas das diferentes câmaras. No mesmo registo é esclarecida a origem e natureza da dádiva, qual a comissão envolvida e os trabalhos que se desenvolveram para a aplicação do mesmo. Sendo assim e de acordo com a vereação da câmara de Santarém de 18 de Novembro de 1811,³⁷³ realizou-se uma sessão onde estiveram presentes o desembargador Corregedor e os procuradores das vilas da comarca atingidas pela ocupação. Essa reunião realizava-se a propósito “*do aviso da Intendência Geral de Polícia de 25 de Outubro e instruções de 21 do dito mês, ano, para a distribuição do donativo pela generosidade do Governo Britânico, no valor de 2.834\$600 réis.*”³⁷⁴ Esse dinheiro deveria ser aplicado na compra de sementes para os lavradores pobres das terras da comarca, que foram invadidas pelo inimigo. Procedeu-se então nesta sessão á correspondente divisão, tendo a Santarém e ao seu termo correspondido um conto de réis (1.000\$000 rs). Este valor, sendo o mais elevado da

³⁷² ANTT, Ministério do Reino, *Oficio do Palácio do Governo de 7 de Setembro de 1813*, mç.291, cx. 398.

³⁷³ AHCMS, *Livro das actas da câmara municipal de Santarém*, Livro nº 1249 de 24 de Julho de 1811 a 23 de Junho de 1814, *Acta de vereação de 18 de Novembro de 1811*, p.19,19v,20.

³⁷⁴ AHCMS, *Idem*, *Acta da vereação de 18 de Novembro de 1811*, p.19.

Classificada pela comissão como uma comarca com *estrágos consideráveis*, foi multiplicado por 2, o número de fogos dos seus lavradores, numa escala em que o factor máximo era 3, para casos de *desolação grande*. Nessa escala, o factor 1 contemplava comarcas com *danos menores*. Para se achar o valor total em réis a receber pela comarca em dinheiro metálico, multiplicou-se o resultado total de 38.644 fogos por 73\$3508 réis, valor unitário de cada fogo, in, BN, *Instruções para os encarregados da distribuição do donativo*, in *Conta publicada pela comissão encarregada de distribuir o donativo...*, op.cit., pp.83 a 85.

distribuição entre as diferentes vilas, corresponde a 35% do donativo,³⁷⁵ o que irá de encontro às dimensões do concelho, o maior da comarca. Mas a devastação no município pela presença do 2º corpo francês, com o seu quartel-general, a reserva e vários regimentos na vila e no termo, justificará também esta divisão. Foram assim beneficiados 76 lavradores³⁷⁶ com sementes na vila e nas freguesias do termo, o que equivale a 30% do total dos lavradores apoiados na comarca. Este número espelha bem a dimensão dos estragos da presença francesa, na agricultura do concelho.

A segunda vila a receber uma maior fatia do donativo foi a Golegã, com uma importância que se cifrou nos 600\$000 réis.³⁷⁷ Para este facto poderá ter contribuído a presença da 3ª divisão do 6º corpo, comandada por Loison, a operar em permanência neste concelho desde Outubro. Tendo o general, a missão de construir e lançar duas pontes sobre o rio Zêzere para isolar a praça de Abrantes, era sua intenção “*guardar também a crista dos montes que dominam as elevações da Golegã*”,³⁷⁸ o que deverá ter contribuído para a desolação da respectiva vila e termo. Foram favorecidos nesta vila com sementes do donativo 47 lavradores,³⁷⁹ o que corresponde a 18% do total dos agricultores seleccionados.

A terceira câmara a ser dotada com a maior quantia de dinheiro para adquirir sementes, foi a da vila de Torres Novas que relacionou 34 lavradores do seu termo, tendo recebido 500.000\$000 réis.³⁸⁰ A presença da 2ª divisão Solignac, do 8º corpo francês com dois batalhões em Torres Novas e um regimento na Atalaia, freguesia do termo situada a este de Torres Novas, explicam esta distribuição aos agricultores, tendo em conta os prejuízos que devem ter ocorrido na zona.

A Azambuja na época foi um ponto de passagem fundamental, na retirada das forças do exército de Massena das linhas de Torres para o concelho de Santarém e depois das forças de Wellington na sua perseguição. Fez então parte de um itinerário essencial para o deslocamento dos exércitos entre as linhas e Santarém, segundo a direcção Carregado-Vila Nova da Rainha-Azambuja-Cartaxo-Santarém. Os impactos destas movimentações devem se ter feito sentir na vila e no seu termo, surgindo na divisão como uma das câmaras mais

³⁷⁵ Ver gráfico 37, anexo de gráficos, p. 193. Gráfico com a repartição dos benefícios do donativo britânico, na comarca de Santarém.

³⁷⁶ AHCMS, *op.cit.*, *Acta da vereação de 30 de Novembro de 1811*, p.27.

³⁷⁷ AHCMS, *op.cit.*, *Acta da vereação de 18 de Novembro de 1811*, p.19v.

³⁷⁸ General Koch, *op.cit.*, pp.133, 134.

³⁷⁹ AHCMS, *op.cit.*, *Acta da vereação de 30 de Novembro de 1811*, p.23.

³⁸⁰ AHCMS, *op.cit.*, *Acta de vereação de 18 e 30 de Novembro de 1811*, pp.19v,22.

beneficiadas. Na Azambuja, foram então 21 lavradores ajudados, sendo adquiridas sementes no valor de 200.000\$000 réis.³⁸¹

A vila de Alcanede com uma brigada de cavalaria e um regimento francês a operarem no seu termo, foi também uma das zonas da comarca mais afectadas pela ocupação. Recebeu então 120.000\$000 réis que permitiram apoiar 13 lavradores³⁸² na aquisição de sementes. Já a vila de Pernes, viu a área do seu termo devassada por esta ocupação com a presença de dois regimentos. Foi então contemplada a representação de Pernes com 100.000\$000 réis, apoiando assim 9 agricultores.³⁸³ Esta câmara é a última a fixar-se em valores iguais ou acima de 100.000\$000 réis, todas as restantes que foram afectadas na comarca, surgem na distribuição com importâncias inferiores a este valor.³⁸⁴

Foram assim auxiliados pelo donativo, com dinheiro para sementes, vários concelhos afectados pela ocupação francesa na comarca, num total de 256 lavradores. No entanto, as ajudas do donativo para os lavradores não ficaram por aqui; foram ainda distribuídas 185 vasilhas para vinho e azeite na comarca. Neste caso, não foi encontrado nenhum registo nas actas da câmara de Santarém, cabeça de comarca, que faça referência a qualquer distribuição destes recipientes pelas diferentes vilas e termos, como aconteceu com as sementes, tendo sido a mesma fita pela comissão responsável.

O mesmo se passou com a partição do gado, dos 325 bois entregues à comarca para apoio à lavoura, foram beneficiados 164 lavradores com uma só junta, não havendo alusão nas actas da câmara de Santarém, a qualquer divisão por concelhos. Existe sim, num dos mapas realizados pelos encarregados da distribuição do donativo, uma menção à existência de relações nominais dos beneficiados por comarcas, com o respectivo domicílio, entregues na altura à comissão com o mesmo.³⁸⁵

Ainda dentro dos apoios prestados aos lavradores, o donativo disponibilizou também ferro para a construção dos carros de lavoura. Sobre este auxílio, a câmara de Santarém

³⁸¹ AHCMS, *op.cit.*, *Acta da vereação de 18 e 30 de Novembro de 1811*, pp.19v,23v.

³⁸² AHCMS, *op.cit.*, *Acta da vereação de 18 e 30 de Novembro de 1811*, pp.19v,25v.

³⁸³ AHCMS, *op.cit.*, *Acta da vereação de 18 e 30 de Novembro de 1811*, pp.19v,25v.

³⁸⁴ Ver gráfico 38 e 39, anexo de gráficos, pp. 193 e 194. Gráficos sobre a repartição de dinheiro para sementes e de lavradores beneficiados na comarca, com o donativo britânico.

³⁸⁵ Estas relações foram feitas com base em três grupos de preferentes (*Primeiros preferentes, segundos preferentes, não preferentes*). No primeiro grupo surgem três divisões com os pais, filhos, mulheres, ou irmãos: dos que morreram na defesa da pátria, dos combatentes em tropas de linha e dos milicianos que tem suportado as fadigas de guerra. No segundo grupo surgem duas divisões: milicianos novos, pais ou irmãos dos mesmos e paisanos pobres que tem mais de um filho ou seus herdeiros. E por último o terceiro grupo, com os paisanos pobres que perderão os bois e fugirão, in, BN, *Resumo geral da distribuição de gado na província da Beira e Estremadura, mapa nº14*, in *Conta publicada pela comissão encarregada de distribuir o donativo...*, *op.cit.*, p.127.

reuniu-se em 23 de Setembro de 1811,³⁸⁶ deliberando sobre um ofício com a mesma data dos responsáveis pela distribuição do donativo. Na acta da vereação, era então referido que João Croft e o Desembargador João Gaudêncio Torres, Ajudante do Intendente Geral de Polícia, tinham mandado afixar editais em todo o concelho de Santarém, para que os lavradores que necessitassem de fazer carros para o seu serviço de lavoura, fossem informados do dito apoio. De acordo com as instruções do edital, deveriam os agricultores comunicar à Câmara, no limite de oito dias a construção dos respectivos carros, sendo facilitado o ferro necessário para eles gratuitamente, por benevolência de sua majestade britânica. O facto de não ter sido distribuída qualquer arroba ou arrátel de ferro na comarca de Santarém,³⁸⁷ prova que na mesma e no concelho, não houve agricultores que tivessem cumprido os requisitos mencionados. Confirmando esta ideia, é referido na conta da comissão, que muito do ferro adquirido acabou por ser vendido e empregue a sua importância no auxílio dos órfãos. Esta situação devia-se segundo a mesma, ao facto dos carros em construção para serem utilizados na agricultura, não terem sido terminados nos prazos estabelecidos para o efeito.³⁸⁸

Mas o donativo como já foi mencionado, apoiou também outros grupos sociais com necessidades prementes. Num mapa assinado pelo Intendente Geral da Policia sobre a distribuição dos vários artigos do donativo britânico,³⁸⁹ é mencionado que foram apoiados 2.202 doentes na comarca, com o fornecimento de 405 camas, cobertores e camisas e o dobro dos lençóis. Foram ainda contemplados com este socorro, 340 órfãos com 3,485\$714 réis em dinheiro metálico e na lei. Para estes auxílios não se reuniu a câmara de Santarém, cabeça da comarca, para efectuar qualquer distribuição dos mesmos pelas vilas e termos da sua jurisdição. Todo este processo deverá ter sido conduzido pela comissão encarregue de distribuir o donativo, com a elaboração de listagens dos beneficiados ao nível da comarca, num processo semelhante ao do gado.

Os resultados do donativo acabaram por ser descritos nos vários relatórios dos responsáveis, pesando segundo eles, na promoção da agricultura, no apoio aos doentes e aos grupos sociais desfavorecidos. Foi então a sua aplicação reconhecida na época pelas

³⁸⁶ AHCMS, *op.cit.*, *Acta da vereação de 23 de Setembro de 1811*, pp.11, 11v.,12 e 12v.

³⁸⁷ BN, *Mapa geral que mostra em resumo a distribuição que se fez dos artigos do donativo britânico, mapa nº13*, in *Conta publicada pela comissão encarregada de distribuir o donativo...*, *op.cit.*, p.117. Um arrátel, antiga medida de peso, equivalia a 0,459 Kg. Mário Bento Ripado, *op.cit.*, *Medidas antigas: algumas conversões e equivalências*, 1991, p.237.

³⁸⁸ BN, *Conta publicada pela comissão encarregada de distribuir o donativo...*, *Idem*, p.13.

³⁸⁹ BN, *Mapa geral que mostra em resumo a distribuição que se fez dos artigos do donativo britânico, mapa nº13*, in *Conta publicada pela comissão encarregada de distribuir o donativo...*, *Idem*, p.117.

povoações socorridas, com várias mostras de gratidão à nação britânica, com a qual Portugal mantinha um vínculo indissolúvel.³⁹⁰

2.2 As providências reais

Com a retirada do exército francês das terras ocupadas, as povoações ficaram reduzidas a um estado miserável, com “*os templos destruídos, os altares profanados, queimados os edifícios, talados os campos, as terras desoladas, insepultos os cadáveres, tudo finamente era estrago, ruína tudo.*”³⁹¹ De acordo com esta descrição da época, houve uma considerável perda para as propriedades privadas e públicas das diferentes povoações invadidas, havendo casos de total destruição dos meios de subsistência das populações, ficando estas reduzidas “*ao estado da mais penosa mendicidade.*”³⁹² No concelho de Santarém, os efeitos desta realidade são evidentes num requerimento de Francisco José Ferreira, tesoureiro da igreja de S. João evangelista de Alfange, de 4 de Julho de 1811. Quatro meses após a invasão, este informava o patriarca eleito, que a igreja tinha recebido das rendas do ano de 1810, apenas 30 alqueires de trigo. Vencendo a igreja anualmente do aluguer dos seus terrenos, 30 alqueires de cevada e trigo e 12 almudes de mosto,³⁹³ ele duvidava que recebesse “*o inteiro pagamento, pello pretexto da invasão dos inimigos.*”³⁹⁴

Mas as consequências da ocupação ainda se manifestavam na região, mais de dois anos após a retirada dos franceses. Num requerimento endereçado ao Patriarca eleito, em 4 de Junho de 1813, um seminarista natural e morador na mesma freguesia, solicitava a continuação dos seus estudos no real seminário, pedindo para ser admitido entre os seminaristas mais pobres, sem que os pais contribuíssem com coisa alguma. No requerimento era então exposto, que os pais tinham perdido a possibilidade de o manterem no seminário, porque durante a “*invasão dos inimigos perderam quase todos os seus bens e fazendas*”,³⁹⁵ não podendo assim suportar os seus estudos eclesiásticos.

³⁹⁰ BN, *Conta publicada pela comissão encarregada de distribuir o donativo...*, *Idem*, pp.19,43,45,49

³⁹¹ BN, *Memorias das principaes providencias dadas pelo governo destes reinos, em auxilio dos povos que pela invasão dos franceses nas províncias da Beira, e da Estremadura, vierão refugiar-se a esta capital no anno de 1810*, providencia X, p.XXVIII.

³⁹² BN, *idem.*, p.IV.

³⁹³ Alqueire e Almude são medidas antigas de capacidade, sendo equivalente o alqueire a 14 Lt e o «almude a 16,95 Lt, Mário Bento Ripado, *op.cit*, *Medidas antigas: algumas conversões e equivalências*, 1991, p.238.

³⁹⁴ AHPL, Expediente (1809-1812), *Requerimento de Francisco José Ferreira da villa de Santarém, em 4 de Julho de 1811*, folha 1.

³⁹⁵ AHPL, Expediente (1813-1814), *Requerimento ao Patriarca eleito de José Maria Leal de S. João evangelista de Alfange em 4 de Junho de 1813*, folha 1.

Perante este cenário, era então necessário retomar a normalidade na medida do possível, tentando socorrer as populações foragidas e as terras invadidas, sem perda de tempo e com todos os apoios possíveis. Surgem assim as providências dadas pelo governo para “*acudir ao desamparo dos povos refugiados*”³⁹⁶ e à desolação das terras invadidas. Uma das principais providências após a retirada dos franceses, passava pelo apoio aos refugiados no regresso às suas terras, devidamente enquadrados pelas respectivas autoridades políticas, judiciais, eclesiásticas, médicos, cirurgiões e boticários, que assim deveriam servir de exemplo motivando o retorno das populações.

Como tal é difundido pelo palácio do governo um aviso ao desembargador do paço,³⁹⁷ em que o príncipe regente ordenava á mesa do desembargador a recolha imediata às suas terras das respectivas autoridades políticas e judiciais. Com base nesta determinação, a câmara de Santarém cujos oficiais tinham fugido com a população, iniciava a sua primeira vereação em 29 de Abril de 1811, com preocupações no restauro do edifício da câmara, como já foi observado, com vista ao pleno desempenho da sua actividade no município.

O governo também recomendou aos bispos que fizessem recolher os párocos aos respectivos concelhos das suas freguesias, com a intenção de retomar “*a celebração do culto divino em todos aquelles templos e paróquias, que haviaõ soffrido huma total e absoluta destruição.*”³⁹⁸ Sendo assim, em 14 de Março de 1811 o patriarca eleito difunde um edital com várias providências que tinham como objectivo fazer regressar os párocos e mais pessoas eclesiásticas aos lugares do seu benefício.

Logo na primeira providência era determinado a “*todos os parochos das igrejas, que forão invadidas, ou occupadas pelas tropas se recolhão ás suas respectivas igrejas no termo de oito dias*”.³⁹⁹ Com a terceira providência, eram aconselhados os mesmos a dirigir qualquer dúvida sobre o funcionamento urgente das paróquias e estado das igrejas, ao desembargador vigário da vara do Arciprestado de Torres Vedras, que tinha sido nomeado para o efeito, inspector das igrejas invadidas. No concelho de Santarém, o padre de Vale da Pinta nas suas memórias confirma a intenção do edital, ao regressar mesmo antes da sua publicação. Apesar da região da freguesia, estar já ocupada segundo ele, por forças do exército aliado desde 24 de Novembro de 1810, o padre Feliciano Ferreira só regressou à povoação no dia 10 de Março de

³⁹⁶ BN, *op.cit.*, providência XIII, p.XLVI

³⁹⁷ BN, *op.cit.*, Aviso de 18 de Março de 1811 ao desembargador do paço, Francisco da Cunha Menezes, providência X, pp.229 e 230.

³⁹⁸ BN, *op.cit.*, providência X, p. XXXI.

³⁹⁹ AHPL, Expediente (1809-1812), Edital do patriarca eleito de 14 de Março de 1811, fl.1.

1811, dia em que escreveu o assento sobre o que aconteceu à paróquia, depois de “*cinco meses e três dias de auzencia desta igreja parochial de val da Pinta.*”⁴⁰⁰

Um outro pacote de medidas por parte do governo, tentou combater essencialmente a precariedade da subsistência dos povos. Socorrendo numa primeira fase os que estavam refugiados em regiões mais seguras, como Lisboa e as povoações da margem sul do rio Tejo e mais tarde os que regressaram após a retirada francesa, às próprias terras.

Na época as povoações ao Sul do Tejo com inúmeros refugiados, estavam extremamente necessitadas, não tendo mantimentos para alimentar todas as pessoas, vivendo assim numa situação de extrema indigência. Perante este cenário o governo emitiu uma portaria para comprar víveres a par de vários avisos ao desembargador Jacinto Paes Moreira de Mendonça para os fazer distribuir pelas regiões afectadas. Povoações da margem esquerda, a Sul do Tejo, como Çamora Correa (Samora Correia), Salvaterra de Magos, Almeirim e Alpiarça no concelho de Santarém, estavam entre as mais atingidas pela fome.

Assim, em Alpiarça, o vigário Clemente Xavier Mateus perante esta situação, viu-se na contingência de fazer uma petição ao governo com o nome das pessoas mais necessitadas. Vivia então o lugar com muitos refugiados, uma situação caótica já observada por nós, onde um grupo vasto de indigentes, mendigos e desconhecidos, deambulavam pela região em condições miseráveis, não sobrevivendo muitos deles à fome, frio e doença. Foi então autorizado pelo governo em 20 de Dezembro de 1810, num aviso⁴⁰¹ ao desembargador Jacinto Paes Moreira Mendonça, a satisfação com socorros das pessoas declaradas na petição.

Em 10 de Abril de 1811, ainda continuavam os apoios ao concelho em alimentos, segundo os registos da Intendência Geral da Polícia, foi distribuído pelos povos do termo de Santarém, 12 milheiros⁴⁰² de sardinhas. Mas tendo em conta a indigência, em que se encontravam estes povos, segundo o Juiz de Fora de Santarém e os párocos da região, o Intendente Geral da Polícia decidiu ainda reforçar esse apoio, com “*a repartição do bacalhau, que fez donativo, S.M. britânica*”⁴⁰³

O governo como vimos apoiou através de várias medidas, o regresso das populações às terras de origem após a desocupação francesa. Mas as povoações com toda a destruição que tinham sofrido ficaram sem recursos ou sem possibilidades de os criar, de forma a garantir a

⁴⁰⁰ ANTT, *op.cit.*, *Vale da Pinta*, Óbitos (1803-1824).

⁴⁰¹ BN, *op.cit.*, Aviso de 20 de Dezembro de 1810 ao desembargador, Jacinto Paes Moreira de Mendonça, providência XI, p.272.

⁴⁰² Um *Milheiro* corresponde a mil unidades. Dicionário de língua portuguesa, Porto Editora, 2004, p. 1109.

⁴⁰³ ANTT, Intendência Geral da Polícia, *op.cit.*, liv. 12, p. 39v.

subsistência das populações que retornavam. E apesar do governo ter criado condições para a realização de feiras francas⁴⁰⁴ nas principais povoações da Estremadura, muitos destes habitantes não tinham o meio para se socorrer desta forma de obter mantimentos. Como tal viviam as populações regressadas às suas terras, no mais deplorável estado de miséria.

Perante esta situação, o Intendente Geral da Polícia, ao abrigo de uma portaria de 11 de Março de 1811, toma as primeiras medidas em apoio destas populações no dia 12 de Março. Ordenou então aos desembargadores João Gaudêncio Torres e Jacinto Paes de Mendonça, que fomentassem “*a cultura e sementeira de grãos, promovendo empréstimos de sementes e facilitando aos magistrados das terras, os meios de se conseguir o melhor bem, em tão difíceis circunstâncias*”⁴⁰⁵ Mas o governo não ficou por aqui, e decidiu tomar mais medidas para socorrer estes novos necessitados. Através dum aviso de 30 de Março de 1811, foi ordenado à junta dos provimentos de boca do exército, que distribuisse 2 000 moios⁴⁰⁶ de trigo pela província da Estremadura. Este trigo era fornecido por Henrique Teixeira de Sampaio e não devia ser vendido pelas câmaras por mais de 1\$150 réis o alqueire. Nesta distribuição coube à comarca de Santarém 423 moios de trigo, logo a seguir á comarca de Tomar que recebeu a maior quantidade, com 428 moios. Esta distribuição e venda de cereal não aparece referida nas actas da câmara, cabeça de comarca, porque á data da sua realização ainda não laboravam as vereações em Santarém.

O concelho de Santarém, era de facto, um dos municípios da comarca, mais necessitados no apoio em sementes, como se pôde constatar pelos registos da Intendência, do dia 1 de Abril de 1811. Era então solicitado ao príncipe regente, para tomar providências no sentido de contemplar preferencialmente, com a distribuição de sementes, os agricultores do “*campo de Santarém, Reguengo e Azinhaga*”,⁴⁰⁷ para combater o estado desolado, em que se encontravam as terras particularmente férteis dessa região. Será no entanto, importante realçar que estes apoios estatais em cereal se prolongaram no tempo, em 8 de Abril de 1812⁴⁰⁸ na vereação da câmara, ainda eram distribuídos pelos lavradores seis moios de milho mandados dar pelo Príncipe Regente, de acordo com o seu aviso de 10 de Fevereiro de 1812.

⁴⁰⁴ *Feiras francas* eram feiras onde eram instituídos diversos privilégios, com a isenção de vários encargos, o caso das portagens e costumagens. Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, *Feiras*, 1991, p. 241.

⁴⁰⁵ ANTT, Intendência Geral da Polícia, *op.cit.*, liv. 11, pp. 276v. e 277.

⁴⁰⁶ O *moio* é uma antiga medida de capacidade, sendo equivalente a 828 Lt, Mário Bento Ripado, *op.cit, Medidas antigas: algumas conversões e equivalências*, 1991, p.238.

⁴⁰⁷ ANTT, Intendência Geral da Polícia, *op.cit.*, liv. 12, p.21.

⁴⁰⁸ AHCMS, *op.cit.*, *Acta da vereação de 8 de Abril de 1812*, p.41v.

Outras medidas do governo, passaram pelo apoio sanitário contra “*as moléstias, que já grassavam furiosamente*”⁴⁰⁹ nas terras invadidas. Mandou então estabelecer vários hospitais nas vilas atingidas pela enfermidade, auxiliando os que já existiam com roupa dinheiro e mantimentos. Foram ainda tomadas outras medidas, como a limpeza das ruas, casas, hospitais e suas imediações, ordenado ainda o enterro de cadáveres de animais e estabelecidos novos cemitérios.

De facto, foram muitos “*os estragos dos invasores, que até imprimirão o contágio no ar que respirarão*”, que com o regresso dos habitantes das “*povoações do Riba-Têjo de hum e outro lado*”⁴¹⁰ foram contaminadas várias pessoas com a moléstia. Por esta razão, foi criado em Santarém neste período, um novo hospital militar, como pôde confirmar José de Freitas Amorim Barbosa no seu livro, quando refere que após levantadas as linhas do exército francês em 1811, “*mandou a regência estabelecer um hospital militar em Santarém*”⁴¹¹, no convento da Trindade, que tinha servido como hospital de campanha durante a ocupação francesa. Mas em Santarém, terá sido o hospital Real, a estrutura de apoio sanitário mais importante, no socorro à doença que atingia a região. Os 329 óbitos⁴¹², registados no hospital, incluem habitantes de diferentes freguesias do concelho e vários casos de morte provocados pela moléstia. O número de óbitos ocorridos no hospital durante os anos de 1810 e 1811, correspondem a 10% do total do município,⁴¹³ atingindo o seu pique nos meses de Maio e Junho de 1811, meses que se verificaram 44 e 40 óbitos, respectivamente.

A importância desse hospital no apoio sanitário à região, era de tal forma evidente, que o mesmo tinha sido organizado directamente pelo desembargador João Gaudêncio Torres, tendo ficado pronto em 17 de Abril de 1811. Mas segundo os registos da Intendência, de 31 de Maio de 1811, os apoios não ficaram por aqui, tendo lhe sido entregue um abono da Santa Casa da Misericórdia, no valor de 978\$345 réis. Esse dinheiro tinha como origem um empréstimo concedido pelo príncipe regente, “*à Casa da Misericórdia, a qual se obrigou com hypothecas à sua restituição*”.⁴¹⁴

A situação de saúde pública em Santarém, era efectivamente uma das mais difíceis, após a retirada francesa, ao ponto de o Intendente Geral da Polícia, em 14 de Maio de 1811, declarar a sua preocupação com a situação. Admitiu então que havia dificuldades com a

⁴⁰⁹ BN, *op.cit.*, providência XII, p.XXXVI.

⁴¹⁰ BN, *op.cit.*, providência XII, p.XXXVI

⁴¹¹ José de Freitas Amorim Barbosa, *op.cit.*, 1990, p.25

⁴¹² ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém; Hospital real de Santarém*, Óbitos (1758-1821).

⁴¹³ Ver gráfico nº1, já analisado por nós, na página 52.

⁴¹⁴ ANTT, Intendência Geral da Polícia, *op.cit.*, liv. 12, pp. 65, 128v.

nomeação de um médico para a vila, ficando “*a sua população exposta, ao desamparo de todos os socorros, daquela facilidade*”.⁴¹⁵ Mas os problemas não ficaram por aqui, tendo se chegado ao ponto de não haver médicos interessados em trabalhar nos hospitais da vila. Segundo o Intendente, foi mandado procurar e prender, o médico que tinha sido indicado para trabalhar em Santarém. No mesmo texto explicava, que tinha sido informado pelo corregedor de Santarém, “*que aquella vila ficava ao desamparo, em razão da moléstia*”,⁴¹⁶ pela ausência do médico nomeado pelas autoridades. Como tal, o mesmo foi remetido preso para a vila, por ordem dele, no dia 1 de Maio de 1811.

A preocupação com a limpeza da vila era também incontestável, ao ponto de ser referido em 30 de Março de 1811, nos registos da Intendência, a recepção de um desinfector encomendado para a vila de Santarém, que se encontrava imunda. Igualmente num registo de 3 de Abril de 1811 da mesma intendência, era referida a comunicação do desembargador João Gaudêncio Pães, sobre a impossibilidade de continuar a limpeza de Santarém. A ausência das tropas do Regimento de Milícias da Feira, que tinham sido retiradas dessa função em 13 de Março, dificultava o cumprimento dessa missão, tendo o mesmo sido obrigado a despedir os proprietários dos carros, que tinha contratado em apoio da limpeza.⁴¹⁷

As providências do governo não ficaram por aqui e o último pacote de medidas visaram beneficiar e estimular a actividade mais importante do país, a agricultura. Apesar de haver os recursos humanos, faltavam os meios para restituir vitalidade à agricultura, “*que a devastação do inimigo deixara em hum total abatimento*”. Apoiou-se então as populações atingidas na cultura dos campos, distribuindo gados, sementes e instrumentos de lavoura. Arados e outras ferramentas foram então distribuídos nas regiões afectadas, utilizando o ferro existente em Figueiró dos Vinhos. Além desta utilização, houve ainda ferro oferecido pela governação em apoio do donativo britânico, utilizado depois na construção de carros a empregar nos trabalhos agrícolas.⁴¹⁸ A par destes apoios da regência é de realçar a benevolência de alguns habitantes de outras partes do país, que ofereceram voluntariamente aos conterrâneos afectados, vários tipos de alfaias.

Além do aviso ao intendente geral da polícia para a execução do plano de fornecimento de bois e vacas para a agricultura das terras invadidas, ainda houve uma portaria do governo que isentava de pagar direitos, todo o gado distribuído para a lavoura na Estremadura.

⁴¹⁵ ANTT, *idem.*, liv. 12, p. 78v.

⁴¹⁶ ANTT, *Idem*, liv. 12, p.128v.

⁴¹⁷ ANTT, *idem*, liv. 12, pp. 17, 18v., 29v., 30 e 31 v.

⁴¹⁸ BN, *Conta publicada pela comissão encarregada de distribuir o donativo...*, *Idem*, pp.17,51.

Também a distribuição de sementes foi supervisionada pelo Intendente Geral da Polícia, tendo saído uma portaria para o estabelecimento de depósitos de trigo e cevada na vila de Santarém e Alenquer e no celeiro da Quinta da Cardiga,⁴¹⁹ para conservar e organizar a distribuição de sementes pelas comarcas atingidas na província da Estremadura.

Será ainda importante realçar neste estudo, mais uma providência que faz referência a Santarém em duas circunstâncias. Com a invasão dos franceses, tentou o governo salvaguardar alguns bens públicos pertencentes às várias comarcas e concelhos atingidos. Mas neste cenário onde a fuga apressada das populações era a única solução e o temor de cair nas garras do inimigo e não salvar a vida era grande, foram muitos os bens públicos e particulares deixados par trás.

Isso não aconteceu em Santarém, onde o juiz cível conseguiu salvar o cofre da câmara e levá-lo consigo para Lisboa, tendo sido guardado num depósito público na capital. No mesmo documento é ainda referido a salvaguarda de tesouros religiosos, onde se destaca o santíssimo milagre de Santarém, que foi recolhido à capela do palácio, onde residia o patriarca eleito.⁴²⁰

3. As unidades do exército português empenhadas no concelho durante a campanha militar: O quotidiano castrense

3.1. Organização militar

Na organização territorial do exército português em tempo de paz, eram várias as unidades militares sedeadas no concelho de Santarém, na época. Além das unidades de 1ª linha,⁴²¹ como o regimento de cavalaria nº 4, com o seu quartel localizado na vila de Santarém, existiam forças de 2ª linha constituídas por algumas companhias do regimento de milícias de Santarém⁴²² e forças de 3ª linha à custa das companhias de ordenanças do concelho.⁴²³

⁴¹⁹ Quinta situada 4 Km a Norte da vila da Golegã, na margem direita do rio Tejo. IGeoE, Cadastro da carta militar nº330, série M888, escala 1:25 000, Lisboa, 2004.

⁴²⁰ BN, *Memorias das principaes providencias dadas pelo governo destes reinos...op.cit.*, providência V, pp. XV, XVI.

⁴²¹ O exército português dividia-se em 3 linhas. O exército de 1ª linha com a organização base assente em regimentos de infantaria, cavalaria e artilharia e os batalhões de caçadores. O exército de 2ª linha constituído pelos diferentes regimentos de milícias e por último a 3ª linha, à custa das diferentes companhias de ordenanças. João Centeno, *op.cit.*, 2008, p.109.

⁴²² O regimento de milícias da comarca de Santarém era constituído por 12 companhias, formadas na área administrativa da comarca. Dentro do espaço do concelho surgiam algumas companhias como a constituída à custa dos bairros de Santarém e das freguesias de Almoester, Rio Maior, Azinhaga e Casével. As milícias de

Mas durante a campanha de Santarém no âmbito da 3ª invasão francesa, a composição e articulação das forças transformou-se. Estas unidades e outras espalhadas pelo país deixaram os seus aquartelamentos e foram integradas numa nova organização territorial, própria de um tempo de guerra e adaptada às circunstâncias do conflito. Foram então várias as forças do exército anglo-português, comandado por Wellington, que se posicionaram na área do concelho durante a campanha.⁴²⁴ Juntamente com as diferentes divisões e brigadas do exército britânico, surgiam forças do exército português que actuavam de forma autónoma ou então integradas em unidades britânicas. Nas forças do exército português a actuarem de forma autónoma no concelho, tínhamos então a divisão de cavalaria portuguesa sob o comando do major-general Fane na margem esquerda do rio Tejo, que assegurava a cobertura desse lado do rio entre Abrantes e Muge, passando pela Chamusca, em conjunto com a 2ª divisão da infantaria inglesa do tenente-general Rowland Hill. Por sua vez, a 1ª brigada de infantaria portuguesa comandada pelo major-general Pack, actuava de forma independente no dispositivo defensivo montado por Wellington na margem direita da vala da Asseca, desde o Tejo até à povoação de Freiria, com a divisão ligeira de infantaria britânica, do major-general Robert Craufurd e a brigada de cavalaria inglesa, do general Slade. Já a 5ª brigada de infantaria, comandada pelo major-general A. Campbell, reforçou a vigilância na zona de Rio Maior com o batalhão de caçadores nº 6, patrulhando assim as estradas desta localidade para Santarém e Alcanede.

Ainda à esquerda do seu posicionamento na vala da Asseca, a brigada Pack guarnecia com o regimento de infantaria nº 16, um piquete no planalto do Malaqueijo, vigiando a ponte do Calhariz, sobre a ribeira das Alcobertas. O mesmo era reforçado com tropas dos dragões ligeiros e dos hussares,⁴²⁵ da brigada de cavalaria britânica comandada pelo general Anson.

Santarém durante o período da sua campanha estavam posicionadas na serra de Alhandra na divisão de milícias do coronel Lecor, em conjunto com outras milícias e ordenanças, que continuavam a guarnecer as Linhas de Torres. Boletim do Arquivo Histórico Militar, *Catálogo dos decretos do extinto concelho de guerra (1640-1834)*, 1963, pp.291,292,293 e AHM/Div.1/Sec.14/Cx. 276/ Doc. nº 02. *Mapa demonstrativo das posições em que se acharam os Regimentos de Milícias da Estremadura, durante os anos 1809 a 1812 em operações de Campanha e outros serviço*, s.d. [1812]

⁴²³ Eram várias as companhias de ordenanças existentes no concelho. Companhias como a de Abitureiras, Achete, Almoester, Azóia de Baixo e Várzea em conjunto, Azóia de Cima, Cartaxo, Casével, Pombal, Rio Maior, S. João da Ribeira, S. Vicente do Paúl, Vale de Figueira, Vaqueiros, e as diferentes companhias das freguesias urbanas da cidade, são exemplos desta situação. Pertencendo todas à capitania-mor de Santarém, cujo donatário era a coroa, juntavam-se ainda a esta capitania, as companhias de Alcanede e Pernes agregadas e a de Abrã, freguesia do concelho de Alcanede. Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *As ordenanças e milícias em Portugal*, 2004, pp. 88, 409-414.

⁴²⁴ *Campanha* constitui uma série de operações militares planeadas e conduzidas para atingir um objectivo estratégico numa determinada área e tempo, envolvendo várias forças. E.P., *op.cit.*, p.B3.

⁴²⁵ *Gazeta de Lisboa*, nº 45, 21 de Fevereiro de 1811.

Esta mesma brigada movimentava-se na retaguarda deste flanco, assegurando também a cobertura dos caminhos de Rio Maior para Pernes e Alcanede. Também no concelho de Santarém, surgia no Cartaxo como reserva,⁴²⁶ a 1ª divisão da infantaria britânica, sob o comando do tenente-general Spencer, com a missão de apoiar as forças referidas. Neste contexto será então importante conhecer, qual a organização militar ou ordem de batalha das diferentes unidades do exército português empenhadas no concelho durante a campanha de Santarém, tanto nas divisões e brigadas portuguesas, como nas britânicas.

Assim, na divisão de cavalaria do exército português, constituída por duas brigadas, tínhamos na 1ª sob o comando do coronel Crystovão da Costa de Ataíde Teive os regimentos de cavalaria nº 1 e 7 e na 2ª brigada, comandada pelo coronel Orway, os regimentos nº 4 e 10.⁴²⁷ Na composição da brigada Pack, surgiam os regimentos de infantaria nº1 e 16, com o batalhão de caçadores nº 4. Já na 5ª brigada de Campbell, tínhamos os regimentos de infantaria nº 6 e 18 e o batalhão de caçadores nº 6.

Em relação às forças do exército britânico envolvidas na mesma região, só a divisão ligeira de Craufurd e a 2ª divisão do tenente-general Hill, tinham unidades portuguesas atribuídas.⁴²⁸ A divisão de infantaria ligeira tinha na sua composição duas unidades de caçadores ⁴²⁹ do exército português, o batalhão de caçadores nº 1 comandado pelo tenente-coronel Jorge de Avilez e o nº 3 pelo tenente-coronel Jorge Elder. Por sua vez, a 2ª divisão de infantaria inglesa actuava em conjunto com uma divisão de tropas portuguesas de infantaria. Essa divisão comandada pelo general Hamilton, tinha na sua composição a 2ª brigada comandada pelo major-general Agostinho Luiz da Fonseca com os regimentos nº 2 e 14 e a 4ª

⁴²⁶ A *reserva* é parte duma força articulada para o combate, não incluída nos primeiros escalões, destinada a garantir a flexibilidade necessária para fazer face a situações imprevistas ou reforçar a acção das unidades em primeiro escalão, no momento e local decisivos. IAEM, *op.cit.*, p.99.

⁴²⁷ AHM/Div.1/Sec.14/Cx.293/Doc.nº 03. *Relações da posição dos Regimentos de Cavalaria 1 a 12, Regimentos de Infantaria 3, 5, 6, 8 a 11, 13, 15, 17, 18, 21, 23 e 24* e mapa do Estado Maior e mais pessoas empregadas na Torre de São Julião da Barra, s.d. [1812] e Simão José da Luz Soriano, *História do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834*, Imprensa Nacional, tom. III, 1884, pp.48,49.

⁴²⁸ A *atribuição* de forças, consiste na colocação de uma unidade sob um determinado comando, com carácter relativamente permanente. O comando a quem foram atribuídas as forças, tem sobre estas comando completo e competência igual á que teria, se essas forças lhe pertencessem organicamente. IAEM, *op.cit.*, p.23.

⁴²⁹ As unidades de *caçadores* eram unidades de infantaria ligeira que cumpriam missões, para as quais os pesados regimentos de linha não estavam qualificados. Constituídas por um novo tipo de soldado de infantaria, mais vocacionado par a escaramuça e para o tiro preciso e selectivo, apresentavam maior mobilidade, capacidade de reconhecimento e contra-reconhecimento utilizando o combate em ordem dispersa. David Martelo, *Os Caçadores. Os galos de combate do exército de Wellington*.2007, p.26.

brigada sob o comando do coronel Archibald Campbell, com os regimentos de linha nº 4 e 10 e ainda o batalhão de caçadores nº 5 do tenente-coronel M. Creagh.⁴³⁰

Foram estas as unidades do exército português, que manobraram no concelho durante a campanha de Santarém. Estes regimentos de infantaria, cavalaria e batalhões de caçadores, vão ser assim objecto do nosso estudo, no que diz respeito ao seu posicionamento, acções em combate e subsistência durante a campanha de Santarém.

3.2. O Posicionamento e as acções em combate

Tendo o exército de Massena parte das suas forças solidamente organizadas em várias posições defensivas na região de Santarém, Wellington reagiu como vimos, montando um dispositivo defensivo com várias forças na linha Santarém-Rio Maior, contrapondo desta forma o posicionamento táctico francês. Fora deste dispositivo colocou ainda forças nos terrenos da margem esquerda do Tejo, evitando assim a possibilidade do exército francês manobrar na província do Alentejo, utilizando dessa forma os recursos existentes nessa região.⁴³¹

Neste contexto e analisando o esforço de guerra das várias unidades portuguesas empenhadas no concelho, na margem esquerda do Tejo estavam posicionadas várias tropas de 1ª linha, integradas tanto na divisão de cavalaria comandada por Fane, como na divisão de infantaria do general Hamilton. Asseguravam então, a cobertura e protecção dessa margem entre Abrantes e Muge, passando pelas alturas da Chamusca,⁴³² percorrendo assim várias freguesias do concelho, como Alpiarça, Vale de Cavalos, Pinheiro Grande e Sta. Marta de Monção de Benfica.

Assim, na divisão de cavalaria, o regimento de cavalaria nº 1 da brigada do coronel Teive, ocupou desde Novembro de 1810 até Janeiro de 1811 um aquartelamento em Alpiarça, já o regimento de cavalaria nº 7 da mesma brigada, estava acantonado em Novembro na Goux, uma quinta situada entre Alpiarça e Almeirim, tendo-se transferido em Dezembro

⁴³⁰ AHM/ Div.1/ Sec.14/ Cx. 293/ Doc. nº 02 *Relações das posições dos Regimentos de Infantaria 1 a 24*, [1812] e AHM/ Div.1/ Sec.14/ Cx. 293/ Doc. nº 05 *Relações das posições dos Batalhões de Caçadores 1 a 12 e dos 1º e 2º Batalhões da Leal Legião Lusitana*, [1812]

⁴³¹ Segundo Guingret, das alturas de Santarém, os franceses observavam as ricas e bonitas planícies do Alentejo, cobertas à distância de numerosas manadas, que os habitantes tinham feito passar de uma margem para outra, ao momento da sua chegada. Esta vista que prometia abundância, fazia sentir com mais vivacidade as privações da tropa francesa, excitando o desejo do exército passar para o outro lado do rio. Acrescentou ainda que Wellington para se opor a esta intenção, fez passar a divisão de Hill para a margem Sul do rio. M. Guingret, *op.cit.*, 1817, pp. 103 e 104.

⁴³² Marquês de Sá da Bandeira, *op.cit.*, p. 102.

para o Casal Branco perto de Alpiarça, onde se manteve até Janeiro. Esta brigada retirou-se da região, ainda antes do final da campanha de Santarém em 5 de Março de 1811, ocupando em Fevereiro, Alpalhão e no mês de Março, Vila Viçosa. A 2ª brigada, comandada pelo coronel Orway,⁴³³ tinha em Novembro o regimento de cavalaria nº 4 na Carregueira, lugar a Norte e perto do Pinheiro Grande e o nº 10 na freguesia do Pinheiro Grande. Em Dezembro o regimento nº 4 transferiu-se para a povoação de Vale de Cavalos e o nº 10 para a Quinta da Lagualva de Baixo perto de Alpiarça, onde se mantiveram até Janeiro. Em Fevereiro mudam novamente de posição, com o nº 4 a deslocar-se agora para o lugar de Alpiarça e o nº 10 para a Vila de Almeirim,⁴³⁴ povoação já fora do concelho, onde se mantiveram até ao final da campanha.⁴³⁵

O Marquês de Sá da Bandeira, na sua *Memoria sobre as fortificações de Lisboa*,⁴³⁶ confirmou a sua presença nesta zona. Sendo na época alferes da 8ª companhia do regimento da cavalaria nº 10, acrescentou que a sua brigada ocupava a região de Alpiarça e Almeirim e as quintas adjacentes, estando a sua subunidade⁴³⁷ posicionada na quinta do Reguengo,⁴³⁸ localizada perto do rio, a meio caminho entre a vila de Almeirim e a freguesia de Alpiarça. Também os registos de óbitos de Alpiarça confirmam o dispositivo referido, quando o pároco, em Dezembro, declarou três assentos de soldados de várias companhias do regimento de cavalaria nº 1 sepultados na paróquia, dois óbitos de soldados da 1ª e 5ª companhias do regimento nº 10 em Fevereiro e um soldado do regimento de cavalaria nº 4 em Março.⁴³⁹ Por sua vez, a divisão de tropas de infantaria do general Hamilton, agindo como vimos em conjunto com a divisão inglesa do general Hill, manobrou na mesma zona desde de 19 de Novembro por ordem de Wellington. Era reforçada desta forma a brigada de Fane na vigilância e cobertura da margem esquerda do Tejo, sendo complementada a missão de evitar que os franceses construíssem qualquer ponte sobre o rio, tanto na região de Abrantes como

⁴³³ Segundo o marquês de Sá da Bandeira, em Março, esta brigada era comandada interinamente pelo tenente-coronel visconde de Barbacena. Marquês de Sá da Bandeira, *Idem*, p. 102.

⁴³⁴ Vila e sede de concelho pertencente à comarca de Santarém, situada na margem esquerda do Tejo. *O recenseamento da população Portuguesa de 1801 e 1849, edição crítica*, 2001, Lisboa, vol. I, coordenador: Luís Espinha, p. 190.

⁴³⁵ AHM/ Div.1/ Sec.14/ Cx. 293/ Doc. nº 03. *Relações da posição dos Regimentos de Cavalaria 1 a 12, Regimentos de Infantaria 3, 5, 6, 8 a 11, 13, 15, 17, 18, 21, 23 e 24 e mapa do Estado Maior e mais pessoas empregadas na Torre de São Julião da Barra, [1812]*

⁴³⁶ Marquês de Sá da Bandeira, *op.cit.*, p. 102.

⁴³⁷ Unidade táctica de baixo escalão de uma força militar; são exemplos os pelotões e as companhias. IAEM, *op.cit.*, pp. 32 e 82.

⁴³⁸ Ver figura 13, p. 117.

⁴³⁹ ANTT, *op.cit.*, Alpiarça, Óbitos (1810-1812).

noutro ponto do curso de água, acautelando uma possível travessia para a província do Alentejo.⁴⁴⁰

Como tal, a 2ª brigada comandada pelo major-general Fonseca, com os regimentos nº 2 e 14, após o desembarque no dia 19 de Novembro na vila de Muge, ficou estacionada nesse local situado fora do concelho de Santarém, o restante mês de Novembro. Em Dezembro o regimento de infantaria nº 2 é transferido para terrenos do concelho, em Sta. Marta de Monção de Benfica e o regimento de infantaria nº 14 para a Vila da Chamusca,⁴⁴¹ também fora do concelho. A partir de Janeiro a brigada reúne-se novamente no acantonamento da Chamusca, com o deslocamento para este local do regimento nº 2, onde se mantém até ao final da campanha em Março. A 4ª brigada sob o comando do coronel Archibald Campbell, com os regimentos de linha nº 4 e 10 manteve-se até Dezembro em Salvaterra de Magos,⁴⁴² e a partir de Janeiro de 1811 até ao final da campanha, foi transferida para o acantonamento da Muge. No entanto a partir de Fevereiro, o regimento de infantaria nº 4 acabou por ser colocada na zona de Almeirim.⁴⁴³ Por último, o batalhão de caçadores nº 5 sob o comando do tenente-coronel Creagh, com a missão de vigiar e proteger a passagem na ponte de barcas de Abrantes,⁴⁴⁴ ocupou a povoação da margem esquerda do rio Tejo em frente à vila, conhecida por Rocio ao Sul de Abrantes,⁴⁴⁵ até Dezembro. A partir de Janeiro foi transferido para a vila de Ulme,⁴⁴⁶ perto da Chamusca, onde se manteve até ao final da campanha. Apesar de ter a maior parte suas unidades, em acantonamentos fora do concelho de Santarém, a divisão Hamilton nas suas missões de vigilância e cobertura desde Muge até Abrantes, passando pela Chamusca, manobrou e colocou também forças em terrenos do concelho. A presença de várias unidades desta divisão no acantonamento da Chamusca poderá estar relacionada com a presença do quartel-general da 2ª divisão nesta povoação. Mais tarde em 31 de Dezembro de 1810, é montado aqui o quartel-general de Beresford,⁴⁴⁷ quando este marechal substituiu Hill

⁴⁴⁰ General Koch, *op.cit.* p. 152.

⁴⁴¹ Vila e sede de concelho pertencente à comarca de Alenquer, situada na margem esquerda do Tejo. *O recenseamento da população Portuguesa de 1801 e 1849, edição crítica*, 2001, Lisboa, vol. I, coordenador: Luís Espinha, p. 185.

⁴⁴² Vila e sede de concelho pertencente à comarca de Santarém, situada na margem esquerda do Tejo. *Idem*, 2001, Lisboa, Vol. I, coordenador: Luís Espinha, p.190.

⁴⁴³ AHM/ Div.1/ Sec.14/Cx. 293/ Doc. nº 02. *Relações das posições dos Regimentos de Infantaria 1 a 24, [1812]*

⁴⁴⁴ Ver figura 29, anexo de figuras, p. 174. Figura com a representação da ponte de barcas, em Abrantes.

⁴⁴⁵ Hoje designada e conhecida por *Rossio ao Sul do Tejo*.

⁴⁴⁶ Vila e sede de concelho pertencente à comarca de Alenquer, situada na margem esquerda do Tejo. *Op.cit.*, 2001, Lisboa, Vol. I, coordenador: Luís Espinha, p.185.

⁴⁴⁷ *Colecção das ordens do dia do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Guilherme Carr Beresford*, comandante em chefe dos exércitos de S.A.R. o príncipe regente nosso senhor. Anno 1810, p. 222.

por doença, no comando desta divisão. Como já foi referido, a linha de Santarém-Rio Maior totalmente inserida no concelho, foi então o suporte de um importante dispositivo de defesa. Nele, Wellington encaixou algumas forças do exército anglo-português, para fazer face ao forte e organizado posicionamento do exército francês em Santarém, Pernes e Alcanede. Sobre o assunto, num ofício enviado a D. Miguel Pereira Forjaz, em 1 de Dezembro de 1810, Wellington relatou que *“o inimigo continua a manter-se em Santarém, cuja vila se tem tornado mais forte, de huma maneira considerável. [...] Tem também reforçado as suas tropas nas immediações de Pernes e Alcanede, na direita da posição de Santarém, mostrando que olhão com maior ciúme, todos os nossos movimentos naquella direcção”*.⁴⁴⁸ Assim, como arte integrante desse dispositivo, surgiam na linha forças, como a divisão ligeira de Craufurd com o apoio da brigada de cavalaria inglesa, Slade, desde o Tejo até à ponte do Celeiro e a brigada portuguesa Pack no prolongamento do mesmo, desde a Ponte do Celeiro até Freiria.

Com base nesta organização, foram então várias as unidades portuguesas a posicionarem-se na linha, como parte integrante das forças supracitadas. Instalaram-se desta forma em terrenos do concelho durante o período da campanha, o batalhão de caçadores nº 1 no Vale e o batalhão de caçadores nº 3 no acampamento da Ponte do Celeiro.⁴⁴⁹

Estas duas unidades de caçadores, atribuídas à divisão ligeira de Craufurd e ocupando estas posições de acordo com documentos da época, estariam balanceadas para algumas posições do primeiro sector avançado por nós, com base na análise do terreno. Assim, o batalhão de caçadores nº 1, com o seu acantonamento na zona do Vale, ocuparia posições nas alturas do Vale entre o monte da Asseca (. 80) e a Quinta do Marceneiro (. 92) e o batalhão de caçadores nº 3, com o seu acantonamento na região da Ponte do Celeiro, ocuparia posições entre as elevações da Ponte do Celeiro (. 92) e os Casais de Almodolim (. 92).⁴⁵⁰

Mas durante a campanha, o esforço de guerra das unidades portuguesas envolvidas no concelho, não passou apenas pela sua integração no dispositivo de defesa montado por Wellington. Houve unidades como o batalhão de caçadores nº 3, que no início da campanha, durante a perseguição ao exército de Massena na direcção de Santarém, se envolveram em combate contra as forças francesas.

⁴⁴⁸ *Gazeta de Lisboa*, nº 289, 3 de Dezembro de 1810.

⁴⁴⁹ AHM/Div.1/Sec.14/Cx. 293/ Doc. nº 05. *Relações das posições dos Batalhões de Caçadores 1 a 12 e dos 1º e 2º Batalhões da Leal Legião Lusitana; [1812]*

⁴⁵⁰ Na época conhecidos por Almedelim; ver *figura 13*, p. 117 e Cf. Folhas nº 364, 352, da carta militar 1: 25 000, série M 888.

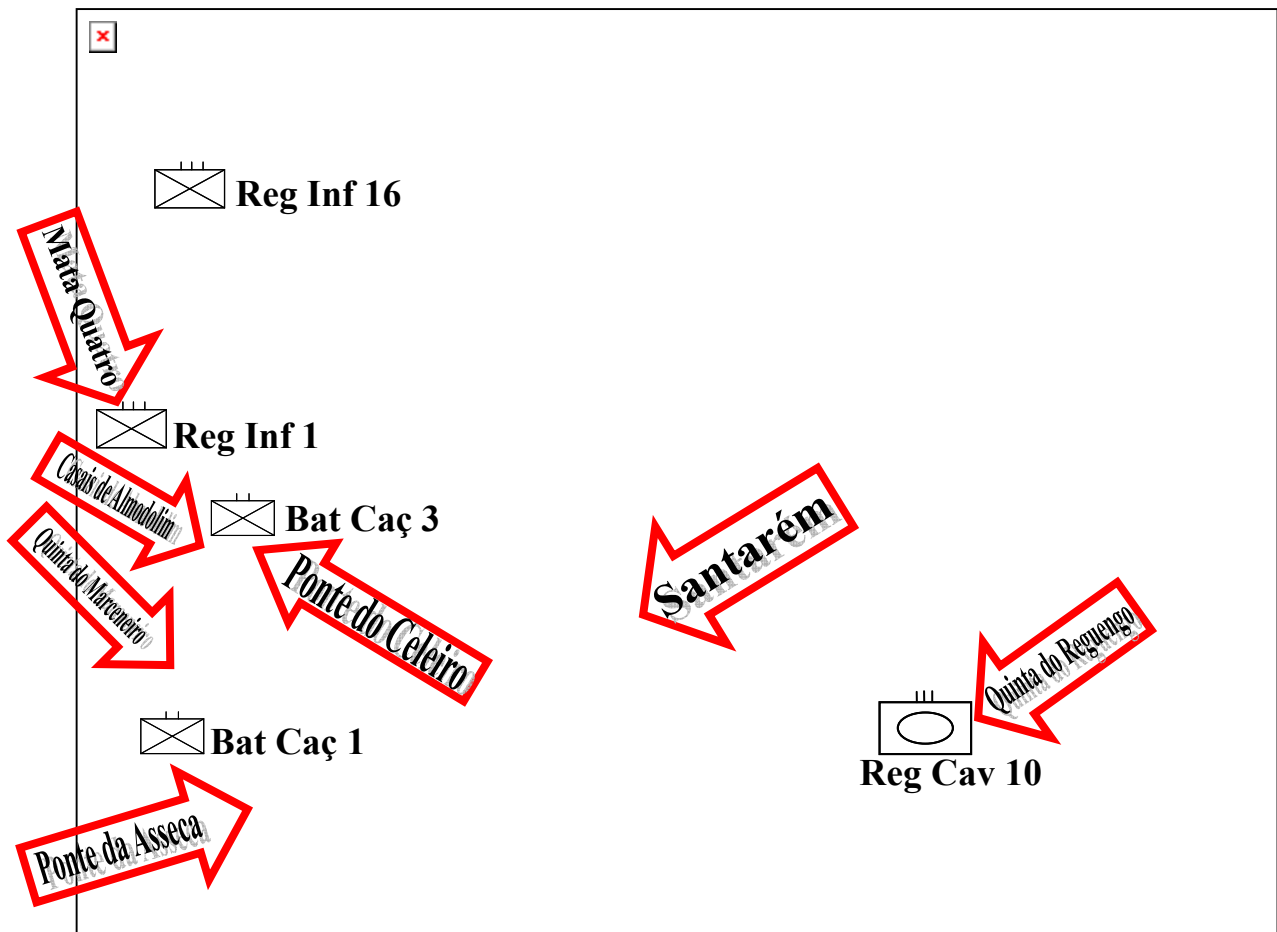


Figura 13 – Posições das unidades portuguesas nos arredores de Santarém

Fonte: EP, DIE; *Carta militar de Santarém e dos seus arredores, Novembro de 1808.*

Segundo o relato de Jonathan Leach, comandante de uma companhia pertencente à divisão ligeira de Craufurd, no dia 17 de Novembro de 1810, antes de amanhecer, a divisão que estava em perseguição dos franceses, pelo meio-dia encontrou o inimigo posicionado em terrenos altos perto do Cartaxo. Apesar do general Craufurd, ter feito disposições para atacar, o que achava ser uma pequena força da retaguarda inimiga, foi impedido por Wellington, porque a força à frente da divisão consistia no 2º corpo de Reynier. Como tal, dormiram nessa noite no Cartaxo, tendo avançado novamente antes do amanhecer do dia 18, perseguindo a retaguarda francesa até à Vala da Asseca.⁴⁵¹ Nesse movimento houve algumas escaramuças, como o combate no bosque junto ao Cartaxo, onde combateu o batalhão de caçadores nº 3, com algumas companhias no total de 393 homens, não tendo sofrido nenhuma baixa.⁴⁵² Sobre

⁴⁵¹ Maria Leonor Machado Sousa, *op. Cit.*, p. 233.

⁴⁵² AHM/Div.1/Sec.14/Cx. 206/Doc.nº 06; *Relação de batalhas, acções, sítios, assaltos, bloqueios, defensas de praças e defensas de outros lugares em que se achou, o Batalhão de Caçadores 3, 1810 e Cristóvão Aires de*

este confronto, o subtenente Nicolas Marcel, referiu ainda que quando iniciaram o movimento de retirada, os ingleses pensaram que começavam a evacuação de Portugal e por essa razão “*enviaram atrás de nós uma divisão, que a nossa brigada da retaguarda maltratou bastante, perto de Santarém, onde lhe fizemos uma emboscada*”⁴⁵³

Por sua vez a brigada portuguesa Pack, controlava o restante dispositivo de defesa contíguo à vala da Asseca, desde a Ponte do Celeiro até à povoação de Freiria. Tendo na sua composição o regimento de infantaria nº1, o mesmo começou por ocupar o acantonamento de Almoester em Novembro, tendo-se transferido para a povoação de Assentiz que pertencia à freguesia de S. João da Ribeira em Dezembro, onde ficou até ao final da campanha. Empenhado então em Almoester, na retaguarda do sector defensivo, deve-se ter posicionado na região de Mata Quatro (. 96),⁴⁵⁴ entre a Ponte do Celeiro (. 92) e a Boca das Três Entradas, confluência das Ribeiras de Alcobertas e de Almoester com o Rio Maior. Com o regimento de infantaria nº 16, a brigada Pack ocupou durante toda a campanha o acantonamento da Marmeleira, lugar também da freguesia de S. João da Ribeira. A partir daqui deve ter ocupado posição nas elevações entre a Boca das Três Entradas e Freiria, em frente ao Rio Maior. Além de garantir a defesa das suas posições no sector da brigada, este regimento guarnecia juntamente com o 16º regimento de dragões ligeiros ingleses e o 1º regimento de Hussares alemães da brigada Anson, um piquete nas alturas do Malaqueijo.⁴⁵⁵ O planalto em frente desta povoação, constituía como observámos o flanco esquerdo do dispositivo defensivo organizado por Wellington. Por último, o batalhão de caçadores nº 4 ocupou posição na freguesia da Lapa, situada cerca de 12 km à retaguarda do sector da brigada, constituindo assim a sua reserva até ao final de Janeiro. Em Fevereiro o mesmo batalhão foi transferido para S. João da Ribeira, reforçando desta forma os dois regimentos que estavam empenhados na defesa das suas posições no sector da brigada e na guarnição do piquete.⁴⁵⁶

Além da missão referida, a brigada Pack viu-se ainda totalmente empenhada num dos quatro combates que ocorreram durante a campanha de Santarém. Em 22 de Novembro de 1810, os franceses trouxeram até ao seu sector defensivo “*hum grande número de tropas: com ellas fizeraõ recuar os piquetes até à ponte do calhariz, onde fazendo alto, o inimigo se*

Magalhães Sepúlveda, *Historia orgânica e politica do exército português*, vol. XI, *Guerra Peninsular*, 1916, p. 251.

⁴⁵³ Capitão Nicolas Marcel, *op.cit.*, 2008, p.113.

⁴⁵⁴ Na época existia uma quinta neste local. Ver figura 13, p.117 e Cf. Folhas nº 352, da carta militar 1:25 000, série M 888.

⁴⁵⁵ Este lugar na época pertencia à freguesia de S. João da Ribeira.

⁴⁵⁶ AHM/Div.1/Sec.14/Cx. 293/ Doc. nº 02. *Relações das posições dos Regimentos de Infantaria 1 a 24*, [1812].

retirou durante a noite.”⁴⁵⁷ Deste combate da ponte de Calhariz,⁴⁵⁸ onde esteve envolvida toda a brigada com 2.538 homens, resultaram nove baixas, cinco soldados foram feridos e quatro feitos prisioneiros.⁴⁵⁹

Falta-nos falar da última força a empenhar unidades portuguesas no concelho de Santarém, foi o caso da brigada de infantaria portuguesa Campbell, que reforçou a vigilância e defesa da zona de Rio Maior com o batalhão de caçadores nº 6. Ao apoiar a brigada Anson na defesa da região com duas companhias, patrulhou ainda as estradas de Rio-Maior para Santarém e Alcanede. Posicionaram-se as restantes companhias do batalhão caçadores nº 6 no acantonamento do Tagarro, em Novembro, a cerca de 13 km da posição de Rio Maior e a partir de Dezembro no Carvalhal, a 18 km da mesma posição. A restante brigada, com os regimentos de infantaria nº 6 e 18 esteve aquartelada no Turcifal, perto de Torres Vedras. Ficou assim durante toda a campanha de Santarém posicionada nas Linhas de Torres, juntamente com a 6ª brigada portuguesa de infantaria Coleman e a 3ª divisão Picton do Exército Britânico.⁴⁶⁰

Foram duas companhias do batalhão de caçadores nº 6, as últimas forças portuguesas a participar em combates na campanha de Santarém já no ano de 1811. Os dois últimos combates da campanha ocorreram em Rio Maior, o primeiro em 19 de Janeiro, sem baixas para as forças do batalhão. Sobre este combate, o General Koch refere que Junot partiu de Alcanede em 19 de Janeiro, com 2.500 homens e 400 cavalos para Rio Maior. O lugar, com uma ponte sobre o Rio Maior dentro da povoação, tinha a mesma protegida por abatizes e vários postos avançados que a defendiam. Apesar dos entrincheiramentos,⁴⁶¹ os postos avançados mostraram pouca resistência, passando os 100 homens a cavalo e os 200 de infantaria para a outra margem do rio, tendo sido a ponte tomada pelos franceses. Seguiu-se depois um combate intenso dentro da povoação, o que permitiu que os reforços aliados de Alcoentre e da região do Malaqueijo socorressem em tempo as tropas posicionadas em Rio Maior. Neste combate, além da conduta do batalhão de caçadores nº 6 que foi coberta de

⁴⁵⁷ *Gazeta de Lisboa*, nº 283, 26 de Novembro de 1810.

⁴⁵⁸ Ponte sobre a Ribeira das Alcobertas, onde passava a estrada que ligava Rio Maior a Santarém.

⁴⁵⁹ AHM/ Div.1/ Sec.14/ Cx. 206/ Doc. nº 11, *Relação das batalhas, acções, sítios, assaltos e bloqueios em que o Batalhão de Caçadores 4, entrou nas passadas guerras*, 1816, e Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *op.cit.*, 1916, p. 251.

⁴⁶⁰ Charles Oman, *op.cit.*, p. 478.

⁴⁶¹ Os *entrincheiramentos* são trabalhos de protecção ligeira, constituídos por escavações combinadas geralmente cobertas com madeira e massas de terra, destinados a favorecer a acção das tropas e a assegurar a protecção contra a observação e os tiros rasantes das armas ligeiras do Inimigo. EPE, *op.cit.*, cap. IV, p. 1.

glória, saiu gravemente ferido o general Junot, com uma bala que lhe atingiu a base do nariz quando efectuava um reconhecimento às posições do inimigo.⁴⁶²

O outro combate ocorreu no mesmo lugar na noite de 10 para 11 de Fevereiro, tendo segundo Fririon as tropas aliadas atacado tropas francesas da grande guarda da brigada de dragões na estrada entre Rio-Maior e Alcanede. Foram feitos prisioneiros o comandante da força de dragões juntamente com três soldados dragões e cinco soldados do regimento nº 22 de linha.⁴⁶³ O batalhão de caçadores nº 6, participou neste combate com o mesmo número de forças, não tendo sofrido qualquer baixa.⁴⁶⁴

3.3. O apoio logístico na campanha militar de Santarém

Já no início do século XIX, Lorde Wellington, destacava a importância de algumas actividades relacionadas com o apoio logístico⁴⁶⁵ em campanha, quando referia que o sucesso de qualquer operação militar, estava muito dependente do reabastecimento de víveres e da consequente alimentação das tropas. Este provimento de homens e animais, segundo ele, contribuía de forma decisiva para o desenvolvimento das operações, dos diferentes exércitos em campanha, neste período. Em campanha, o reabastecimento surgia então, como a actividade, que visava as acções relacionadas com a obtenção, recepção, armazenagem e distribuição em tempo e na quantidade necessária, de todos os abastecimentos a serem utilizados pelas forças militares.⁴⁶⁶ Nesta época o serviço de reabastecimento e transportes, que garantiam a subsistência das tropas portuguesas em campanha, era da responsabilidade do Intendente geral de víveres e transportes do exército, o desembargador Domingos José Cardoso, estando os principais depósitos do exército português, que garantiam o apoio

⁴⁶² General Koch, *op.cit.*, p.154, Victoriano José César, *op.cit.*, p. 186 e Simão José da Luz Soriano, *op.cit.*, tom. III, 1884, p. 281.

⁴⁶³ Barão Fririon, *op.cit.*, p. 132.

⁴⁶⁴ AHM/Div.1/Sec.14/Cx. 206/ Doc. nº 15, *Relação de batalhas, acções, sítios, assaltos, bloqueios, defensas de praças e defensas de outros lugares em que entrou, o Batalhão de Caçadores 6, 1812*, e Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *op.cit.*, 1916, p. 252.

⁴⁶⁵ O *apoio logístico* inclui um conjunto de actividades relacionadas com as diferentes funções logísticas (reabastecimento, transportes, serviço de saúde e outros serviços), que visam a sustentação das unidades tácticas no cumprimento das suas missões. O sucesso do apoio Logístico em campanha mede-se pela colocação de recursos, na quantidade necessária, em tempo e no local designado, e em condições de cumprirem a missão ou serem utilizadas de imediato. Tenente-coronel Torres Afonso, *Idem*, 2007, p. 12.

⁴⁶⁶ Tenente-coronel Torres Afonso, *Idem*, 2007, pp. 3, 21 e 82.

logístico, sedeados em Lisboa.⁴⁶⁷

3.3.1 O reabastecimento e alimentação das tropas

Neste contexto, e nas várias cartas enviadas por Wiliam Carr Beresford a D. Miguel Pereira Forjaz, sobre o reabastecimento dos diferentes abastecimentos necessários ao exército português, são evidentes as dificuldades por que passaram as diferentes unidades do exército, que operaram neste período no concelho de Santarém.

Esta realidade é confirmada, em várias notas elaboradas entre Janeiro e Março de 1811, pelo ajudante-general do exército, Manoel de Brito Mosinho, onde são mencionados os mapas semanais de víveres de algumas unidades que operavam na região de Santarém. Nesses registos, é observado que os regimentos de infantaria nº 2 e 14 posicionados na região da Chamusca, comandados pelo brigadeiro Luís da Fonseca e inseridos na divisão Hamilton, só receberam na maior parte dos dias, ração de pão de arrátel, não tendo recebido o Regimento de Infantaria nº 14 “*a falta em arroz, pelo não haver*”.⁴⁶⁸ Da mesma forma a Brigada Pack informava, que o Regimento de Infantaria nº16 na Marmeleira e o Batalhão de Caçadores nº4 na Quinta da Lapa, não receberam pão durante vários dias, durante a semana que terminou a 2 de Fevereiro de 1811.

Também o reabastecimento de forragem⁴⁶⁹ para os animais, tinha problemas, como se pode verificar na carta do coronel Orway, sobre a situação da sua brigada de cavalaria, situada na região de Alpiarça. O mesmo tinha mandado pastar os cavalos novos, para evitar que os mesmos morressem de fome, por falta da ração de grão, que não era fornecida à bastante tempo.⁴⁷⁰ O mesmo se passava com o fornecimento de palha para a alimentação dos animais, sendo um bem escasso, Beresford foi induzido a dar ordens ao comandante do Regimento da Cavalaria nº10, “*Tenente-Coronel Visconde de Barbacena, para que fizesse guardar os palheiros do Reguengo, defronte de Santarém*”⁴⁷¹. Com esta medida procurava poupar a quantidade de palha aí existente, controlando a sua distribuição, sugerindo no mesmo ofício

⁴⁶⁷ Tenente de Administração Militar, Manuel da Costa Dias, *As subsistências dos aliados na campanha contra Massena (1810-1811)*, in Revista Militar, 1910, tom. LXII, pp. 848-856.

⁴⁶⁸ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre víveres*, datada de 31 de Janeiro de 1811.

⁴⁶⁹ A Forragem incluía toda a qualidade de erva, palha ou grão que servia de alimentação do gado. AA.VV., *Dicionário da língua portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2004, p. 778.

⁴⁷⁰ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre forragens*, datada de 4 de Fevereiro de 1811.

⁴⁷¹ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *idem*, datada de 26 de Fevereiro de 1811.

que fossem providenciados barcos que procurassem palha na região de Coruche e suas imediações, visto que naqueles sítios não havia tropas.

Mas é numa carta escrita em 10 de Janeiro de 1811, que Beresford faz sentir de forma veemente, estas dificuldades a D. Miguel Pereira Forjaz, quando afirmava a pouca inteligência da junta de víveres,⁴⁷² na aquisição dos abastecimentos para as forças em campanha. Solicitou então, a possibilidade de este poder avançar com dinheiro, para se pagar o preço dos bois que ele próprio mandou procurar e comprar, de forma a suprimir a falta de carne fresca, que permitia alimentar o exército. Na sua opinião e tendo em conta a possibilidade do inimigo reforçar Massena pelo Alentejo, deveriam ser retirados todos os víveres desta região, que pudessem garantir “*a subsistência da capital e do exército*”,⁴⁷³ situação que atestava de forma clara, a necessidade de mantimentos por parte do exército português. A própria junta assumia as suas dificuldades, em cumprir a missão de reabastecer o exército com provimentos, quando num ofício de 8 de Abril de 1811, solicitava providencias do príncipe regente, para que pudesse receber com maior rapidez, os meios financeiros adequados para fazer face às despesas, de que estava encarregue. Segundo os responsáveis, se o apoio não se verificasse, “*o fornecimento he impossível que continue sem faltas, e ainda mais hé impossível que continue com augmento em qualquer artigo*”⁴⁷⁴

Mas as dificuldades das unidades portuguesas empenhadas na campanha de Santarém, não se reduziam apenas ao reabastecimento de víveres, sendo o fornecimento de fardamento e equipamento, outra realidade difícil. Na sua correspondência regular, Beresford, escrevia igualmente no dia 10 de Janeiro de 1811, para Forjaz, sobre o estado das 50 recrutas que se apresentaram ao serviço, vindos da Figueira, completamente despidas e descalças, não valendo a pena tomarem banho, para se voltarem a vestir com os mesmos trapos que traziam. Solicitou nesse caso, que o ministro tratasse de evitar estes inconvenientes, que segundo ele redundavam em miséria e indecência, sugerindo que desse ordens “*para que estas recrutas sejam vestidas com os fardamentos, que se lhe costumão dar de policia, athé para serem*

⁴⁷² Também designada por *Junta da Direcção Geral dos Provimentos de Boca* ou *Junta de Munições de Boca*, já tinha visto a sua actuação ser criticada por Beresford, num ofício de 6 de Janeiro de 1811, acusando-a de funcionar no sentido contrário às suas intenções, sendo para ele, a principal origem das grandes falhas de víveres e da desordem que se vivia no apoio logístico ao exército português. AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Idem*, datada de 6 de Janeiro de 1811.

⁴⁷³ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre víveres*, datada de 10 de Janeiro de 1811.

⁴⁷⁴ ANTT, Ministério do Reino, *Ofício de 8 de Abril de 1811, da Junta da Direcção geral de Provimentos de Boca para o Exército*; mç.362, cx. 484, mçt.3.

separadas do rigor das estações”⁴⁷⁵ Sobre o mesmo assunto em 25 de Fevereiro de 1811, voltou a alertar o ministro, para o facto de ser distribuída aos recrutas que vinham do Norte para Lisboa, os pequenos uniformes a que tinham direito, antes de serem destinados aos diferentes corpos do exército português. Com esta preocupação, procurava “*evitar os inconvenientes que resultão da nudez, e falta de asseio com que chegam* [os recrutas às unidades], *que são as primeiras, e maiores origem da moléstias e epidemias, que se tem observado*”⁴⁷⁶ Estando em pleno Inverno e sendo várias as adversidades que se faziam sentir nesse tempo, Beresford solicitava ainda noutro ofício destinado a Forjaz, em 20 de Janeiro de 1811, que lhe comunicasse, se o Arsenal Real do Exército, tinha mantas portuguesas para fornecer às diferentes unidades, que lhe requeriam de forma urgente esse apoio, para “*que os seos soldados tivessem mantas para se abrigarem do frio*”⁴⁷⁷

Já num ofício de 15 de Janeiro de 1811, as suas preocupações estenderam-se também ao reabastecimento de armamento, munições e outro equipamento. Perguntava então com a maior brevidade possível, a D. Miguel Pereira de Forjaz, sobre a quantidade de armas, correames ⁴⁷⁸e outros apetrechos de guerra, assim como ferramentas, que foram recebidos da Grã-Bretanha por Portugal no ano de 1810. ⁴⁷⁹ Questionava sobre o assunto, tendo em conta as relações que recebia no seu quartel-general, com as faltas de equipamento e armamento das

⁴⁷⁵ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre fardamento*, datada de 10 de Janeiro de 1811.

⁴⁷⁶ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre fardamento*, datada de 25 de Fevereiro de 1811.

⁴⁷⁷ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre equipamento*, datada de 20 de Janeiro de 1811.

⁴⁷⁸ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre armamento e munições*, datada de 15 de Janeiro de 1811. Sobre o mesmo assunto, na ordem do dia de 24 de Janeiro de 1811 do exército português, era feita a avaliação do correame e armamento de um soldado de infantaria, no valor de 3.400 réis. Nesse equipamento estava incluído a *patrona*, bolsa para transporte de munições de um soldado de infantaria, avaliada em 1.440 réis, onde era inserida a cartucheira de madeira no valor de 80 réis, à qual se juntava uma correia de 500 réis. O correame, conjunto das correias que prendiam o equipamento de um soldado, incluía ainda uma bandoleira de espingarda de 240 réis e uma bolsa de guarda-fechos de 300 réis. No valor de 600 réis, tínhamos o boldrie de baioneta, correia para prender a bainha da mesma, que por sua vez, estava avaliada em 240 réis. *Colecção das ordens do dia do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Guilherme Carr Beresford*, comandante em chefe dos exércitos de S.A.R. o príncipe regente nosso senhor. Anno 1811, p. 13.

⁴⁷⁹ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre armamento e munições*, datada de 15 de Janeiro de 1811. Sobre o mesmo assunto, na ordem do dia de 24 de Janeiro de 1811 do exército português, era feita a avaliação do correame e armamento de um soldado de infantaria, no valor de 3.400 réis. Nesse equipamento estava incluído a *patrona*, bolsa para transporte de munições de um soldado de infantaria, avaliada em 1.440 réis, onde era inserida a cartucheira de madeira no valor de 80 réis, à qual se juntava uma correia de 500 réis. O correame, conjunto das correias que prendiam o equipamento de um soldado, incluía ainda uma bandoleira de espingarda de 240 réis e uma bolsa de guarda-fechos de 300 réis. No valor de 600 réis, tínhamos o boldrie de baioneta, correia para prender a bainha da mesma, que por sua vez, estava avaliada em 240 réis. *Colecção das ordens do dia do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Guilherme Carr Beresford*, comandante em chefe dos exércitos de S.A.R. o príncipe regente nosso senhor. Anno 1811, p. 13.

diferentes unidades, que nunca tinham sido satisfeitos.⁴⁸⁰ Foi o caso do ofício que enviou em 9 de Fevereiro de 1811, a solicitar que fosse dada ordem para entregar ao Regimento de Infantaria nº1 sediado em Assentiz, a barraca já pedida para um altar de campanha e as sete caixas de guerra que tinham sido enviadas para consertar no Arsenal Real do Exército, e que ainda não tinham sido devolvidas.⁴⁸¹ O reabastecimento de equipamento, tinha então, grandes contrariedades, num ofício de 5 de Janeiro de 1811, o comandante do batalhão de caçadores nº 5, o tenente-coronel M. Creagh, confirma também esse cenário, ao evidenciar preocupações com algum equipamento, que lhe era essencial para apetrechar as suas tropas. Tinha como primeira intenção recuperar artigos que estando no seu depósito em Abrantes, tinham por engano sido entregues no arsenal do exército, durante a sua presença nas linhas de Torres, perto de Alhandra. A essa lista, juntava também com o dito ofício, outra lista onde colocava os artigos, que eram nesse momento absolutamente necessários para as suas tropas, sugerindo que todos os artigos fossem entregues ao seu quartel-mestre.⁴⁸² Nessa lista de artigos indispensáveis, para manter e fazer actuar as tropas em combate, surgiam 52 casacões ingleses, que segundo ele eram “*particularmente necessários, por que nenhuma das recrutas que ultimamente chegaraõ, os tem recebido*”.⁴⁸³ Além do artigo referido, o batalhão tinha necessidade de: 30 mochilas; 38 barris (cantis) ingleses; 18 barretinas inglesas; 43 penachos de lã verde e 2 de lã preta; 38 saltos de sola pintados; 20 camisas inglesas e 24 portuguesas e 40 pares de meias curtas. Numa época em que eram distribuídas por grupos de seis soldados, uma marmita de lata de 2,5 arrateis, transportada de forma alternada por estes homens, permitindo aos mesmos preparar a sua alimentação, mal chegassem aos locais de estacionamento. Compreende-se assim, a preocupação de M. Creagh, com o facto de

⁴⁸⁰ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre armamento e munições*, datada de 15 de Janeiro de 1811. Sobre o mesmo assunto, na ordem do dia de 24 de Janeiro de 1811 do exército português, era feita a avaliação do correame e armamento de um soldado de infantaria, no valor de 3.400 réis. Nesse equipamento estava incluído a *patrona*, bolsa para transporte de munições de um soldado de infantaria, avaliada em 1.440 réis, onde era inserida a cartucheira de madeira no valor de 80 réis, à qual se juntava uma correia de 500 réis. O correame, conjunto das correias que prendiam o equipamento de um soldado, incluía ainda uma bandoleira de espingarda de 240 réis e uma bolsa de guarda-fechos de 300 réis. No valor de 600 réis, tínhamos o boldrie de baioneta, correia para prender a bainha da mesma, que por sua vez, estava avaliada em 240 réis. *Colecção das ordens do dia do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Guilherme Carr Beresford*, comandante em chefe dos exércitos de S.A.R. o príncipe regente nosso senhor. Anno 1811, p. 13.

⁴⁸¹ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre equipamento*, datada de 9 de Fevereiro de 1811.

⁴⁸² O *quartel-mestre*, era um oficial do estado-maior de uma unidade, de escalão igual ou superior a batalhão, responsável por todos os assuntos relativos à administração dos recursos materiais e financeiros, das diferentes forças que a compunham.

⁴⁸³ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre equipamento*, datada de 5 de Janeiro de 1811.

necessitar também de 107 marmitas e 98 sacos para as transportar, segundo ele as marmitas eram fundamentais, porque achava “*ser impossível poderse arranjar com regularidade o rancho dos soldados, até que se recebaõ*”.⁴⁸⁴ Ainda sobre a alimentação das tropas, Beresford em 14 de Janeiro de 1811, dava um parecer a Forjaz, sobre a intenção do governo em sustentar as tropas com caldo de unto. Nesse ofício declarava, que não podia aprovar ou desaprovar esse projecto, porque não emitia uma opinião sobre um assunto, que não pudesse avaliar com base na experiência. Para tal afirmava, que apesar de ser um alimento vulgar nas províncias do Minho, Beira e Trás-os-Montes, achava-o um alimento essencialmente químico, sendo mais importante para um soldado, os alimentos em espécie. Referia ainda que poderia haver dificuldades por parte dos soldados, em encontrar a verdura que se misturava no dito caldo. Como tal, sugeria aplicar a distribuição do caldo durante dois ou três dias às tropas, e conforme as informações que recebesse dos comandantes dos corpos, sobre os efeitos resultantes da experiência, daria a sua opinião. No entanto acrescentava, que um dos motivos fortes, que o levava a aderir à experiência com este alimento, lhe era conveniente, “*por saber que não há outra cousa para o sustento da tropa*”⁴⁸⁵

As dificuldades de apoio logístico às diferentes unidades do exército português, empenhadas na campanha de Santarém, eram realmente muitas. Beresford num ofício de 15 de Janeiro de 1811, enviado a D. Miguel Pereira de Forjaz, confirmava esta situação, alertando para a necessidade de o governo “*tomar as mais promptas e enérgicas providências, para se conseguir hum fornecimento regular*”.⁴⁸⁶ Na mesma carta acrescentava, que recebia repetidas queixas diárias, dos corpos e brigadas, que “*por falta absoluta de pão, tem consumido toda ou parte das suas reservas, o que causa hum transtorno geral na subsistência e governo do exército*”.⁴⁸⁷ Nesta fase, já os comandantes das brigadas portuguesas situadas a Norte do Tejo, tinham consumido as reservas de bolacha, “*as três raçoens que devem levar os soldados, [assim] como as três que devem ser conduzidas em bestas*”⁴⁸⁸ Segundo ele, a esta situação, acudia lord Wellington, da forma que lhe era possível,

⁴⁸⁴ *Idem*, datada de 5 de Janeiro de 1811.

⁴⁸⁵ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre alimentação*, datada de 14 de Janeiro de 1811.

⁴⁸⁶ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimento e víveres*, datada de 15 de Janeiro de 1811.

⁴⁸⁷ *Idem*, 15 de Janeiro de 1811. Na ordem do dia de 9 de Janeiro de 1811, Beresford, determinava com a intenção de economizar pão, que se desse á tropa, um arratel de pão e uma quarta de arroz, em vez da ração de arratel e meio pão, prevendo a possibilidade de substituir todo o pão pelo arroz. *Colecção das ordens do dia do Marechal Beresford*, ordem do dia de 9 de Janeiro de 1811, p. 7.

⁴⁸⁸ / Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimento e víveres*, datada de 20 de Janeiro de 1811.

sendo no entanto um apoio que não podia continuar por muito tempo. Achando-se então o exército português esgotado de toda a qualidade de víveres, Beresford receava que os esforços para remediar a situação, evitassem que a máquina parasse inteiramente. Temia mais, a falta de meios do governo para fornecer o que se coma, do que a força do inimigo, podendo suceder que “*elle [exército], acabará em muito pouco tempo*”.⁴⁸⁹

3.3.2. Os transportes na campanha

Os transportes⁴⁹⁰ também constituíam uma valência importante para o apoio logístico dos exércitos em campanha, ao incluírem todos os equipamentos e animais necessários para o deslocamento de pessoal, dos víveres, armamento, munições e de outro tipo de material que equipasse as tropas. Esses movimentos feitos em tempo oportuno e nas quantidades desejadas para um determinado local, contribuíam para o cumprimento da missão das diferentes forças militares. Ao nível dos meios de transporte, apesar de nos encontrarmos numa época onde os transportes à custa da tracção animal e embarcações, predominavam, verificava-se que a maioria dos deslocamentos das tropas era pedonal, à excepção dos corpos de cavalaria e dos oficiais, a quem era fornecido uma cavalgadura.⁴⁹¹ Sobre esta atribuição, Beresford, num ofício para Forjaz, alertava o ministro para a situação do Major Jacinto Vieira do Couto Soares, oficial agregado de um dos regimento de linha, a quem o tesoureiro geral da província do Alentejo, não entregou o dinheiro necessário para a aquisição “*das cavalgaduras que lhe correspondem em razão do seu posto*”⁴⁹² Esta situação ficou resolvida com uma ordem do príncipe regente, publicada na ordem do dia de 5 de Março de 1811, que determinava que se abonassem os oficiais agregados, com os mesmos vencimentos para cavalgaduras dos oficiais efectivos, uma vez que se achavam em serviço activo de campanha.⁴⁹³

Sendo assim, neste período, muito do gado usado nos campos foi requisitado e utilizado nos sistemas de transportes do exército, nomeadamente nos trens da intendência e artilharia,

⁴⁸⁹ *Ibidem*, 15 de Janeiro de 1811.

⁴⁹⁰ Ver figura 22 e 23, anexo de figuras, p.173.

⁴⁹¹ Eram designados de *Cavalgaduras* todos os animais que podiam ser montados. Neste período, as principais cavalgaduras eram os cavalos, os machos e as mulas. *Dicionário de língua portuguesa da Porto Editora*, 2004, p. 325.

⁴⁹² AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre cavalgaduras e solípedes*, datada de 19 de Janeiro de 1811.

⁴⁹³ *Colecção das ordens do dia do Marechal Beresford*, ordem do dia de 5 de Março de 1811, p. 41.

servindo também para completar os efectivos em solípedes⁴⁹⁴ das unidades de cavalaria. Com este propósito foram organizados vários depósitos de recepção de cavalos, sendo todos os proprietários da Estremadura, obrigados a depositar os seus, num depósito em Lisboa (Alcântara). Num mapa datado de 14 de Novembro de 1810, com a relação dos transportes pedidos e prontos no dia 13 de Novembro, pode ser verificado o funcionamento deste depósito, no apoio em transportes às forças e entidades empenhadas em campanha. Foram então fornecidos de acordo com este mapa, três carros de bois e três cavalgaduras, a serem distribuídos por diferentes serviços, de unidades do exército português. Foi ainda, atribuída uma cavalgadura, ao Alferes António Pereira, do regimento de infantaria nº 6.⁴⁹⁵

Mas o apoio em transportes à campanha de Santarém, muitas vezes processou-se com grandes contrariedades, ao ponto de Beresford pôr em causa as justificações dadas, pela entidade responsável, pelo fornecimento de gado bovino usado nos transportes, quando tentava explicar as falhas no fornecimento desse meio, com base na grande *“falta de bois para o fornecimento do exército”*. De acordo com o ofício de 6 de Janeiro de 1811, ele afirmava que tinha visto com os seus próprios olhos, uma quantidade prodigiosa de bois, ao longo das margens Sul do Tejo, *“que os lavradores [lhe] tem requerido, [que os] deixe passar para o Norte, por não terem que lhe dar, a comer”*,⁴⁹⁶ o que não tem sido autorizado, para não caírem nas mãos do inimigo. Sobre as mesmas dificuldades, Beresford, informou Forjaz em 31 de Janeiro de 1811, dos problemas que ocorreram com o transporte de 2.000 barricas de farinha, enviadas pela intendência de víveres, para o porto de Abrantes, de forma a abastecer diferentes unidades do exército português, a actuar na região. Segundo ele, essa intendência, *“não combinou coisa alguma sobre os meios de transporte”*⁴⁹⁷ havendo falta de carros, para fazer o transporte deste género, para as unidades que dele tanto precisavam.

Mas a falta de pagamento à entidade responsável pela aquisição e gestão dos meios de transporte, utilizados ao serviço do exército, também contribuiu para as complicações que se viveram com este tipo de apoio, durante a campanha. Num ofício enviado em 4 de Fevereiro de 1811, ao Ajudante General do exército, o Desembargador Intendente dos Transportes,

⁴⁹⁴ *Solípede* é um animal que tem um só dedo desenvolvido em cada membro locomotor, o qual está protegido por um casco. Os cavalos, machos, mulas, burros, bois e vacas, são exemplos dos solípedes mais utilizados neste período. *Dicionário de língua portuguesa da Porto Editora*, 2004, p. 1552.

⁴⁹⁵ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 270/ Doc. nº 6, *Mapa dos transportes pedidos e prontos para o dia 13 de Novembro de 1810*. Datado de 14 de Novembro de 1811

⁴⁹⁶ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimento e solípedes*, datada de 6 de Janeiro de 1811.

⁴⁹⁷ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimentos de víveres*, datada de 31 de Janeiro de 1811.

Joaquim de Magalhães Menezes, solicitava que se levasse à presença de Beresford, a dívida que existia com o uso desses meios, requerendo que esse valor fosse pago, para que todos os pedidos do exército continuassem a ser satisfeitos.⁴⁹⁸

No entanto no ano de 1811, de acordo com a relação mandada elaborar pelo inspector dos transportes, datada de 19 de Fevereiro, foram vários os carros de bois levantados para o serviço do nosso exército na região de Lisboa, em apoio da campanha de Santarém. Foram então considerados prontos para serem utilizados, 227 carros de bois, 99 juntas sem carros e ainda 47 carros sem bois, a serem utilizados no transporte de víveres, forragens, armamento e outros equipamentos da tropa.⁴⁹⁹ As próprias bestas, utilizadas na limpeza da cidade de Lisboa, iriam reforçar em Março, as necessidades em transporte, do exército português. O concelho de Santarém, após a retirada do exército francês, também sofreu com esta situação, ao ponto do seu Juiz de Fora, requerer junto do Intendente Geral da Polícia, para não embargarem o gado, que seria utilizado na lavoura. Por essa razão eram solicitadas pelo Intendente Geral da Polícia, providencias por parte do príncipe regente, para que “*se não embarguem, os bois ao menos da lezíria, e campos de Santarém e Vallada, nem se lance mão das bestas, que se empreguão no serviço de grades.*”⁵⁰⁰ Também nos documentos da Provedoria das Lezírias, no Almojarifado da jugada de Santarém, numa petição de 11 de Outubro de 1811, o requerente Jacinto Monteiro, refere as grandes despesas na condução dos cereais das eiras para os seus celeiros. Apontava como razões, não só a grande distância entre ambos, *mas também pella dificuldade que havia de aparecerem carros ou cavalgaduras para o conduzirem, por andarem no serviço do nosso exército, e alguns que aparecerão, hera por preço extraordinário, como o supplicante pagou*”⁵⁰¹

O mesmo se passou com as embarcações, que foram igualmente solicitadas e utilizadas como meio de transporte de tropas, víveres e material, durante toda a terceira invasão francesa. Para este efeito, os rios do país foram divididos em distritos sob a responsabilidade de oficiais inspectores, a quem os comandantes das diferentes forças deviam dirigir as requisições. De acordo com um registo da intendência geral da polícia, de 7 de Julho de 1810, os barcos existentes no concelho de Santarém, estavam sob responsabilidade do seu governador militar. O mesmo tinha a responsabilidade de “*promover a execução das*

⁴⁹⁸ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre transportes*, datada de 4 de Fevereiro de 1811.

⁴⁹⁹ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 2, *Idem*.

⁵⁰⁰ ANTT, Fundo da Intendência Geral da Polícia, *op.cit.*, liv. 11, pp. 274 e 274v. e 277 e liv.12, p.8v. e 9.

⁵⁰¹ ANTT, Provedoria das Lezírias, *Petição de 11 de Outubro de 1811 de Jacinto Monteiro, do Almojarifado da jugada de Santarém*; mç 18 (1811-1813)

operações militares, quanto à promptificação de barcos do Tejo, desde a Golegã até Vallada, como lhe fora ordenado por esta intendência, em virtude do aviso da secretaria de estado e negócios da guerra de 18 de Janeiro” de 1810.⁵⁰² No entanto durante a campanha de Santarém, a distribuição de embarcações em apoio do exército Anglo- Português, ocorrida nos meses de Fevereiro e Março de 1811, foi controlada então pelo Arsenal Real de Marinha. Nesse mapa das embarcações necessárias para os diferentes serviços do exército combinado, o exército português recebeu em Fevereiro, 48 embarcações de diferentes tipos e em Março 223, entre iates, cacilheiros, fragatas, barcos, bateiras, bateis, faluas, saveiros e botes.⁵⁰³ Na região do concelho, em frente ao porto de Valada, eram várias as embarcações alistadas ao serviço das forças portuguesas no depósito do Escaroupim.⁵⁰⁴ De acordo com o mapa das embarcações alistadas ao serviço do exército português no Ribatejo, foram 102, as embarcações empenhadas no apoio à campanha, entre lanchas, barcos, bateis, saveiros e ovarinos. Estiveram assim envolvidas no transporte de várias remessas de géneros, de pão e forragens para as forças empenhadas na região de Santarém e no movimento de tropas do porto de Valada para a margem esquerda do rio Tejo, onde estava posicionado Beresford.

3.3.3 O serviço de saúde e outros serviços de campanha

O serviço de saúde tinha por finalidade a manutenção dos efectivos em campanha, com base na recuperação dos indisponíveis,⁵⁰⁵ contribuindo desta forma para a moral das tropas, através da prevenção de doenças, evacuações rápidas, melhor tratamento de doentes e feridos, desinfestação e controlo de moléstias e epidemias.⁵⁰⁶ Neste período o serviço de saúde era na maioria dos casos deficitário em quantidade e qualidade. Os feridos eram normalmente transportados para um local à retaguarda onde se encontravam os hospitais ambulantes,⁵⁰⁷ mas como não eram devidamente tratados ao longo do percurso, muitos pioravam antes de chegar

⁵⁰² ANTT, *Idem.*, liv. 11, pp. 135 v. e 136 e Victoriano José César, *op.cit.*, pp. 6 e 7.

⁵⁰³ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 16/ Doc. nº 38, *Mapa das embarcações fornecidas para diferentes serviços dos exércitos combinados nos meses de Fevereiro e Março de 1811*. Datado de 1 de Abril de 1811.

⁵⁰⁴ Povoação situada na margem esquerda do Tejo, em frente à povoação de Valada. GCS, *Sistema de informação geográfica de emergência de Santarém*, Santarém, 2008, Mapa do concelho de Salvaterra de Magos.

⁵⁰⁵ Os *indisponíveis* são qualquer efectivo cujo estado físico exija cuidados sanitários, abrangendo os feridos e doentes em resultado da acção de combate, assim como os feridos e doentes cujo estado não resulta da acção directa do combate, tenente-coronel Torres Afonso, *op.cit.*, 2007, pp. 22, 138.

⁵⁰⁶ Tenente-coronel Torres Afonso, *Idem*, 2007, pp. 22, 138.

⁵⁰⁷ Havia um hospital ambulante por cada regimento de infantaria e artilharia e também um por cada brigada de cavalaria e dois batalhões de caçadores, sendo distribuídas a cada uma daquelas unidades, 3 palhoças vazias (barracas), 30 cobertores de lã, 30 pares de lençóis e respectivos instrumentos de cirurgia; Victoriano José César, *op.cit.*, p. 12.

ao seu destino, como pudemos confirmar na ordem do dia, de 25 de Novembro de 1810. Nessa ordem, o marechal Beresford fazia constar, que os doentes chegavam ao hospital provisório de Valada, sediado no concelho, “*sem a guia competente, e sem serem conduzidos por oficiais inferiores que cuidem delles; seguindo-se deste abandono o tornarem-se mais enfermos*”.⁵⁰⁸ Também, numa carta enviada ao Ajudante-General Mosinho em 25 de Janeiro de 1811, pelo responsável pelo Hospital Militar de Abrantes, é solicitado o apoio em víveres, utensílios e o aumento da mesada, para fazer face às novas obras e “*despesas, em alteração dos muitos doentes*”,⁵⁰⁹ que recebia. O que atesta a participação deste hospital no apoio aos indisponíveis, resultantes das operações a decorrer na região de Santarém e as dificuldades que sentia para o realizar.

Mas na recuperação dos indisponíveis, o papel das juntas de exames de cirurgiões militares,⁵¹⁰ também foi determinante para o serviço de saúde da época, ao julgar todos os militares que precisavam de licenças para recuperar do seu estado físico, que exigia cuidados sanitários e repouso. De acordo com as ordens do dia do marechal Beresford, foram licenciados por estas juntas durante a campanha de Santarém, vários oficiais das diferentes unidades do exército português, que estiveram empenhadas no concelho. Num universo de 1.161 dias de licença por motivos de saúde, a unidade com mais oficiais de baixa durante a campanha, foi o regimento de infantaria nº1 da brigada Pack, com um total de 181 dias de dispensas, o que atesta o seu posicionamento crítico no dispositivo de Wellington e o número de feridos e doentes que resultaram das acções de combate, em que esteve envolvido. Com 129 dias de licenças passadas pela junta e autorizadas pelo marechal Beresford, o regimento de infantaria nº 16, da mesma brigada, surge também, como a uma das forças mais afectadas por estas baixas, entre as unidades empenhadas no concelho. Os regimentos de cavalaria nº 7 e nº 4 da divisão do general Fane, com 166 e 154 dias respectivamente, representaram os regimentos em operações na margem esquerda do rio Tejo, com maior número de oficiais indisponíveis. A carestia alimentar e outras dificuldades, sentida pelas forças portuguesas

⁵⁰⁸ Cf. *Colecção das Ordens do Dia do Marechal Beresford*, Ordem do Dia de 25 de Novembro de 1810, p.204.

⁵⁰⁹ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre hospitais*, datada de 24 e 25 de Janeiro de 1811.

⁵¹⁰ A presença destes médicos era de tal forma importante, que num ofício de 10 de Novembro de 1810, enviado por D. Miguel Pereira Forjaz, ao Conde de Resende, deveria ser presente ao conselho de guerra, a determinação do príncipe regente, sobre a sua colocação. O mesmo tinha ordenado, que deveriam ser atribuídos aos corpos de milícias em campanha, um cirurgião-mor (que tinham o posto de capitão) e dois cirurgiões ajudantes (que eram tenentes), vencendo os mesmos durante a guerra, doze mil e seis mil réis, respectivamente. Cf. ANTT, Conselho de Guerra, *Ofício de 10 de Novembro de 1810 de D. Miguel Pereira Forjaz para o Conde de Resende*, mç.111,cx.767, e *Colecção das Ordens do Dia do Marechal Beresford*, Ordem do Dia de 20 de Novembro de 1810, p.201.

sedeadas deste lado do rio, provocada pelas contrariedades do apoio logístico, resultantes do reabastecimento de víveres, fardamento e equipamento, justificará em grande parte, estes números de indisponíveis.

Mas o apoio logístico em campanha, também passava por outros serviços, que funcionavam à parte das actividades, que analisamos anteriormente. Serviços, como aqueles que eram desenvolvidos por carpinteiros, ferradores, espingardeiros, padeiros, a par dos estafetas envolvidos no serviço postal do exército, constituíam outro conjunto de actividades determinantes, para completar o apoio logístico prestado às tropas em campanha.

Os carpinteiros⁵¹¹ que acompanhavam a administração do exército, garantiam tarefas essenciais, que passavam pela manutenção dos carros e carroças usadas nos transportes, assim como as ligadas à construção de barcos e pontes, quando fosse necessário.

Os ferradores, que faziam parte da orgânica dos regimentos de cavalaria num total de oito,⁵¹² existindo um por companhia, eram determinantes na ferragem das cavalgaduras, usadas no transporte dessas tropas. Os espingardeiros⁵¹³ asseguravam a conservação e reparação do armamento orgânico. Por sua vez, os padeiros associados ao serviço de alimentação das tropas, garantiam o fabrico de pão e da bolacha,⁵¹⁴ necessário à subsistência do exército em campanha. Por último, o serviço postal da correspondência do exército, que era determinante para o comando e controlo dos diferentes escalões de comando, ao ponto de Beresford remeter as suas preocupações sobre o serviço, para o governo, através dum ofício que escreveu em 15 de Janeiro de 1811. Segundo ele, devido às irregularidades do correio geral, de pouco lhe servia passar as suas ordens às diferentes autoridades sobre a segurança do reino, “*se estas, ou são retardadas, ou se perdem no mesmo correio*”.⁵¹⁵

⁵¹¹ AHM/ Div. 1/ Sec. 16/ Cx.18/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz; Relação dos nomes, concelhos, naturalidade e filiação de todos os carpinteiros que se matricularam desde o primeiro de Janeiro de 1801 até 20 de Outubro do ano de 1815* datada de 2 de Maio de 1817.

⁵¹² AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx.237/ Doc. nº 22, *Inventário da secretária do depósito geral de cavalaria; Relação dos ferradores que existem nos regimentos de cavalaria*, datada de 27 de Outubro de 1812.

⁵¹³ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx.410/ Doc. nº 23, *Cédulas de crédito sobre o pagamento das praças, corneteiros e espingardeiros do Batalhão de Caçadores 1, durante a Guerra Peninsular, datadas de 27 de Janeiro de 1827.*

⁵¹⁴ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx.16/ Doc. nº 44, *Relação dos padeiros que estão prontos a fazer bolacha*, datada de 7 de Fevereiro de 1811.

⁵¹⁵ AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1, *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre o correio geral do exército*, datada de 15 de Janeiro de 1811.

CONCLUSÃO

Com a ocorrência da terceira invasão francesa em Portugal, o concelho de Santarém foi um dos mais atingidos pelas operações militares que decorreram nesta campanha, sofrendo, na época, uma grande perturbação na sua vida social e económica, assim como profundas alterações na organização administrativa e castrense. A ocupação do concelho pelos exércitos de Massena e Wellington trouxe, entre Outubro de 1810 e Março de 1811, vários impactos que se repercutiram na vivência das suas populações e na administração local do município. O concelho sofreu ainda um forte declínio na sua actividade económica e, enquanto área de operações da invasão, foi palco da disposição de diferentes forças do exército português, que nele realizaram várias acções em combate durante a campanha de Santarém.

Com o nosso esforço centrado nos impactos sofridos pela estrutura social do concelho, verificámos a primeira hipótese da nossa investigação, ao provarmos que houve um aumento acentuado da mortalidade da população civil no concelho, devido à presença dos exércitos. Concluímos, com a análise dos óbitos ocorridos nos anos de 1810 e 1811, que entre os meses de Março e Junho de 1811, se registou um acréscimo anormal de óbitos no concelho em comparação com as ocorrências de 1810.

Assim, no mês de Março, houve um total de 287 óbitos no concelho, atingindo o mês de Abril um número recorde de 439 óbitos, constituindo o pique deste fenómeno. O mês de Maio com 350 averbamentos e Junho com 240, completaram este ciclo de incremento da mortalidade. No último semestre do ano de 1811, os valores tenderam a normalizar-se, num período em que os franceses já tinham saído do país.

Como observámos, o concelho vivia então num cenário onde eram comuns as pilhagens, a destruição e os incêndios de culturas, juntamente com a inviabilidade de qualquer tipo de sementeira. Surgiram, com a chegada da primavera e após a retirada dos exércitos, situações de grande carência alimentar, que justificam, em parte, os valores referidos. Também a saúde pública piorou neste período, irrompendo situações de maior facilidade de contágio perante doenças e epidemias, devido ao característico calor húmido primaveril. Mas a evasão das populações e dos religiosos, (outro dos efeitos da ocupação militar), explicam também estes índices de mortalidade. Muitos dos registos de óbitos são tardios, assinalados com maior frequência a partir de meados de Março, com a sua maior incidência a acontecer em Abril, mês de regresso em massa das populações às suas paróquias, após a retirada do inimigo.

Foram causas determinantes deste aumento da mortalidade, a fome e a doença provocadas pela ocupação, às quais se juntaram o conjunto de atrocidades e excessos cometidos sobre a população civil pelo exército inimigo e, em algumas circunstâncias pelo exército aliado. Estes actos de guerra, provocaram também junto das populações do concelho, situações de grande adversidade, tendo-se constituído como outra das razões que justificaram o acréscimo de mortalidade verificado.

Ainda no âmbito do estudo dos diferentes impactos que se reflectiram na vida das populações do município, apurámos que a segunda hipótese formulada se verificou, ao concluirmos que o deslocamento forçado de muitos habitantes das populações afectadas pela ocupação se realizou para as freguesias do concelho situadas na margem esquerda do rio Tejo. Ao analisarmos os registos paroquiais das freguesias da margem esquerda do concelho, no período da ocupação, os dados recolhidos confirmaram este sentido dos deslocamentos dentro do município, com um grande número de habitantes da margem direita a morrer nas freguesias mais próximas da margem esquerda. Num universo de apenas 6 freguesias do concelho situadas na margem esquerda, tivemos praticamente os mesmos óbitos, das 41 freguesias da outra margem, números que confirmaram a procura de refúgio nessa margem do Tejo. Num contexto de mobilidade permanente, imposto quer pela política da terra queimada, quer pela presença dos franceses, surgiram durante a ocupação militar do concelho, registos de óbitos nestas freguesias de refúgio que espelharam também o fenómeno de desorganização social que se vivia no concelho. São realmente muitos os registos de indivíduos provenientes das povoações afectadas pela ocupação militar, que foram averbados como desconhecidos pelos sacerdotes nessas paróquias de asilo.

Com a análise dos impactos económicos sofridos pelo município, verificámos igualmente a terceira hipótese, onde se confirmou o declínio da vida económica do concelho, devido à destruição e necessidade de recursos por parte dos exércitos, durante a campanha militar. Causas como o saque francês e a política da terra queimada tiveram assim fortes implicações de carácter económico. Ao contribuírem para a destruição das culturas, avultados prejuízos na cobertura vegetal e para a dizimação dos gados, provocaram quebras invulgares na produção agrícola, pecuária e na silvicultura, tendo-se atingindo valores fora do normal em relação aos anos agrícolas comuns, cujos prejuízos dependiam apenas das condições climatéricas adversas. Mas os impactos na agricultura não foram excepção. Houve também, neste período, o desmantelamento de várias fábricas no concelho, por acção dos franceses e dos aliados através da política da terra queimada, comprometendo assim, de forma decisiva, o

futuro da indústria nacional. Por sua vez, o concelho que se tinha transformado num verdadeiro campo de batalha, apresentava uma situação caótica nos transportes de mercadorias fluviais e terrestres dentro do seu próprio espaço e no intercâmbio com outras regiões, sendo prejudicadas, desta forma, as actividades comerciais do concelho.

Perante este panorama, analisámos ainda as medidas que foram tomadas para repor a normalidade na medida do possível no concelho, tentando socorrer as populações foragidas e as terras invadidas, de forma célere, e com todos os apoios possíveis. A crueldade dos franceses, a par da política da terra queimada, tinha reduzido o concelho a um estado de extrema ruína, pensando-se que qualquer apoio, apesar de generoso, podia não ser suficiente. Com a análise da distribuição do donativo britânico e das providências reais, analisámos a forma como o concelho de Santarém foi apoiado no restabelecimento dos antigos modos de vida dos seus habitantes e na possibilidade de tornar habitável o que restava das suas propriedades.

No concelho de Santarém, a ocupação dos exércitos não projectou apenas reflexos no seu quotidiano social e económico; transformou também o quotidiano político do município. Do estudo que fizemos dos impactos políticos sofridos pelo município e através da análise das actas da câmara municipal no período abordado, apurámos que a quarta hipótese se verificava, ao confirmarmos uma preocupação evidente da administração municipal após a ocupação, materializada nas deliberações que visavam a recuperação do património local. Apesar de não termos desenvolvido os impactos políticos locais durante o período da ocupação, (devido à inexistência de actas da câmara, pela fuga dos seus representantes), foram contudo evidentes, nas reuniões da câmara, após a extrema devastação que afectou o concelho, as preocupações com a rápida reabilitação do património público e privado, tanto civil como religioso. Além da administração municipal, os religiosos também confirmaram os efeitos invulgares da presença francesa e a forma determinante como afectaram o parque patrimonial do concelho.

Com um terreno adequado para a manobra de forças terrestres apeadas e montadas e uma rede hidrográfica que o tornava num lugar com excelentes vias de comunicação, o concelho de Santarém surgiu na época como uma das mais importantes áreas de operações da terceira invasão francesa. No seu espaço concelhio havia mesmo um corredor de mobilidade que se transformou numa das áreas mais importantes para o deslocamento de forças militares no século XIX, com início na passagem de Rio Maior junto ao maciço orográfico da Serra dos Candeeiros e que se prolongava até ao rio Tejo nas proximidades da vila de Santarém.

Em termos militares, podemos afirmar que o concelho de Santarém era, no século XIX, uma área determinante para a conduta da guerra nesse período. Fazendo parte do teatro de operações da antiga província da Estremadura, não era apenas uma região de passagem nem de ligação entre outras, mas sim uma zona que assumia uma posição estratégica de protecção directa e imediata ao principal e decisivo objectivo português: a cidade de Lisboa. Foi por estas razões que Massena escolheu posicionar-se em Santarém após a retirada das linhas de torres, aguardando por reforços que lhe permitiriam atacar novamente as linhas e chegar assim a Lisboa, ou então retirar com vantagem caso os mesmos não chegassem, como viria a acontecer.

Ao estudarmos o quotidiano castrense do concelho dessa época conturbada, confirmámos a quinta hipótese, designadamente ao avançar com as posições ocupadas pelas diferentes unidades do exército português dispostas no concelho, a par das suas diferentes acções realizadas em combate e a respectiva subsistência durante a campanha de Santarém. Esta pesquisa foi realizada com base em mapas da época mandados elaborar pelos comandantes dos diferentes regimentos de infantaria, cavalaria e batalhões de caçadores que participaram em operações no concelho. Neles, estavam referidas as suas localizações no espaço concelhio e as respectivas acções em combate.

Esta presença de unidades portuguesas em operações no concelho, deve-se ao facto do exército de Massena ter organizado solidamente, como averiguamos, parte das suas forças em várias posições defensivas na região de Santarém, o que levou Wellington a montar também um dispositivo defensivo com várias forças na linha Santarém - Rio Maior, contrapondo, desta forma, o posicionamento táctico francês. Pelo que foi exposto, podemos afirmar que a linha Santarém-Rio Maior evidenciou, na época, uma grande importância em termos tácticos. Totalmente inserida nas imediações do concelho, foi, durante o período em estudo, uma importante linha geral de defesa das forças anglo-portuguesas, tendo sido ocupada por várias unidades portuguesas. Ao conjunto de alturas que formavam a linha, juntavam-se também no dispositivo de Wellington os terrenos planos da lezíria entre a ponte da Asseca e o rio Tejo, ocupados por tropas de Craufurd, onde se inseriam também forças portuguesas. Com esta postura, Wellington adoptou no concelho de Santarém um dispositivo característico de uma operação de defesa, desde o rio Tejo nas imediações da vila até à região de Rio Maior, onde estavam posicionadas várias unidades portuguesas que realizaram diferentes acções em combate na região entre Novembro de 1810 e Março de 1811. Fora deste dispositivo, colocou ainda forças em terrenos do concelho na margem esquerda do rio Tejo, com a participação de

várias unidades do exército português, evitando assim a possibilidade do exército francês manobrar na província do Alentejo, utilizando dessa forma os recursos existentes nessa região. No que diz respeito ao apoio logístico em campanha prestado às unidades empenhadas, foram evidentes as dificuldades por que passaram as tropas portuguesas no reabastecimento de víveres, fardamento e equipamento. O mesmo se verificou com o apoio em transportes e as actividades desenvolvidas pelo serviço de saúde, durante o período em que essas unidades, operaram no concelho.

As razões para não estudarmos de forma mais profunda este domínio, relevando todas as pequenas unidades do exército de Wellington e de Massena empenhadas no município de Santarém, resultam de algumas limitações inferidas á nossa investigação. Verificou-se a inexistência de informação pormenorizada nas fontes e bibliografia consultada, designadamente sobre a localização, acções de combate e subsistência em campanha dos batalhões e regimentos de 1ª linha, britânicos e franceses. Foi, no entanto, encontrada no Arquivo Histórico Militar, grande quantidade de informação sobre as unidades militares portuguesas do mesmo escalão. Uma visita aos arquivos franceses e ingleses especializados, onde se encontrará eventualmente este tipo de documentação, poderia resolver pelo menos, parcialmente o problema, mas torna-se de difícil concretização, por razões logísticas e limitações que se prendem com as dimensões da dissertação e os prazos para a sua conclusão. Uma investigação futura poderá utilmente completar esta perspectiva da nossa história militar local e regional.

Verificámos, que a ocupação militar do concelho de Santarém durante a terceira invasão francesa provocou grandes alterações na vida social e económica e na respectiva organização administrativa e castrense. Foi, neste cenário de desordem profunda, que o concelho viu aumentar a sua mortalidade com a propagação de várias doenças e moléstias em 1811. Sentiu ainda a degradação das condições de vida e a fuga dos seus habitantes, por acção da fome e miséria resultantes do cortejo de pilhagens realizadas pelo invasor; a par da destruição das culturas, morte do gado e abandono dos campos, resultantes da aplicação da politica da terra queimada. Estas realidades acarretaram várias consequências, que se reflectiram na sua prosperidade ao longo de todo o século XIX. Mas a terceira invasão francesa foi também um momento de afirmação da vontade do povo do concelho de Santarém em defender a soberania nacional. De forma inevitável, todo este contexto contribuiu decisivamente para a queda do regime absolutista e para a emergência dos ideais liberais, que se opunham à situação de dependência inglesa em que o país se encontrava.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)

CHANCELARIA DE D. JOÃO VI

Registo de Doações, Ofícios e Mercês; **Livro 15**; fls. 150, 151v. e 215v.

CONSELHO DE GUERRA

Ofício de 10 de Novembro de 1810, de D. Miguel Pereira Forjaz para o Conde de Resende; mç.111, cx.767.

DESEMBARGO DO PAÇO / Repartição da corte, Estremadura e ilhas; Santarém.

Provisão, na forma da resposta do procurador da coroa, Lisboa, 23 de Maio de 1812; mç.399, cx. 495, doc.21.

Provisão, na forma da resposta do provedor da coroa, Lisboa, 22 de Agosto de 1825; mç. 411, cx. 508, doc.8.

FUNDO DAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS

Memórias paroquiais das antigas freguesias do concelho de Santarém, em “[tt on line.dgarq.gov.pt](http://tt online.dgarq.gov.pt)”

FUNDO DOS REGISTOS PAROQUIAIS

Registos paroquiais das antigas freguesias do concelho de Santarém:

Abitureiras, óbitos (1654-1821)
Acanhões, óbitos (1808-1847)
Almoster, óbitos (1680-1850).
Alpiarça, óbitos (1810-1813)
Azinhaga, óbitos (1811-1830)
Azóia de Baixo, óbitos (1716-1848)
Cartaxo, óbitos (1811-1849)
Casével, óbitos (1790-1849)
Chouto, óbitos (1720-1834)
Ereira-Lapa, óbitos (1811-1833)
Hospital Real de Santarém (1758-1821)

Outeiro da Cortiçada (1811-1815)
Pinheiro Grande, óbitos (1667-1851)
Pombal, óbitos (1729-1851).
Pontével, óbitos (1811-1846)
Povia de Galegos, óbitos (1679-1831).
Raposa, óbitos (1706-1844)
S. Lourenço, óbitos (1804-1852)
S. Tiago, Mistos (1793-1844).
S. Nicolau, óbitos (1810-1819).
Santa Cruz, óbitos (1811-1836)
Santa Maria de Alcáçova, óbitos (1811-1848)
Santa Marta de Monção de Benfica, óbitos (1746-1845)
São João Evangelista de Alfange, óbitos (1800-1852)
São Julião, óbitos (1811-1852)
São Lourenço, óbitos (1804-1852)
São Martinho, óbitos (1811-1849)
São Vicente do Paul, óbitos (1811-1826)
Valada, óbitos (1747-1819)
Vale da Pinta, óbitos (1803-1824)
Vale de Cavalos, óbitos (1790-1834)
Vale de Santarém, Mistos (1810-1828)
Várzea, óbitos (1811-1849)

Registos paroquiais das antigas freguesias do concelho de Alcanede:

Alcobertas, óbitos (1790-1834)
Abrã, óbitos (1811-1846)

Registos paroquiais das antigas freguesias do concelho de Pernes:

Arneiro das Milhariças, óbitos (1810-1819)
Louriceira, óbitos (1759-1821)

INTENDÊNCIA GERAL DA POLÍCIA

Contas para as secretarias de estado desde 13 de Dezembro de 1809 até 18 de Março de 1811; Livro 11.

Contas para as diferentes secretarias de estado, desde 18 de Março de 1811 até 5 de Agosto de 1811; Livro 12.

Contas para as diferentes secretarias de estado, desde 6 de Agosto de 1811 a 22 de Dezembro de 1812, Livro 13.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ECLESIASTICOS E JUSTIÇA,

Memória de José Maria das Neves Costa de 24 de Maio de 1809, com aditamento de 1814; mç 190, cx. 157, doc n° 4.

MINISTÉRIO DO REINO

Ofício do Palácio do Governo de 7 de Setembro de 1813; mç.291, cx. 398.

Ofício de 8 de Abril de 1811, da Junta da Direcção geral de Provimientos de Boca para o Exército; mç.362, cx. 484, mçt.3.

PROVEDORIA DAS LEZÍRIAS

Petições de 8, 11 e 12 de Outubro de 1811, do Almojarifado da jugada de Santarém; mç 18 (1811-1813)

1.2. ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM)

1ª DIVISÃO / 14ª SECÇÃO:

Breve memória sobre a invasão do exército inimigo comandado por Massena no lugar do Cartaxo, em Outubro de 1810 do pároco António Teixeira Leitão; cx.n° 286, doc. n° 26

Relações das posições dos Regimentos de Infantaria 1 a 24, cx.n° 293, doc. n° 2

Relações da posição dos Regimentos de Cavalaria 1 a 12, Regimentos de Infantaria 3, 5, 6, 8 a 11, 13, 15, 17, 18, 21, 23 e 24 e mapa do Estado Maior e mais pessoas empregadas na Torre de São Julião da Barra, cx.n° 293, doc. n° 3

Relações das posições dos Batalhões de Caçadores 1 a 12 e dos 1º e 2º Batalhões da Leal Legião Lusitana, cx.n° 293, doc. n° 5

Relação da posição dos corpos de linha, Milícias e pessoal, cx.n° 293, doc. n° 1.

Correspondência do marechal Beresford para D. Miguel Pereira Forjaz; cx.n° 22, doc n° 1 e 2.

Relação de batalhas, acções, sítios, assaltos, bloqueios, defensas de praças e defensas de outros lugares em que se achou, o Batalhão de Caçadores 1, 3, 4, e 6, cx. 206, doc. n° 4, 6, 8, 11 e 15.

1.3. ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO DE LISBOA (AHPL)

Expediente (1809-1812):

Requerimento de Francisco José Ferreira da villa de Santarém, em 4 de Julho de 1811.

Edita do patriarca eleito de 14 de Março de 1811.

Expediente (1813-1814):

Requerimento ao Patriarca eleito de José Maria Leal de S. João evangelista de Alfange em 4 de Junho de 1813.

1.4. ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM (ADS)

Livro dos Próprios de Santa Maria de Alcáçova, (1810-1811); Cota: C/63

Fundo de registos paroquiais das antigas freguesias do concelho de Santarém:

Achete, óbitos (1811-1829).

Santo Estêvão do Milagre, óbitos (1802-1854).

Fundo de registos paroquiais das antigas freguesias do concelho de Alcanede:

Alcanede, óbitos (1811-1858).

Fundo de registos paroquiais das antigas freguesias do concelho de Pernes:

Malhou, óbitos (1801-1859).

1.5. ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTARÉM (ASCMS)

Livros de receitas e despesas; Livro 1225 e Livro 1226.

1.6. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL / Secção de Reservados (BNP)

Colecção Pombalina:

Relation de quelques évènements remarquables de la campagne de Massena en Portugal, par un officier qui accompagna l armée française, 1810, ms. 747; fls. 1 a 20.

1.7. BIBLIOTECA NACIONAL DA AJUDA (BNA)

Mapa geral dos estragos que fêz o exército francês na vila de Santarém e nas freguesias e vintenas do seu termo sitas ao Norte do Rio Tejo; quando invadiu a província da Extremadura em Outubro de 1810; ms.54-XI-23; N.º 153:

Extractos da folha inglesa Times desde 24 de Março a 19 de Abril de 1811; ms.54 – V – 41.

1.8. BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SANTARÉM (BMS)

Livro de Actas da câmara municipal de Santarém de 14 de Outubro de 1807 a 20 de Julho de 1811. Livro 1248.

Livro de Actas da câmara municipal de Santarém de 24 de Julho de 1811 a 23 de Junho de 1814. Livro 1249.

Petição que fazem os lavradores da vila de Santarém, ao seu senado, para serem indemnizados pelos estragos causados em seus campos, pelas invasões militares. s.d. / s.l.

2. FONTES IMPRESSAS

2.1. FONTES COEVAS

A campanha de Portugal: 1810-1811, Lisboa, Impressão Régia, 1811.

COLLECÇÃO DAS ORDENS DO DIA do illustrissimo e excellentissimo senhor Guilherme Carr Beresford, comandante em chefe dos exércitos de S.A.R., o príncipe regente nosso senhor; Lisboa, por António Nunes dos Santos, impressor do quartel-general; anos de 1810 e 1811.

CONTA PUBLICADA pela comissão encarregada de dirigir a distribuição do donativo votado pelo parlamento do Reino-Unido, da Grã-Bretanha e Irlanda, para socorro das terras de Portugal devastadas pelo inimigo em 1810. Edição bilingue, Lisboa, Impressão Régia, 1812.

Relação da derrota dos francezes: a sua retirada de Santarém, e a entrada dos Hespanhoes em Madrid e Sevilha. Lisboa, Impressão Régia, 1811.

Relação da viagem de Massena a Portugal: dialogo entre Massena e Napoleão; Lisboa, Impressão Régia, 1811.

Relação do combate de Abrantes, e destroço que tiverão os franceses, e a grave ferida que recebeu o general Junot de huma bala de fuzil. Lisboa, Impressão Regia, 1811.

Relação official do combate d' Alcanede, e outros em que os franceses forão destróçados, e da comunicação aberta de Madrid, e Elvas com Badajoz e Campo Maior. Lisboa, Impressão Regia, 1811.

CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da, *Memória do que aconteceu ao santo milagre de Santarém pela invasão dos francezes naquella vila, em o mez de Outubro de 1810*, Lisboa, Impressão. Régia, 1811.

FRIRION, Barão, *Journal historique de la campagne de Portugal entreprise par les Francais sous les ordres du Marechal Massena*, 1841.

GUINGRET, M., *Relation historique et militaire de la Campagne de Portugal sous le maréchal Masséna, prince d'Essling: contenant les opérations militaires qui se rapportent a l'expédition de Masséna, et les divers faits de l'armée de Portugal, jusqu'a la fin de la guerre d'Espagne*, Limoges, chez Bargeas, imprimeur-libraire, 1817.

LEITÃO, João de Sousa Pacheco, *Reflexões militares sobre as campanhas dos franceses em Portugal*, Rio de Janeiro, Impressão Régia. 1812.

PORTUGAL, Cândido Justino, *MEMORIAS DAS PRINCIPAES PROVIDENCIAS dadas em auxilio dos povos, que pela invasão dos francezes nas províncias da Beira e Estremadura, vierão refugiar-se à capital no anno de 1810, ordenadas e oferecidas a sua alteza real, o príncipe regente nosso senhor*; Lisboa, Officina António Rodrigues Galhardo, 1814.

SILVA, Luís Duarte Villela da, *Memorias historicas da insigne e real collegiada de Santa Maria de Alcaçova da villa de Santarem, offerecidas a El-Rei D. João V*, Lisboa, Impressão Régia, 1817.

SILVA, Luiz Gonzaga, *Introdução Histórico-Médica para as observações médicas em a villa de Santarém, exigidas pela portaria de 24 d'Outubro de 1812*, in *Jornal de Coimbra*, vol. IV, nº XIX, Julho de 1813,

2.2. ROTEIROS DE FONTES, INVENTÁRIOS, RECOLHAS BIBLIOGRÁFICAS E COLECTÂNEAS DE DOCUMENTOS

BETTENCOURT, Cardoso de, *Catálogo das obras referentes à Guerra da Península / Biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa*; Lisboa, BAC, 1910.

CHABY, General de Brigada Cláudio de, *Excerptos históricos e colecção de documentos relativos à guerra denominada da península e as anteriores de 1801 e de Roussilon e Cataluña*, vol. VI e VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.

-----*Synopse dos decretos remetidos ao extincto Conselho de Guerra de 1779 a 1834.*, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

PORTUGAL, Biblioteca Nacional de, *Subsídios para a Bibliografia da História Local Portuguesa*, Lisboa, BNP, 1933.

SANTOS, Coronel H. Madureira, *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra (na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby)*, separata do boletim do AHM, vol. VI, Reinado de D. Maria I (3ª parte; Janeiro de 1807 a Março de 1816), Lisboa, AHM, 1966.

SEPULVEDA, Coronel Christovam Ayres de Magalhães, *Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular: contendo a indicação das obras impressas e manuscritas em português, hespanhol, catalão, inglês, italiano, alemão, latim, etc*; Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

2.3. PERIÓDICOS

GAZETA DE LISBOA; números de Outubro de 1810 a Março de 1811.

3. FONTES ICONOGRÁFICAS E MAPAS

3.1. ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM)

Gravuras:

Gravura da Invasão de Portugal pelos franceses, A7 – PQ – 03.A

Gravura de aldeões fugindo do invasor, A7 – PQ – 03.B

Gravura das tropas atravessando o rio Tejo, em barcos, A7 – MD – 01

Gravura de soldados descansando num vale, com carros de bois, A7 – MD – 02

Gravuras de Personalidades da Guerra Peninsular, P 30 A e C / P 47 A.

Mapoteca: 3ª DIVISÃO / 47ª SECÇÃO:

Efectivos ingleses durante a guerra Peninsular. Carta da região definida pelo perímetro Santarém – Almeirim – Salvaterra – Sobral – Torres Vedras – Alcoentre – Rio Maior. Sem pormenores corográficos, apenas com a localização das povoações, nº 16 749, AV 3; (1 de Fevereiro de 1811)

Carta de Santarém e arredores próximos. Além da carta, contém duas vistas panorâmicas de Santarém, uma tirada do Tejo, outra de Rio Maior, nº 17 932 / 5, AV 6; (1801)

Mapa do itinerário que trouxe o general Massena, quando com o seu exército invadiu o reino de Portugal em Setembro de 1810 e do que também seguiu, quando em Março do ano seguinte delle se retirou, perseguido pelo exército luso – britânico, nº 29, AV 1.

Planta do rio Tejo, na escala 1:20 000. Com vistas panorâmicas de várias povoações ribeirinhas, nº 18 562 / 6, AH 2 / 7.

3.2. DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DO EXÉRCITO (DIE)

Mapoteca:

PORTUGAL, Arquivo Militar (1802-1868), *Carta militar de Santarém e dos seus arredores*, escala 1:14 000, 1808, Cota: **4694 – 3 – 31 – 43**.

PORTUGAL, Arquivo Militar (1802-1868), *Carta topográfica da província da Extremadura: Compreendida entre o oceano e os rios Tejo, Mondego e Zêzere*, escala 1:250 000, 1829, Cota: **1869 – 2 – 20 – 29**.

RAMOS, Tenente-Coronel Manuel de Souza e **FONSECA**, Segundo-Tenente Jozé Maria, *Mappa topográfico da parte do Tejo, da villa de Abrantes, em que está lançada a ponte das barcas*, 1797, Cota: **422 – 1 – 1 – 1**.

VAUGONDY, Didier Robert de, *Carta dos reinos de Espanha e Portugal, divididos por províncias*, escala 1:2 000 000, Paris, Chez le S.r Delamarche, 1780, Cota: **4503 – 3 – 41 – 56**.

3.3. INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (IGeoE)

EXÉRCITO, Instituto Geográfico do, *Cadastro Militar das folhas nº340, 341, 353, da carta militar de Portugal, série M 888*, escala 1:25 000, Lisboa, IGeoE, 2004.

EXÉRCITO, Instituto Geográfico do, *Cadastro Militar das folhas nº339, 352, 364, da carta militar de Portugal, série M 888*, escala 1:25 000, Lisboa, IGeoE, 2005.

EXÉRCITO, Instituto Geográfico do, *Cadastro Militar das folhas nº 26-2, 27-2, 27-3, da carta militar de Portugal, série M 783*, escala 1:50 000, Lisboa, IGeoE, 2006.

EXÉRCITO, Instituto Geográfico do, *Cadastro Militar das folhas nº 31-1, 31-3, 31-4, da carta militar de Portugal, série M 783*, escala 1:50 000, Lisboa, IGeoE, 2007.

BIBLIOGRAFIA (Citada e Consultada)

1. TEORIA E MÉTODO

AMORIM, Maria Norberta, *Demografia histórica: Um programa de Docência*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1995.

BANDEIRA, Mário Leston, *Demografia – objecto, teorias e métodos*, Lisboa, Escolar Editora, 2004.

CABRAL, Coronel Miranda *Conferências sobre Estratégia; Estudo geo-estratégico dos teatros de operações nacionais*, Lisboa, Topografia Maurício & Monteiro, 1932.

CEIA, Carlos, *Normas para Apresentação de trabalhos científicos*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

DIAS, Carlos Manuel Mendes, *Geopolítica*, Coleção Estratégia e Política Externa, Lisboa, Prefácio, 2005.

FERREIRA, Antero, *Sistemas informáticos para a análise de dados demográficos*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001.

-----*Informatização normalizada de arquivos, reconstituição de paróquias e história das populações*, Braga, Universidade do Minho, 1995.

QUIVY, Raymond e **CAMPENHOUDT**, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998.

SARMENTO, Manuela, *Guia prático sobre a metodologia científica, para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de Investigação Social Aplicada*; Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2008.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos, *Metodologia da Investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos*, Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1998.

2. COROGRAFIAS, ENCICLOPÉDIAS E DICIONÁRIOS

AA.VV., *Dicionário de língua portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2004.

AA.VV., *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. I e II., Lisboa, Publicações Alfa, 1985.

AA.VV., *Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal*, Matosinhos, Publicações Minhaterra, 1996.

AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1967, Volume 31.

BAPTISTA, João Maria, *Chorographia moderna do Reino de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1878.

CÂMARA, Paulo Perestello da, *Diccionario geographico historico politico e litterario do reino de Portugal e seus domínios*, Lisboa, 1850, pp. 97 a 109.

CASTRO, Padre João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, tom.I., Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

COSTA, Américo, *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular: hydrographico, historico, orographico, biographico, archeologico, heraldico [e] etymologico*, vol.XI, Porto, Edição da Livraria Civilização, 1948.

COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*, Lisboa, na Officina de Valentim Costa Deslandes, 1712, tom.III., pp. 240 e 241.

FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam corografica do reyno de Portugal: Que contem huma exacta relaçam de suas provincias, comarcas, cidades, villas, freguesias*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1739.

LEAL, Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, vol. X, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira, 1883.

LEÃO, Duarte Nunez do, *Descripção do Reino de Portugal, em que se trata da sua origem: producções, das plantas, minerais, e fructos : com huma breve noticia de alguns heróis, e também heroínas*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785.

LIMA, D. Luíz Caetano de, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*, Lisboa, na Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, 2º vol., p. 204.

3. OBRAS DE CARÁCTER GERAL

AA.VV., *Grande História Universal: O Mundo Napoleónico*; vol. XXII, Lisboa, Ediclube, 1998.

BALBI, Adrien, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'État actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémishéres*, Paris, chez Reyck Gravier, libraires, 1822.

BANDEIRA, Marquez de Sá da, *Memória sobre as fortificações de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, p. 102.

- BARBOSA**, José de Freitas Amorim, *A minha vida e aventuras, escritas em Outubro de 1876*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- BRANDÃO**, Fernando de Castro, *Da crise do antigo regime à revolução liberal: 1799 a 1820. Uma cronologia*, Lisboa, Europress, 2005.
- CAETANO**, Lucília, *Repercussões da revolução francesa na industrialização de Portugal*, Separata da Revista Portuguesa de História, nº23 Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.
- CERQUEIRA**, Joaquim M. C. Cerqueira, *Agricultura, Solos e Clima*, Lisboa, Colecção Agros, 1978.
- COELHO**, José Maria Latino, *História política e militar de Portugal, desde os fins do XVIII século, até 1814*; Lisboa, Imprensa Nacional, 1874 – 1891.
- COSTA**, Alfredo Augusto d'Oliveira Machado, *A terra portuguesa: Ensaio de corografia científica*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1915, pp.55 a 58.
- CUNHA**, José Correia da, **RAPOSO** José Rasquilho, **GUERREIRO**, António Machado e **ESTEVÃO**, Manuel Lucas, *Estudo da bacia hidrográfica do Tejo*, 1ºvolume: *Caracterização geográfica*, Lisboa, Associação Telecentros Rurais de Portugal, 1999, pp. 1 a 17.
- ELVAS**, Bispo de, *Colecção de alguns manuscritos curiosos do exmo. Bispo d' Elvas, depois Inquisidor Geral*, Londres, Impresso por L. Thompson, 1819.
- ESTATÍSTICA**, Instituto Nacional de, *Anuário estatístico da região do Alentejo*, Lisboa, INE, 2007.
- Anuário Estatístico de Portugal*, Lisboa, INE, 2003.
- O recenseamento da população Portuguesa de 1801 e 1849, edição critica* vol. I, coordenador: Luís Espinha, 2001, Lisboa, INE, 2001.
- A freguesia de S. Martinho da Arrifana de Sousa (1700 — 1729)*, por Geraldo Maria Marques Ferreira dos Santos, Lisboa, INE, 1979.
- Recenseamento da população e da habitação (Alentejo) / Censos 2001*, Lisboa, INE, 2002.
- FERRO**, João Pedro, *A população portuguesa no final do antigo regime: 1750 – 1815*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- FURET**, François e **OZOUF**, Mona, *Dicionário crítico da revolução francesa*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1989.
- GASPAR**, Jorge, *Os Portos Fluviais do Tejo*, Lisboa, Cento de Estudos Geográficos, 1970.

- GIRÃO**, Aristides d' Amorim, *Geografia Física de Portugal*, Coimbra, Livraria Neves Almeida, 1915.
- GULBENKIEN**, Fundação Calouste, *O Censo de Pina Manique – A População de Portugal em 1798*, Paris, FCB, Centro Cultural Português, 1970.
- MIRA**, M. Ferreira de, *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947.
- MOREIRA**, Maria João Guardado, *Vida e Morte no concelho de Idanha – a – Nova: Estudo de Demografia Histórica: Século XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.
- NEVES**, José Acúrsio, *Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção e manufacturas das sedas em Portugal e particularmente sobre a Real Fábrica do subúrbio do Rato e suas annexas*, Lisboa, Impressão Régia, 1827.
- *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa, na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1820.
- *Variedades sobre objectos relativos às artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da economia política*, tomo I, Lisboa, Impressão Régia, 1814.
- OLIVEIRA**, Lopes, *Por terras de Portugal: Paisagens: arte – costumes – roteiros*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1929.
- PITA**, João Rui, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal de 1772 a 1836*, Coimbra, Minerva, 1996, pp. 437 a 451.
- RAMOS**, P. Ferreira, *As principais datas da história de Portugal*, Lisboa, Europa – América, 1993.
- RIBEIRO**, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1963.
- RIPADO**, Mário F. Bento, *Calendário rural. Medidas antigas: algumas conversões e equivalências*, Lisboa, Litexa Editora, Lda, 1991.
- RODRIGUES**, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista; Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento*, Lisboa, Edição Cosmos, 1995.
- SERRÃO**, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*; vol. VII, Lisboa, Verbo, 1994.
- SERRÃO**, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim Faria: 1604-1609-1625*, Lisboa, Academia Portuguesa de Historia, 1974.
- SERRÃO**, Joel e **MARQUES**, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal*; vol. IX, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

SILBERT, Albert, *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

SILVA, Joaquim da Costa e, *Memórias escriptas pelo conselheiro Joaquim da Costa e Silva*, Lisboa, Typografia de António Rodrigues Galhardo, 1823, pp. 13 e 14.

SOUSA, Júlio Francisco José de Sousa, *A Bacia Hidrográfica do Tejo*, in Congresso Ribatejano. *Santarém*, 1923; Lisboa, Casa Progresso, 1924.

SOUSA, Júlio Francisco José de Sousa, *A Bacia Hidrográfica do Tejo*, pp. 70 e 71 in Congresso Ribatejano. *Santarém*, 1923. Lisboa, Casa Progresso, 1924.

4. OBRAS DE CARÁCTER MILITAR

AFONSO, Tenente-coronel Torres, *Cadeira M-151; Logística*, Lisboa, AM, 2007.

BARATA, Manuel Themudo e **TEIXEIRA**, Nuno Severiano, *Nova História Militar de Portugal*, Vol 3, Lisboa, Circulo de Leitores.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira, *As Ordenanças e as Milícias em Portugal: Subsídios para o seu estudo*, 1º vol., Lisboa, Guarda-Mor, 2006.

ENGENHARIA, Escola Prática de., *Manual de Fortificação de Campanha*, Tancos, EPE 2006.

EXÉRCITO, Instituto Geográfico, *Cadastro militar, da carta militar de Portugal 1.25 000*, Lisboa, IGeoE, 1996.

INFANTARIA, Escola Prática de., *Preparação do campo de batalha pelas informações*, Mafra, EPI, 2005.

LAGES, Barão das, *Trinta e cinco annos de vida militar*, Porto, Typographia Peninsular, 1843, pp. 16 e 17.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira, *História do Exército Português*; Lisboa, Inquérito, 1945.

MILITAR, Arquivo Histórico, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 33º vol., Lisboa, Atex Lda., 1963.

MILITARES, Instituto de Altos Estudos, *Dicionário de termos militares*, Lisboa, IAEM, 1977.

PORTUGUÊS, Exército / Comando da Instrução e Doutrina, *Regulamento de campanha; operações / Anexo B: Glossário de termos*, CID, 2005.

PORTUGUÊS, Exército / Estado-Maior do Exército, *Regulamento de Campanha, RC 130-1, Operações*, EME, 1987.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

5. OBRAS ESPECIFICAS SOBRE A GUERRA PENINSULAR

ALMEIDA, Duarte de, *As Invasões Francesas: reinado de D. Maria I – Regência do príncipe D. João: 1777 – 1816*; Coleção Portugal Histórico / 8, Lisboa, João Romano Torres, 1935.

BEÇA, Adriano, *O alto commando portuguez na guerra peninsular*, in *Revista Militar*, Lisboa, Typographia Universal, tom. LXII, 1910, pp. 749 a 767.

BORGES, João Vieira, *A Artilharia na Guerra Peninsular*, Lisboa, Tribuna da História, 2009.

BOTELHO, Tenente-Coronel, J.J. Teixeira, *História Popular da Guerra da Península*; Porto, Livraria Chardron, 1915.

BRANCO, Pedro Soares, *Os uniformes portugueses na Guerra Peninsular*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

CAETANO, António Alves, *A economia portuguesa no tempo de Napoleão, constantes e linhas de força*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de, *Guerra Peninsular: notas, episódios e extractos curiosos*, Coimbra, Typografia Auxiliar d' Escriptorio, 1910.

CENTENO, João, *O Exército Português na Guerra Peninsular: Do Rossilhão ao fim da segunda Invasão Francesa (1807-1810)*, Lisboa, Prefácio, 2008.

DELAFOSSÉ, J.B., *Campagnes ou Souvenirs Militaires*, Havre, Imprimerie Alph. Lemale, 1850, pp. 103 a 120.

ESTRELA, Jorge, *Leiria no tempo das invasões francesas*, Lisboa, Gradiva, 2009.

FERRAZ, Ivens, *O alto commando inglez na guerra peninsular*, in *Revista Militar*, Lisboa, Typographia Universal, tom. LXII, 1910, pp. 739 a 748.

FERREIRA, Tenente-Coronel Arnaldo Manuel de Medeiros, *História Militar / Idade Contemporânea / As Invasões Francesas em Portugal*, IV vol, Lisboa, Academia Militar, 1986.

GIL, Ferreira, *A infantaria portuguesa na guerra peninsular*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1913.

HAY, Andrew Leith, *Peninsular Sketches: By actors on the scene*; London, Henry Colburn, 1845

- JONES**, John T. Jones, *Account of the war in Spain and Portugal and in the south of France*, London, 1818.
- LIMA**, Augusto César Pires de, *As invasões francesas na tradição oral e escrita*, Porto, Tipografia Sequeira, 1922.
- LONDON**, Society for promoting, Christian Knowledge, *The Military Life of Arthur, Duke of Wellington*; Bently, Wilson and Fley, Bangar House, Shoe Lane; 1847, pp. 53 a 65.
- MARCEL**, Nicolas, *Campanhas em Espanha e Portugal (1808-1814)*, Lisboa, Occidentalis, 2008.
- MARTELO**, David, *Os caçadores*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.
- MARTINS**, Rocha, *Episódios da Guerra Peninsular: as três invasões francesas*, Lisboa, Jornal do Comércio, 1944.
- MATOS**, Henrique José Martins de; *O Minho e as Invasões Francesas: uma perspectiva municipal*, Braga, Universidade do Minho, 2000.
- MAXWELL**, William Hamilton; *Peninsular Sketches: By actors on the scene*; London, Henry Colburn, 1845.
- MESQUITA**, Marcelino, *As três invasões francezas*, Lisboa, A editora da colecção, biblioteca do povo e das escolas, 1908.
- NAPIER**, William, *History of the war in the peninsula and the south of France, from the year 1807 to the year 1814*, Vol III, 1862.
- NEVES**, José Acursio das, *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, Lisboa, Officina Simão Thadeo, 1811.
- NÖEL**, Coronel J.N.A., *Souvenirs d'un officier du premier empire*, Paris – Nancy, Berger Levrant, 1895. pp. 125 a 140.
- OMAN**, Charles, *A history of the Peninsula war*, Oxford, Clarendon Press, 1908.
- PEREIRA**, Ana Leonor e **PITA**, João Rui, *Saúde, Farmácia e medicamentos, no período histórico das invasões francesas*, pp. 257 a 271, in AA.VV.; *A Guerra Peninsular – Perspectivas Multidisciplinares*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2007.
- PINTO**, Alexandre Sousa, **CALÇADA**, José Antunes e **SILVA**, Paulo Lopes da *A cavalaria portuguesa na Guerra Peninsular*, Lisboa, Tribuna da História, 2009.
- RODRIGUES**, Manuel A. Ribeiro; **SANTOS**, Carlos Alberto, *Guerra Peninsular, 1806 – 1815, Infantaria*, vol. I, Lisboa, Destarte, 2000.
- *Guerra Peninsular, 1806 – 1815, Cavalaria e companhia de guias*, vol. II, Lisboa, Destarte, 2000.

- RODRIGUES**, Manuel Augusto, *As invasões francesas em cartas pastorais de bispos portugueses: apontamento sobre as invasões francesas*, in Revista História das ideias, Lisboa, nº 7, 1985, pp. 91 a 109.
- RODRIGUES**, Tenente-Coronel José Filipe de Barros, *História Militar – Guerra Peninsular*, sec.IV, Lisboa, Escola Militar, 1935.
- SANTOS**, General José Alberto Loureiro dos, *Algumas lições estratégicas da Guerra Peninsular*, in AA.VV., *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*, Lisboa, Tribuna da História, 2005.
- SEBASTIÃO**, Manuel H.S. Silva, *Apontamento sobre as invasões francesas*, in Revista Militar, Lisboa, Typographia Universal, vol. 46, 1994, pp. 109 a 122.
- SEPÚLVEDA**, Coronel Christovam Ayres de Magalhães, *História Orgânica e Política do Exército Português – Provas*; vol.XI, *Guerra Peninsular*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916.
- SORIANO**, Simão José da Luz, *História do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, tom.III, 1884.
- SOUSA**, Maria Leonor Machado de, *A guerra peninsular em Portugal, relatos britânicos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.
- TOMKINSON**, Wiliam, *The diary of a cavalry officer in the Peninsular War and Waterloo campaigns (1809-1815)*, London, Swan Sonnenschein, 1894.
- VENTURA**, António e **SOUSA**, Maria Leonor Machado de, *Guerra peninsular; 200 anos*, Lisboa, BNP, 2007.
- Batalhas da História de Portugal; Guerra das Laranjas, campanha do Alentejo, 1801*, vol.XII, Lisboa, Quidnovi, 2006.
- *Memórias Francesas sobre a Guerra Peninsular*, pp. 57 a 71, in AA.VV.; *A Guerra Peninsular – Perspectivas Multidisciplinares*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2007.
- VICENTE**, António Pedro, *Manuscritos do Arquivo histórico de Vincennes referentes a Portugal, 1807-1811*, vol. III, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1983.
- Batalhas da História de Portugal, Guerra Peninsular, (1801/1814)*, vol.XIII, Lisboa, Quidnovi, 2006.
- Portugal em 1810: breve relato do Conde de Rosnay que serviu nos Exércitos Napoleónicos*, in Separata de *New lights on the Peninsular war, International Congress on the Iberian Península*, Lisboa, 1991.

-----*A igreja perante a ocupação de Portugal pelo exército napoleónico*, in separata da Revista Espanhola de Teologia, Salamanca, Kadmos, 1987.

-----*O tempo de Napoleão em Portugal: estudos históricos*, Lisboa, CPHM, 2000.

-----*Para a história da engenharia francesa em Portugal: aspectos da actuação do coronel Vicent; (1807/1808)*, Paris, FCG, 1972.

VITORINO, Pedro, *Invasões francesas: 1807 – 1810*, Porto, Figueirinhas, 1945.

6. OBRAS ESPECIFICAS SOBRE A TERCEIRA INVASÃO FRANCESA

BELISÁRIO, Pimenta, *A campanha de Massena em Portugal*, in Revista Militar, Lisboa, Typographia Universal, tom. LXXIII, 1931, pp. 9 a 26.

BUTTERY, David, *Wellington contra Massena – A terceira Invasão de Portugal (1810-1811)* Lisboa, Gradiva, 2008.

CÉSAR, Tenente-Coronel Victoriano José *Invasões Francesas em Portugal: Invasão francesa de 1810*, Lisboa, Typografia da Cooperativa Militar, 3ª parte, 1910.

-----, *As Milícias e as Ordenanças portuguesas durante a Guerra Peninsular*, in Revista Militar, Lisboa, Typographia Universal, tom. LXII, 1910, pp. 829 a 847.

CHAVES, F. Sá, *A cavallaria portugueza nas campanhas de 1810-11*, in Revista Militar, Lisboa, Typographia Universal, tom. LXII, 1910, pp. 768 a 793.

DIAS, Manuel da Costa, *As subsistências dos aliados na campanha contra Massena (1810-1811)*, in Revista Militar, Lisboa, Typographia Universal, tom. LXII, 1910, pp. 848 a 856.

HOWARD, Donald D., *The French Campaign in Portugal, An Account by Jean Jacques Pelet*, University of Minessota, Edited, translated and annotated by Donald D. Howard, 1973.

KOCH, General, *Memórias de Massena*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

MARBOT, General Barão de, *Memórias sobre a 3ª invasão francesa*, Lisboa, Caleidoscópio, 2006.

MELÍCIAS, André Filipe Vítor, *As Linhas de Torres Vedras – Construção e Impactos Locais*, Torres Vedras, Câmara Municipal, 2008.

MILITAR, Redacção da Revista, *Campanha de Portugal em 1810 e 1811*, in Revista Militar, Lisboa, Typographia Universal, tom. XXIII, 1871, pp. 287 A 292 e 296 a 308.

PEDROSA, Augusto Frederico Pinto de Rebello, *Campanha de 1810 em Portugal*, in Revista Militar, Lisboa, Typographia Universal, tom. XXV, 1873, pp. 367 a 382.

PELTIER, Jean Gabriel, *La Campagne de Portugal, en 1810 et 1811 : ouvrage imprimé a Londres, qu'il Était défendu de laisser pénétrer en France, sous peine de mort*, Paris, chez A. Eymery, libraire, 1814.

PINTO, António Florêncio de Sousa, *A campanha de 1810*, in *Revista Militar*, Lisboa, Typographia Universal, tom. X, 1858, pp. 262 a 265; 297 a 299 e 319 a 321.

THOMAZ, Aníbal Fernandes, *Episódios da Terceira Invasão: Diário do General Manuel Ignacio Martins Pamplona: Maio a Setembro de 1810*. Figueira, Imprensa Lusitana, 1896.

VENTURA, António, *Introdução: O filho querido da vitória*, in General Koch, *Memórias de Massena*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

----- *Introdução: O Barão de Marbot e as suas Memórias*, pp. VII a XII, in General Barão de Marbot, *Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa*, Lisboa, Caleidoscópio, 2006.

VICENTE, António Pedro, *Massena in Portugal: An Ill-Prepared Invasion*, Lisbon, Separata de The British Historical Society of Portugal, 1991.

-----, *As Milícias e as Ordenanças portuguesas durante a Guerra Peninsular*, in *Revista Militar*, Lisboa, Typographia Universal, tom. LXII, 1910, pp. 829 a 847.

7. OBRAS ESPECIFICAS SOBRE O CONCELHO DE SANTARÉM

ALMEIDA, Maria Irene Pereira de, *O Concelho de Santarém no Século XIX – Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade*, Tese de Mestrado, Lisboa, 1998.

ARRUDA, João, *Através de Santarém. Notas d' um chronista*. Santarém, Imprensa. Moderna, 1898.

ARRUDA, Virgílio, *Santarém no tempo*, Santarém: Câmara Municipal, 1997.

BARATA, Albertino Henriques, *O termo de Santarém através dos tempos*, in *Correio do Ribatejo* de 28 de Janeiro de 1977, Santarém, CMS, cadernos culturais, 1992.

BARATA, José Henriques, *Fastos de Santarém*, Coimbra, Coimbra Editora, 1947.

BRANDÃO, Zephyrino N.G., *Monumentos e Lendas de Santarém*; Lisboa, Typ. Horas Românticas, 1883.

CÂNCIO, Francisco, *Ribatejo Histórico e Monumental*, Lisboa, Bertrand, 1929.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de, *O Ribatejo: Algumas notas geográficas e Geológicas*, in *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, Santarém, JGDS, 1933.

COSTA, Corrêa da, *Terra Ribatejana*, Lisboa, Tipografia da Associação dos Compositores, 1922.

- CUSTÓDIO**, Jorge, *As linhas de força da História Social de Santarém no século XIX*, Santarém, Junta Distrital, 1977.
- Aspectos da alimentação e da gastronomia em Santarém durante a Guerra Peninsular, segundo John Gordon Smith – (1810-1814)* in actas do II Congresso Nacional de Gastronomia; Santarém, Câmara Municipal, 1996.
- A Vila de Santarém ao tempo da invasão de Massena: Testemunhos e Realidade* in actas do colóquio, *Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal: (1795- 1910)*, Santarém, Câmara Municipal, 1996.
- FEIO**, Areosa, *Santarém. Princesa das nossas vilas*. Santarém, J. Cardoso da Silva, 1929.
- GIRÃO**, Aristides de Amorim, *O Ribatejo* in Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém, Santarém, JGDS, 1933.
- MARTINS**, General Luís Augusto Ferreira, *Santarém – seu valor militar na zona do Ribatejo* in Boletim da Junta da Província do Ribatejo, Santarém, JGDS, 1940.
- PENA**, António, Santarém; *Um roteiro natural do Concelho, Santarém*, António Pena – Consultoria e divulgação de recursos naturais, Lda, 1996.
- PIMENTEL**, Alberto, *A Extremadura Portuguesa*; Lisboa, Empresa da Historia de Portugal, 1908.
- RODRIGUES**, Martinho Vicente Rodrigues, *A vila de Santarém, (1640-1706); Instituições e Administração Local*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2004.
- *A Santa Casa da Misericórdia de Santarém: cinco séculos de história*, Santarém, SCMS, 2004.
- SARMENTO**, Zeferino, *História e Monumentos de Santarém*; Santarém, Câmara Municipal, 1993.
- SERRÃO**, Joaquim Veríssimo, *As razões de um centenário. (conferencia proferida nos paços do concelho de Santarém, em 22 de Dezembro de 1969, no encerramento das comemorações do centenário, da elevação de Santarém a cidade)*, Santarém, CMS / Serviços de Turismo, 1970
- SOUSA**, Francisco Luís Pereira de, *O terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal, Distritos de Santarém e Portalegre*, Lisboa, Tipografia do Comércio, volume II, 1919.
- VASCONCELLOS**, Padre Ignácio da Piedade e, *História de Santarém Edificada, que dá noticia da sua fundação e das cousas mais notáveis nella succedidas*; Lisboa, Lisboa Occidental, 1740.

ANEXO 1 - FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

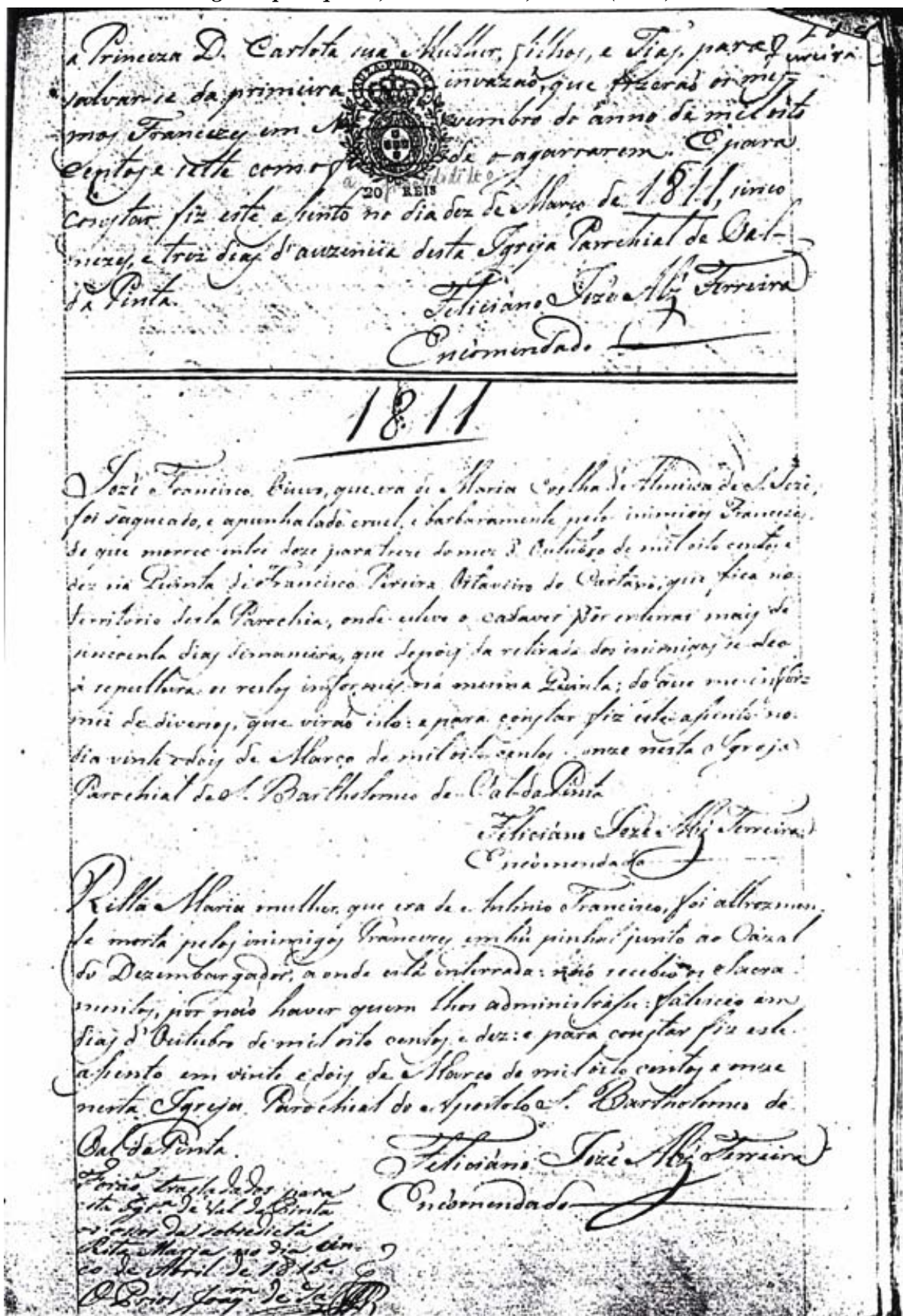
Doc. 1: Breve memória sobre a invasão do exército inimigo comandado por Massena no lugar do Cartaxo em Outubro de 1810, pelo pároco António Teixeira leitão

Breve memoria da barbara Condueta, e inauditas atrocidades cometidas pelo Exercito Francese commandado por Massena neste Lugar do Cartaxo na fatal invasão de Outubro de 1810

No dia cinco de Outubro he q os moradores desta terra começaram a abandonar suas Casas, e quasi tudo que possuíam dentro e fora dellas, e como continuaram a fazer nos seguintes dias, à medida que o inimigo mais se aproximava. A maior parte d'elles se retiraram para a Capital, outros p.^a o Sul do Rio; alguns p.^a Quintas, e montes; e alguns se deixaram ficar, ou de propósito, e com manhas, ou p.^a impossibilidades p.^a se transportarem, ou porque erravam. Se persuadirão que ficando salvarião suas Casas e bens.

No dia dez de Outubro, e nos seg.^s he q os barbares inim.^{os} começaram a entrar neste lugar atravessando

Doc. 2: Fundo dos registos paroquiais, Vale da Pinta, Óbitos (1811)



Doc. 4: Acta da Câmara Municipal de Santarém, com a distribuição das sementes, compradas com o dinheiro do donativo inglês, no concelho. (fólio 26 v.)

e quinhentos reis cada alqueire de gozo reis ouzias de
 deprenderat e repartido com amareira de
 quinze.

1. A João Monturo e Albuquerque alqueires de semente de gozo.
 2. A Doutor João Gonçalves Coutinho doze alqueires
 3. A Francisco de Paula colmeira doze alqueires
 4. A Deremburgador Manoel Estanico Cabral doze alqueires
 5. A João Pedro Angelito doze alqueires
 6. A Simão Estanico Marcelino Pinho doze
 7. A Estanico Henrique Estanico doze alqueires
 8. A João Ferreira da Cruz Pinho doze alqueires
 9. A Francisco Inacio de Siqueira doze alqueires
 10. A Dona Anna Joaquina de Jesus Alentejo doze alq.
 11. A Agnacio da Costa Margalhães doze alqueires
 12. A Estanico de Oliveira Pinho doze alqueires
 13. A Francisco Leite eadre Alentejo doze alqueires
 14. A Bernardino João Cardoso alqueires doze
 15. A Dona Maria Getrudy p. a pessoa de um franco e Capitaes
 16. A João de gozo e Capitaes de Cavallos João Ant. doze alq. e de gozo
 17. A João João Estanico doze alqueires
 18. A Dona Estanico de Souza Coutinho doze alqueires
 19. A Estanico Francisco de Magalhães doze alqueires
 20. A João Estanico Barboza doze alqueires
 21. A Thomas Albuquerque Barqueiro doze alqueires
 22. A João Silveiro de Souza doze alq. e de gozo
 23. A Estanico Genoveza de Souza de Cabeca de Coutinho doze alq.
 24. A Estanico João Ferreira de Almeida doze alqueires
 25. A Estanico João de Caria Sim. de Almeida doze alq. e de gozo
 26. A Estanico de Almeida com de Almeida doze alq.
 27. A Estanico João Duarte Trageiro de Almeida doze alq.
 28. A João Estanico de Almeida doze alq. e de gozo
 29. A Estanico Francisco de Almeida doze alqueires
 30. A Estanico Estanico Cabral doze alq.
 31. A Estanico de Almeida doze alq. e de gozo
 32. A Estanico de Almeida doze alqueires
 33. A Estanico Estanico doze alqueires
 34. A Estanico João doze alqueires
 35. A João Pedro Leite doze alq. e de gozo
 36. A Estanico Estanico doze alqueires
 37. A Estanico Estanico doze alqueires
 38. A Estanico Estanico doze alqueires
 39. A Estanico Estanico doze alqueires
 40. A Estanico Estanico doze alqueires
 41. A Estanico Estanico doze alqueires
 42. A Estanico Estanico doze alqueires


Doc. 5: Quadro das batalhas e acções de uma força do exército português, durante a campanha de Santarém. (AHM)

Batalhões de Caçadores Nº 6		
Batalhas, accções, sitios, assaltos, e de guerras defensivas de Praças, e defensas de outros lugares em que se achou	Epocas	Que fora combatido ou esteve presente
Do Vimeiro	21 de Agosto de 1808	Estive presente toda a Bat.
Do Bussaco	27 de Setembro de 1810	Combatido toda a Batalha
De Fuentes de Onoro	5 de Maio de 1811	Combatido toda a Batalha
Do Pyreneos	28 e 30 de Julho de 1811	Combatido toda a Batalha
Do Nivelle	10 de Novembro de 1811	Combatido toda a Batalha
1.ª Do Nive	9 de 12 de Dezembro de 1811	Combatido toda a Batalha
5.ª De Lisboa	27 de Fevereiro de 1812	Combatido toda a Batalha
De Oporto	10 de Abril de 1812	Combatido toda a Batalha
1.ª De Vitoria	21 de Junho de 1813	Combatido toda a Bat.
De Rolica	18 de Agosto de 1808	Combatido toda a Batalha
De Rio Maior	11 de Fevereiro de 1811	Combatidas duas Compañias, esteve presente o resto da Batalha.
De Rio Maior	19 de Fevereiro de 1811	Combatidas duas Compañias, esteve presente o resto da Batalha.
De Redinha	12 de Maio de 1811	Combatidas duas Compañias, esteve presente o resto da Batalha.
De Fuentes de Onoro	3 de Maio de 1811	Combatido toda a Batalha
+ De Trujillo de Huelva	28 de Outubro de 1811	Combatido toda a Batalha
+ De Berlanga	10 de Julho de 1812	Combatida uma Compañia, esteve presente o resto da Batalha.

Doc. 6: Mapa com o posicionamento, de uma força do exército português, durante a campanha de Santarém. (AHM)

Conta-se neste Batalhão o serviço de Campanha de 1.º de Janeiro de 1803 até 13 de Agosto de 1814 dias

Posição do Batalhão de Caçadores N.º 1.



ANOS.	Janeiro.	Fevereiro.	Março.	Abril.	Maio.	Junho.	Julho.	Agosto.	Setembro.	Outubro.	Novembro.	Dezembro.
1809.	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo	Salvaterra do Extremo
1810.	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte
1811.	Valle	Valle	Valle	Valle	Valle	Valle	Valle	Valle	Valle	Valle	Valle	Valle
1812.	Quella de Asaba	Quella de Asaba	Quella de Asaba	Quella de Asaba	Quella de Asaba	Quella de Asaba	Quella de Asaba	Quella de Asaba	Quella de Asaba	Quella de Asaba	Quella de Asaba	Quella de Asaba
1813.	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte
1814.	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte	Monte de Monte

Doc. 7: Extracto de uma carta de S. Exa. o Marechal Beresford dirigido ao Exmo Sr. D. Miguel Pereira Forjaz. (AHM)

N.º 17
 Arzjo e Burpond.
 entoadjant.

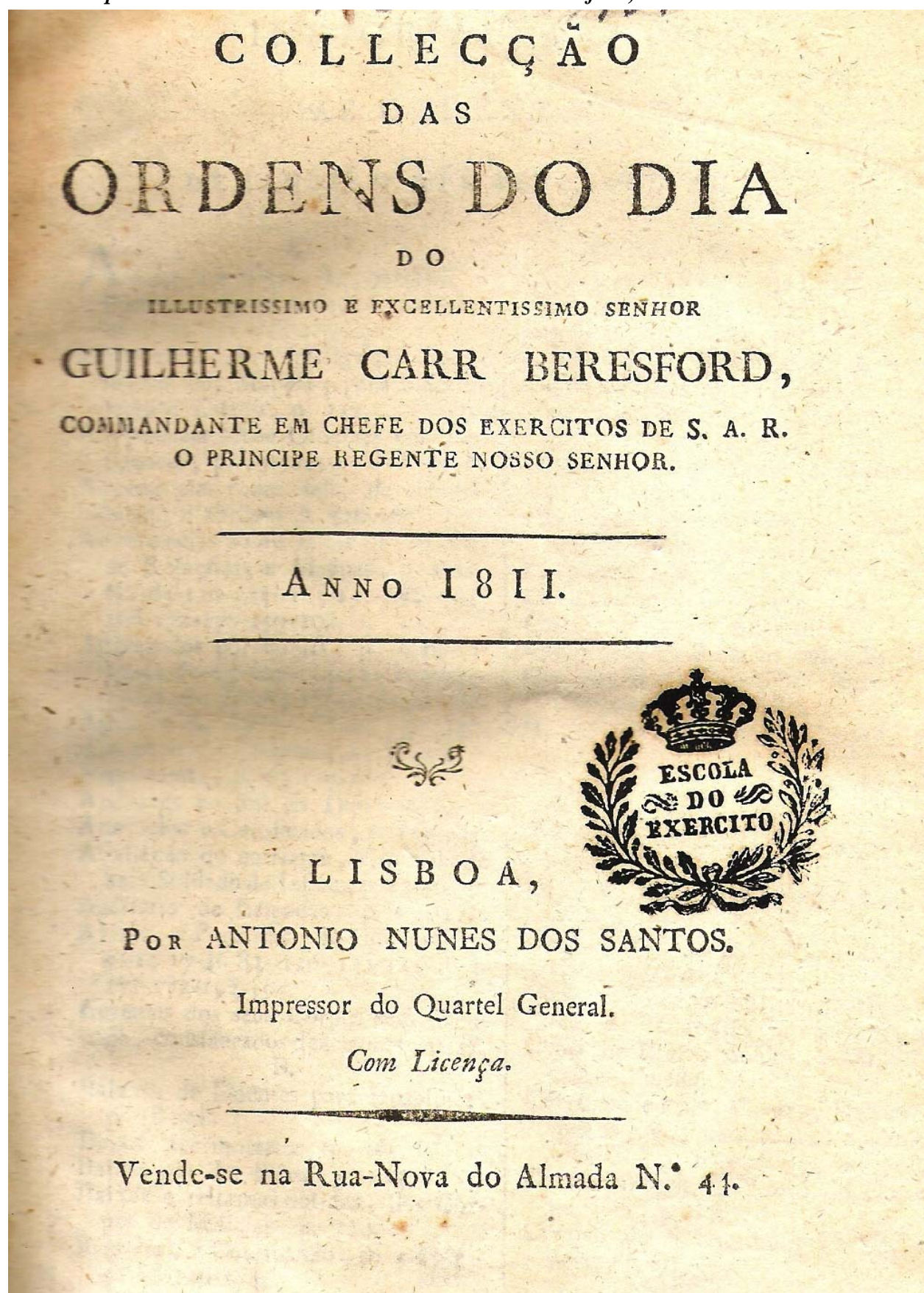
36

M. e S. Sr.

Senho a honra de remeter a V. Exa.
 a traducção de hum Officio do Exmte
 Coronel M. M. Creagh, Comandante
 do 5.º Batalhão de Caçadores, que ac-
 companhia duas relações; a 1.ª de
 diferentes artigos pertencentes ao Ba-
 talhão, que se achavam em Abrantes,
 e que por engano foram mandados
 para o Arsenal do Exército; e a 2.ª
 dos objectos mais indispensaveis que
 elle deixa se entreguem ao seu
 Quartel-m.º, o qual apresentará esta
 a V. Exa. para que se sirva autori-
 zalo para receber no Arsenal estes
 artigos. D.º Guarde a V. Exa. e
 Quartel General da Chamusca
 8 de Janeiro de 1811 M. C. Beresford
 M. e S. Sr.

Sr. D. Miguel Pereira Forjaz

Doc 8: Capa das ordens do dia de S. Exa. o Marechal Beresford, de 1811.



Doc. 9: Extracto de um officio de S. Exa. o Marechal General Wellington dirigido ao Exmo Sr. D. Miguel Pereira Forjaz, in Gazeta de Lisboa nº 36.

Núm. 36.

GAZETA



DE LISBOA.

COM PRIVILEGIO

DE S. ALTEZA REAL.

Segunda feira 11 de Fevereiro de 1811.

LISBOA 11 de Fevereiro.

Extracto de hum Officio de S. Ex.^a Lord Wellington dirigido ao Ex.^{mo} Sr. D. Miguel Pereira Forjaz do Quartel General do Cartaxo, em 9 de Fevereiro de 1811.

O General Foix chegou de Paris a Salamanca com cartas para Massena a 13. do mez de Janeiro, e supponho que elle chegou hontem ao Quartel General do Exercito inimigo. Vinha escoltado por hum a força de 2 a 30 homens.

O Coronel Grant, que commanda as Ordenanças na Beira Baixa, tinha seguido até ás vizinhanças do Sabugal o destacamento que escoltava o Correio, que partio do Zêzere a 22 de Janeiro, e fez alguns prisioneiros, assim como tornou muita bagagem da que pertencia á mesma escolta: na sua volta atacou a escolta do General Foix, com hum novo destacamento de Ordenanças: este ataque teve lugar em Enxabarda na entrada da estrada nova. Transmitto inclusa a V. Ex.^a hum a copia da participação que fez a respeito deste encontro em data de 2 do corrente; assim como hum extracto da parte, que deo em data de 4 do presente mez ao Marechal Sir W. Beresford, e a copia da carta que o mesmo Marechal me tem mandado.

Não tem havido movimento algum de importancia no Exercito inimigo, depois que dirigi a V. Ex.^a o meu anterior officio de data de 2 do corrente.

Chamusca 7 de Fevereiro de 1811.

Mylord: Tenho a honra de transmittir a V. Ex.^a a relação do Tenente Coronel Grant, a quem ha tempos mandei superintender e commandar as Ordenanças na Fronteira da Beira Baixa, e para as partes da Guarda. A força do inimigo, differentemente referida, parece haver sido de dois a tres mil homens, e achava-se debaixo das ordens do General Foix, provavelmente para servir-lhe de escolta para a sua junção com o Marechal Massena. O Tenente Coronel Grant postou-se em Enxabarda ao pé do principio da estrada nova que, se dirige ao Fundão, por onde foi o inimigo obrigado a passar. O successo do Tenente Coronel Grant, e a perda do inimigo tem sido muito maiores do que o número de homens, que o dito Tenente Coronel tinha comsigo, ou do que as circumstancias terião feito esperar; e animaráo, e esforçaráo muito para esta casta de guerra em toda aquella parte do Paiz. Os

Doc. 10: Extracto em inglês da conta publicada pela comissão encarregada de dirigir a distribuição do donativo, votado pelo parlamento do Reino-Unido, da Grã-Bretanha e Irlanda.

54

REPORT OF THE
INTENDANT GENERAL OF POLICE.

SIR

I HAVE the Honor to lay before THE COMMITTEE, appointed to direct The Distribution of The Grant voted by THE PARLIAMENT OF GREAT BRITAIN AND IRELAND for The Relief of The Inhabitants of The two Provinces invaded, in the year 1810, by The hostile Armies Commanded by Marshal Massena, The Statements and Vouchers accounting for the several Articles placed at my Disposal, as Intendant General of Police, to be distributed amongst The Inhabitants aforesaid.

The Distribution has been made in strict Conformity to The Directions of The Committee, amongst necessitous Farmers, unprotected Orphans, and Persons in Sickness, and Want; upon These, Part of the Benefit of The generous Vote of PARLIAMENT has been bestowed.

The COMMITTEE will clearly perceive in the annexed Documents, (Vide Summary App. N.º 13--A.) my earnest Endeavours that The Articles above alluded to, should be distributed with all possible Correctness, according to Information of The State of Necessity of each invaded District; The accompanying Receipts (Vide App. N.º 13--B and C.) shew The proper Application; 26:544 Farmers (App. 13--A.) have been assisted with Seed Corn of different

Doc. 11: Extracto das memórias, das principais providências dadas em auxílio dos povos, pela invasão dos francezes nas províncias da Beira e Estremadura.

8

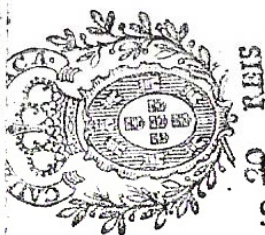
PROVIDENCIA I.

mentar os desgraçados, que vem das suas terras sem meios de subsistencia, e encarregallo da dita Subscripção, sendo regulada a fôrma por V. S.^a O que participo a V. S.^a para que assim o tenha entendido, e para a sua execução.

Deos guarde a V. S.^a Palacio do Governo em 8 de Outubro de 1810. = João Antonio Salter de Mendonça. =

N.º 8.

Portaria dirigida ao Intendente Geral da Policia para publicar, que se concede a todas as pessoas o poderem transportar-se livremente á margem esquerda do Téjo.



Tendo concorrido a esta Capital grande número de pessoas, que desamparáraõ as suas habitações, para se subtrahirem á barbaridade do Inimigo, cuja residencia se faz pezada, em razão do extraordinario consummo de viveres; havendo outro sim entre as ditas pessoas muitas, que desejaõ passar para a margem esquerda do Téjo, por terem ahi maior commodidade para a sua subsistencia: O Principe Regente Nosso Senhor he Servido conceder licença a todas as pessoas para se poderem transportar livremente para a margem esquerda do Téjo, sem que alguem lhes ponha impedimento. O Intendente Geral da Policia o tenha assim entendido, para a sua publicação, e execução. Palacio do Governo em 8 de

ANEXO 2 – FIGURAS



Figura 14 – Marechal Massena



Figura 15 – Duque de Wellington



Figura 16 – Marechal Beresford



Figura 17 – General Junot



Figura 18 – D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho



Figura 19 – Marechal Ney



Figura 20 – Invasão de Portugal pelos franceses



Figura 21 – Aldeões fugindo do exército invasor

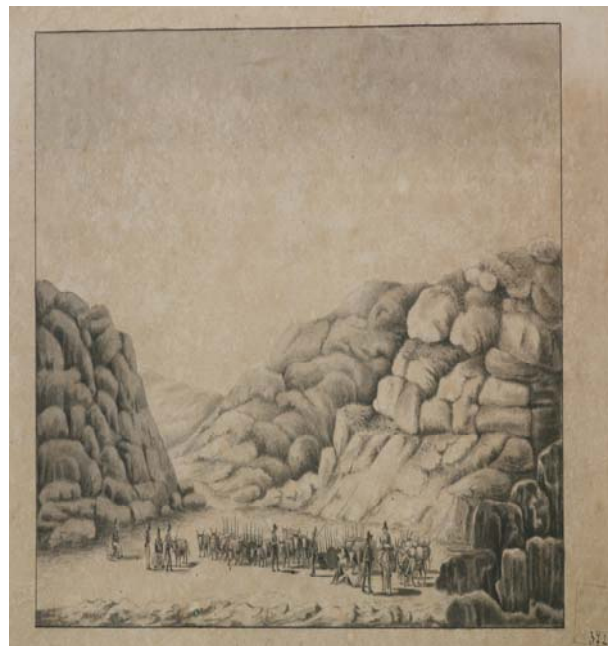
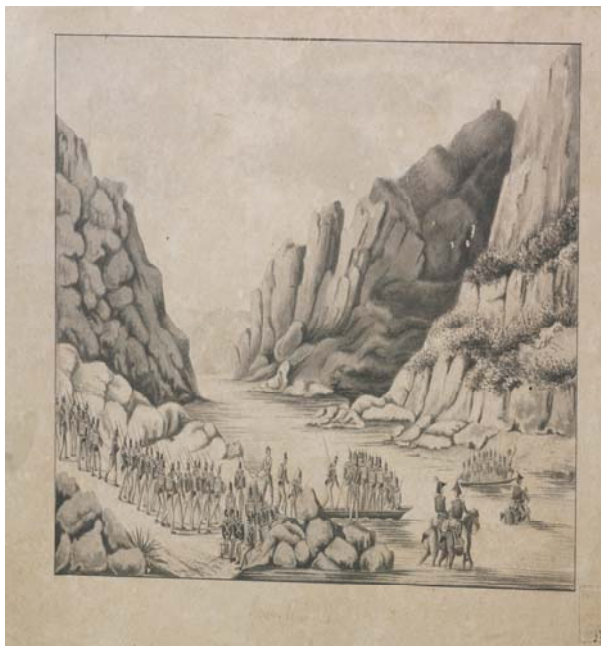




Figura 28 – Vista panorâmica da vila de Santarém.



Figura 29 – Mapa topográfico da parte do Tejo, com a vila de Abrantes, onde está lançada uma ponte de barcas; (1797)

ANEXO 3 - GRÁFICOS

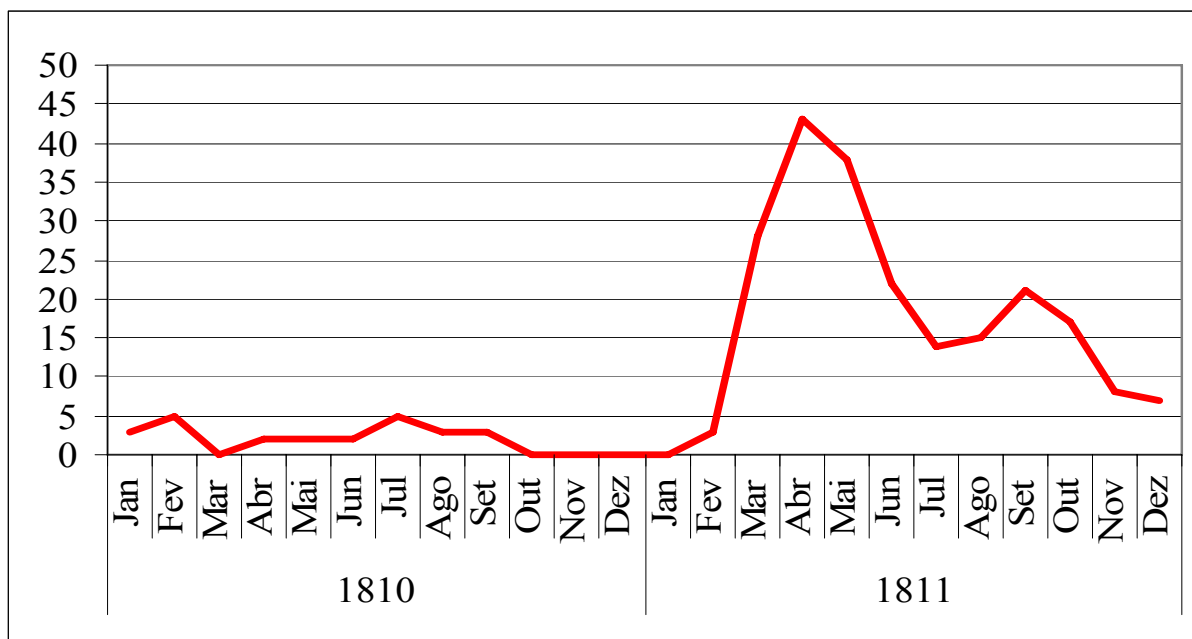


Gráfico 3 – Óbitos no concelho de Alcanede no período de 1810 a 1811.⁵¹⁶

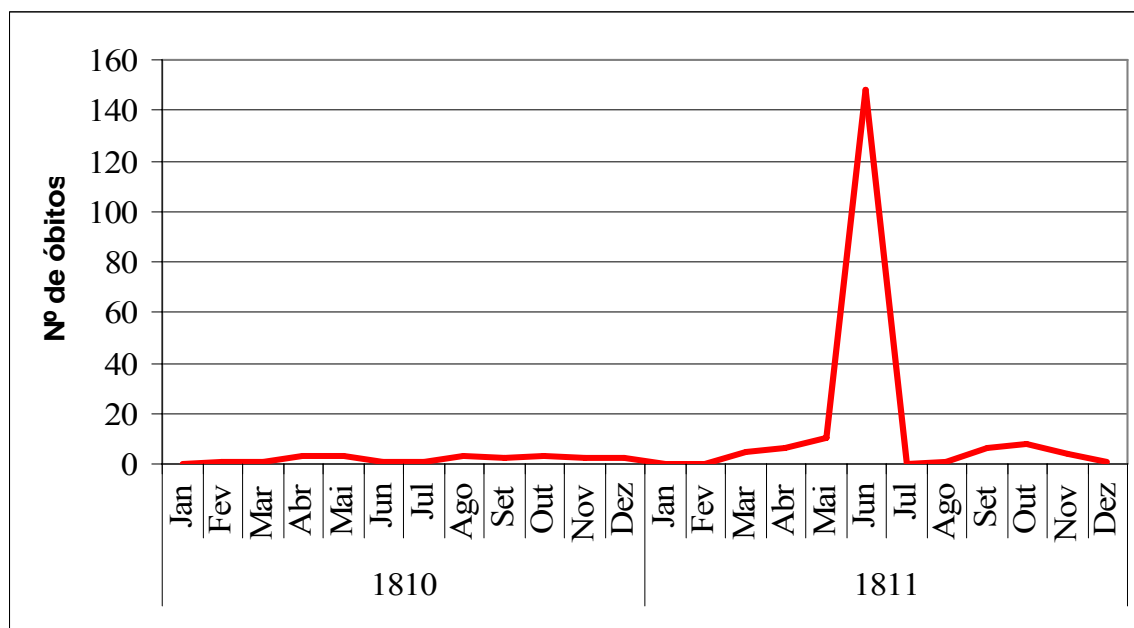


Gráfico 4 – Óbitos no concelho de Pernes no período de 1810 a 1811.⁵¹⁷

⁵¹⁶ Gráfico construído com base nos registos paroquiais das freguesias, do antigo concelho de Alcanede.

⁵¹⁷ Gráfico construído com base nos registos paroquiais das freguesias, do antigo concelho de Pernes.

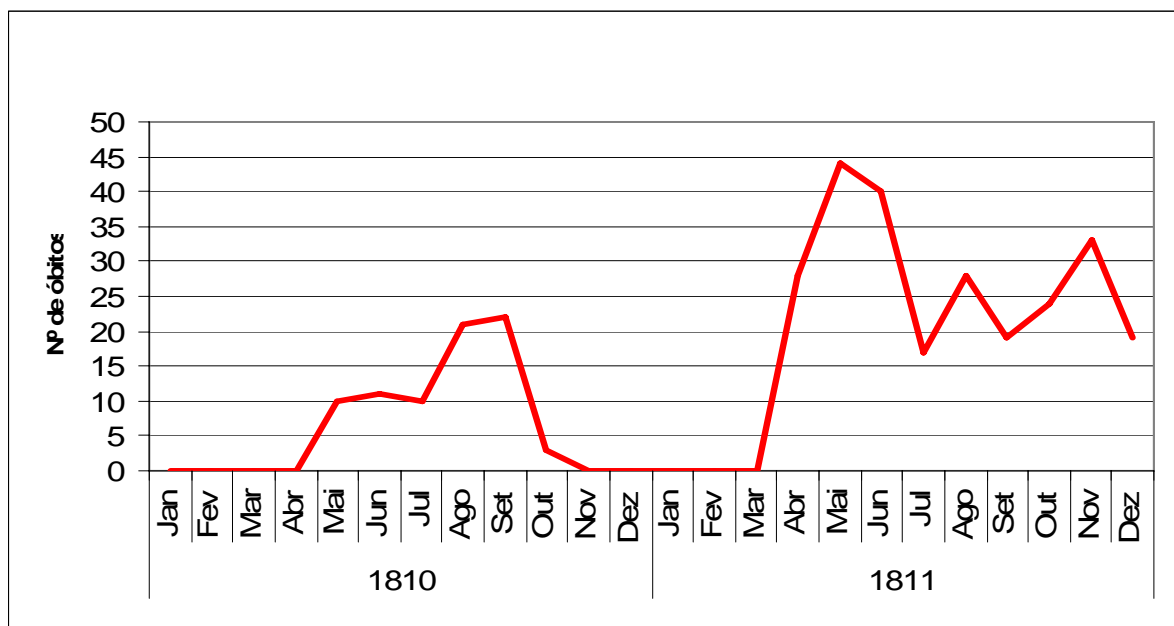


Gráfico 5 – Óbitos no Hospital Real de Santarém no período de 1810 a 1811.⁵¹⁸

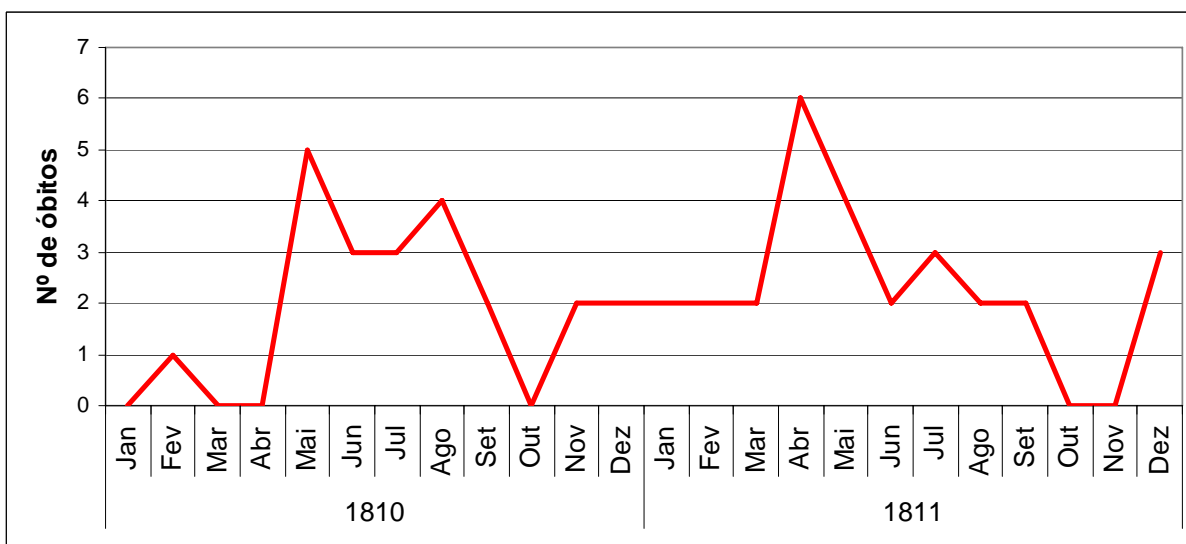


Gráfico 6 – Óbitos provocados pela moléstia no concelho, no período de 1810 a 1811

⁵¹⁸ Gráfico construído com base nos dados dos registos paroquiais, do antigo Hospital Real de Santarém.

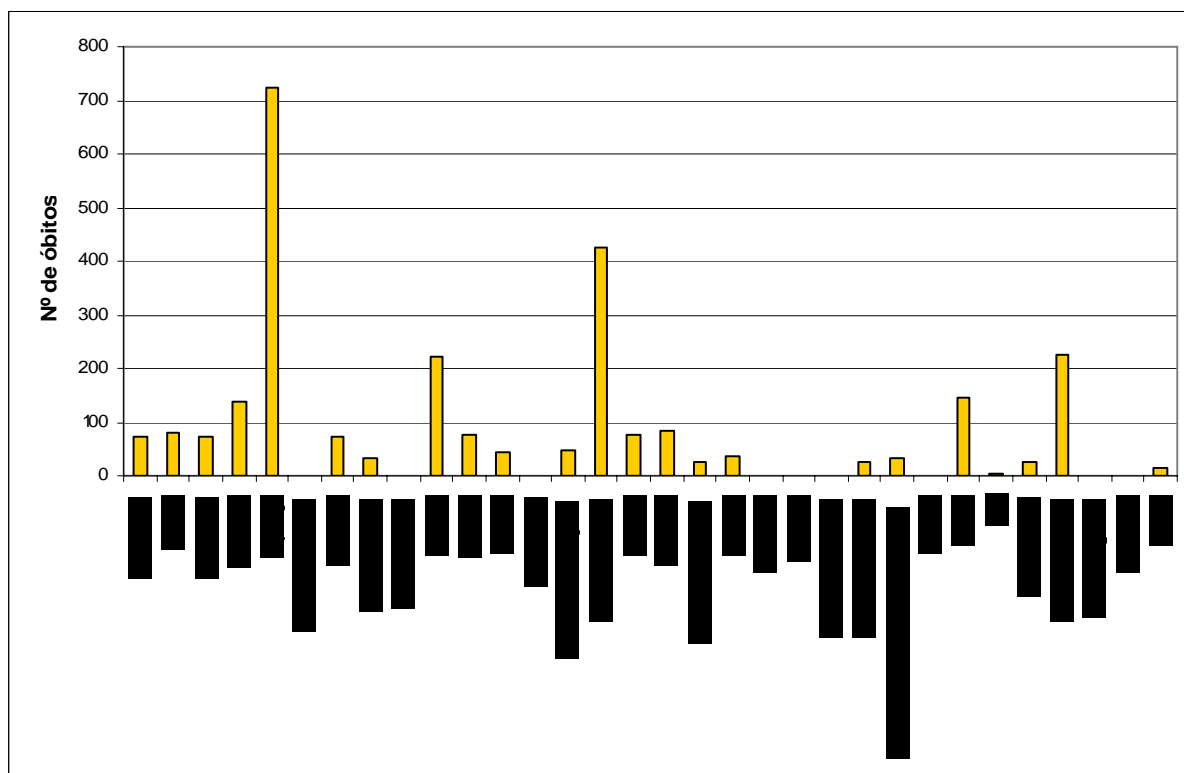


Gráfico 7 – N° total de óbitos por freguesia, do termo da vila.⁵¹⁹

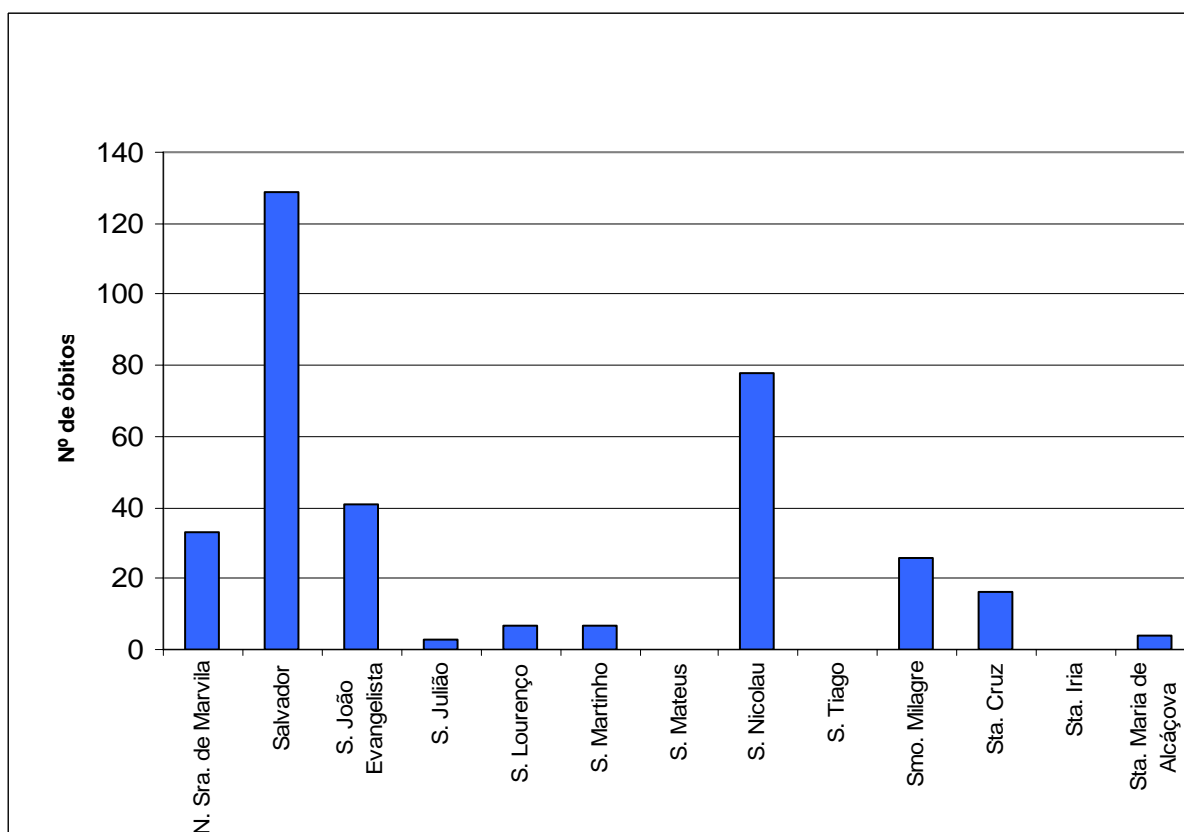


Gráfico 8 – N° total de óbitos por freguesia, da vila.⁵²⁰

⁵¹⁹ Gráfico construído com base nos registos paroquiais das freguesias, do concelho de Santarém.

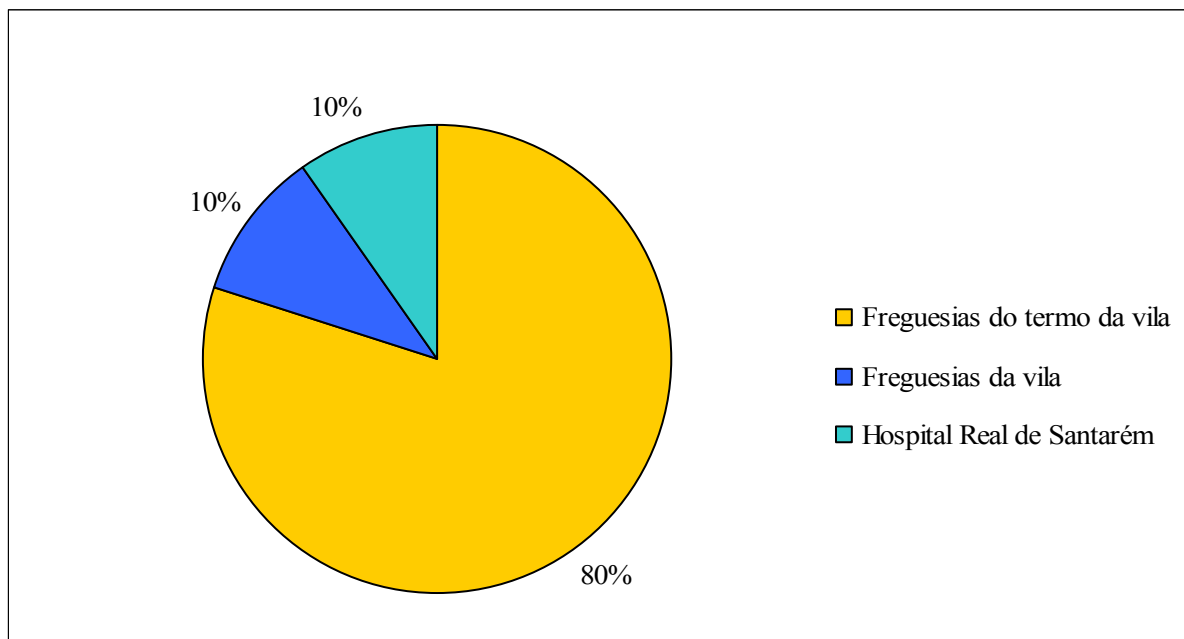


Gráfico 9 – Repartição dos óbitos no concelho de Santarém. ⁵²¹

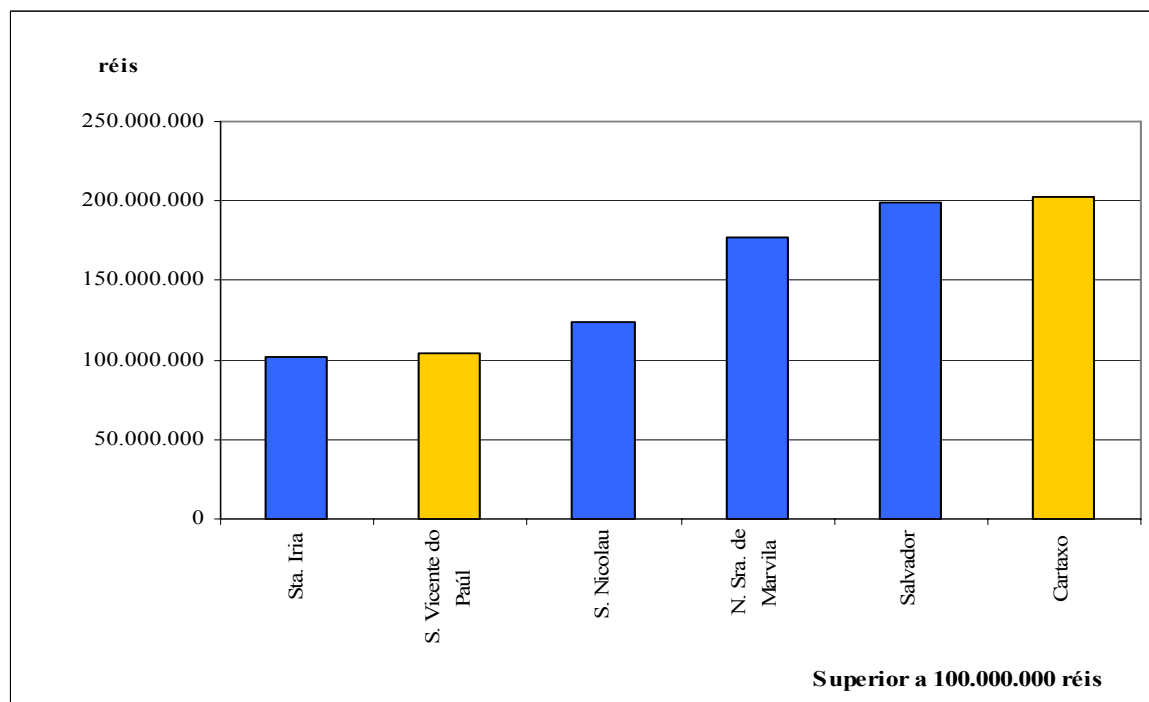


Gráfico 10 – Edifícios queimados e saqueados por freguesia com valor superior a 100 000 000 réis. ⁵²²

⁵²⁰ Gráfico construído com base nos registos paroquiais das freguesias, do antigo concelho de Santarém.

⁵²¹ Gráfico construído com base nos dados dos registos paroquiais, das antigas freguesias, do concelho de Santarém e do Hospital Real de Santarém.

⁵²² Este gráfico e os restantes gráficos, foram construídos com base nos dados recolhidos a partir do Mapa Geral dos Estragos, feitos no concelho de Santarém pelo exército francês.

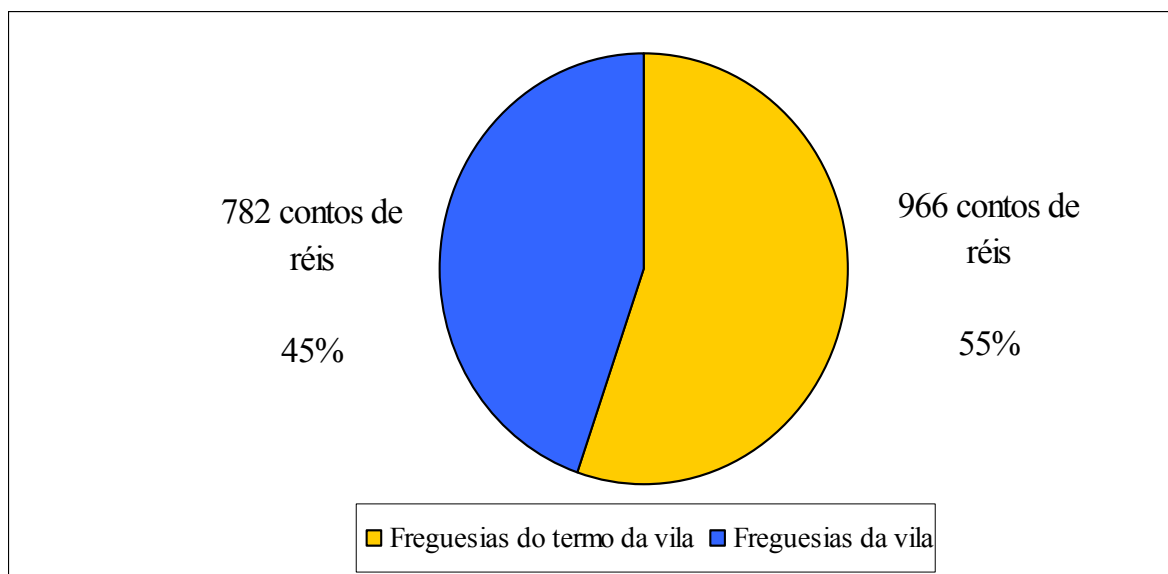


Gráfico 11 – Importância de edifícios queimados, arrasados e saqueados no concelho.

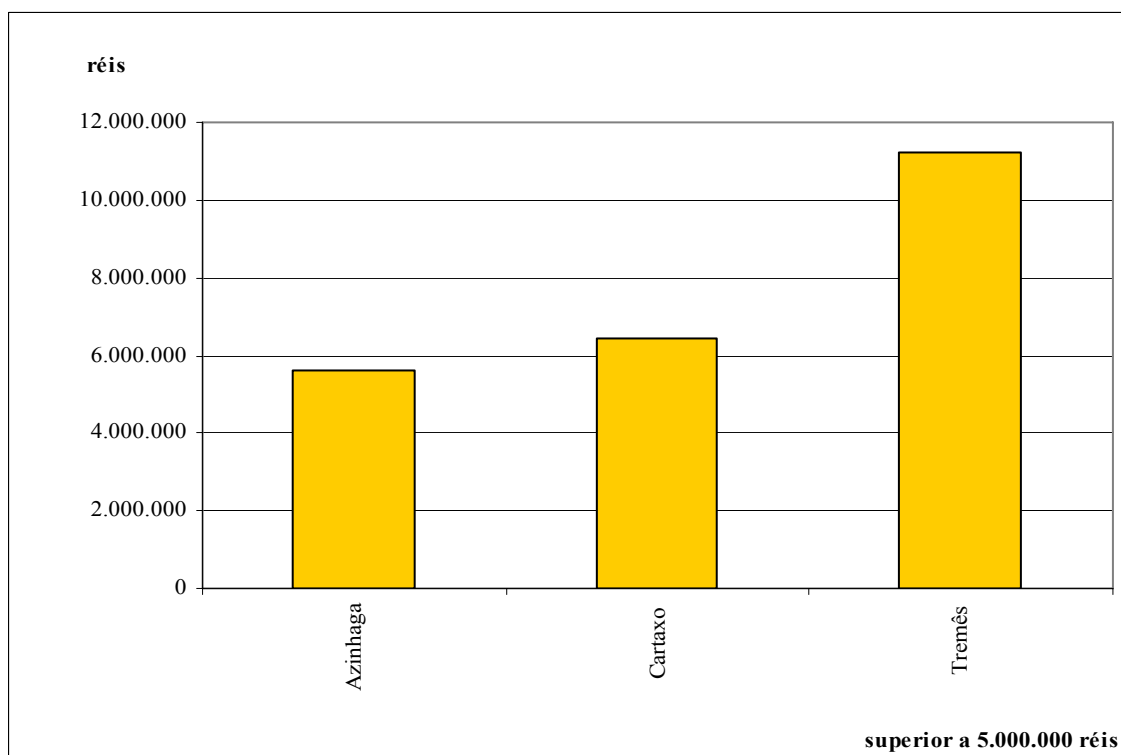


Gráfico 12 – Templos queimados e saqueados nas freguesias rurais com valor superior a 5 000 000 réis

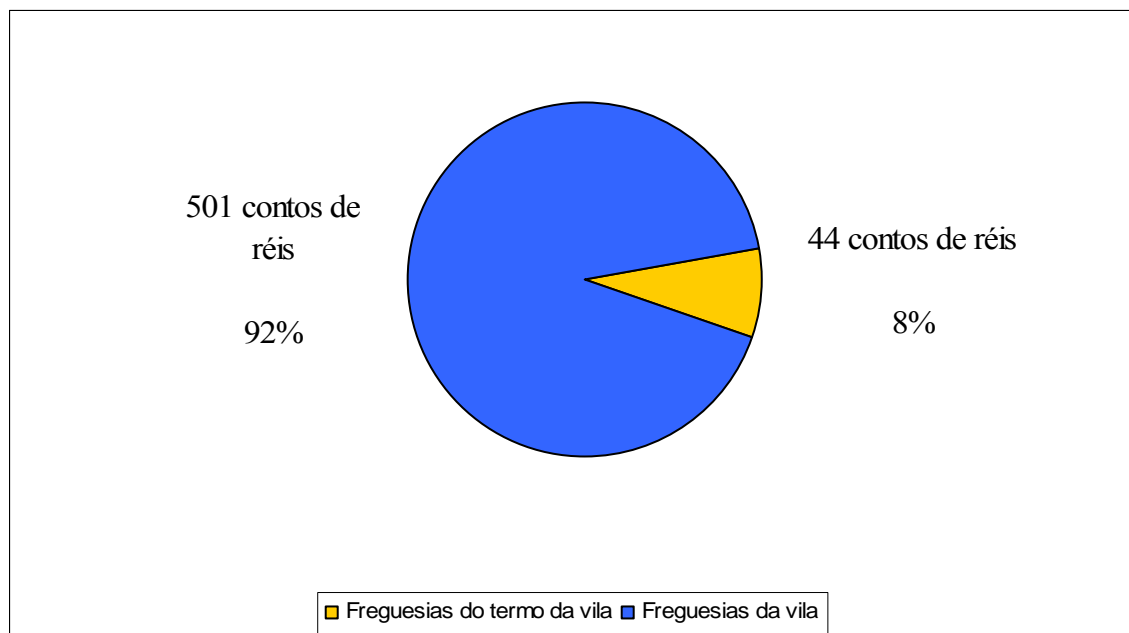
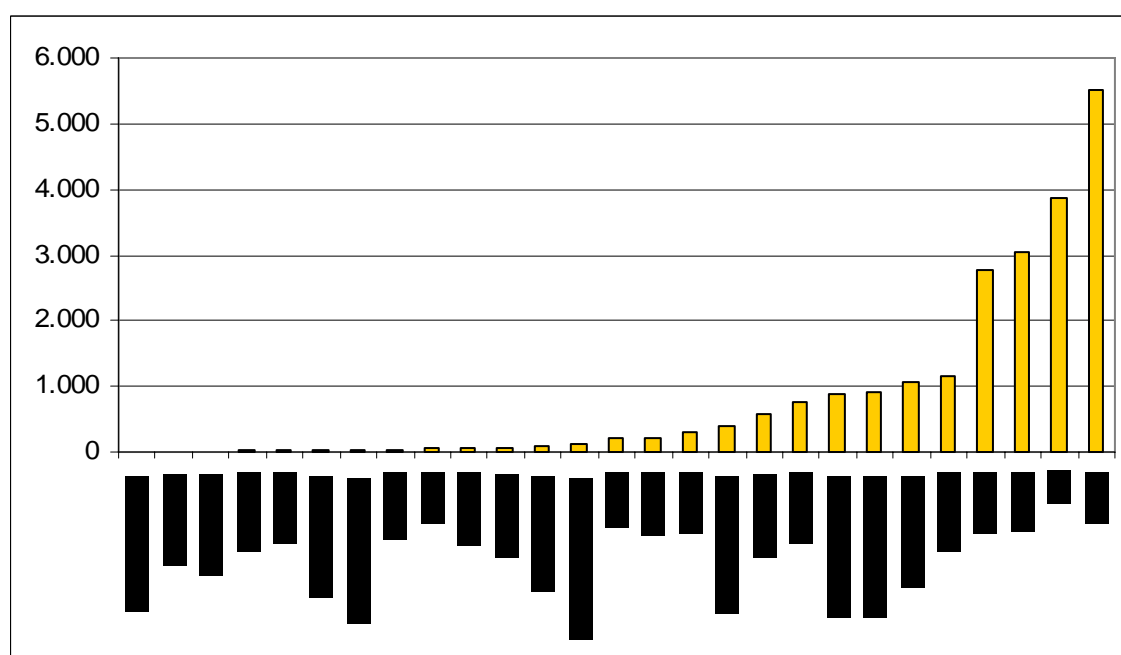


Gráfico 13 – Importância de templos queimados, arrasados e saqueados no concelho



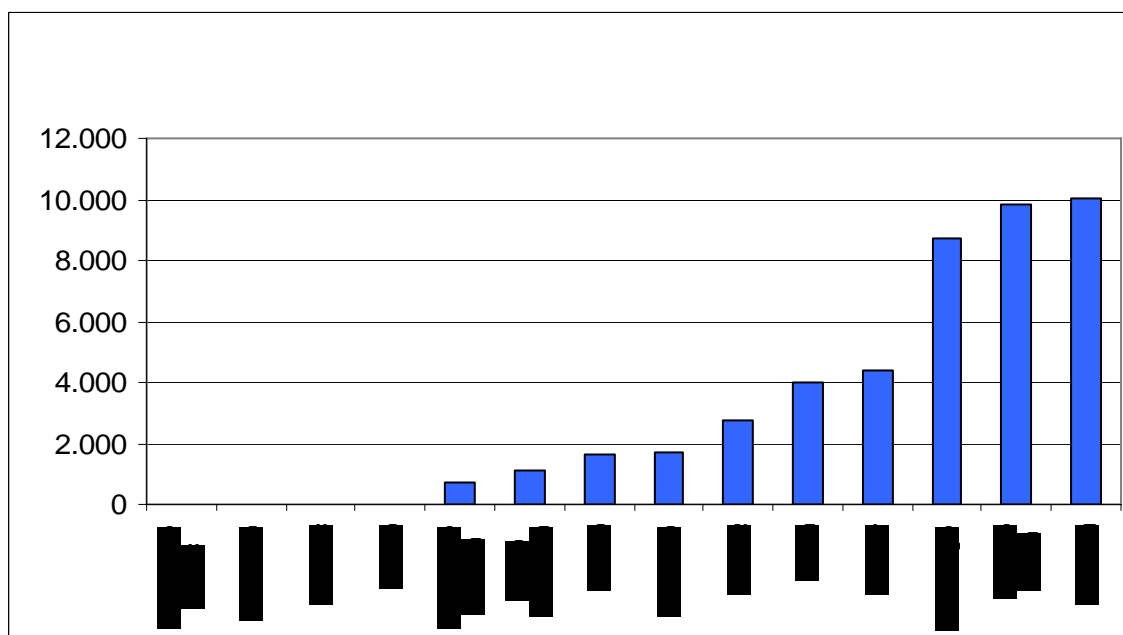


Gráfico 15 – Pés de oliveira estragados nas freguesias da vila de Santarém

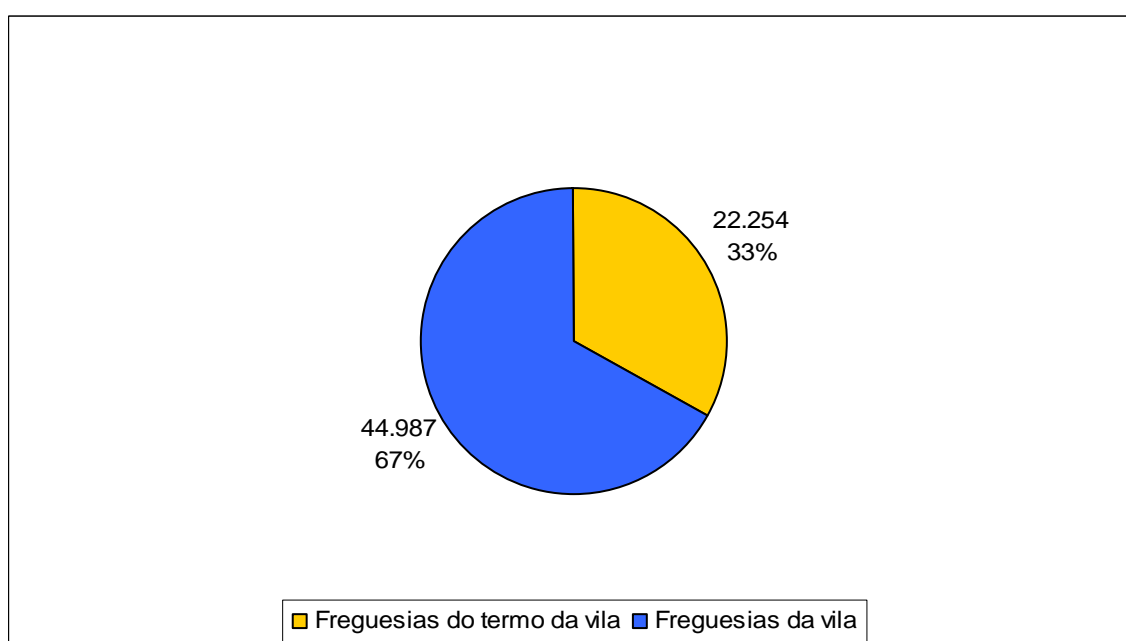


Gráfico 16 – Repartição de pés de oliveira estragados no concelho

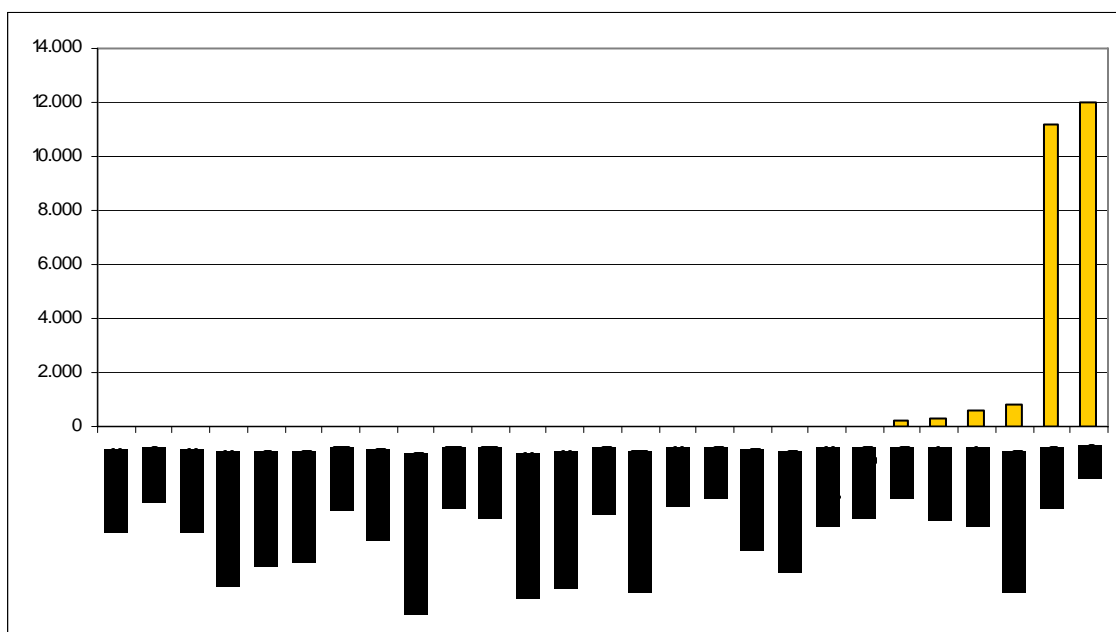
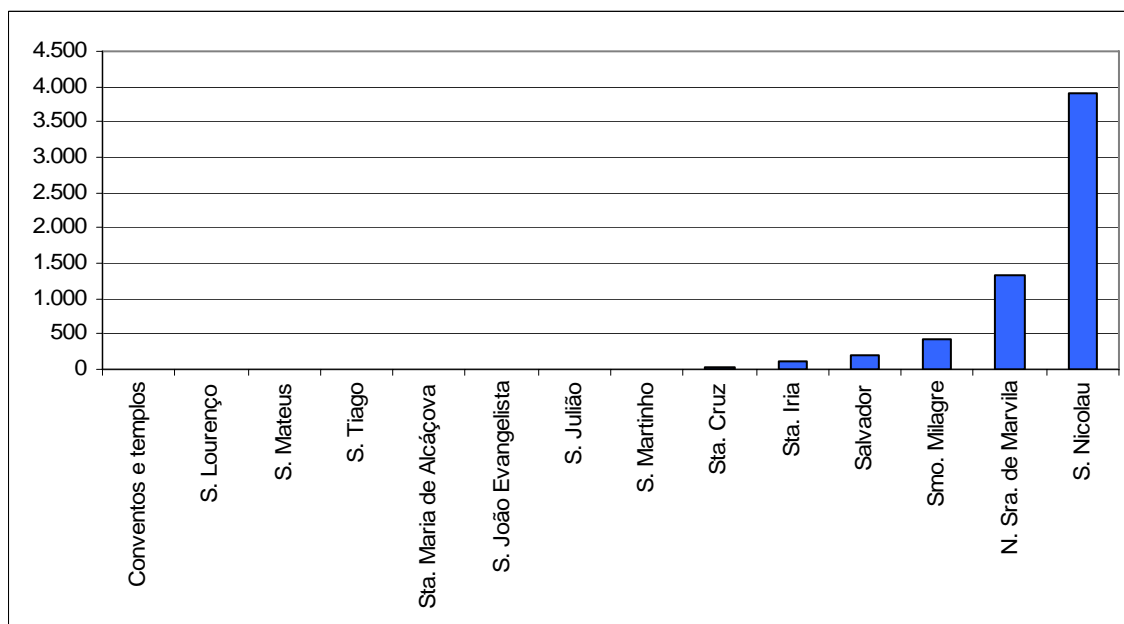


Gráfico 17 – Pés de castanheiro e pinheiro estragados nas freguesias do termo de Santarém



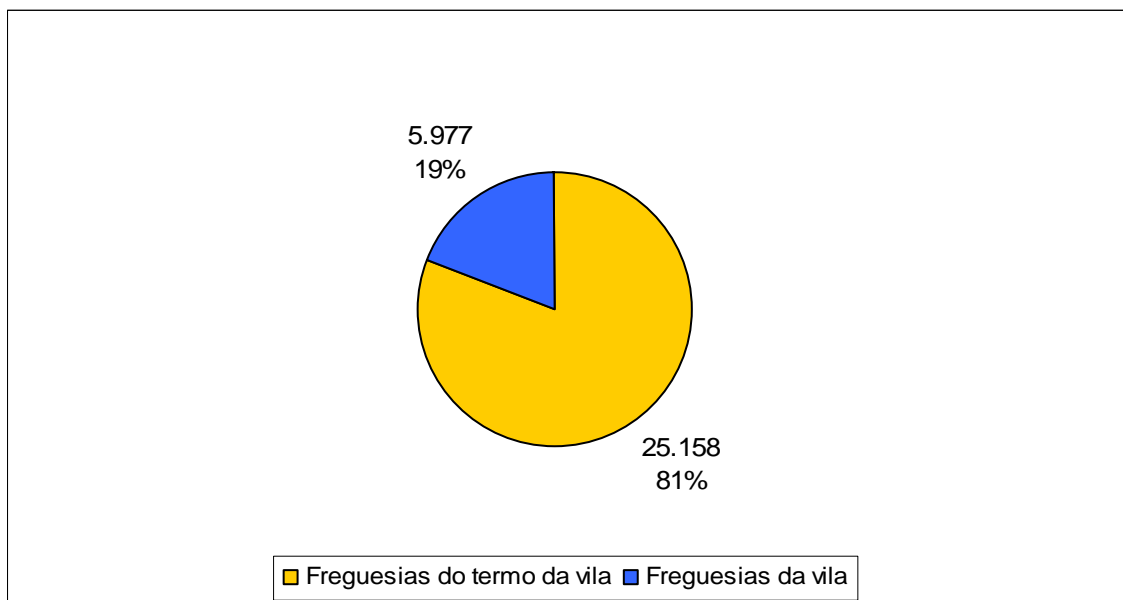
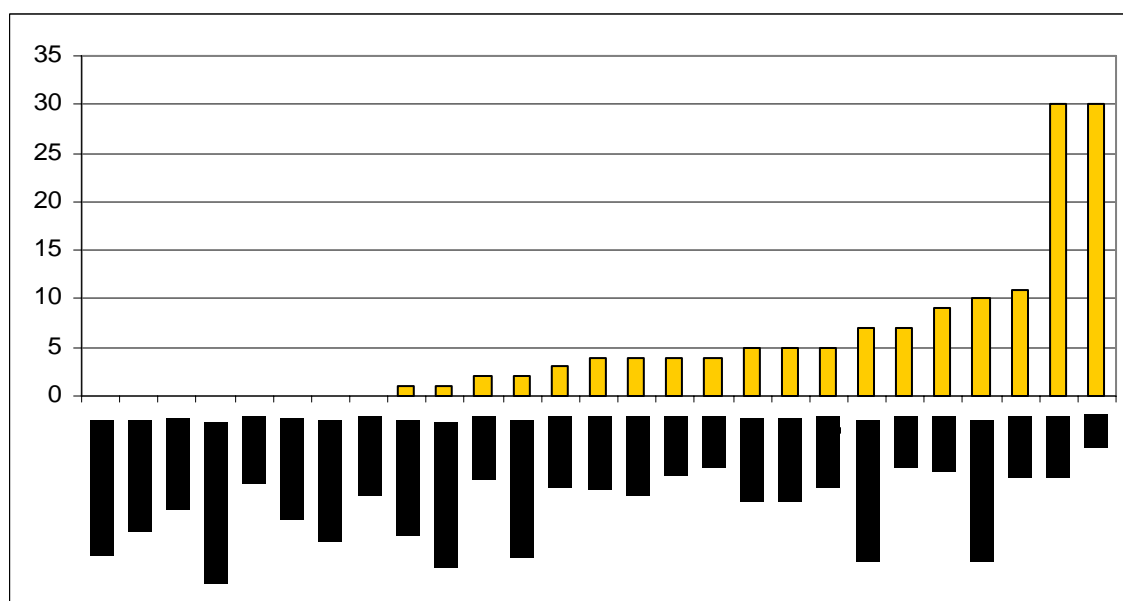


Gráfico 19 – Repartição de pés de castanheiro e pinheiro estragados no concelho



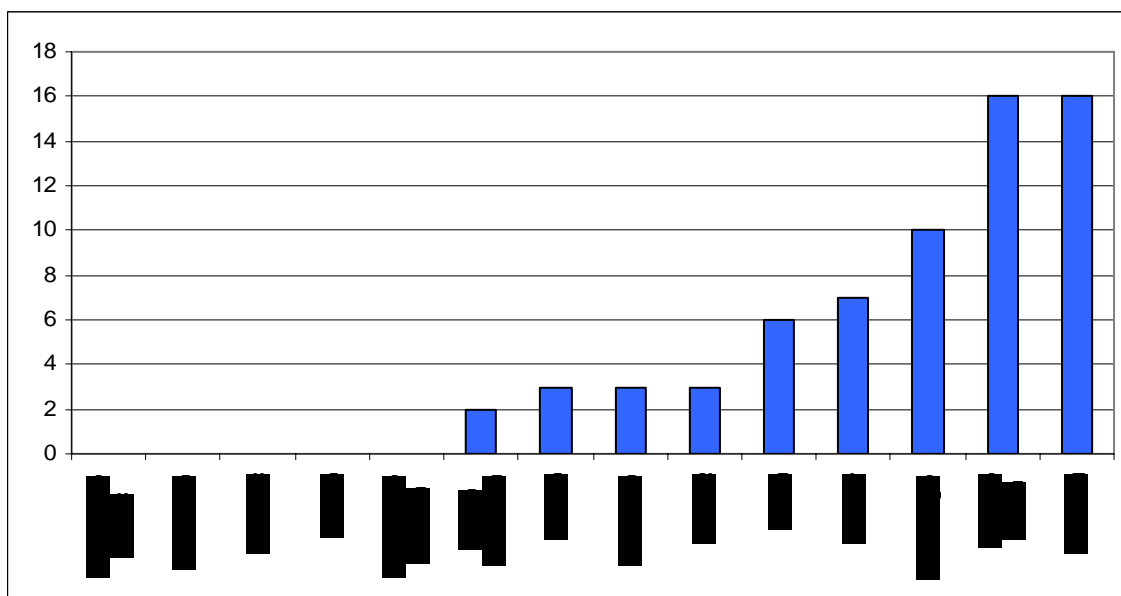


Gráfico 21 – Lagares destruídos nas freguesias da vila de Santarém

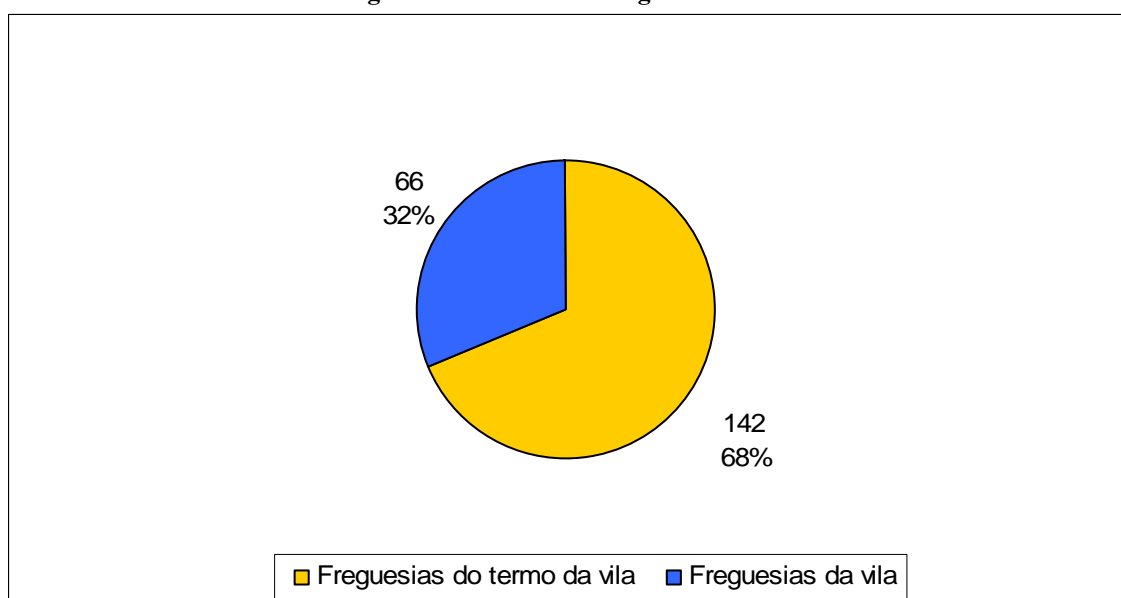


Gráfico 22 – Repartição dos lagares destruídos no concelho

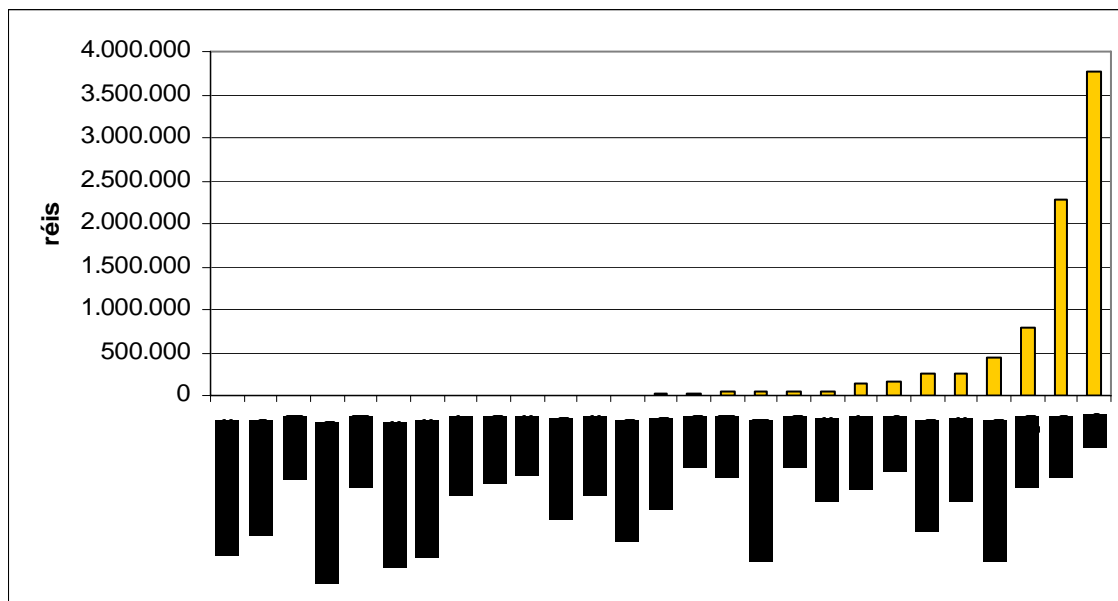


Gráfico 23 – Valor das vinhas destruídas, nas freguesias do termo de Santarém

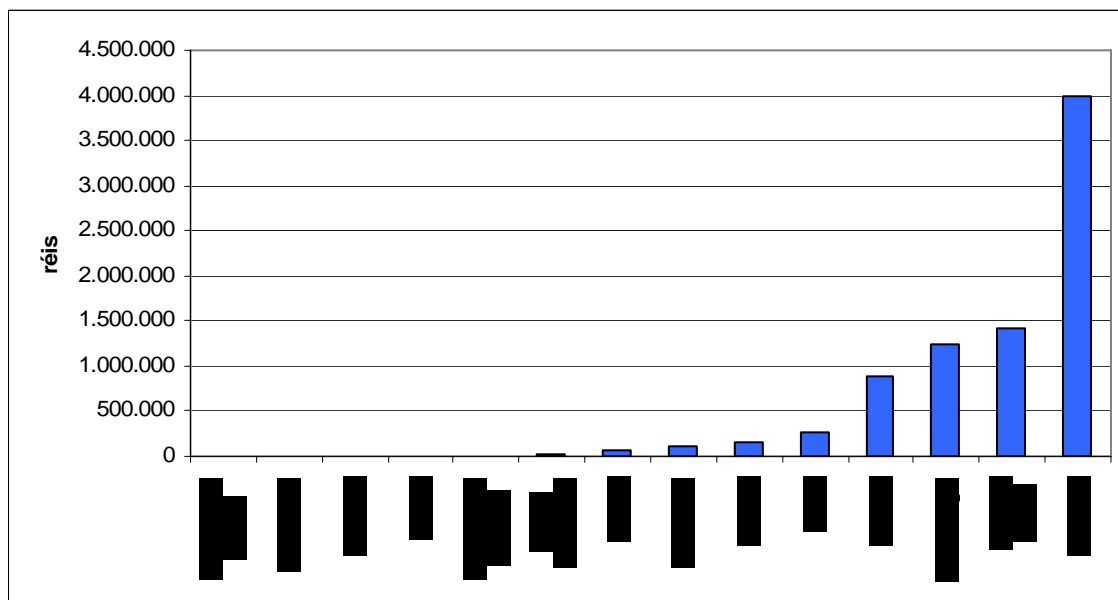


Gráfico 24 – Valor das vinhas destruídas, nas freguesias da vila de Santarém

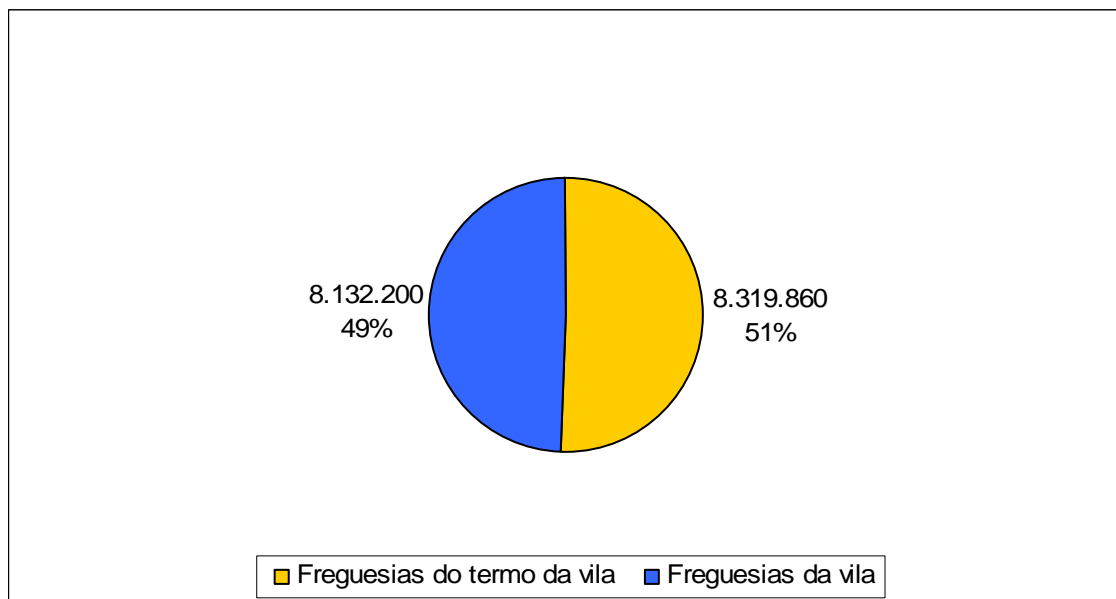
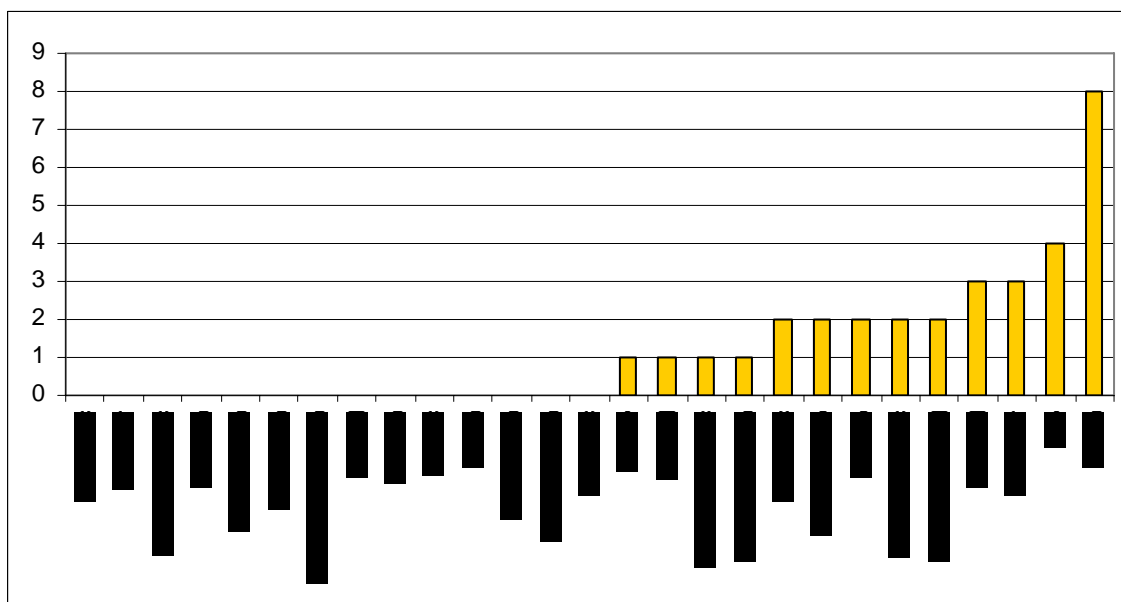


Gráfico 25 – Repartição das vinhas destruídas no concelho



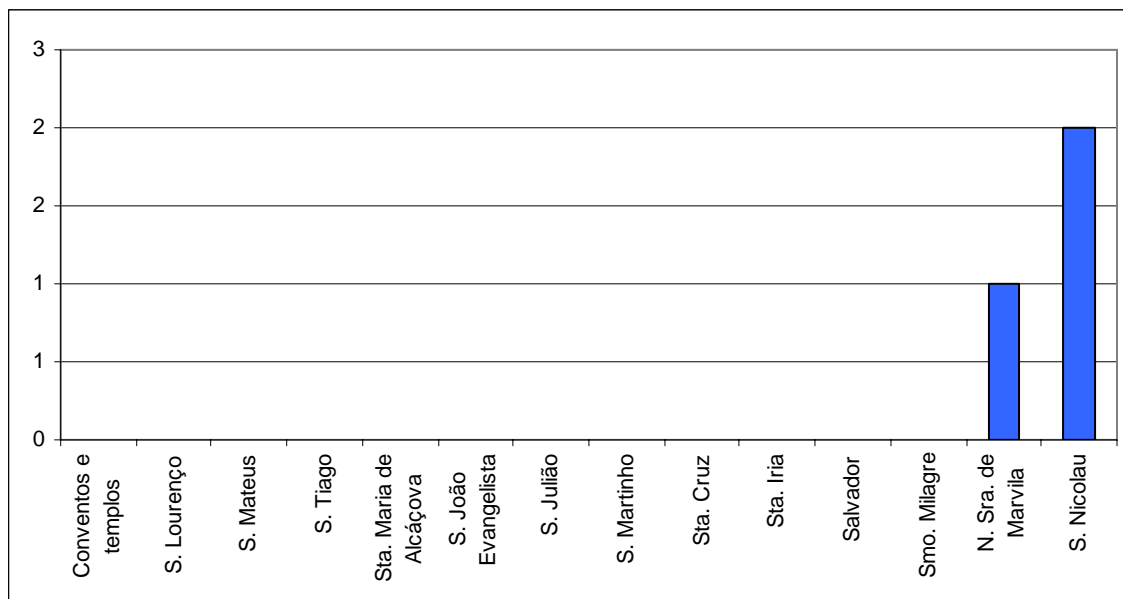


Gráfico 27 – Moinhos de água destruídos nas freguesias, da vila de Santarém

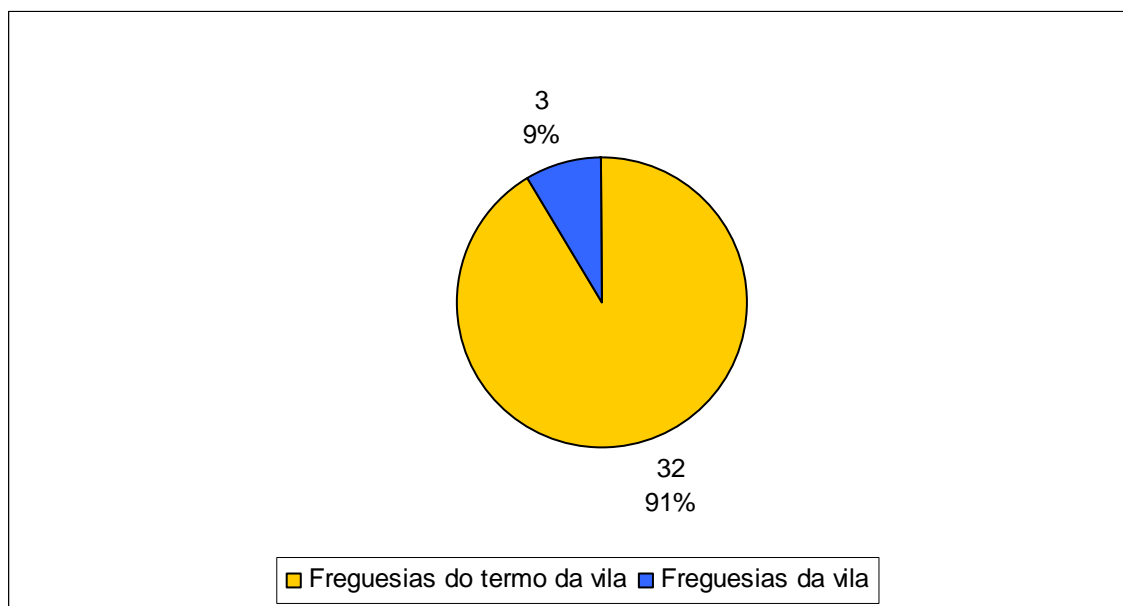
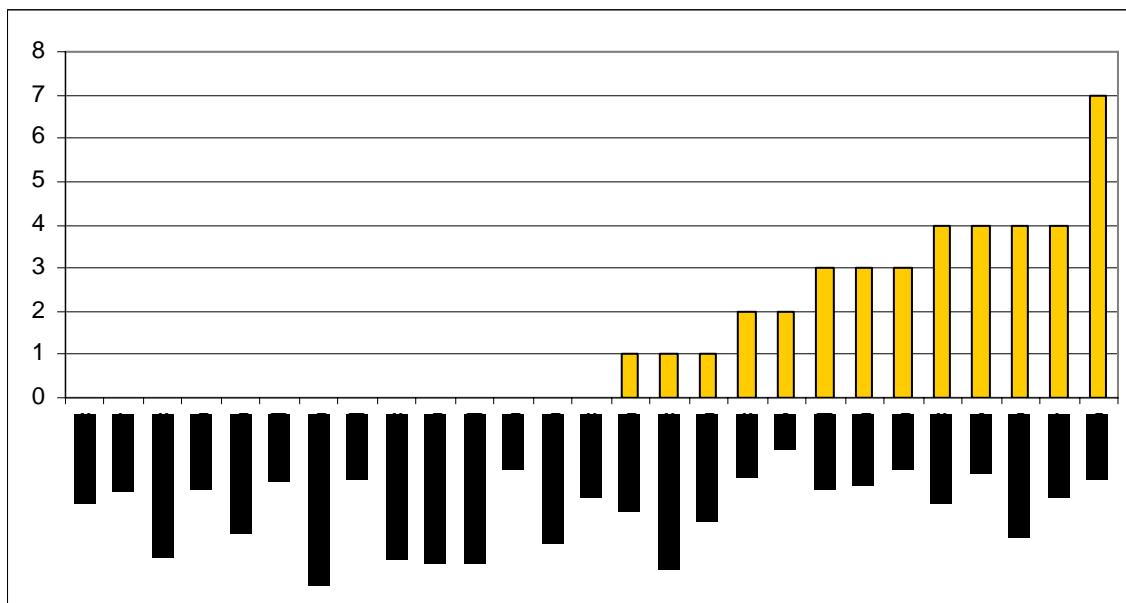


Gráfico 28 – Repartição dos moinhos de água destruídos no concelho



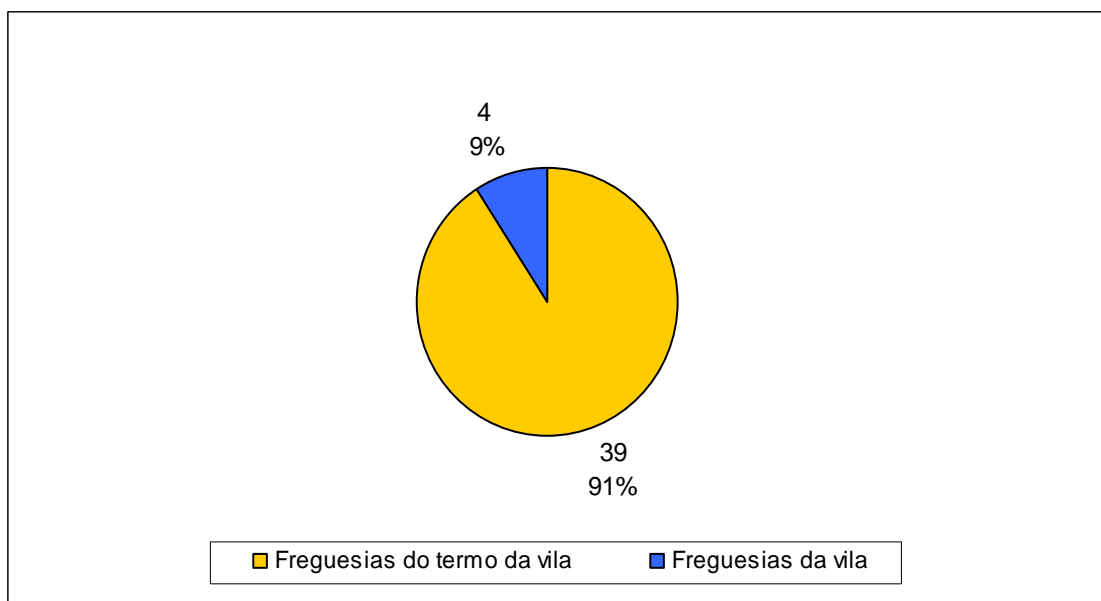


Gráfico 31 – Repartição dos moinhos de vento destruídos no concelho

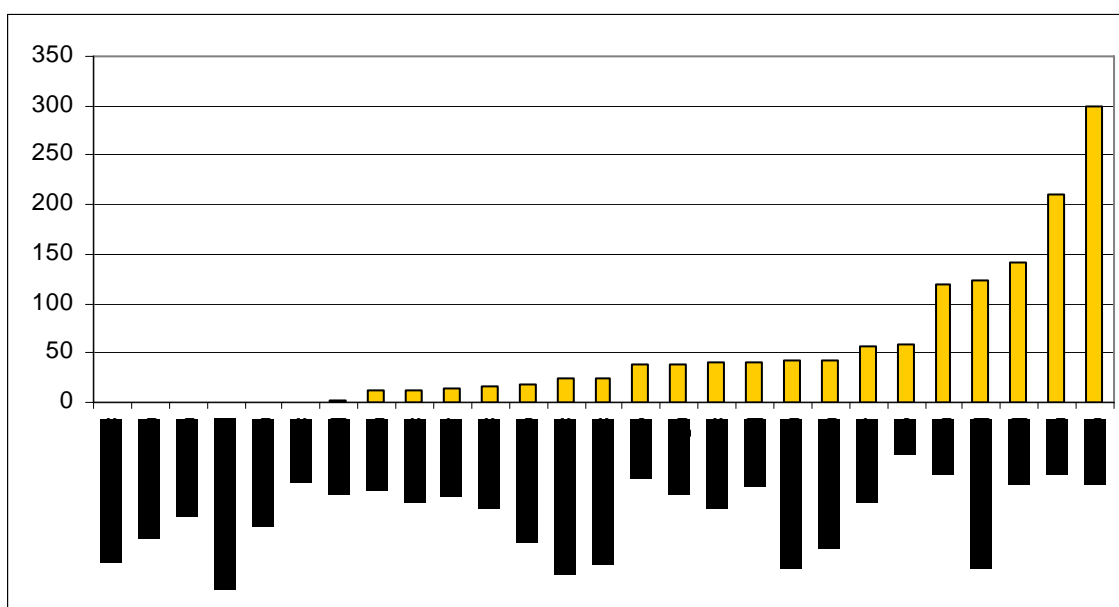


Gráfico 32 – Arados destruídos nas freguesias, do termo de Santarém

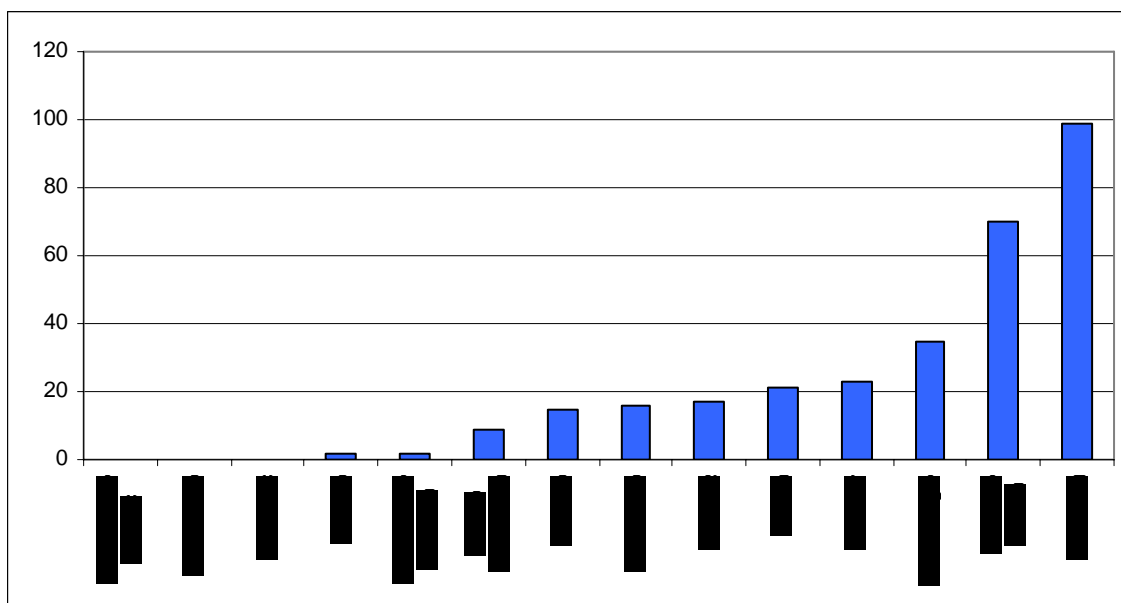


Gráfico 33 – Arados destruídos nas freguesias, da vila de Santarém

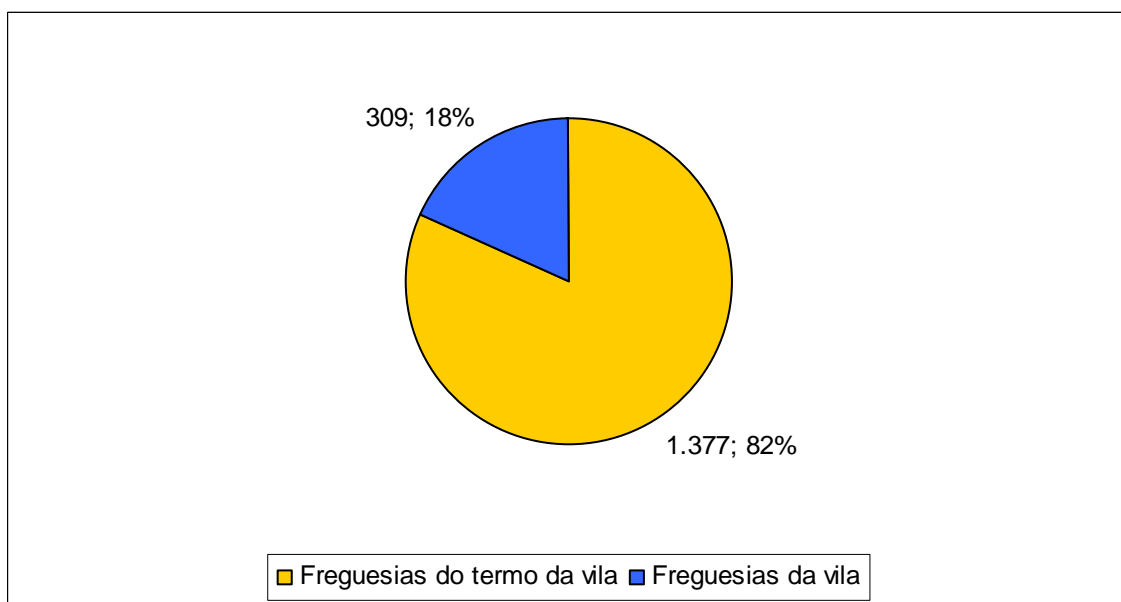


Gráfico 34 – Repartição dos arados destruídos no concelho

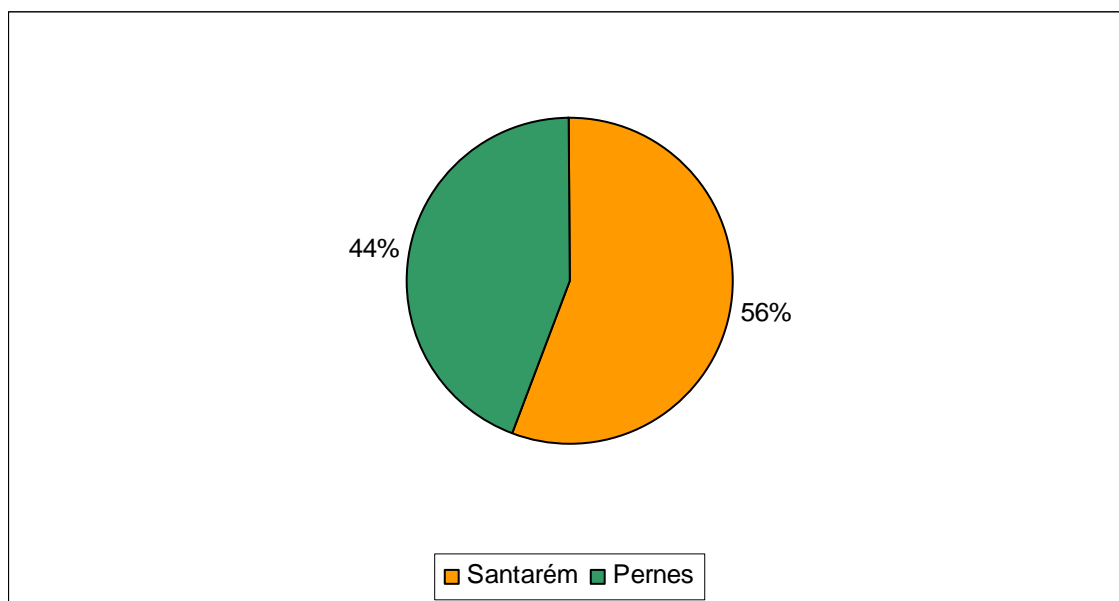


Gráfico 35 – Repartição das fábricas destruídas no concelho Santarém e Pernes

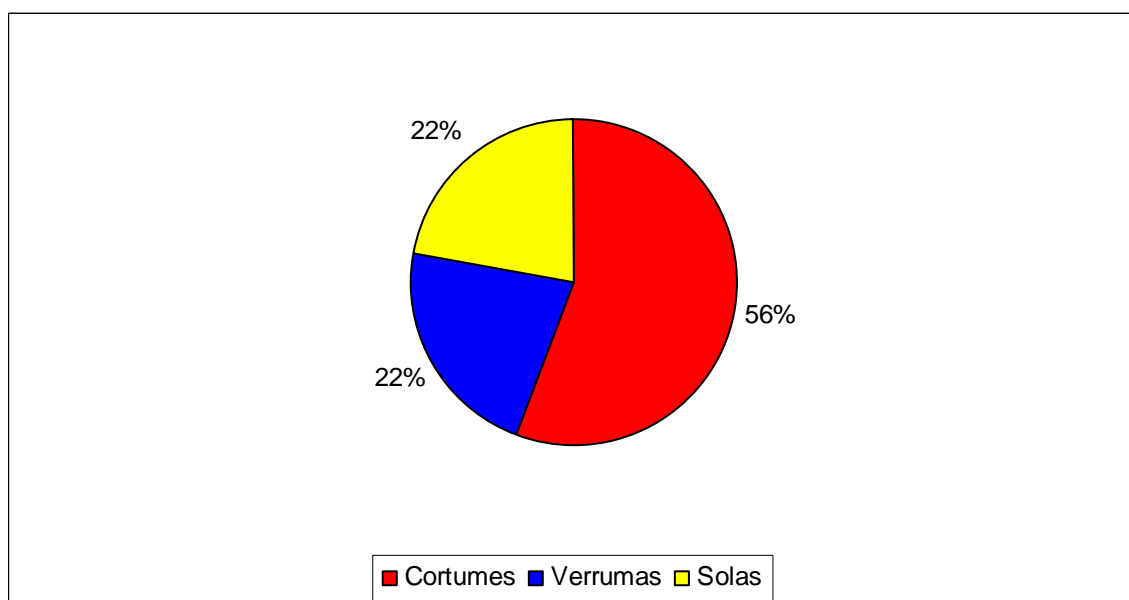


Gráfico 36 – Bens produzidos pelas fábricas destruídas

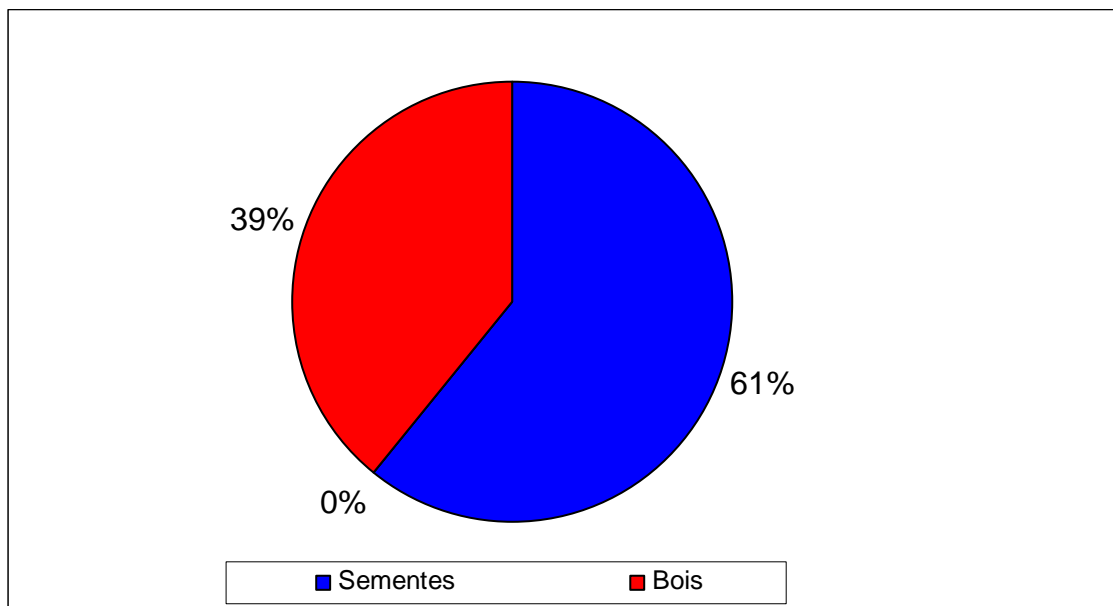


Gráfico 37 – Repartição dos benefícios do donativo britânico, na comarca de Santarém

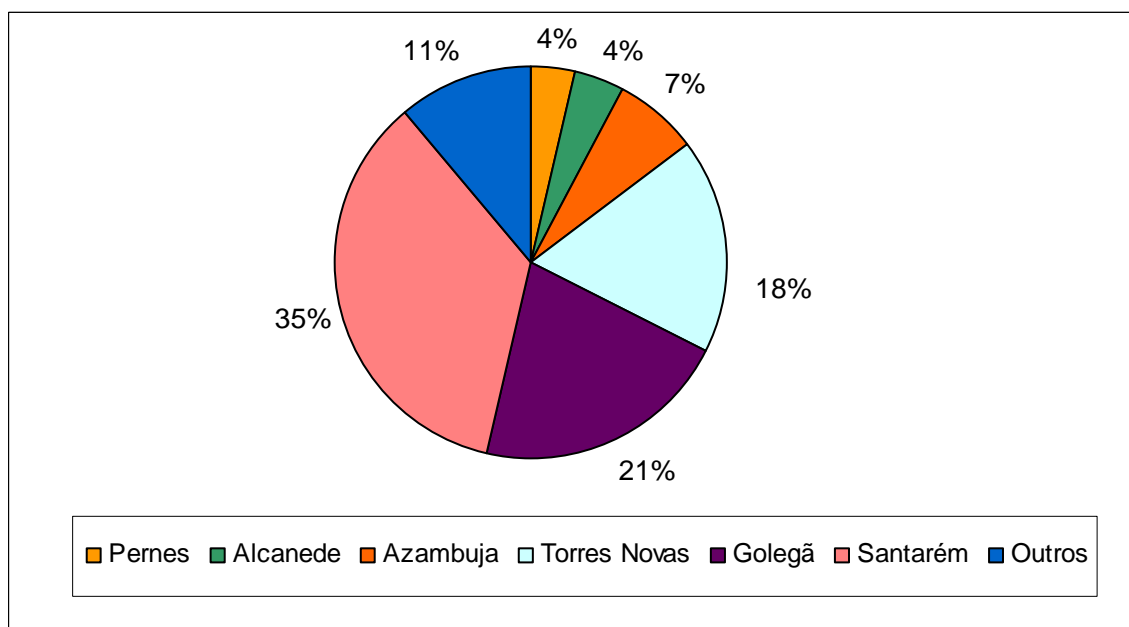


Gráfico 38 – Repartição de dinheiro metálico para compra de sementes na comarca de Santarém

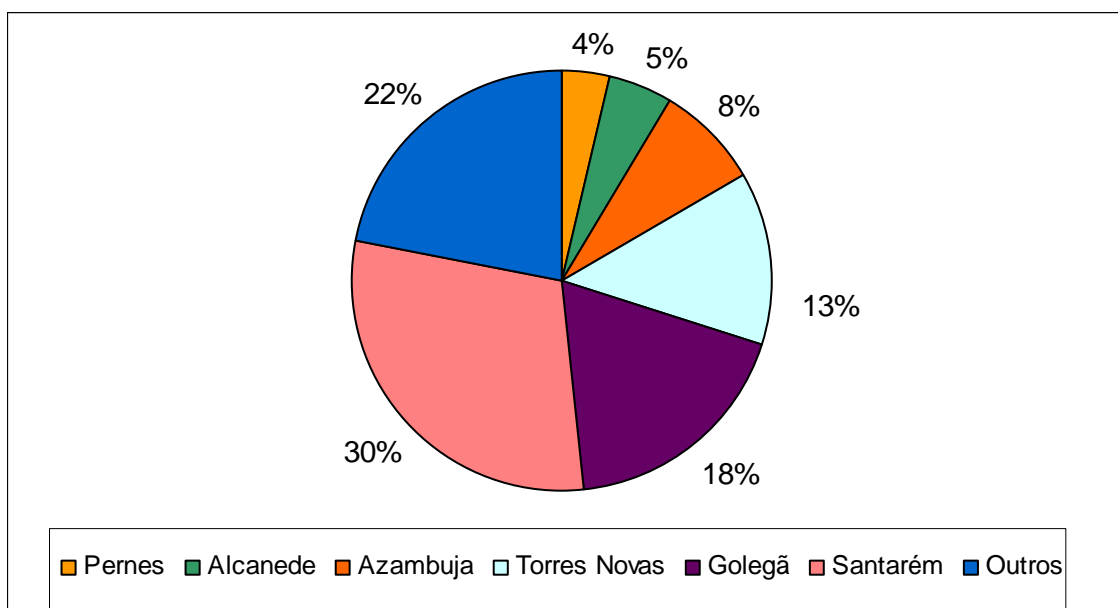


Gráfico 39 – Repartição do número de lavradores beneficiado na comarca de Santarém

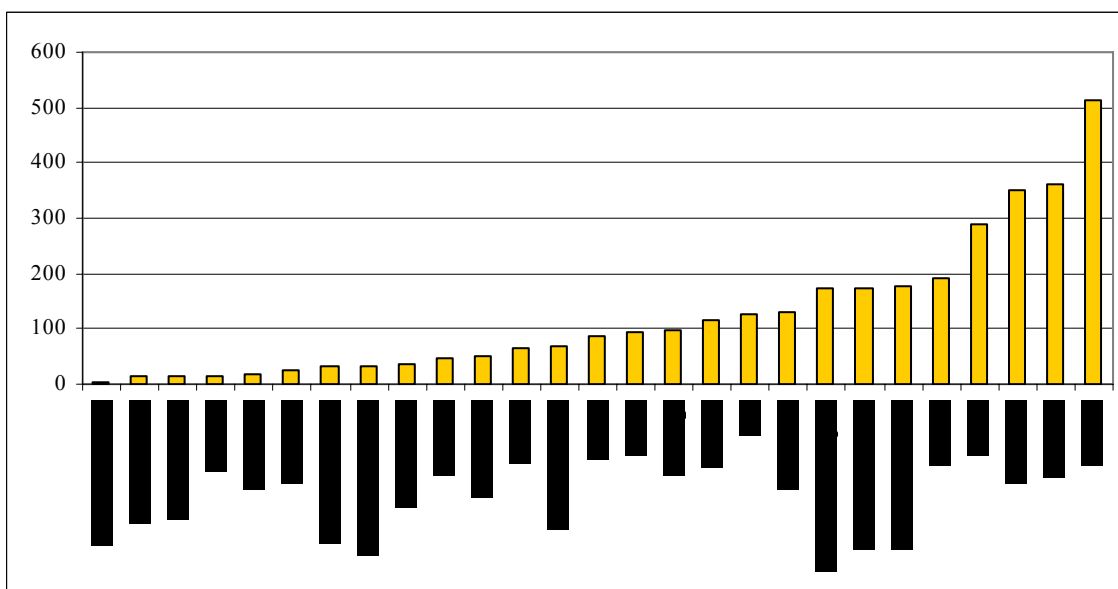


Gráfico 40 – Repartição dos bovinos confiscados pelos franceses, nas freguesias rurais do concelho

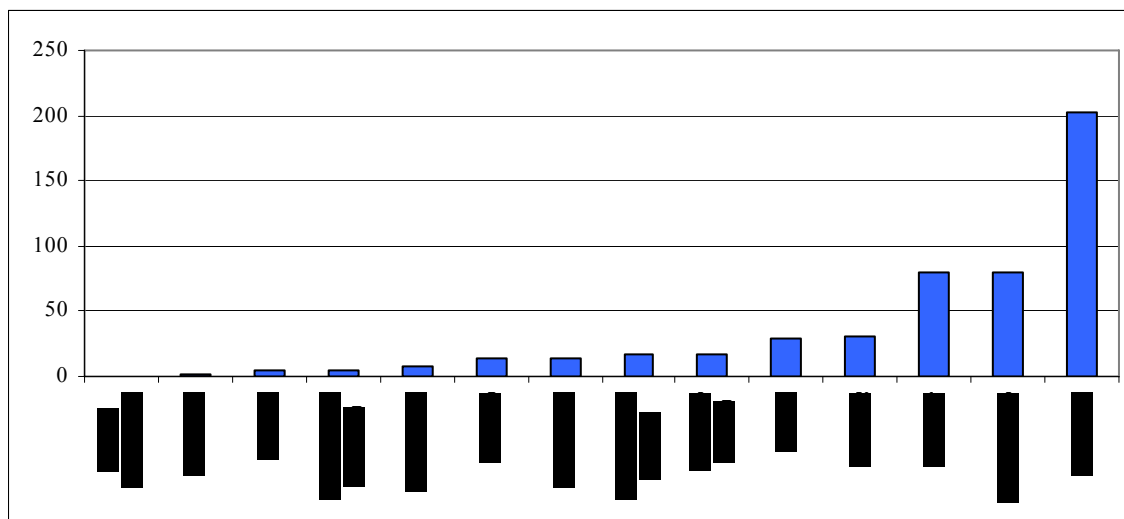


Gráfico 41 – Repartição dos bovinos confiscados pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém

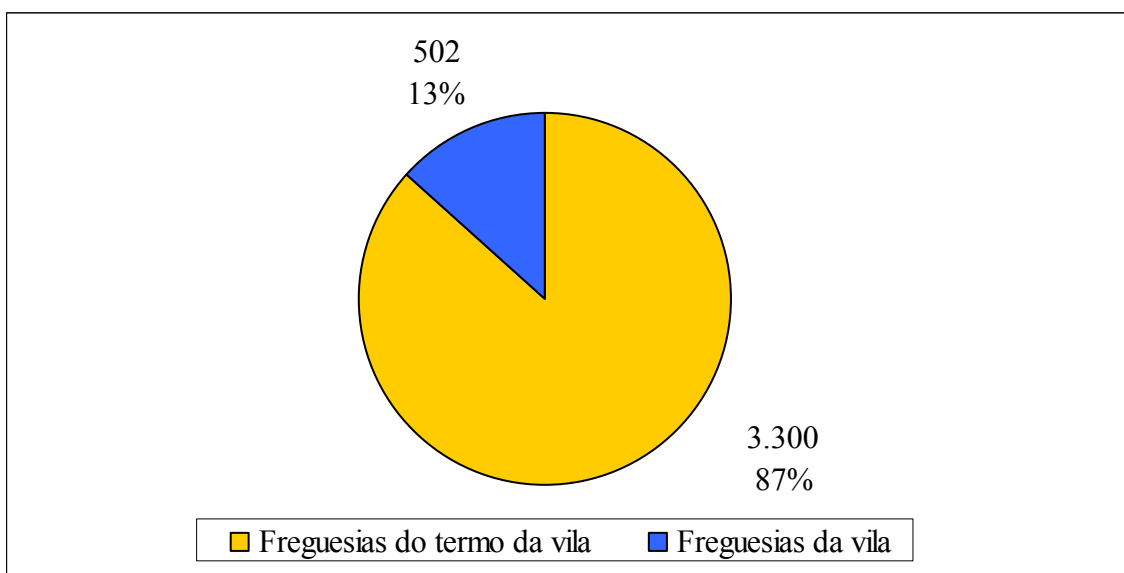


Gráfico 42 – Repartição dos bovinos confiscados pelos franceses no concelho

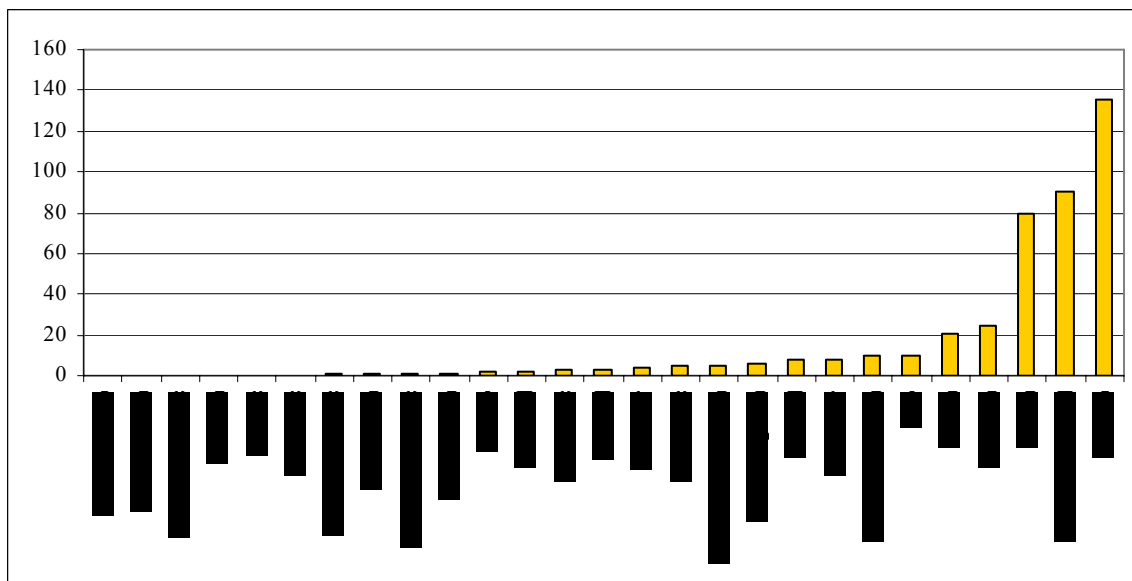


Gráfico 43 – Repartição dos equinos confiscados pelos franceses, nas freguesias rurais do concelho

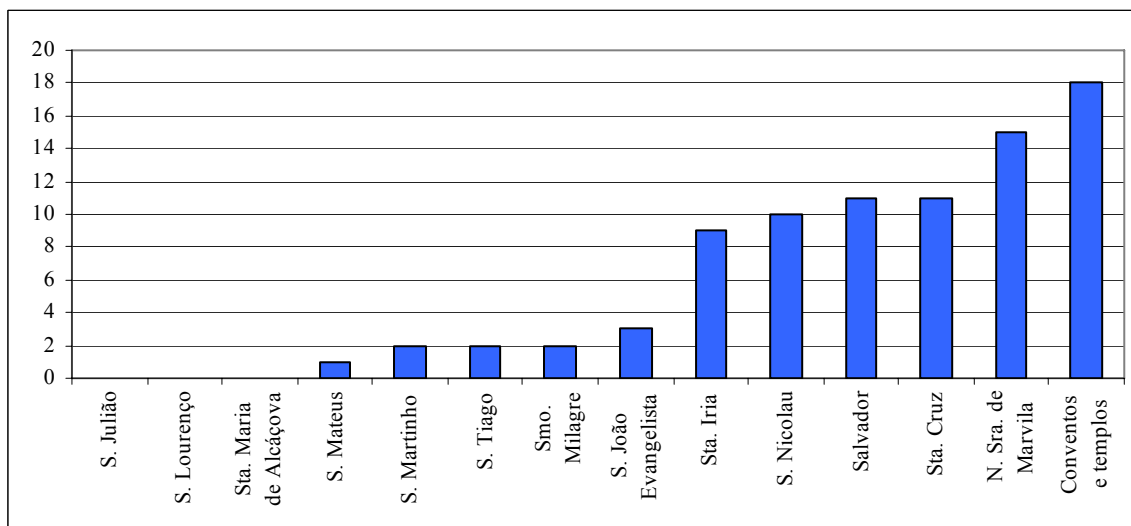


Gráfico 44 – Repartição dos equinos confiscados pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém

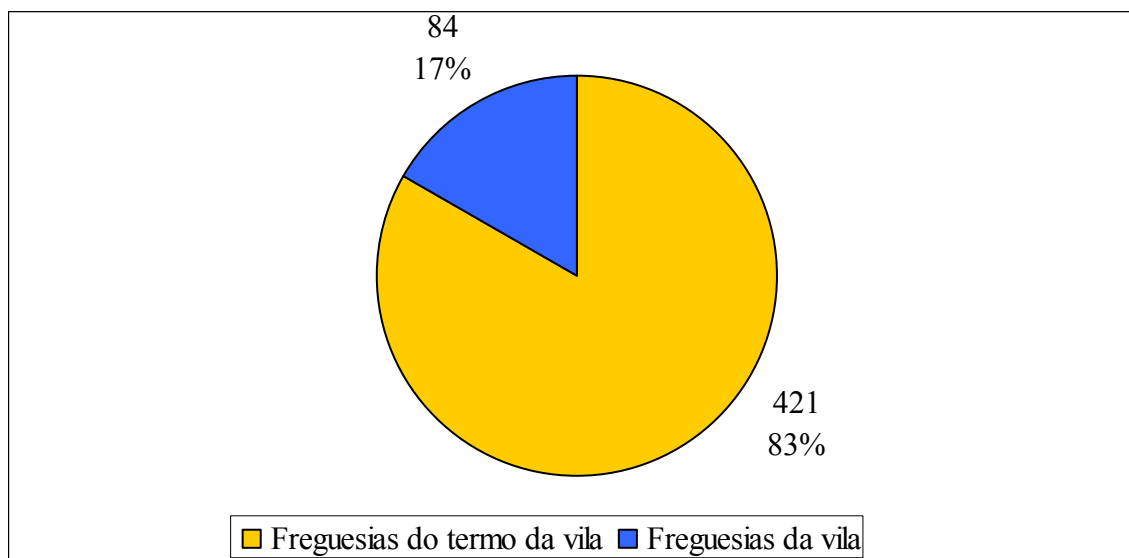


Gráfico 45 – Repartição dos equinos confiscados pelos franceses no concelho

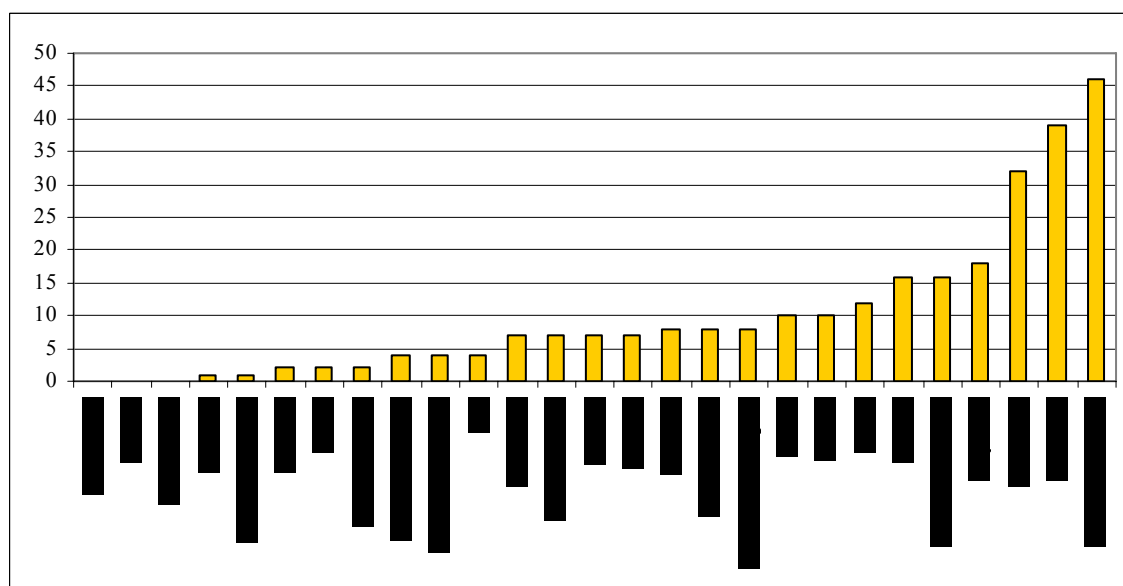


Gráfico 46 – Repartição dos muares confiscados pelos franceses, nas freguesias rurais do concelho

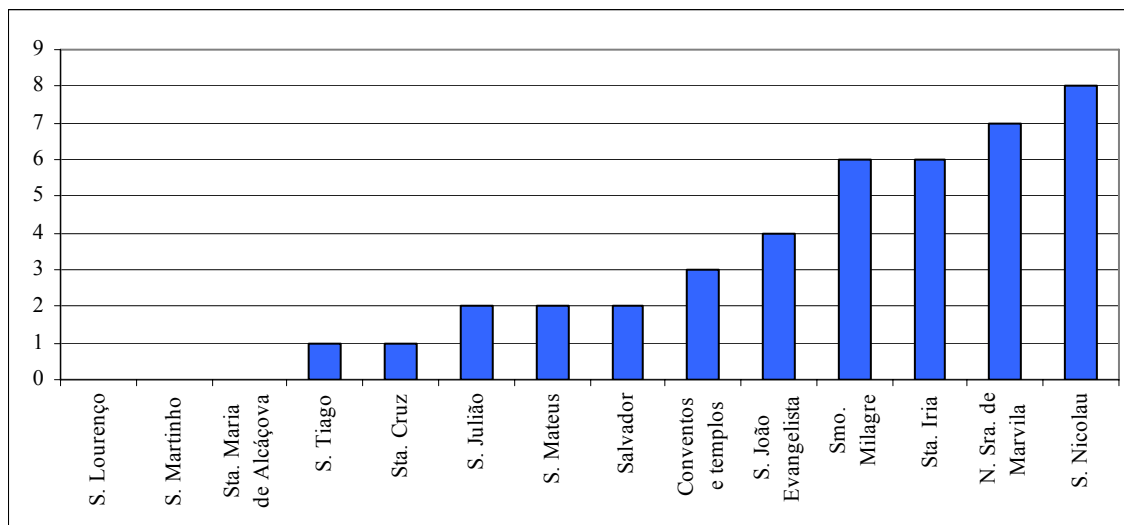


Gráfico 47 – Repartição dos muars confiscados pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém

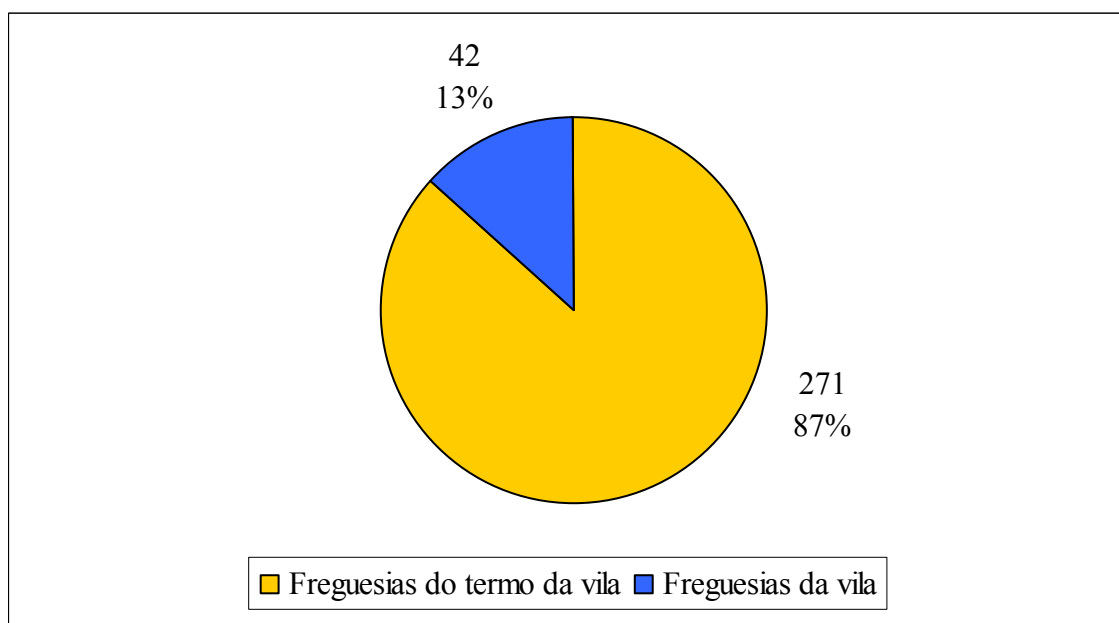


Gráfico 48 – Repartição dos muars confiscados pelos franceses no concelho

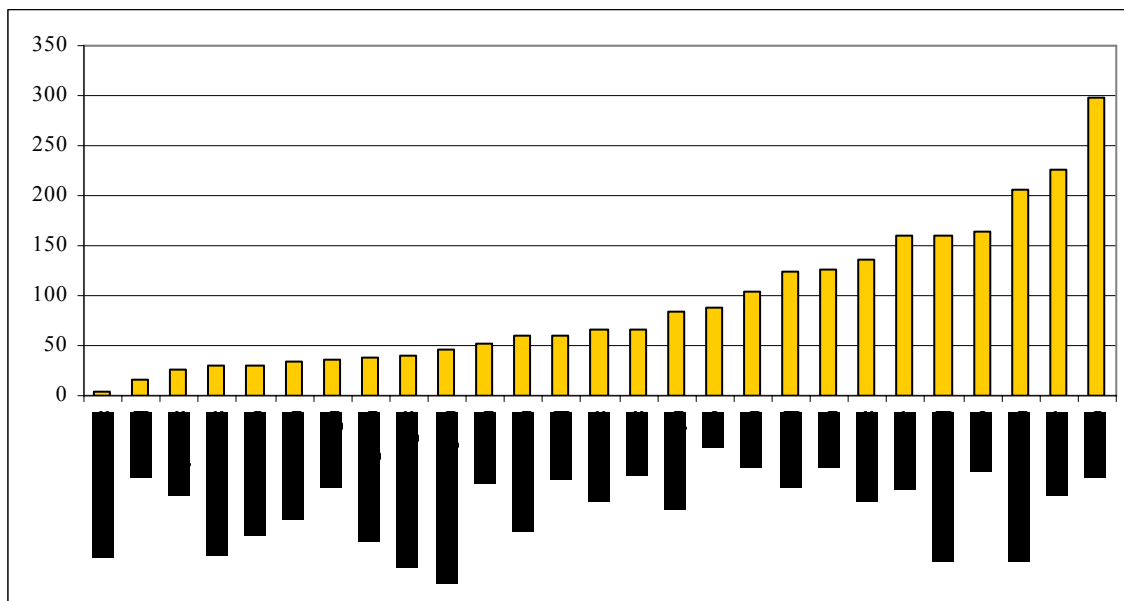


Gráfico 49 – Repartição dos asininos confiscados pelos franceses, nas freguesias rurais do concelho

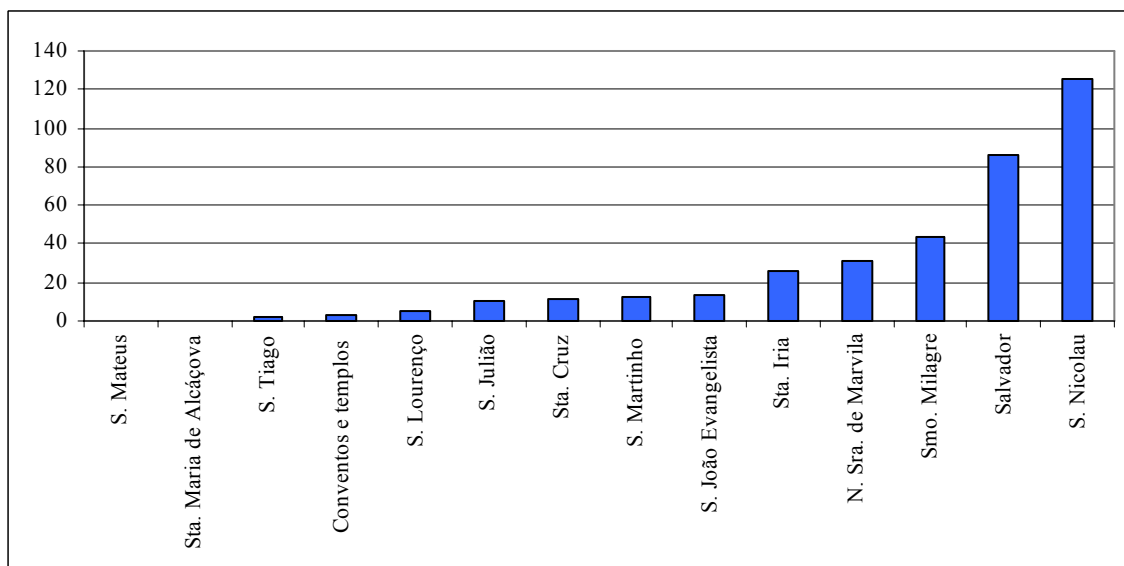


Gráfico 50 – Repartição dos asininos confiscados pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém

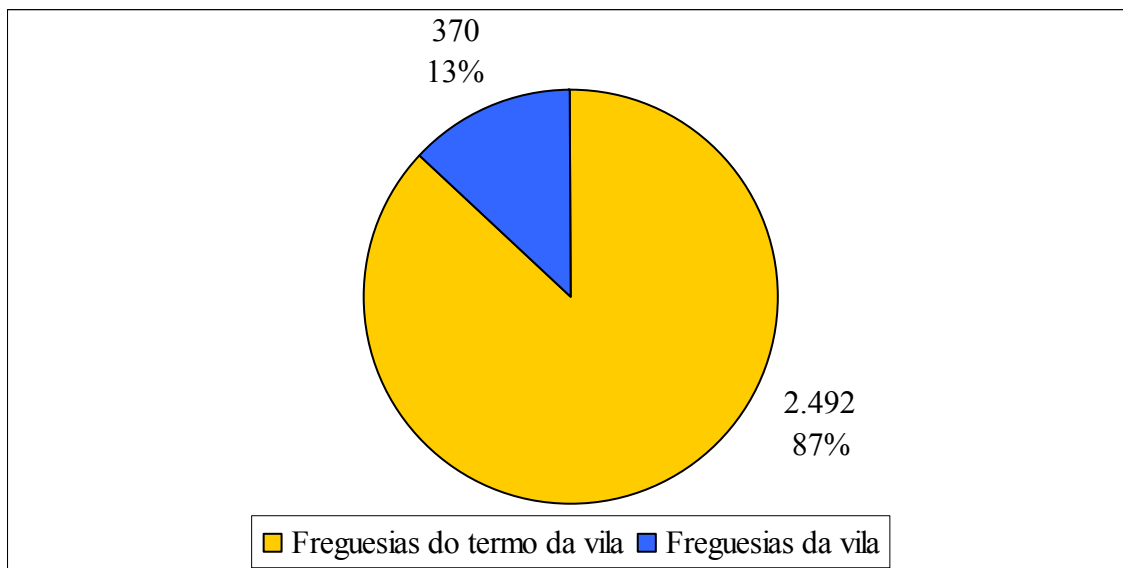


Gráfico 51 – Repartição dos asininos confiscados pelos franceses no concelho

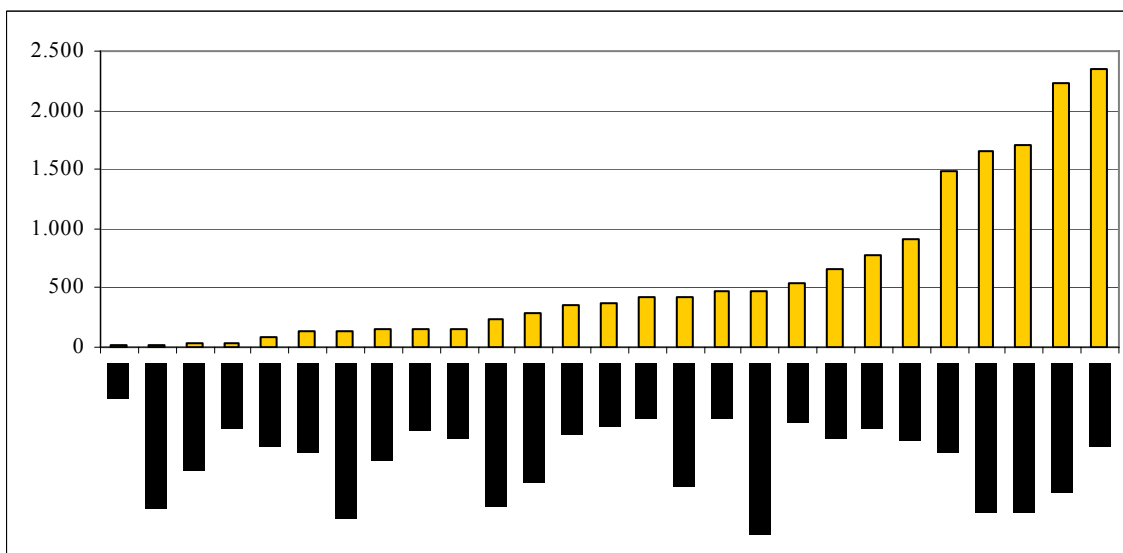


Gráfico 52 – Repartição dos ovinos confiscados pelos franceses, nas freguesias rurais do concelho

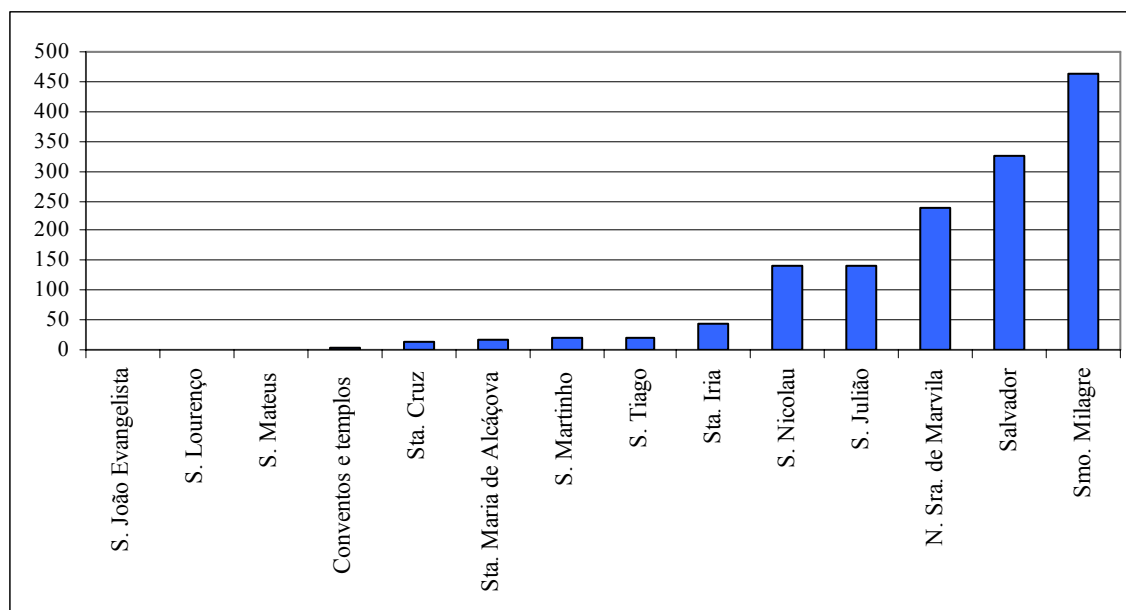


Gráfico 53 – Repartição dos ovinos confiscados pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém

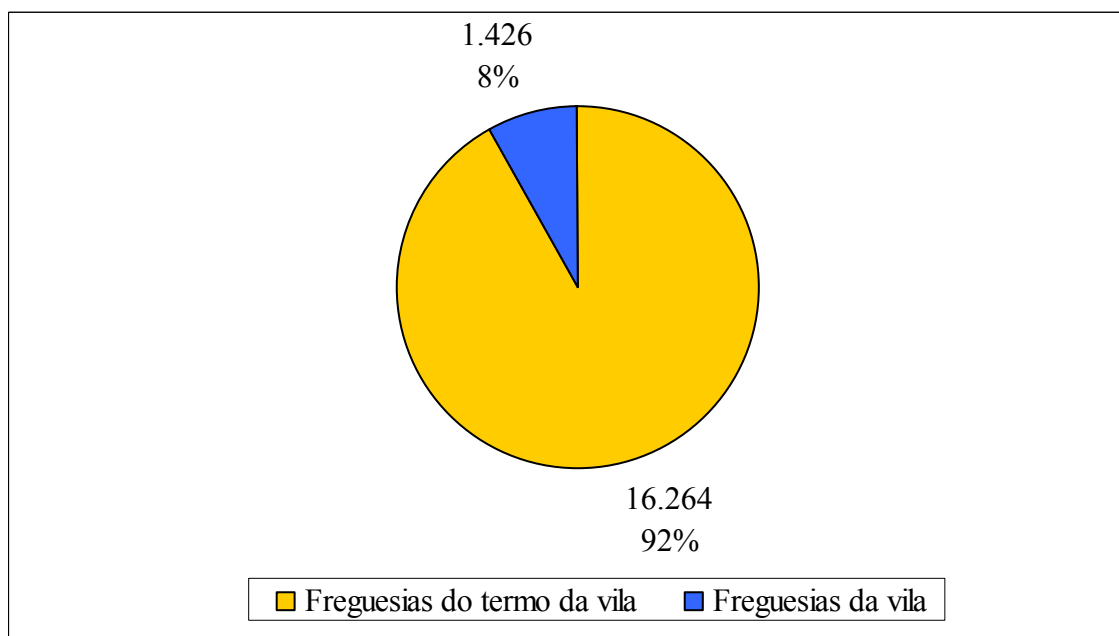


Gráfico 54 – Repartição dos ovinos confiscados pelos franceses no concelho

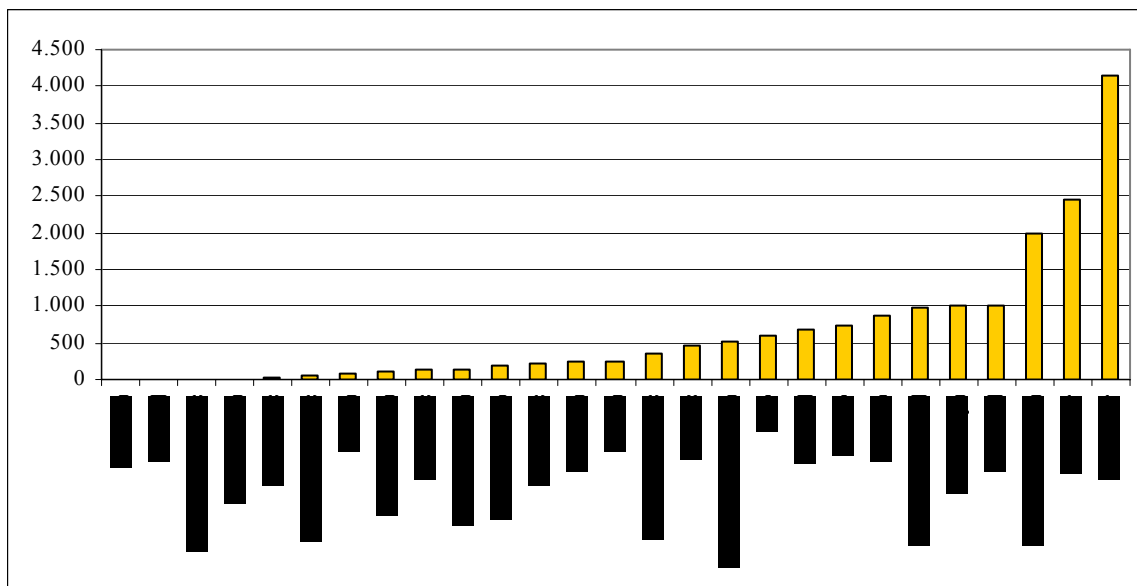


Gráfico 55 – Repartição dos caprinos confiscados pelos franceses, nas freguesias rurais do concelho

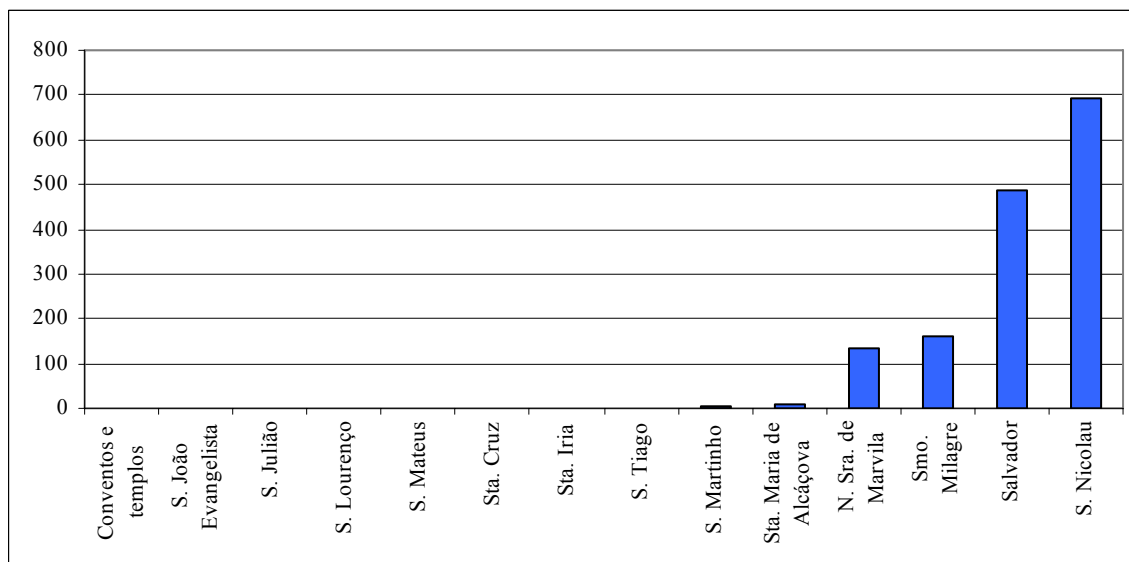


Gráfico 56 – Repartição dos caprinos confiscados pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém

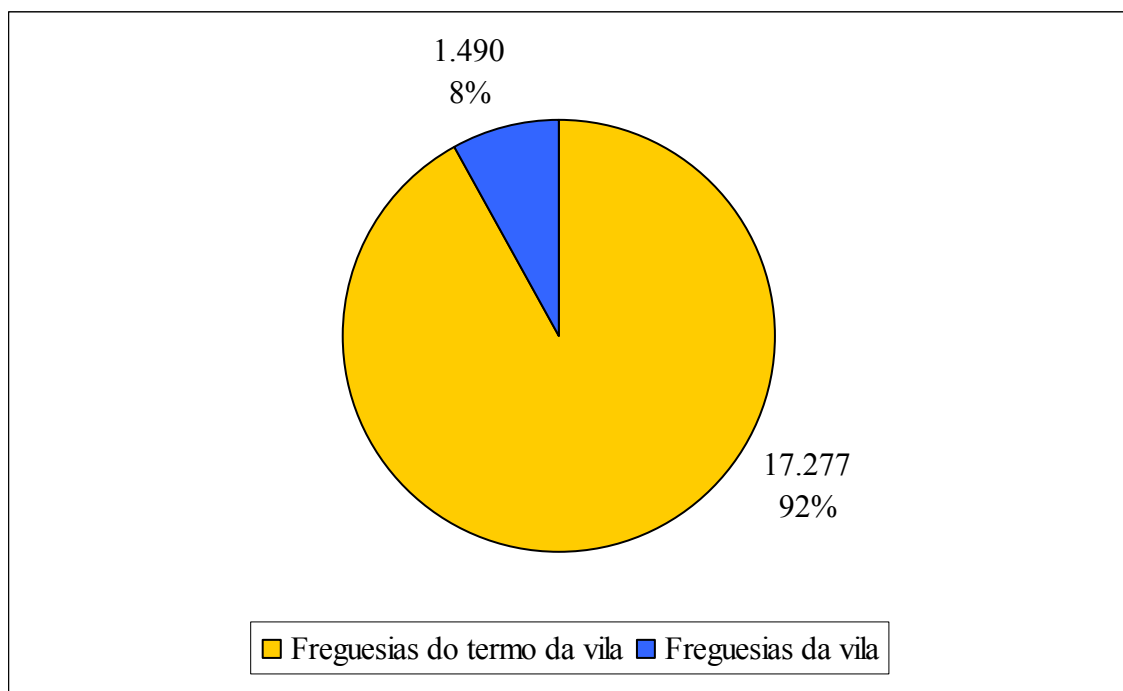


Gráfico 57 – Repartição dos caprinos confiscados pelos franceses no concelho

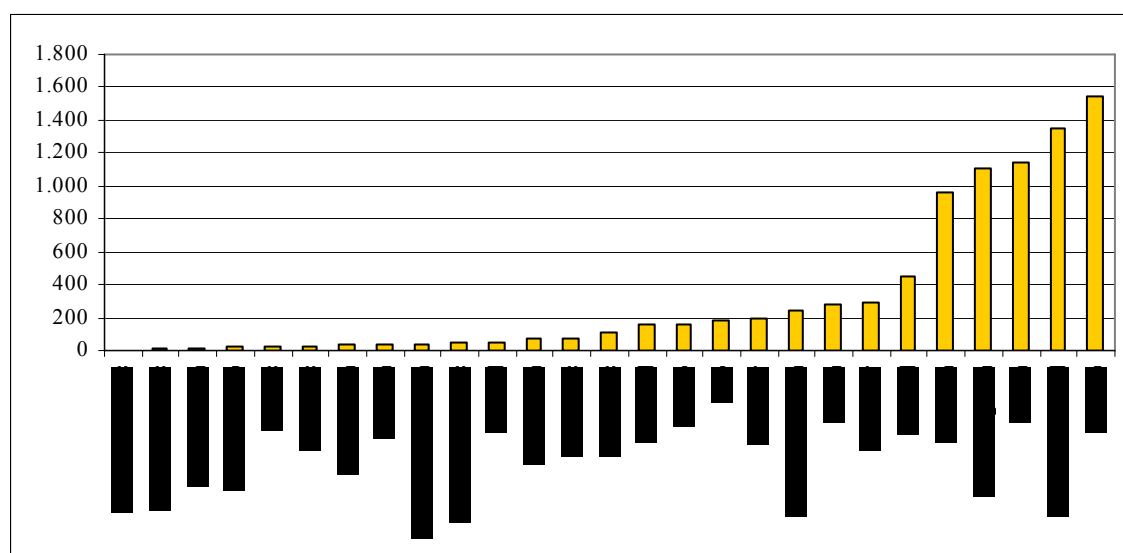


Gráfico 58 – Repartição dos suínos confiscados pelos franceses, nas freguesias rurais do concelho

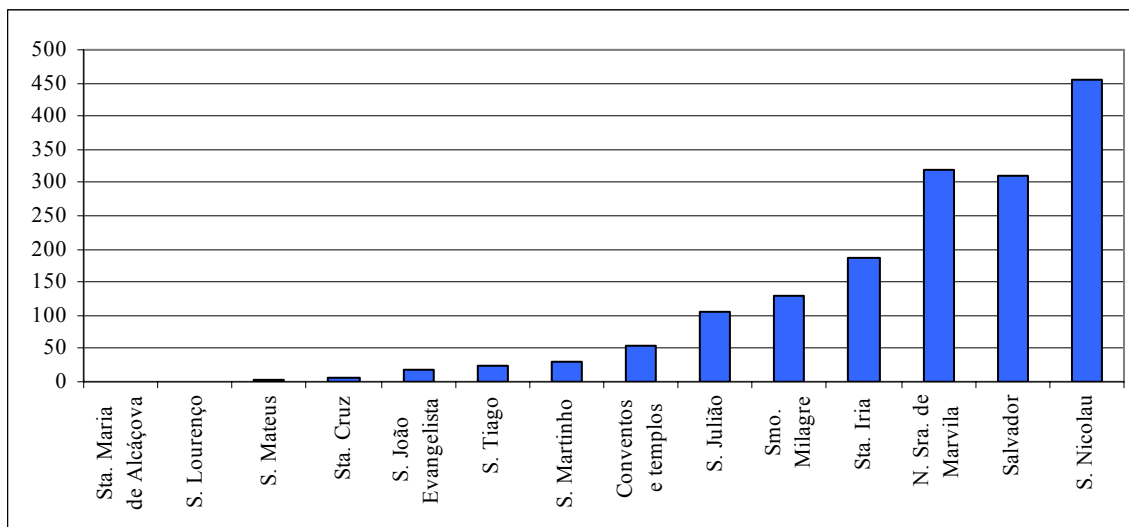


Gráfico 59 – Repartição dos suínos confiscados pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém

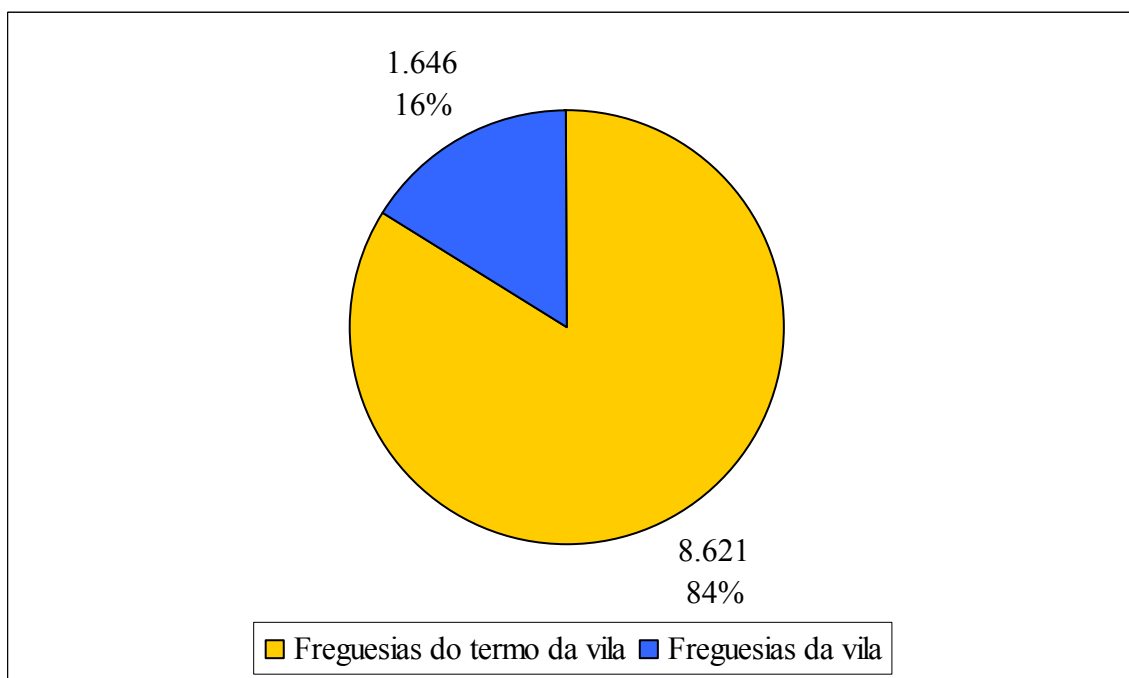


Gráfico 60 – Repartição dos suínos confiscados pelos franceses, no concelho de Santarém

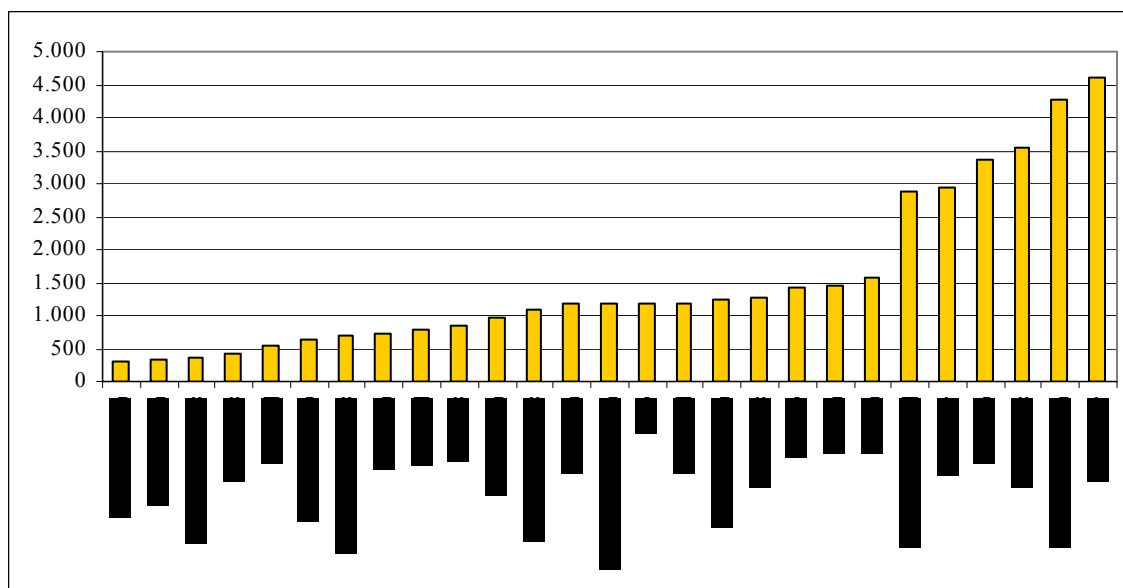


Gráfico 61 – Repartição das aves confiscadas pelos franceses, nas freguesias rurais do concelho

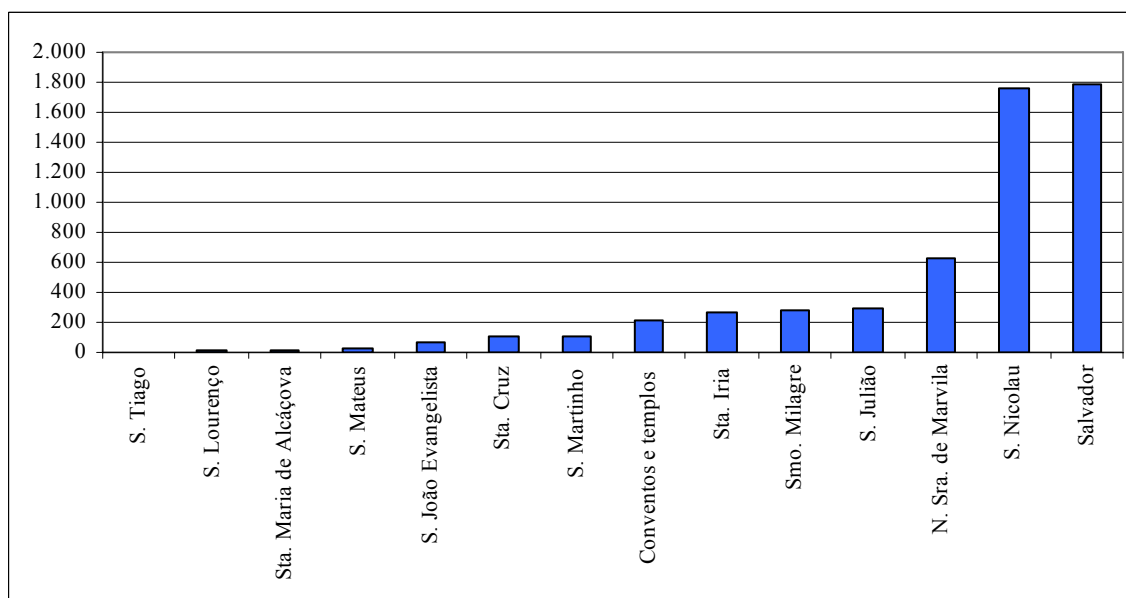


Gráfico 62 – Repartição das aves confiscadas pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém

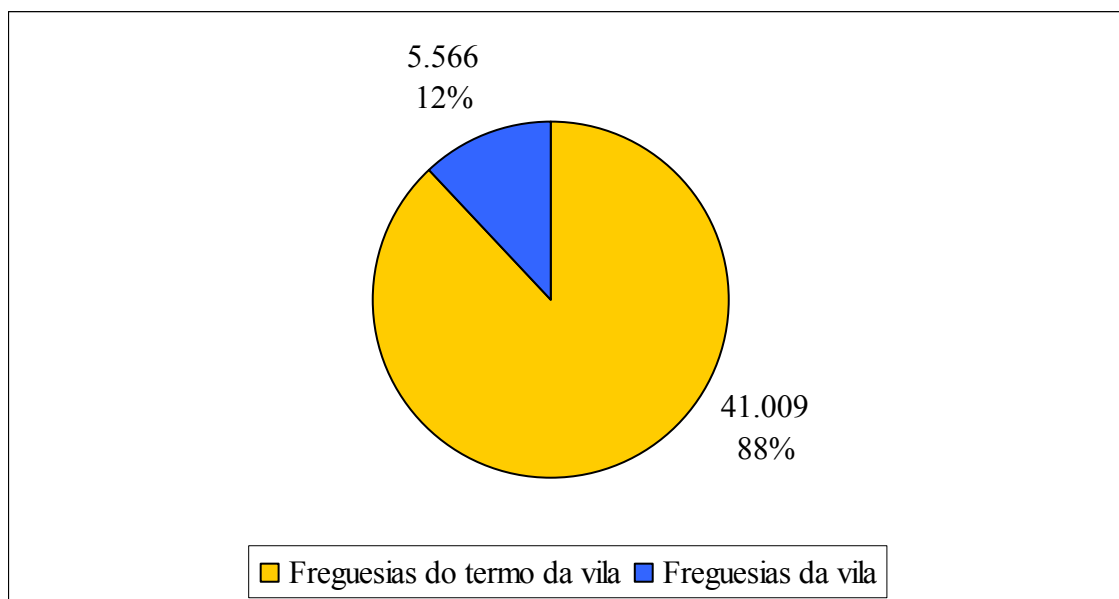
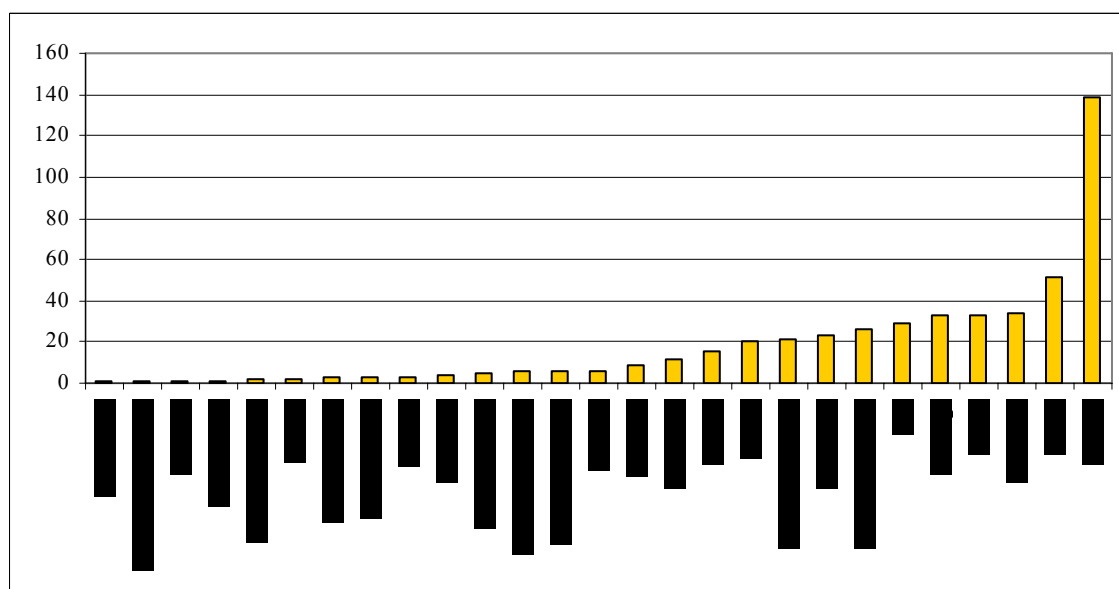


Gráfico 63 – Repartição das aves confiscadas pelos franceses, no concelho de Santarém



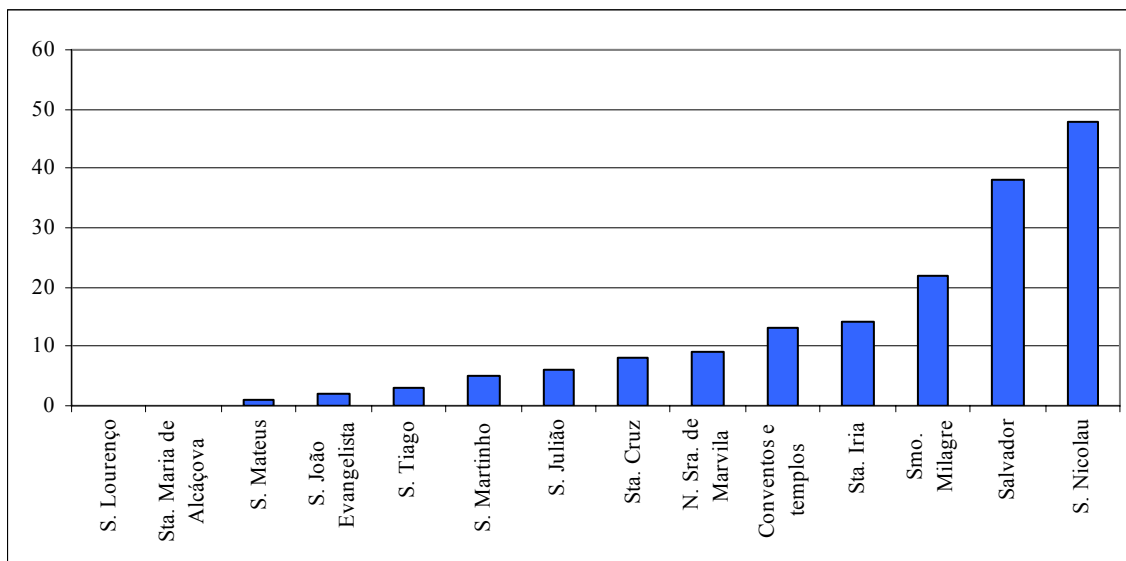


Gráfico 65 – Repartição dos carros confiscados pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém

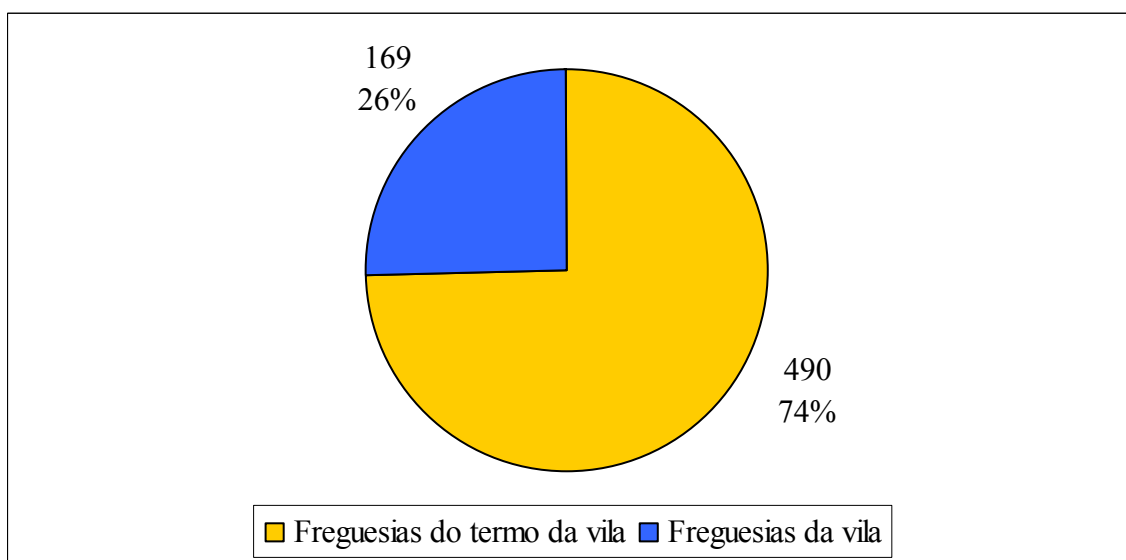


Gráfico 66 – Repartição dos carros confiscados pelos franceses, no concelho de Santarém

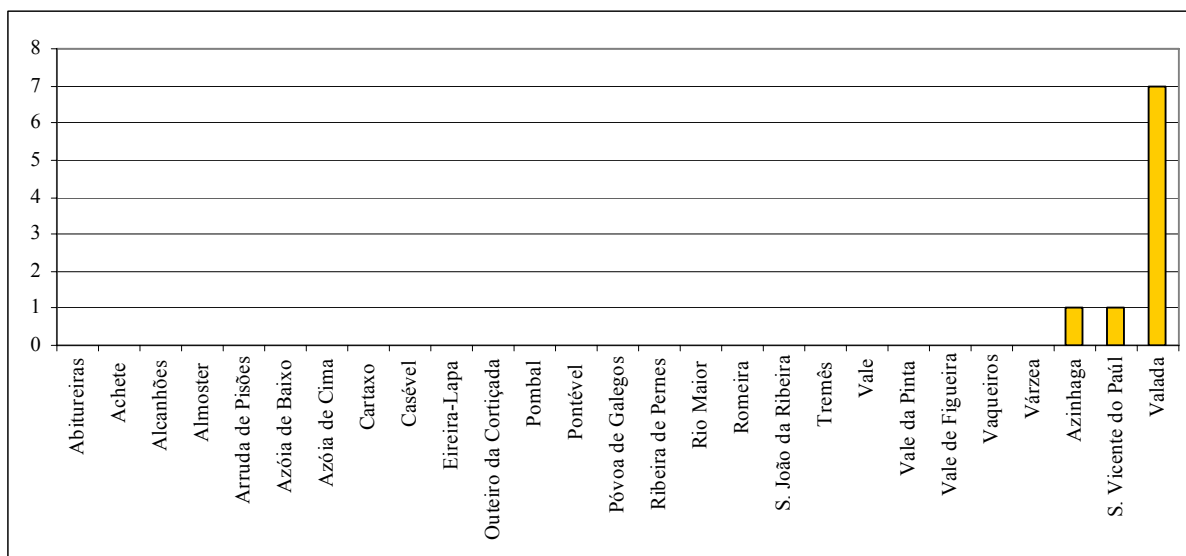


Gráfico 67 – Repartição dos barcos confiscados pelos franceses, nas freguesias rurais do concelho

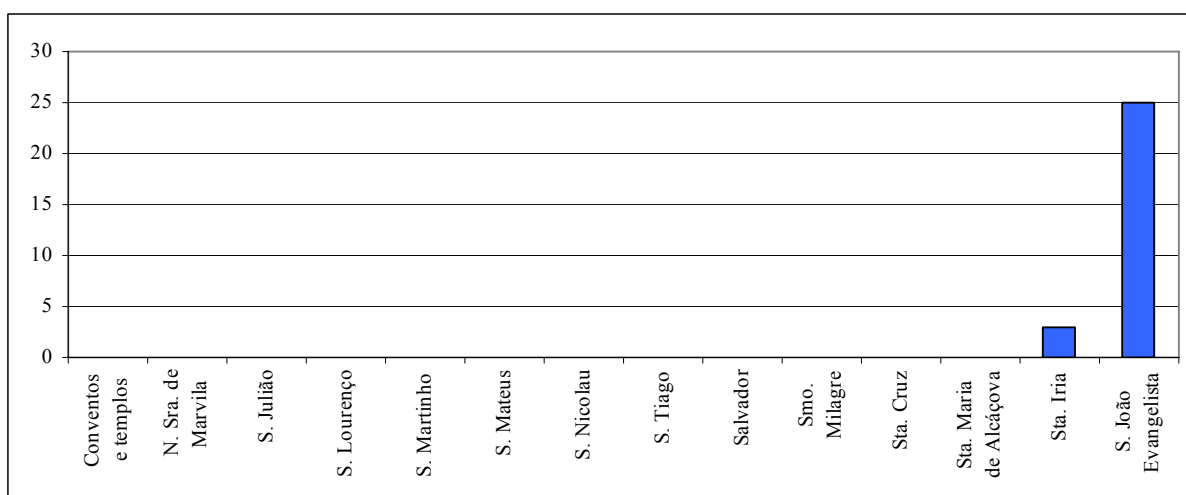
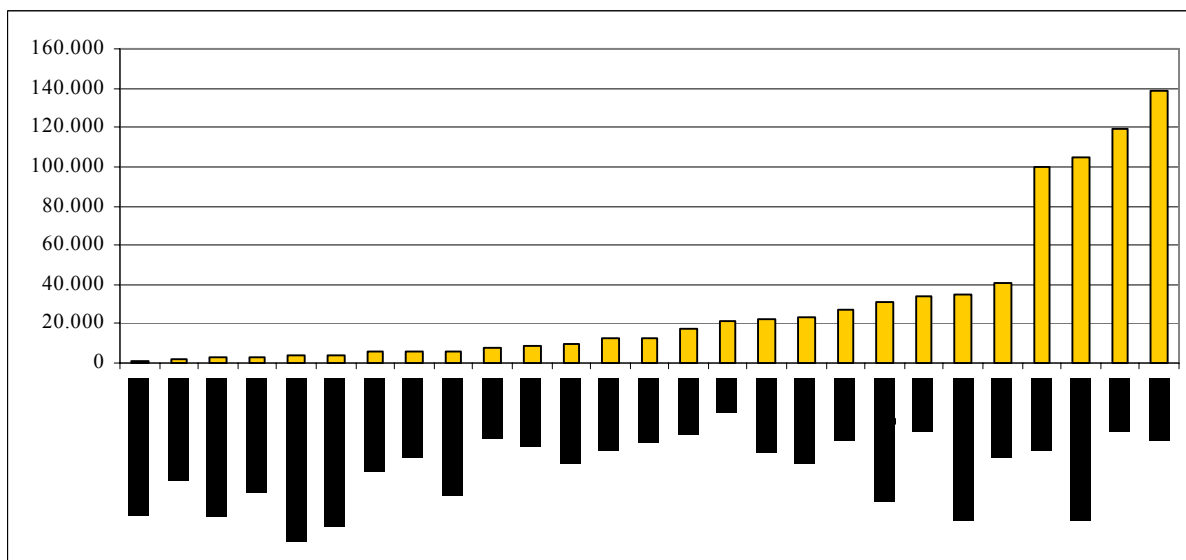
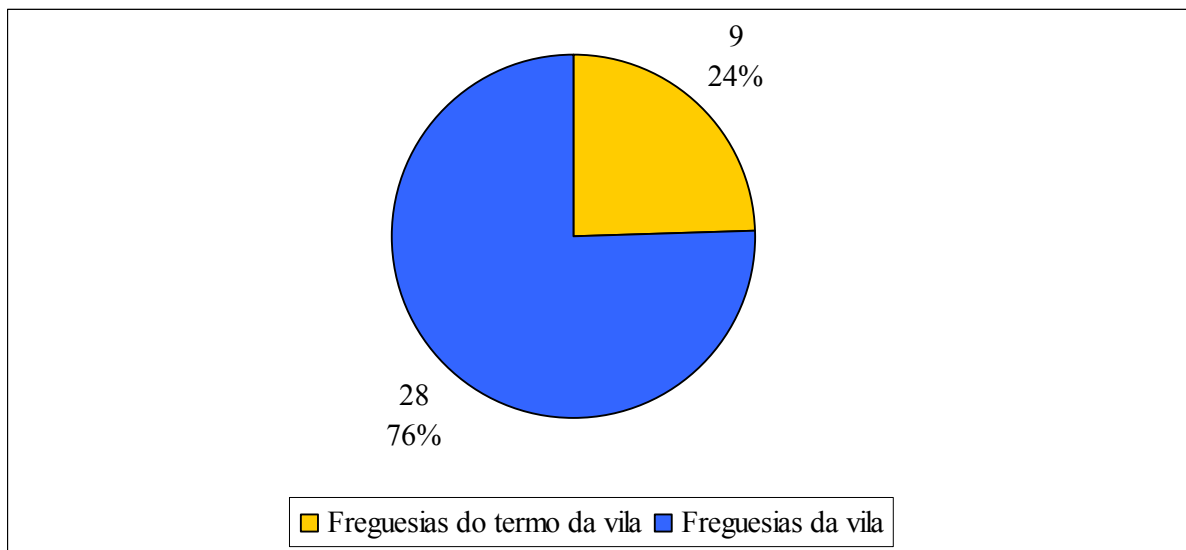


Gráfico 68 – Repartição dos barcos confiscados pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém



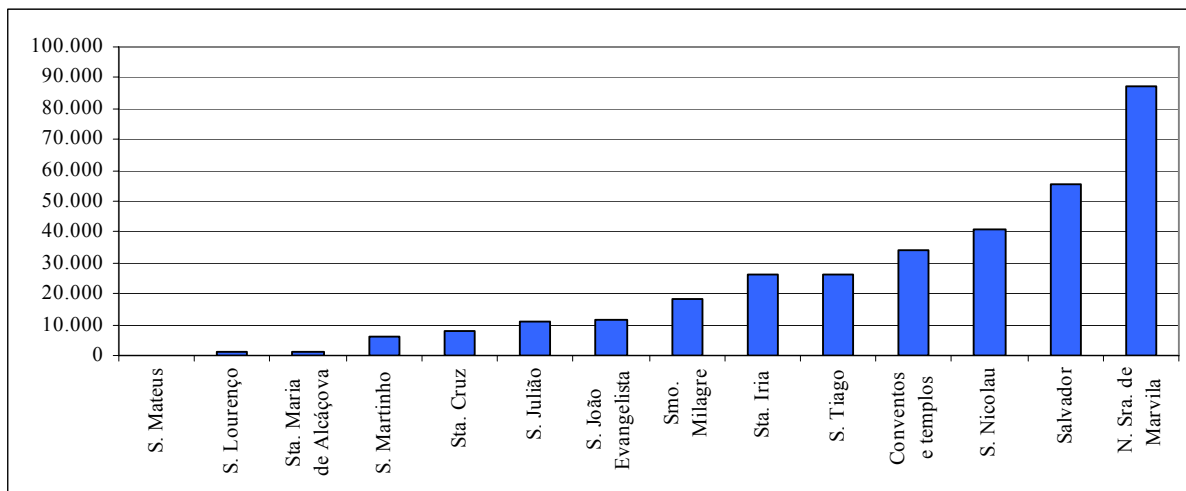


Gráfico 71 – Repartição dos cereais consumidos pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém

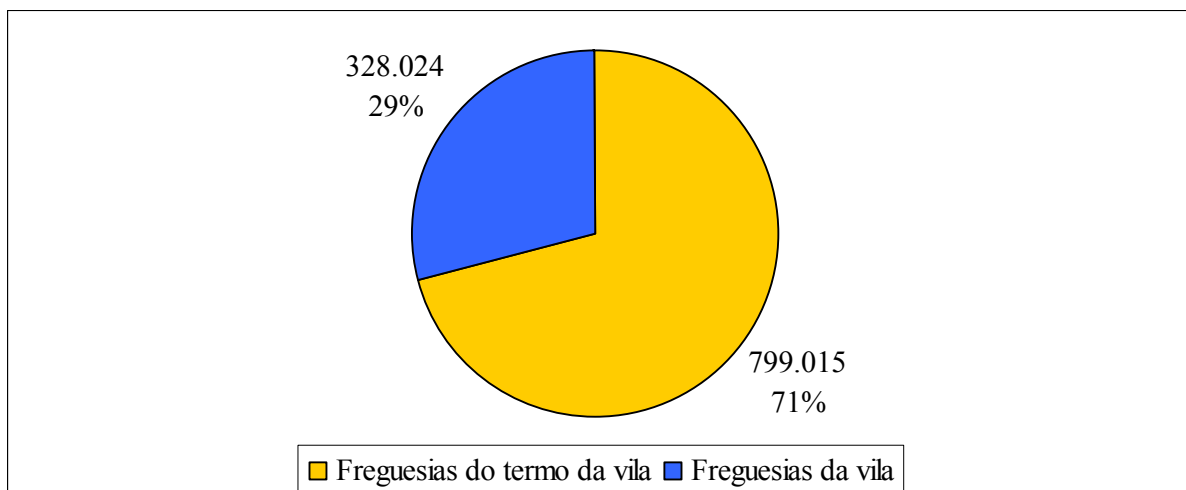


Gráfico 72 – Repartição dos cereais consumidos pelos franceses, no concelho de Santarém

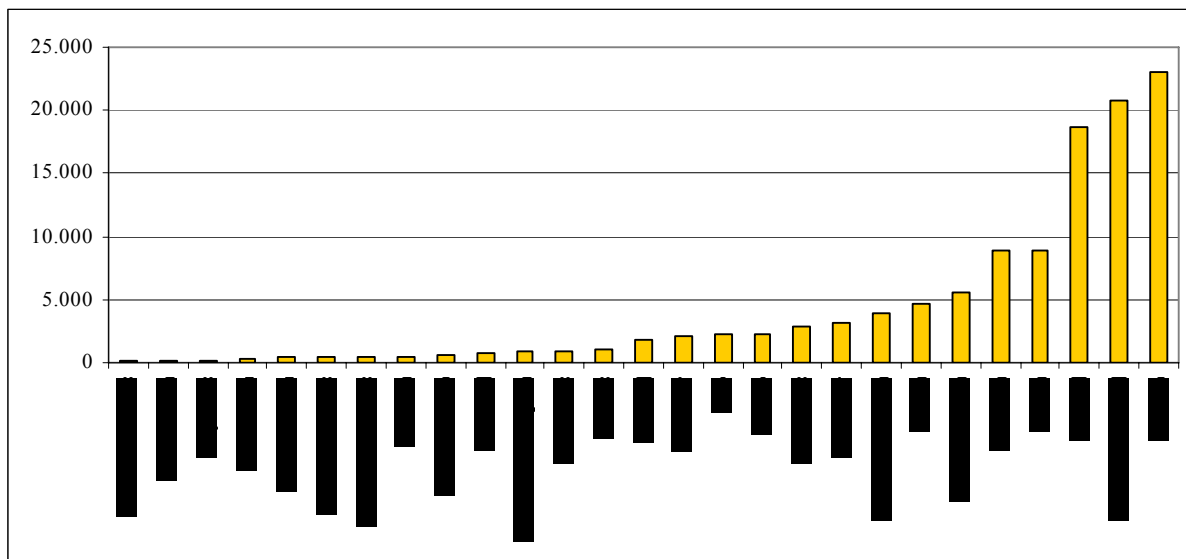


Gráfico 73 – Repartição do grão, feijão e fava, consumidos pelos franceses, nas freguesias rurais do concelho

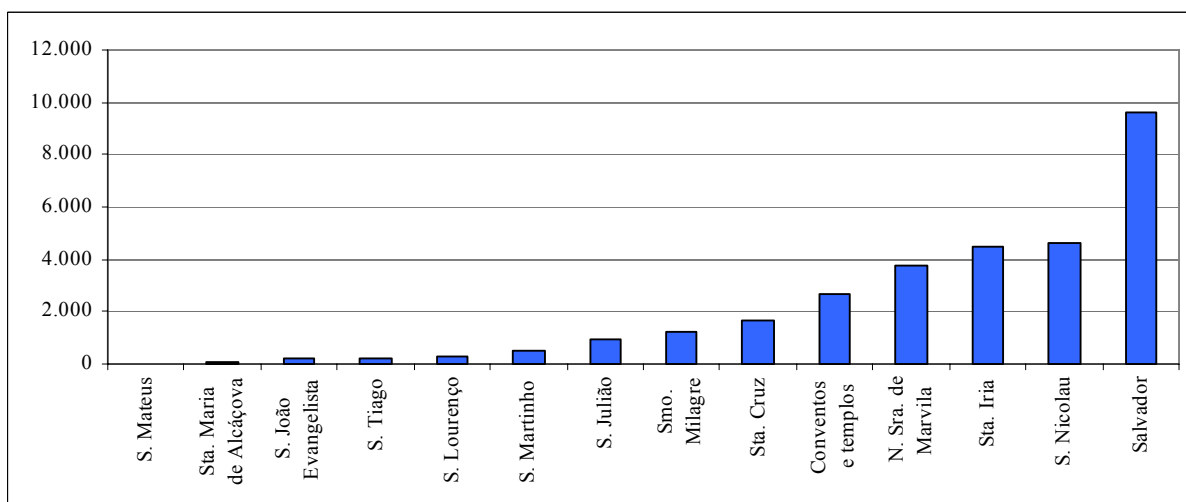
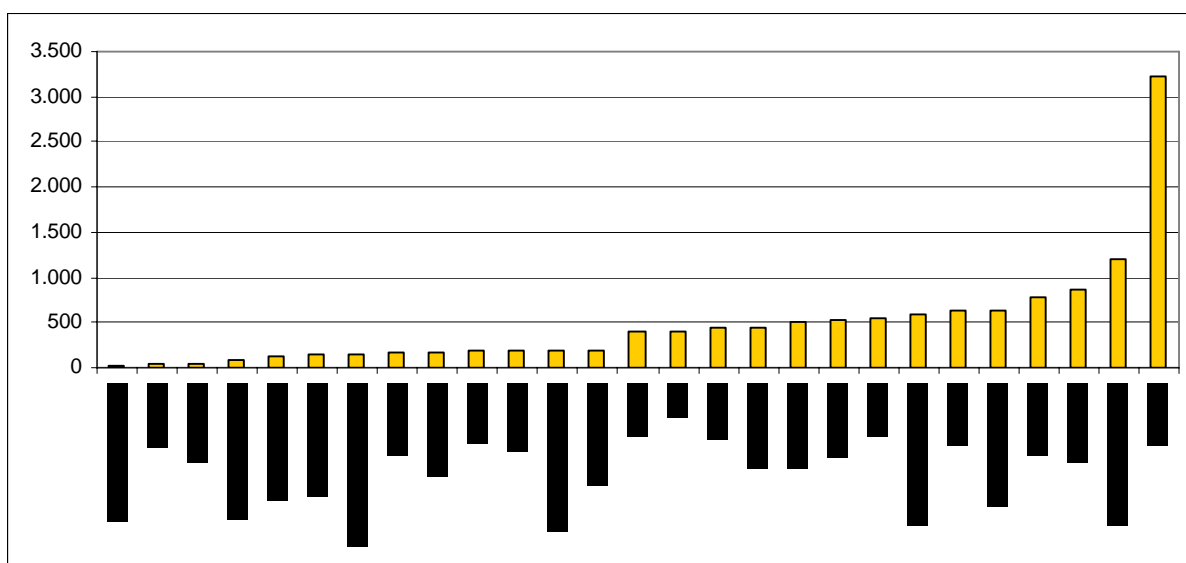
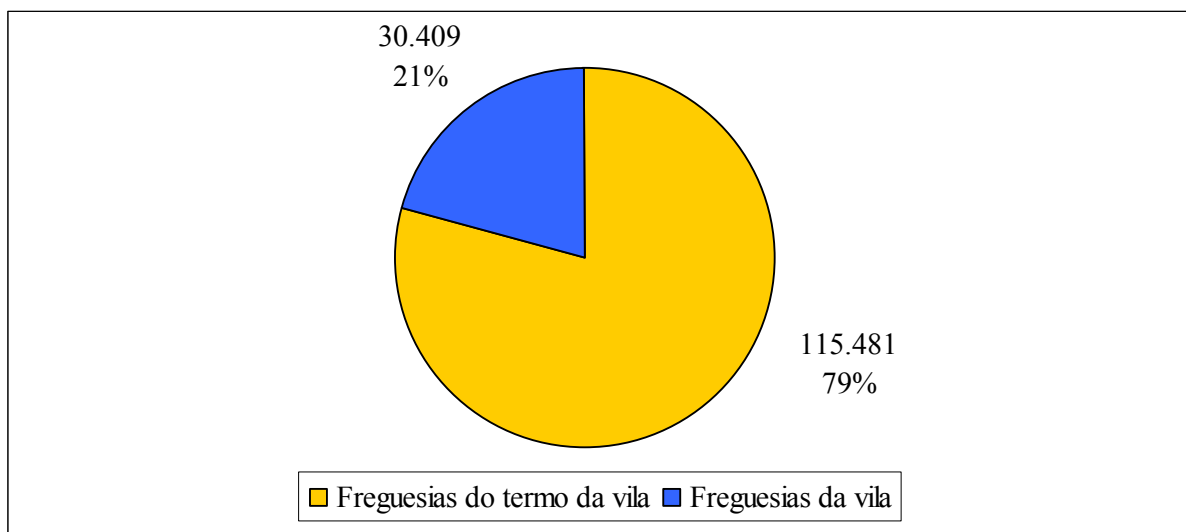


Gráfico 74 – Repartição do grão, feijão e fava, consumidos pelos franceses, nas freguesias da vila de Santarém



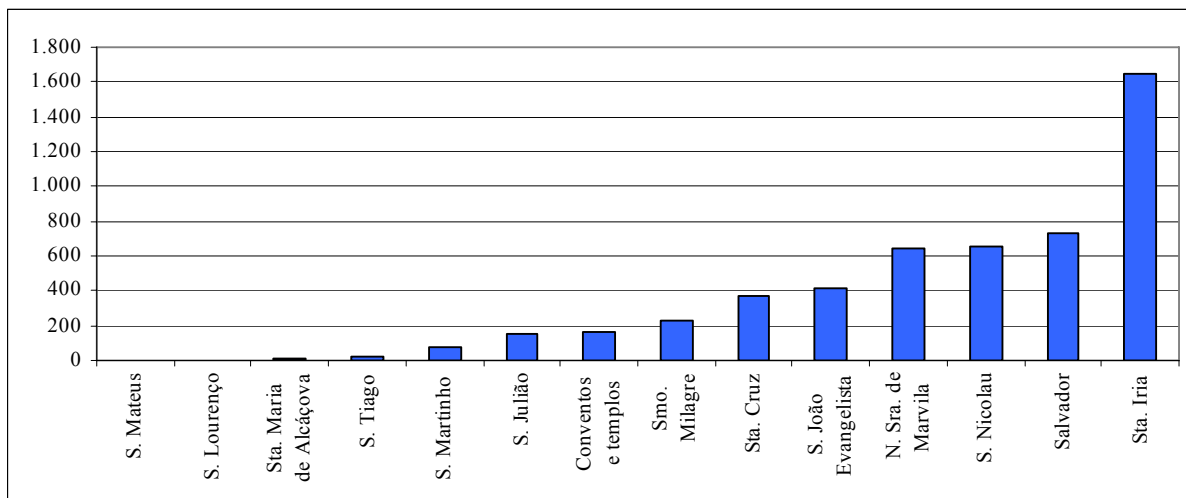


Gráfico 77 – Pipas de vinho consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias da vila de Santarém

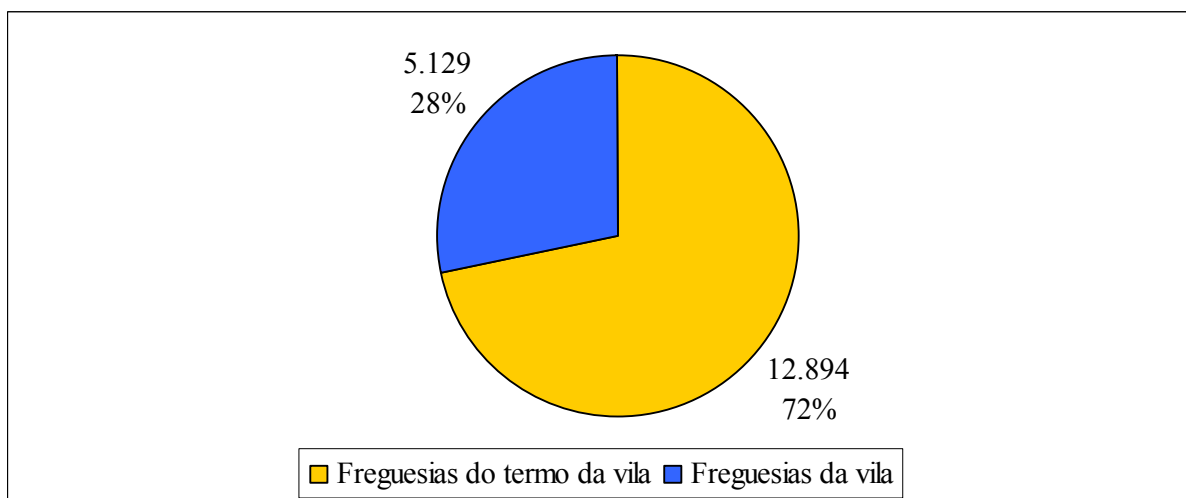


Gráfico 78 – Repartição das pipas de vinho consumidas pelas tropas francesas, no concelho de Santarém

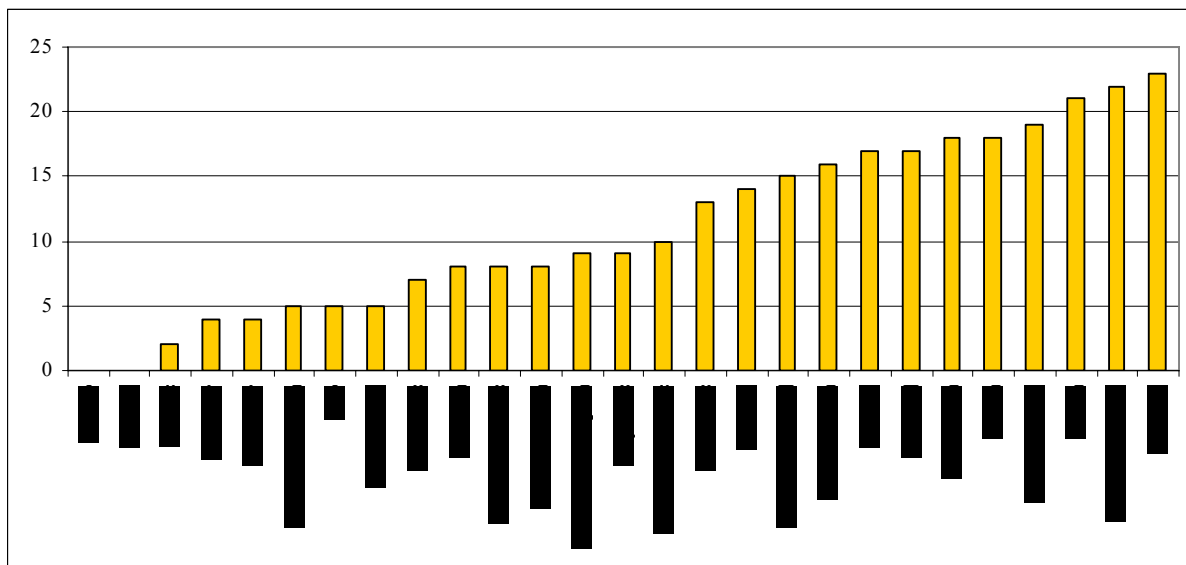


Gráfico 79 – Almudes de vinho consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias do termo da vila

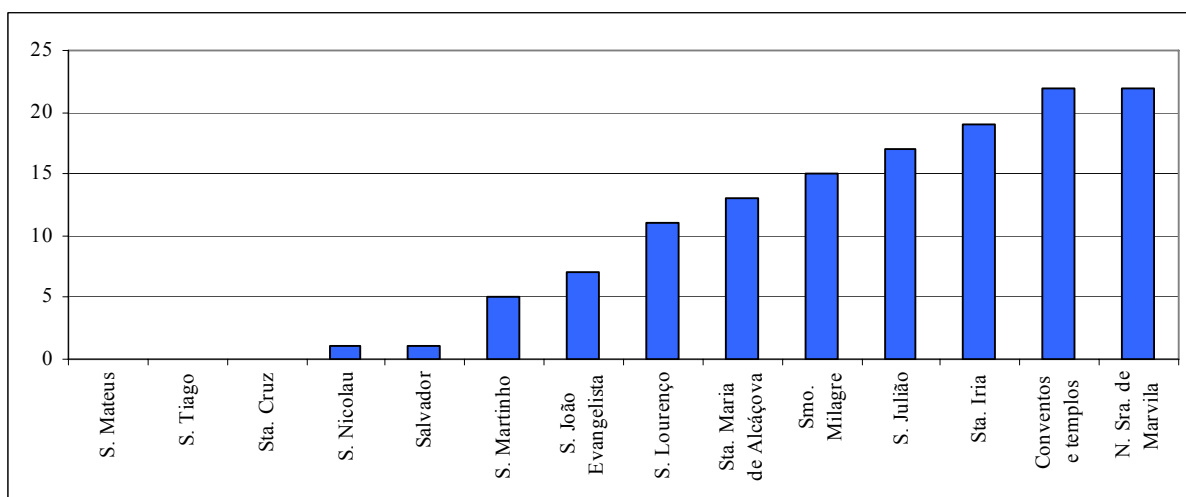
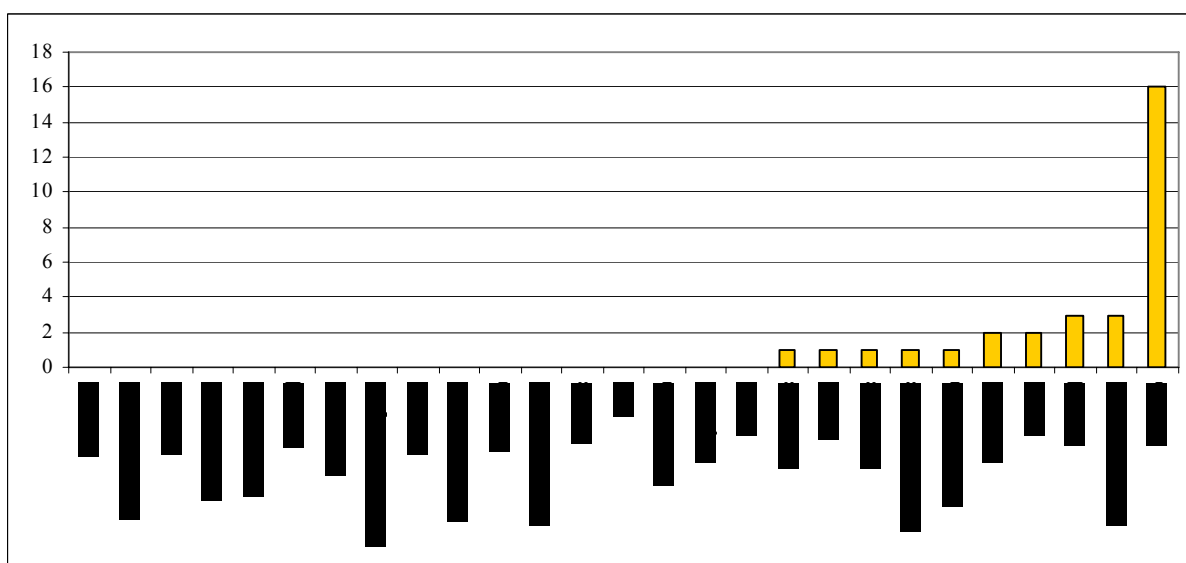
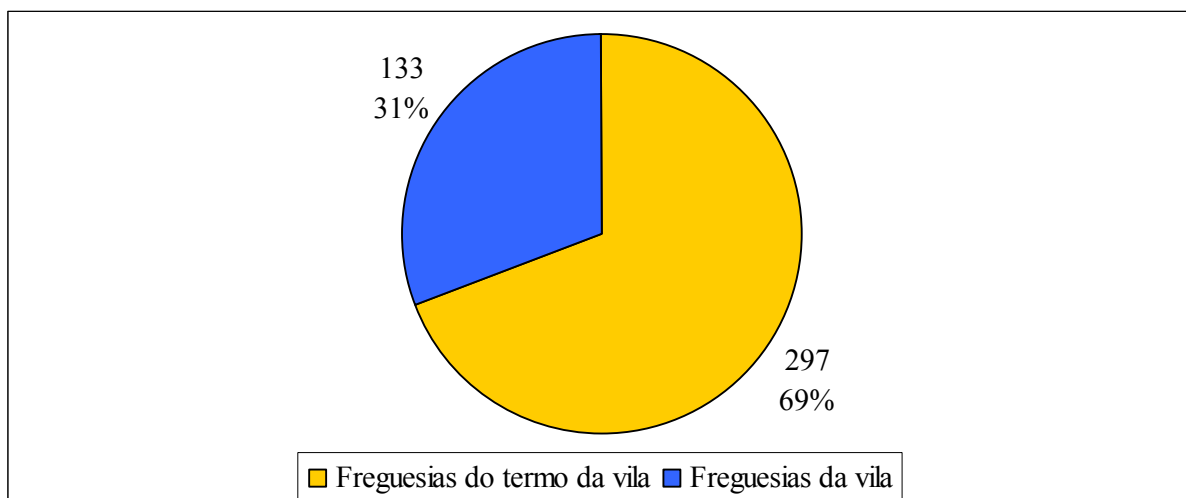


Gráfico 80 – Almudes de vinho consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias da vila de Santarém



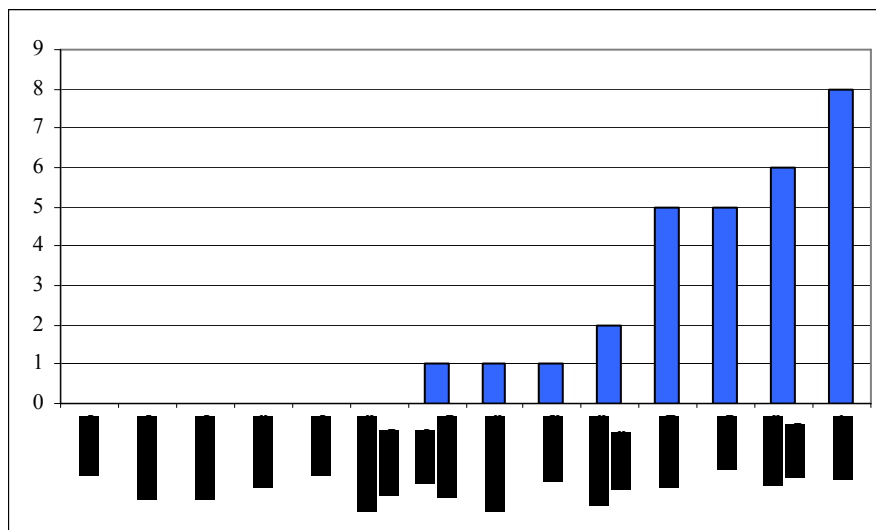


Gráfico 83 – Pipas de aguardente consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias da vila de Santarém

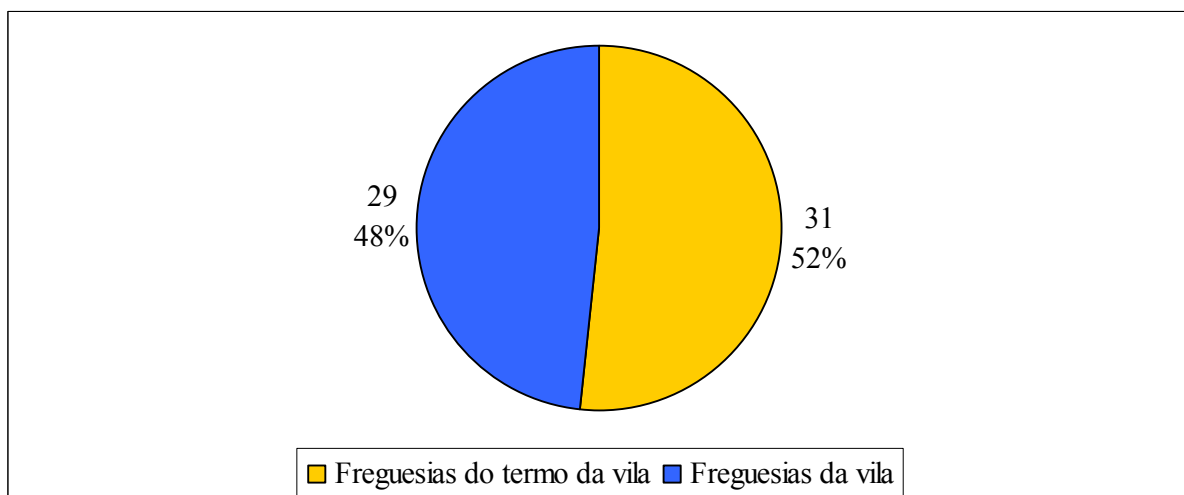


Gráfico 84 – Repartição das pipas de aguardente consumidos pelas tropas francesas, no concelho de Santarém

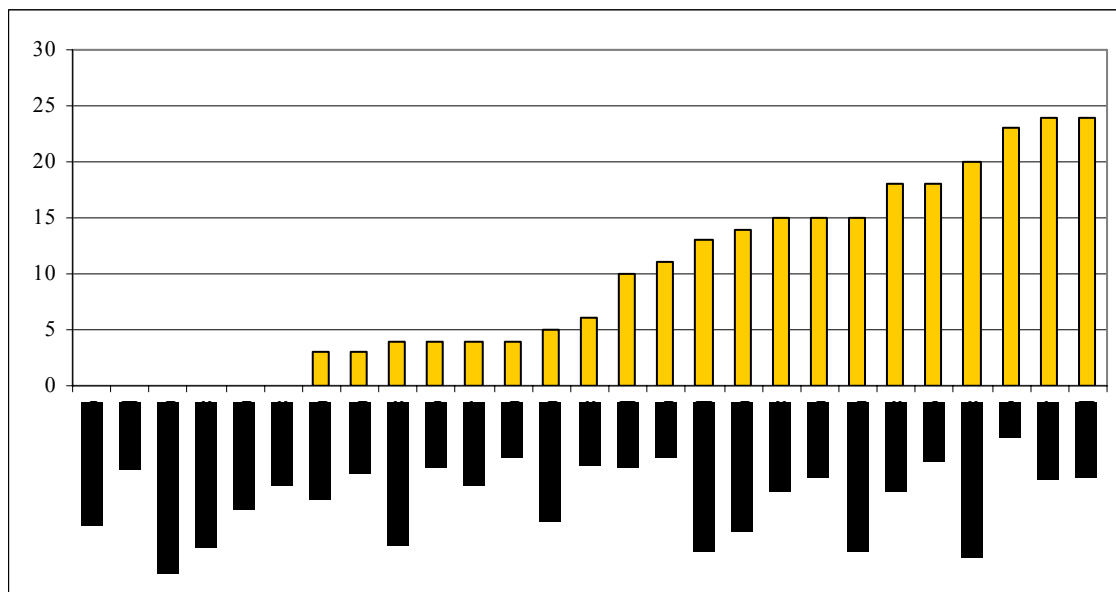


Gráfico 85 – Almudes de aguardente consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias do termo da vila

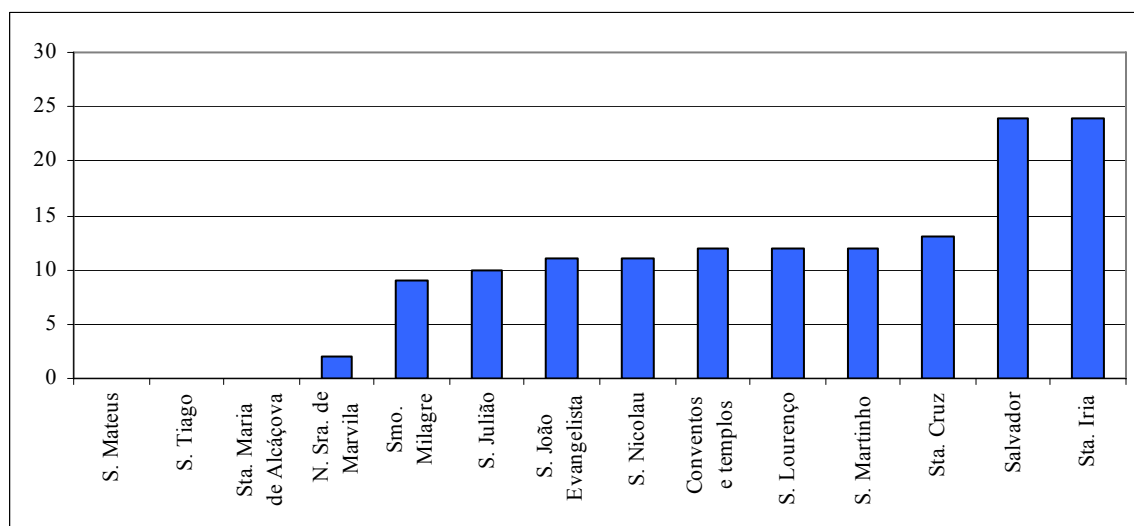


Gráfico 86 – Almudes de aguardente consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias da vila de Santarém

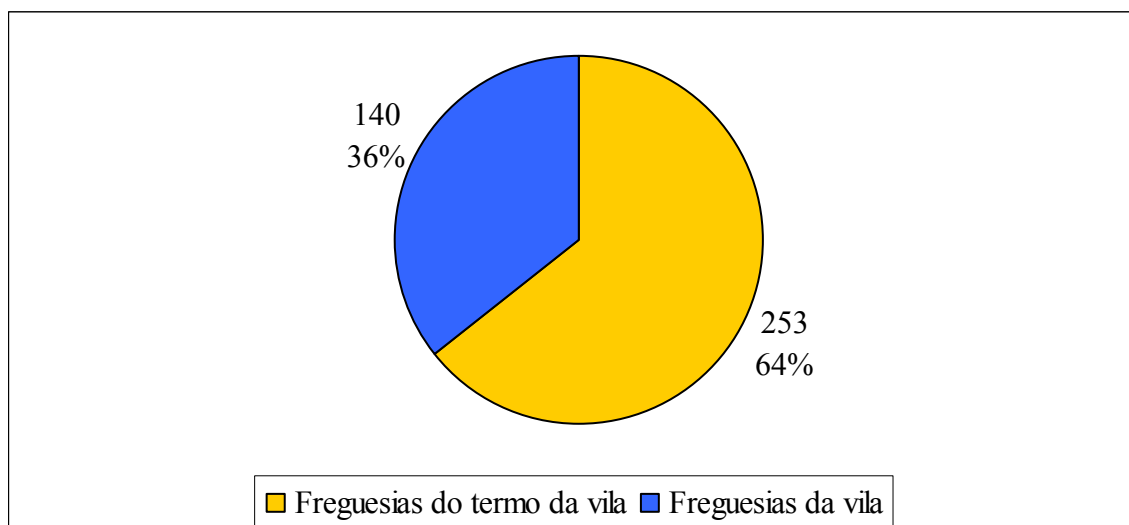


Gráfico 87 – Repartição dos almudes de aguardente consumidos pelas tropas francesas, no concelho de Santarém

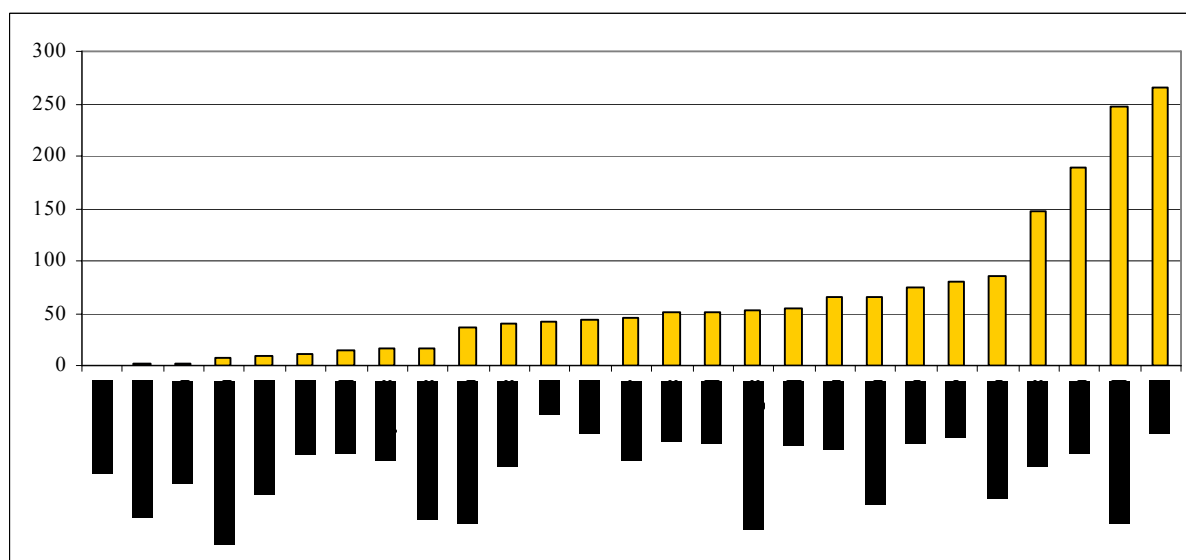


Gráfico 88 – Pipas de azeite consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias do termo da vila

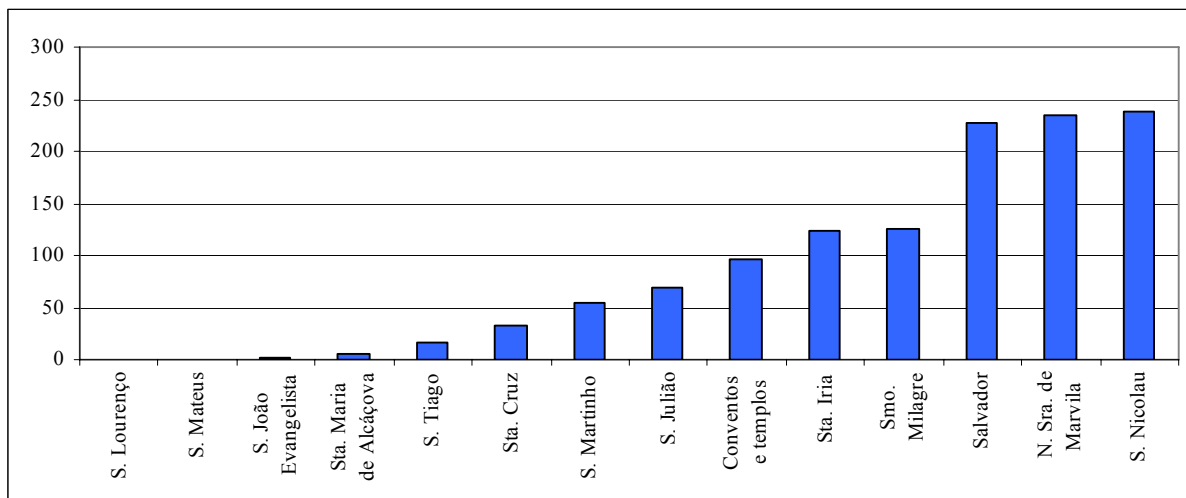


Gráfico 89 – Pipas de azeite consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias da vila de Santarém

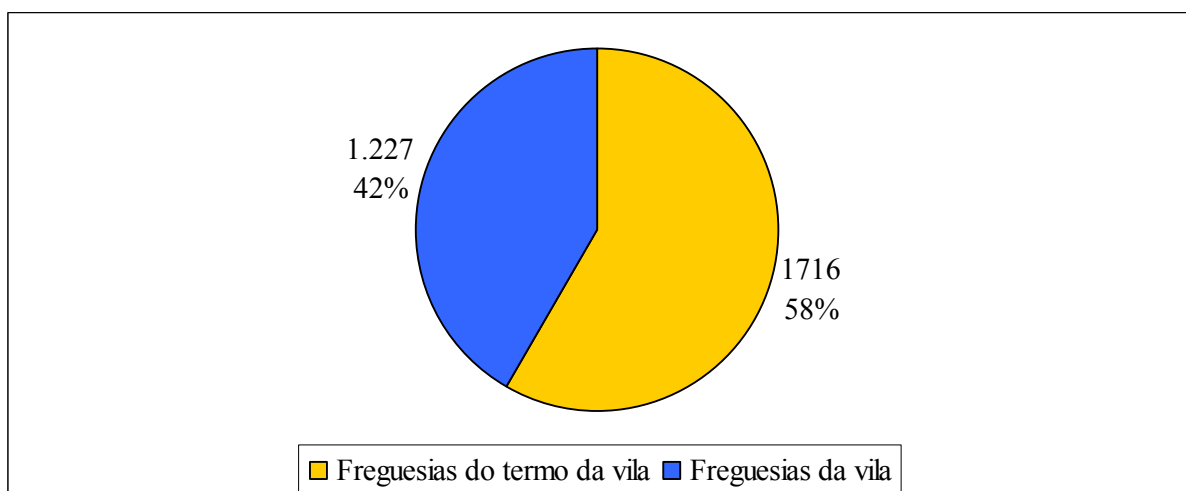


Gráfico 90 – Repartição das pipas de azeite consumidos pelas tropas francesas, no concelho de Santarém

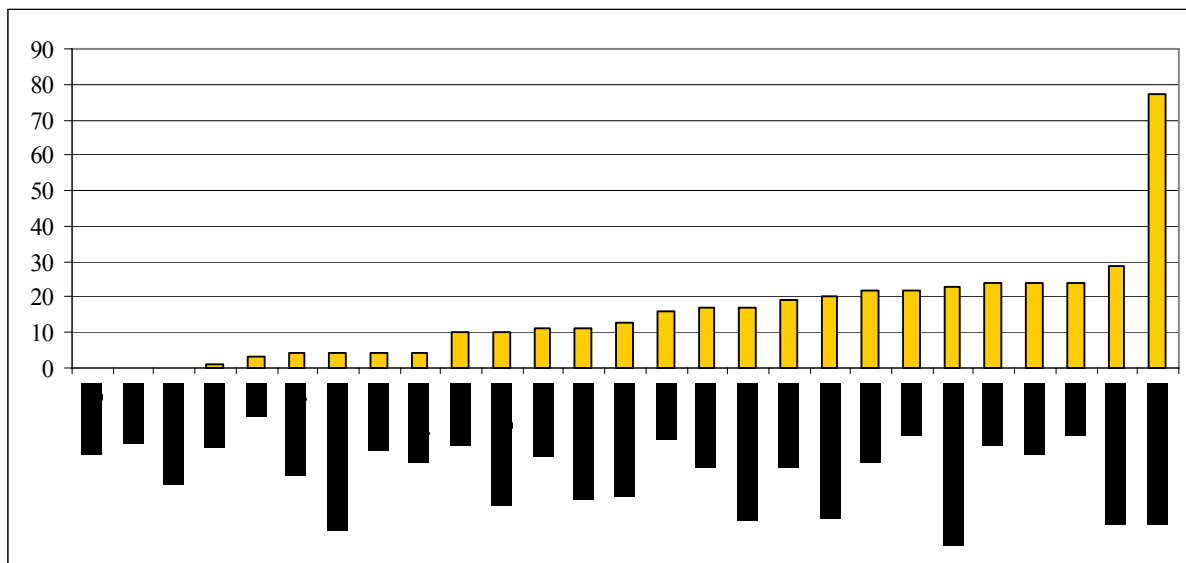


Gráfico 91 – Cântaros de azeite consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias do termo da vila

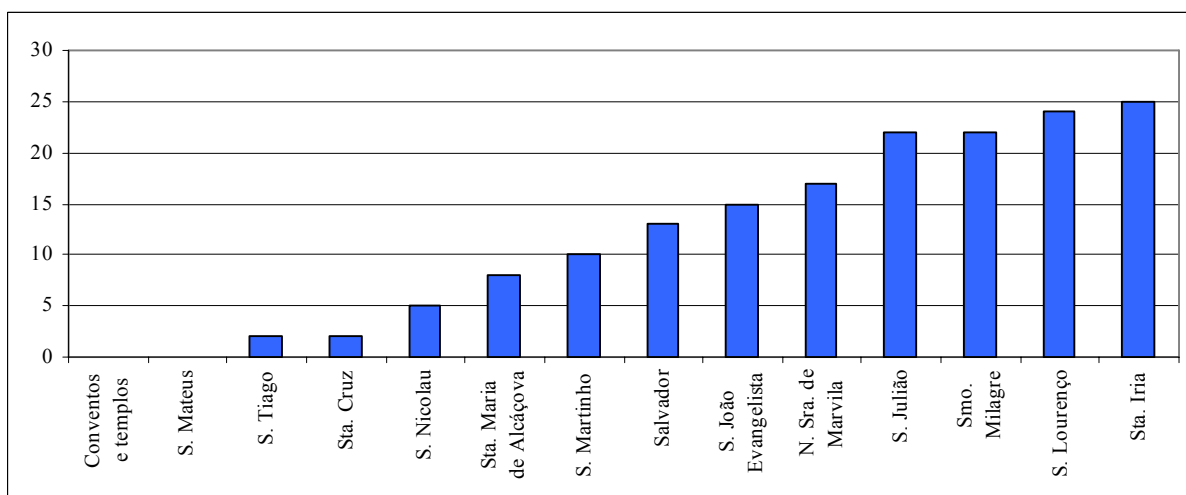


Gráfico 92 – Cântaros de azeite consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias da vila de Santarém

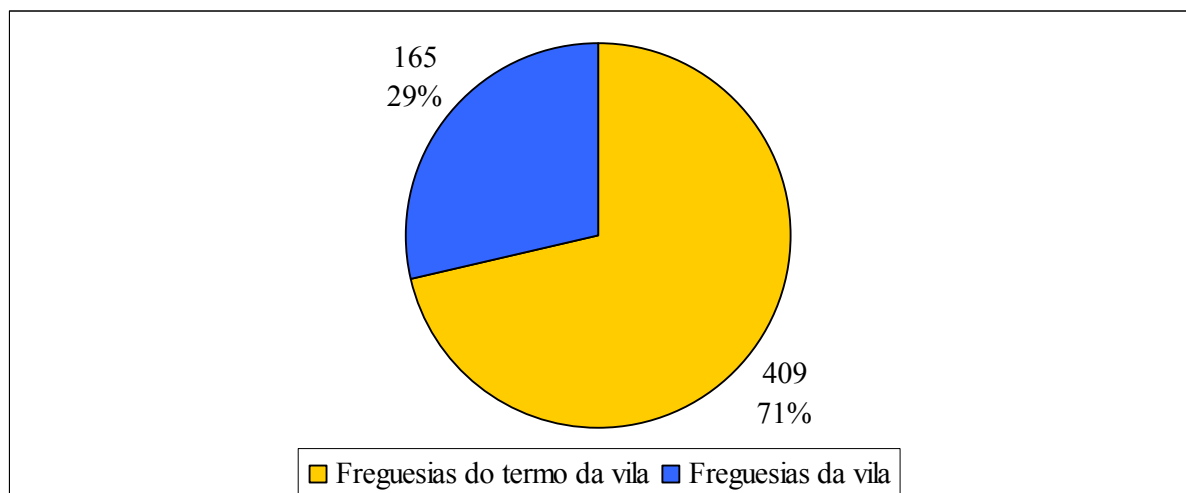
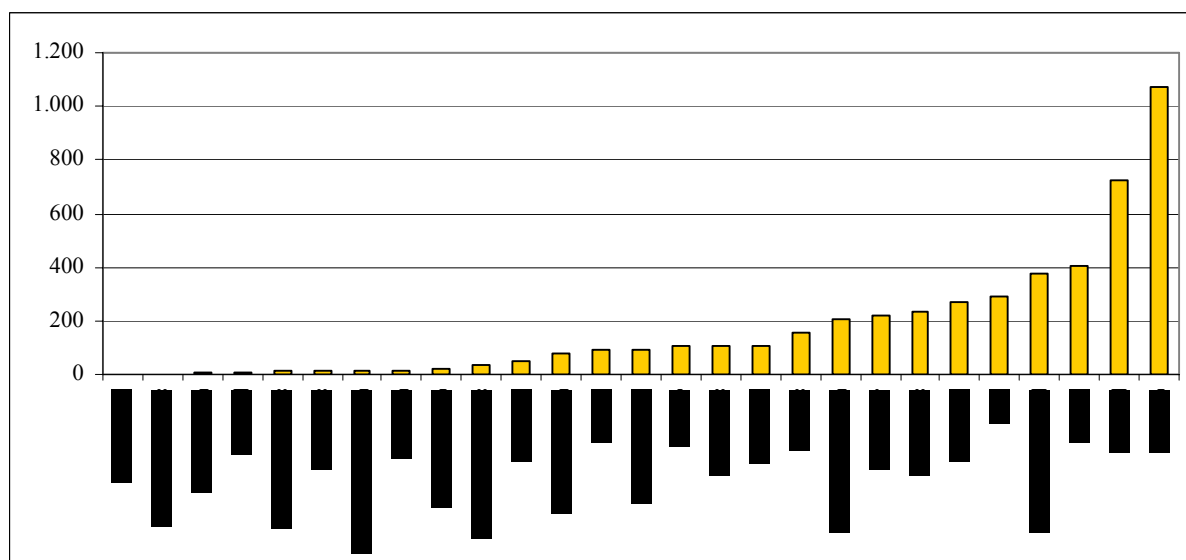


Gráfico 93 – Repartição dos Cântaros de azeite consumidos pelas tropas francesas, no concelho de Santarém



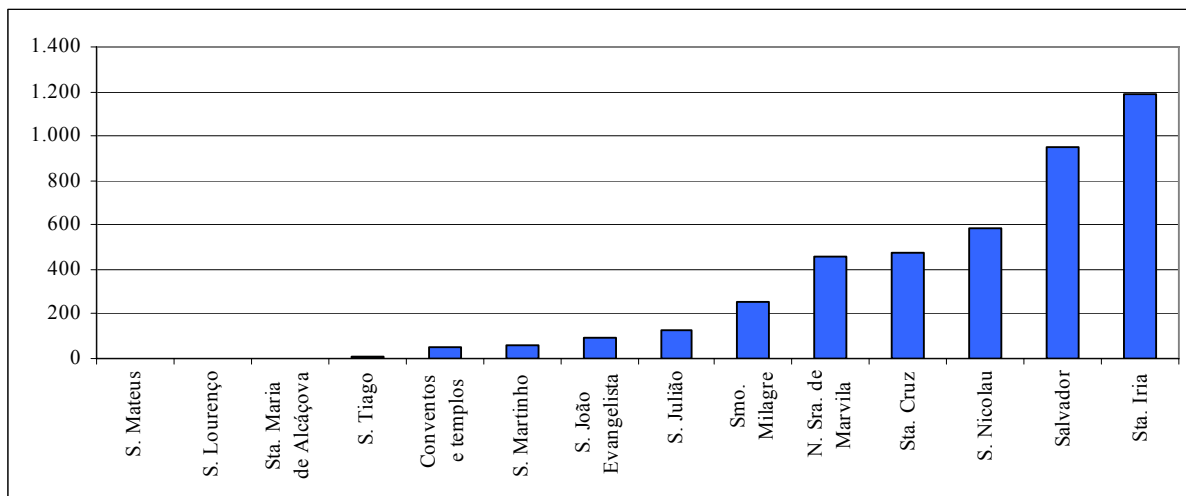


Gráfico 95 – Tonéis de azeite consumidas pelas tropas francesas, nas freguesias da vila de Santarém

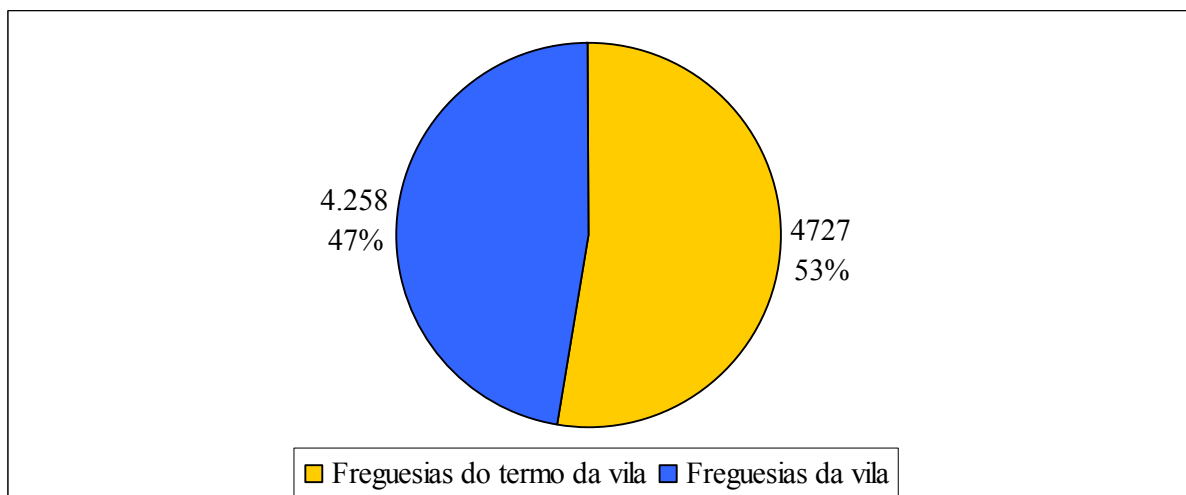


Gráfico 96 – Repartição dos Tonéis de azeite consumidos pelas tropas francesas, no concelho de Santarém

ANEXO 4 - QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Constituição do concelho de Santarém nos séculos XIX e XXI. ⁵²³

Época	Século XIX (1810-1811)			Século XXI							
Concelhos	Santarém	Alcanede	Pernes	Santarém	Alcanena	Almeirim	Alpiarça	Cartaxo	Chamusca	Golegã	Rio Maior
Freguesias	Freguesias do termo da vila: Abitureiras, Achete, Alcanhões, Almoester, Alpiarça, Arruda de Pisões, Azinhaga, Azóia de Baixo, Azóia de Cima, Cartaxo, Casével, Chouto, Eireira-Lapa, Outeiro da Cortiçada, Pinheiro Grande, Pombal, Pontével, Póvoa de Galegos, Raposa, Rio Maior, Romeira, S. João da Ribeira, S. Vicente do Paúl, Sta Marta de Monção de Benfica, Tremês, Valada, Vale, Vale da Pinta, Vale de Cavalos, Vale de Figueira, Vaqueiros, Várzea	Abrã, Alcanede, Alcobertas, Fráguas	Arneiro das Milhاريças, Louriçeira, Malhou, Pernes	Freguesias rurais: Louriçeira, Malhou, Benfica do Ribatejo, Raposa, Eireira, Lapa, Pontével, Grande, Vale de Cavalos, Pinta, Chouto, Pinheiro, Arruda de Pisões, Fráguas, Outeiro da Cortiçada, Rio Maior, S. João da Ribeira	Louriçeira, Malhou	Benfica do Ribatejo, Raposa	Alpiarça	Eireira, Lapa, Pontével, Valada, Vale da Pinta	Chouto, Pinheiro Grande, Vale de Cavalos	Azinhaga	Alcobertas, Arruda de Pisões, Fráguas, Outeiro da Cortiçada, Rio Maior, S. João da Ribeira
	Freguesias da vila: N. Sra. de Marvila, Salvador, S. João Evangelista de Alfange, S. Julião, S. Lourenço, S. Martinho, S. Mateus, S. Nicolau, S. Tiago, Smo. Milagre, Sta. Cruz, Sta. Iria, Sta. Maria de Alcáçova			Freguesias urbanas: Marvila, Salvador, S. Nicolau, Sta Iria da Ribeira de Santarém							

⁵²³ Quadro construído com base no *censo de Pina Manique de 1798 e no recenseamento da população Portuguesa de 1801 e 1849.*

Tabela 2 – Óbitos no concelho de Santarém no período de 1810 a 1811.⁵²⁴

Freguesia		1810												1811											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Freguesias do termo da vila	Abitureiras	2															11	14	10	8	2	7	13	3	3
	Achete															14	22	23	6	3	3	4	1	4	1
	Alcanhões															6	5	13	21	9	12	3	0	4	0
	Almoster	4	3	2	3	3	0	1	3	0	2				1	18	23	9	10	10	7	14	13	6	7
	Alpiarça	2	6	3	3	1	4	8	10	9	19	51	104	78	122	111	51	38	16	17	17	18	12	14	8
	Arruda de Pisões																								
	Azinhaga															5	21	9	17	5	2	0	0	9	4
	Azôia de Baixo	0	1	0	0	0	1	0	1	3	1					1	7	6	2	1	2	2	2	1	3
	Azôia de Cima																								
	Cartaxo															23	50	45	24	23	14	10	8	14	9
	Casével	3	1	1	0	1	0	1	2	2						4	42	7	7	1	0	4	0	0	0
	Chouto	0	0	2	0	0	3	0	0	0	0	4	1	2	1	7	2	4	2	3	1	4	3	1	3
	Eireira-Lapa																								1
	Outeiro da Cortiçada																24	12	2	1	1	3	2	0	2
	Pinheiro Grande	1	2	3	4	5	2	5	9	8	29	55	45	41	62	54	42	38	15	7	8	9	8	8	4
	Pombal	7	2	1	0	1	1	1	4	5	1					3	8	19	9	5	4	2	4	0	1
	Pontével																16	17	8	8	3	8	11	7	5
	Póvoa de Galegos	0	1	1	1	1	0	0	2	1	0	0	1	0	2	0	8	3	0	1	0	0	1	0	1
	Raposa	2	0	0	0	1	2	0	1	4	0	7	3	2	1	1	1	5	0	0	3	0	1	1	0
	Rio Maior																								
	Romeira																								
	S. João da Ribeira																								
	S. Vicente do Paúl																			2	6	5	6	4	3
	Sta Marta de Monção de Benfica	2	0	2	0	1	2	2	4	0	2	0	3					1	0	3	3	0	1	0	5
	Tremês																								
	Valada	1	3	3	2	6	7	2	8	7	3	0	0	0	0	0	11	14	16	7	12	8	15	12	9
	Vale												2												2
	Vale da Pinta	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	4	0	0	1	2	6	0	0	2	3	0	2	0	0
	Vale de Cavalos	0	0	4	2	0	1	3	3	1	14	39	31	21	20	22	20	7	7	8	6	7	5	2	1
	Vale de Figueira																								
	Vaqueiros																								
	Várzea													1	0	0	0	3	3	3	3	2	1	0	0
Freguesias da vila	N. Sra. de Marvila																6	2	3	5	1	1	2	7	6
	Salvador	2	3	2	1	5	2	2	6	5	0	0	16	9	3	12	16	10	11	5	4	5	5	2	3
	S. João Evangelista de Alfange	2	0	1	2	3	0	1	0	3	1							3	3	3	11	3	3	2	0
	S. Julião																1	0	0	0	0	1	0	1	0
	S. Lourenço									1	0	1	1			2	1	0	0	0	1	0	0	0	0
	S. Martinho																5	0	2	0	0	0	0	0	0
	S. Mateus																								
	S. Nicolau											5	5	6	1	2	10	3	4	7	10	8	6	4	7
	S. Tiago																								
	Smo. Milagre	5	0	1	1	0	2	1	2	4	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	2	0	2	1
	Sta. Cruz																2	0	2	2	2	1	2	3	2
	Sta. Iria																								
	Sta. Maria de Alcáçova																			1	2	1	0	0	0
Hospital Real de Santarém						10	11	10	21	22	3						28	44	40	17	28	19	24	33	19
Total		34	23	27	19	38	38	37	77	76	77	166	213	160	215	287	439	350	240	168	171	151	151	144	110

⁵²⁴ Gráfico construído com base nos dados dos registos paroquiais, das antigas freguesias, do concelho de Santarém.

Tabela 3 – Óbitos no concelho de Alcanede no período de 1810 a 1811. ⁵²⁵

Freguesia	1810												1811											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Abra																					4	5	1	2
Alcanede															17	13	11	4	5	11	13	11	7	4
Alcobertas	3	5	0	2	2	2	5	3	3	0	0	0	0	3	11	30	27	18	9	4	4	1	0	1
Fráguas																								
Total	3	5	0	2	2	2	5	3	3	0	0	0	0	3	28	43	38	22	14	15	21	17	8	7

Tabela 4 – Óbitos no concelho de Pernes no período de 1810 a 1811. ⁵²⁶

Freguesia	1810												1811											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Arneiro das Milharias								1	1	1	2	2			1	1	9	146	0	0	3	3	1	0
Louriceira				1											4	5	1	2	0	1	0	1		
Malhou	0	1	1	2	3	1	1	2	1	2											3	4	3	1
Pernes																								
Total	0	1	1	3	3	1	1	3	2	3	2	2	0	0	5	6	10	148	0	1	6	8	4	1

Tabela 5 – Óbitos no Hospital Real de Santarém no período de 1810 a 1811. ⁵²⁷

	1810												1811											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Total	0	0	0	0	10	11	10	21	22	3	0	0	0	0	0	28	44	40	17	28	19	24	33	19

⁵²⁵ Gráfico construído com base nos dados dos registos paroquiais, das antigas freguesias, do concelho de Alcanede.

⁵²⁶ Gráfico construído com base nos dados dos registos paroquiais, das antigas freguesias, do concelho de Pernes.

⁵²⁷ Gráfico construído com base nos dados dos registos paroquiais, do antigo Hospital Real de Santarém.

Tabela 6 – Repartição dos óbitos por margens no concelho de Santarém em 1810 e 1811.⁵²⁸

		1810												1811											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alpiarça	722	2	6	3	3	1	4	8	10	9	19	51	104	78	122	111	51	38	16	17	17	18	12	14	8
Chouto	43	0	0	2	0	0	3	0	0	0	0	4	1	2	1	7	2	4	2	3	1	4	3	1	3
Pinheiro Grande	464	1	2	3	4	5	2	5	9	8	29	55	45	41	62	54	42	38	15	7	8	9	8	8	4
Raposa	35	2	0	0	0	1	2	0	1	4	0	7	3	2	1	1	1	5	0	0	3	0	1	1	0
Sta Marta de Monção de Benfica	31	2	0	2	0	1	2	2	4	0	2	0	3	0	0	0	0	1	0	3	3	0	1	0	5
Vale de Cavalos	224	0	0	4	2	0	1	3	3	1	14	39	31	21	20	22	20	7	7	8	6	7	5	2	1
Freguesias da margem esquerda	1519																								
Abitureiras	73	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	14	10	8	2	7	13	3	3
Achete	81	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	22	23	6	3	3	4	1	4	1
Alcanhões	73	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	5	13	21	9	12	3	0	4	0
Almoster	139	4	3	2	3	3	0	1	3	0	2	0	0	0	1	18	23	9	10	10	7	14	13	6	7
Alpiarça																									
Arruda de Pisões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Azinhaga	72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	21	9	17	5	2	0	0	9	4
Azôia de Baixo	34	0	1	0	0	0	1	0	1	3	1	0	0	0	0	1	7	6	2	1	2	2	2	1	3
Azôia de Cima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cartaxo	220	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23	50	45	24	23	14	10	8	14	9
Casével	76	3	1	1	0	1	0	1	2	2	0	0	0	0	0	4	42	7	7	1	0	4	0	0	0
Chouto																									
Eireira-Lapa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Outeiro da Cortiçada	47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	12	2	1	1	3	2	0	2
Pinheiro Grande																									
Pombal	78	7	2	1	0	1	1	1	4	5	1	0	0	0	0	3	8	19	9	5	4	2	4	0	1
Pontével	83	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	17	8	8	3	8	11	7	5
Póvoa de Galegos	24	0	1	1	1	1	0	0	2	1	0	0	1	0	2	0	8	3	0	1	0	0	1	0	1
Raposa																									
Rio Maior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Romeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. João da Ribeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. Vicente do Paul	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6	5	6	4	3
Sta Marta de Monção de Benfica																									
Tremês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valada	146	1	3	3	2	6	7	2	8	7	3	0	0	0	0	0	11	14	16	7	12	8	15	12	9
Vale	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Vale da Pinta	26	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	4	0	0	1	2	6	0	0	2	3	0	2	0	0
Vale de Cavalos																									
Vale de Figueira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vaqueiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Várzea	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	3	3	3	2	1	0	0
N. Sra. de Marvila	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	2	3	5	1	1	2	7	6
Salvador	129	2	3	2	1	5	2	2	6	5	0	0	16	9	3	12	16	10	11	5	4	5	5	2	3
S. João Evangelista	41	2	0	1	2	3	0	1	0	3	1	0	0	0	0	0	0	3	3	3	11	3	3	2	0
S. Julião	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0
S. Lourenço	7	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0
S. Martinho	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	2	0	0	0	0	0	0
S. Mateus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. Nicolau	78	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	6	1	2	10	3	4	7	10	8	6	4	7
S. Tiago	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Smo. Milagre	26	5	0	1	1	0	2	1	2	4	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	2	0	2	1
Sta. Cruz	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	2	1	2	3	2
Sta. Iria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sta. Maria de Alcáçova	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0
Freguesias da margem direita	1563																								
Hospital Real de Santarém	329	0	0	0	0	10	11	10	21	22	3	0	0	0	0	0	28	44	40	17	28	19	24	33	19

⁵²⁸ Tabela construída com base nos dados dos registos paroquiais, das antigas freguesias, do concelho de Santarém.

Tabela 7 – Impactos no sector primário provocados pela invasão francesa., no concelho de Santarém⁵²⁹

Freguesia		Lagares	Moinhos de água	Moinhos de vento	Arados	Pés de oliveira	Pés de castanheiro e	Vinhas e pomares (réis)
Freguesias do termo da vila	Abitureiras	5	2	4	41	575	0	48.000
	Achete	9	1	4	39	212	0	154.000
	Alcanhões	5	0	0	17	75	0	259.000
	Almoster	4	0	0	15	52	300	145.000
	Arruda de Pisões	0	0	0	0	0	0	0
	Azinhaga	5	0	0	39	755	1	793.400
	Azóia de Baixo	1	2	4	18	105	0	0
	Azóia de Cima	0	0	0	0	1.052	0	256.700
	Cartaxo	30	2	7	299	2.782	11.218	2.281.400
	Casével	2	1	0	41	212	0	0
	Eireira-Lapa	0	0	1	0	0	0	12.000
	Outeiro da Cortiçada	0	0	0	0	110	0	0
	Pombal	11	0	0	142	303	0	36.000
	Pontével	3	3	3	2	27	0	0
	Póvoa de Galegos	1	1	1	24	43	0	0
	Ribeira de Pernes	2	2	0	25	402	0	0
	Rio Maior	4	3	4	56	1.163	602	0
	Romeira	0	0	3	12	43	0	0
	S. João da Ribeira	10	1	0	42	902	828	450.800
	S. Vicente do Paúl	7	2	0	123	893	0	40.000
	Tremês	4	0	2	1	3.056	0	0
	Valada	4	0	0	210	47	0	42.800
	Vale	30	4	2	58	3.865	12.009	3.759.360
	Vale da Pinta	0	0	1	0	0	0	0
	Vale de Figueira	0	0	0	42	37	0	11.400
	Vaqueiros	0	0	0	12	24	0	0
	Várzea	7	8	3	119	5.519	200	30.000
Freguesias da vila	Conventos e templos	0	0	0	23	1.142	100	0
	N. Sra. de Marvila	16	0	1	16	4.362	25	892.000
	S. João Evangelista	2	0	0	2	710	0	0
	S. Julião	3	0	0	17	4.031	3.897	120.400
	S. Lourenço	0	0	0	0	17	0	0
	S. Martinho	3	0	0	15	2.763	0	1.411.800
	S. Mateus	0	0	0	0	0	0	12.000
	S. Nicolau	16	1	0	99	10.049	1.325	3.993.600
	S. Tiago	0	0	0	2	28	0	0
	Salvador	7	2	2	70	9.838	200	1.241.400
	Smo. Milagre	10	0	1	35	8.722	420	145.000
	Sta. Cruz	3	0	0	9	1.715	0	260.000
	Sta. Iria	6	0	0	21	1.607	2	56.000
	Sta. Maria de Alcáçova	0	0	0	0	3	8	0

⁵²⁹ A tabela foi construída, com base nos dados recolhidos, a partir do Mapa Geral dos Estragos, feitos no concelho de Santarém, pelo exército francês.